



Editora
Uniesp

AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DO POVO INDÍGENA TABAJARA DA PARAÍBA NO SÉCULO XXI

ELIANE SILVA DE FARIAS BARCELLOS
LUSIVAL BARCELLOS (Org.)

ISBN 978-65-5825-269-6

AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DO POVO INDÍGENA TABAJARA DA PARAÍBA NO
SÉCULO XXI

Eliane Silva de Farias Barcellos

Lusival Barcellos (Org.)

Centro Universitário UNIESP

CABEDELO
2024



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIESP

Reitora

Érika Marques de Almeida Lima

Editor-chefe

Cícero de Sousa Lacerda

Editor-assistente

Karelline Izaltemberg Vasconcelos Rosenstock

Editora-técnica

Elaine Cristina de Brito Moreira

Corpo Editorial

Ana Margareth Sarmiento – Estética
Anneliese Heyden Cabral de Lira – Arquitetura
Arlindo Monteiro de Carvalho Júnior – Medicina
Aristides Medeiros Leite – Medicina
Carlos Fernando de Mello Júnior – Medicina
Daniel Vitor da Silveira da Costa – Publicidade e Propaganda
Érika Lira de Oliveira – Odontologia
Ivanildo Félix da Silva Júnior – Pedagogia
Patrícia Tavares de Lima – Enfermagem
Marcel Silva Luz – Direito
Juliana da Nóbrega Carreiro – Farmácia
Larissa Nascimento dos Santos – Design de Interiores
Luciano de Santana Medeiros – Administração
Marcelo Fernandes de Sousa – Computação
Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire – Ciências Contábeis
Márcio de Lima Coutinho – Psicologia
Paula Fernanda Barbosa de Araújo – Medicina Veterinária
Giuseppe Cavalcanti de Vasconcelos – Engenharia
Rodrigo Wanderley de Sousa Cruz – Educação Física
Sandra Suely de Lima Costa Martins – Fisioterapia
Zianne Farias Barros Barbosa – Nutrição

Copyright © 2024 – Editora UNIESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do(os) autor(es).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (UNIESP)

P912 As práticas educativas do povo indígena tabajara da paraíba no século XXI / Organizado por Eliane Silva de Farias Barcellos, Lusival Barcellos. – Cabedelo, PB : Editora UNIESP, 2024.

270 p. ; il. ; color.

ISBN: 978-65-5825-269-6 (Digital)

1. Indígena – Educação. 2. Tabajara - Povos indígenas. 3. Povos indígenas - Paraíba. 4. Povos indígenas – Século XXI. 5. Práticas educativas – Indígenas. I. Título. II. Barcellos, Eliane Silva de Farias. III. Barcellos, Lusival.

CDU: 376(=1-82)(813.3)“20”

Bibliotecária: Elaine Cristina de Brito Moreira – CRB-15/053

Editora UNIESP

Rodovia BR 230, Km 14, s/n,

Bloco Central – 2 andar – COOPERE

Morada Nova – Cabedelo – Paraíba

CEP: 58109 - 303

APRESENTAÇÃO

Esta obra é um fragmento da vida dos indígenas Tabajara da Paraíba, feito com muita tenacidade e amabilidade, sobre o cotidiano, a vida e a ancestralidade desses originários no século XXI. Foi resultado de uma pesquisa, bastante aguerrida, no doutorado em Educação da autora, realizada na Universidade Iberoamericana - UNINI, no México.

É um convite para o leitor se apropriar e apreender dessa cultura originalmente brasileira, que foi silenciada e invisibilizada, até considerada extinta durante todo século XX, mas que em 2006, essa gente fez sua aurora num grito vibrante, que ecoou impetuosamente na sociedade excludente.

Cabe destacar que a obra é fruto da vivência da pesquisadora com essa etnia, que de maneira ousada e pioneira, fixou moradia por dois anos na aldeia, no período da pesquisa. De forma audaz, contribui para dar voz e visibilidade a esse povo na sua primeira pesquisa mestrado, concluída em 2011 (Farias; Barcellos, 2015). Portanto a convivência com os Tabajara por mais de uma década, contribuiu sobremaneira, para um refino e uma garimpagem acadêmica apurada resultando neste volume.

O que aqui é publicizado revela memórias, histórias de vida, relatos, lágrimas, de como os indígenas foram subjugados, violentados, maltratados, resultando em atrocidades e obrigando-os a sobreviverem em fazendas da região e nas periferias das cidades, mas tendo a sabedoria de levarem consigo suas ensinagens, saberes, vivências, sonhos, desejos e esperanças de ressurgirem com mais força, quando lhes fossem dadas as condições necessárias, para manifestarem sua identidade, tradição, ancestralidade e diversidades.

O livro mostra a resistência e a persistência desses indígenas em retomar ao seu território e de maneira mais específica sua resiliência; apresenta como acontece a educação e seus desdobramentos na sua organização social, política, econômica, seu modo de ser, sentir e existir, resistindo; sua conexão com o transcendente, suas espiritualidades e religiosidades, enfim o seu viver tendo assegurada, não só as garantias constitucionais, mas também seus direitos e deveres, esperando e reafirmando sua identidade e sua existência.

Os autores!

	SUMÁRIO	08
I	TRILHAS, RUMOS E DESCOBERTAS	12
1.1	JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	22
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS	27
II	CONTEXTO, NARRATIVAS E EDUCAÇÃO TABAJARA	27
2.1	PESQUISAS ANTERIORES SOBRE OS TABAJARA.....	31
2.2	APROXIMAÇÃO COM PRODUÇÕES NA TEMÁTICA.....	35
2.3	UNIVERSO E CONTEXTO DOS TABAJARA	37
2.3.1	“Território: Precisamos retomar o que já era da gente”	48
2.3.2	Organização Política Tabajara	55
2.4	EDUCAÇÃO E A PRÁXIS TABAJARA	61
2.4.1	Modalidades da Educação Tabajara	62
2.4.1.1	Educação não formal	66
2.4.1.2	Educação informal	69
2.4.1.3	Educação formal: educação escolar Tabajara.....	82
2.5	ETNOEDUCAÇÃO TABAJARA	85
2.6	OS SABERES TABAJARA	88
2.7	A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE.....	96
2.7.1	A natureza sagrada: águas e a pesca	99
2.8	O EMPODERAMENTO DAS MULHERES TABAJARA	104
2.8.1	Moaras: mulheres que ajudam a nascer, resistência e vida	108
2.8.2	Niaras: mulheres em busca de grandes objetivos	114
2.9	SAÚDE INDÍGENA TABAJARA	118
2.9.1	Prática de segregação étnica na atenção ao parto	122
III	PASSOS DE UMA TRAJETÓRIA	122
3.1	INTRODUÇÃO.....	125
3.2	TIPO DE PESQUISA	130
3.2.1	A Pesquisa Etnográfica nas Aldeias	136
3.2.2	A Pesquisa Etnográfica nas Viagens	146
3.3	POPULAÇÃO E AMOSTRA	146
3.4	VARIÁVEIS	147
3.5	INSTRUMENTOS DE PESQUISA	151
3.6	ANÁLISE DE DADOS	157

IV	AS PRÁTICAS.....	158
4.1	PRÁTICAS EDUCATIVAS DE REVITALIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DAS TRADIÇÕES CULTURAIS.....	158
4.1.1	A Tradição Cultural: Ritual Toré	168
4.1.2	A Pintura Corporal: a arte incrustada no corpo.....	170
4.1.3	A Cerâmica: Prática da memória ancestral	176
4.1.4	A Sabedoria dos Troncos Velhos.....	180
4.2	PRÁTICAS EDUCATIVAS DE CONVIVÊNCIA NA ALDEIA	185
4.2.1	As Partilhas Cotidianas.....	189
4.2.2	A Práxis do Dia das Mães	192
4.2.3	As Comemorações dos Festejos Juninos	196
4.2.4	As Práticas Religiosas.....	200
4.2.5	O Culto de Ação de Graças.....	206
4.3	PRÁTICAS EDUCATIVAS DE RESISTÊNCIAS E MOBILIZAÇÃO POLÍTICAS.....	206
4.3.1	Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (Coneei) ...	211
4.3.2	Jogos indígenas da Paraíba	216
4.3.3	Abril indígena	219
4.3.4	Acampamento Terra Livre (ATL)	226
4.3.5	A 2.ª Assembleia do Povo Indígena Tabajara da Paraíba	232
4.3.6	O 1.º Grito Indígena Tabajara da Paraíba	236
4.3.7	A Manifestação da Rodovia dos Tabajara	238
4.3.8	A 6.ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (CNSI)	244
V	CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E IMPLICAÇÕES.....	258
	REFERÊNCIAS.....	

I TRILHAS, RUMOS E DESCOBERTAS



Figura 00. Cocar Tabajara.
Fonte: Da autora, abr. 2019.

A presente obra trata da questão indígena, *As Práticas Educativas do Povo Indígena Tabajara da Paraíba no século XXI*, etnia que resisti por séculos neste território. A expressão ‘povo originários’ usada no texto se refere a denominação indígenas, índios, nativos ou autóctones, significando povos de um determinado país, local ou região. A figura 00, evidencia um cocar, artefato da cultura Tabajara, povo indígena de valor ancestral que tem uma história de perseguição, escravização, opressão e discriminação. Mas, concomitantemente apresenta lutas, resistência, ressignificação, reivindicação por seus direitos e cria estratégias de sobrevivência e de fortalecimento étnico. A resistência deles pode ser entendida como movimento dialético que se sedimenta na ancestralidade, memória e identidade dos povos indígenas.

A reorganização dos Tabajara surgiu pelo sentimento de pertencimento étnico das narrativas transmitidas pelos mais velhos, da origem ancestral, das memórias do território do litoral sul e da dispersão sofrida por essas famílias conhecidas como caboclos. “Ali, por algum motivo permaneceu viva, a lembrança do nascimento de uma comunidade exterior, em virtude de cisão pacífica ou emigração [...] a partir de uma comunidade matriz, existe um sentimento de comunhão ‘étnica’ muito específico e bastante resistente” (Weber, 2015, p. 271).

Esses sentimentos opressivamente guardados, mas ao mesmo tempo vivos na memória eram compartilhados entre esses indígenas alimentando sua etnicidade. Esse elo os fez resistir até o momento de ressurgir revitalizando a alteridade ancestral Tabajara.

A escolha dessa temática como pesquisa científica levou a refletir sobre os caminhos que seriam percorridos e como fazê-los. Foram diversos sentimentos e expectativas que afloram em virtude da relevância do tema, do compromisso social com a população indígena e da realização pessoal e acadêmica. Contudo, esta pesquisa Doutoral é a “cereja do bolo” de um longo caminho de aprendizados na esfera pessoal e profissional, e por que não dizer, das inquietudes que a vida oferece.

Por se tratar de um estudo com seres humanos, foi preciso harmonizar ideias, procedimentos, coleta de dados, ponderações e ações, e não descartar possíveis dificuldades e problemas que poderiam ocorrer. Salienta-se que o estudo obedeceu ao rigor ético preconizado pelo Ministério da Saúde que regulamenta pesquisas com seres humanos pela Resolução CNS n.º 196/1996, de 10 de outubro de 1996 (Brasil, 1996c), e as normas para estudos com populações indígenas dispostas na Resolução CNS n.º 304/2000, de 9 de agosto de 2000 (Brasil, 2000). Recebeu o Parecer de Mérito recomendado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, no Processo SEI de n.º 01300.008148/2019-99 e da Plataforma Brasil – Sistema Eletrônico de Informação (SEI).

Pelas suas especificidades, trata-se de uma pesquisa Etnográfica com abordagem Qualitativa, que primeiramente exigiu uma minuciosa pesquisa Bibliográfica e Documental, ancorada na História Oral. Utilizou-se nas imersões das idas a campo, instrumentos como observação participante, diário de campo, entrevistas informais e semiestruturadas, gravações, fotografias, vídeos e acompanhamentos em redes sociais. O trabalho investigativo para coleta dos dados

demandou longos momentos de observação, anotações, conversas informais e a utilização dos instrumentos citados.

Durante o processo da coleta iniciou-se a análise e avaliação para observar detalhes das informações coletadas. Na conclusão, a seleção demandou longas horas de escuta das gravações e vídeos na transcrição de palestras, dos depoimentos, das histórias de vida e entrevistas. Foi imperativa uma descrição minuciosa e densa do objeto investigado (Minayo, 2016).

1.3 Esta obra organiza-se, inicialmente, com a Introdução, mais cinco capítulos. Trilhas, Rumos e Descobertas, aborda-se como ocorreram as trilhas, os desafios, os percalços e passos na trajetória para escolha do objeto; os aspectos culturais e religiosos do povo Tabajara que levaram à problemática, à finalidade do trabalho e às contribuições pretendidas; as estratégias de uma metodologia etnográfica de abordagem qualitativa que possibilitou traçar as idas a campo.

No Capítulo I, trilhas, rumos e descobertas; justificativa; problema, objetivos da pesquisa, expõe-se a relevância do estudo, os motivos pessoais e acadêmicos da investigadora. Também tratou do problema, da questão, da hipótese e dos objetivos da pesquisa.

No Capítulo II, contexto, narrativas e educação Tabajara, apresenta-se uma busca por produções acadêmicas desenvolvidas ou relacionadas com a temática. Foram mínimas as publicações encontradas sobre esses indígenas; algumas no campo da Antropologia e Ciências das Religiões, com temas referentes a etnologia, territorialidade, religiosidade e tradições culturais; ainda apresenta um levantamento acerca das produções acadêmicas em nível de periódicos, dissertações e teses, realizado nos sites da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Portal de Periódicos Capes e no Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Esse capítulo é mais denso, perceptivo e descritivo da pesquisa, trata do fazer etnográfico, onde aborda-se o universo e contexto histórico geográfico dos Tabajara da Paraíba, sua forma de organização política, tendo como destaque principal a educação, a etnoeducação e as práticas educativas. Descreve e discute as práticas educativas efetivadas por esses indígenas, chamando a atenção para a importância e revitalização dos elementos simbólicos de fortalecimento identitário da etnia. Assim, dar-se-á voz aos sujeitos a partir dos seus relatos de vida.

No Capítulo III, passos de uma trajetória, versa sobre a trajetória metodológica de uma pesquisa de natureza etnográfica com base qualitativa, utilizando a observação participante. A interação que a pesquisadora buscou com as lideranças para abrir as veredas para garimpagem; o empirismo para entender o campo, situando os sujeitos no contexto histórico e social, os diálogos com interlocutores que possuem representatividade e foram categorizados de acordo com sua posição social no povo Tabajara; enfim, o fazer etnográfico, os instrumentos na coleta, os questionamentos e as inquietações, e a análise dos dados coletados.

No Capítulo IV, práticas, apresenta-se as particularidades os resultados já destacados na revisão literária e na metodologia, aspectos das práticas educativas que dão um panorama dessa cultura de valor. Cabendo destacar que, nas práticas observou-se, procurando apreender significados, delinear os momentos importantes que fidedigna o objeto, descrevendo, analisando e definindo a importância das práticas educativas na vida desse Povo.

Finalmente, o Capítulo V, conclusões, limitações e implicações fazem-se as considerações sobre as práticas educativas desenvolvidas e utilizadas como estratégias de ação dos indígenas Tabajara da Paraíba no século XXI, analisando-as: primeiro, identificando e definindo como as práticas educativas utilizadas contribuem para o fortalecimento étnico do *habitus* dos Tabajara; segundo, partindo da perspectiva dos indígenas entrevistados, analisa-se se esses sujeitos adotam tais práticas educativas como estratégia para sua manutenção e reprodução social na sociedade envolvente e como isso se verifica.

Enfim, espera-se que este estudo seja fonte de conhecimentos e aporte para novas pesquisas sobre os Tabajara, e suas práticas educativas, tema central desta pesquisa, passem a ser consideradas como elementos de afirmação étnica, mobilizações e de existência/resistência desses indígenas no processo de luta e de garantia dos direitos constitucionais e da efetivação das políticas públicas de inclusão social.

1.1 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA



Figura 01. Curumim usando maracá.
Fonte: Ana Tabajara, 2019.

Na área da Educação são muitas as pesquisas relacionadas com sala de aula, com os sujeitos que atuam na escola, na gestão e no envolvimento social. Embora o campo educacional seja muito extenso e contemple diversos espaços, há temáticas ainda pouco exploradas pelos estudiosos. Um desses assuntos é justamente sobre as práticas educativas indígenas aqui destacada na figura 01.

Sobre termo “indígena” ou “índio”, Daniel Munduruku (2019), defende o termo indígena no lugar de índio. Para ele, índio é um termo pejorativo, que gera uma imagem distorcida das populações indígenas, que generaliza uma diversidade de povos, com identidades próprias. Em contraposição ao termo índio, “indígena quer dizer originário, aquele que está ali antes dos outros”. As práticas indígenas são respeitáveis como promotora da aprendizagem, ela é a própria experiência da ação educativa na transmissão da cultura nativa.

Assim, buscou-se evidenciar o valor das práticas educativas desenvolvidas na vida desses indígenas. Trata-se de uma pesquisa versando sobre o protagonismo indígena em uma temática inédita que descreve uma trajetória de simbolismos, significados, lutas e desejo de reconhecimento de uma cultura de valor que foi emudecida a partir do século XIX.

Submergir nesse oceano etnográfico é uma aventura que despertou alegria e encantamento pelas múltiplas aprendizagens, mas também inquietações e desalentos por ver que muitas práticas tradicionais foram adormecidas na aproximação com outros contatos culturais e com o cristianismo. Esses e outros sentimentos fervilharam na mente e no coração de uma estudiosa no processo de investigação desses indígenas.

A cultura indígena foi canibalizada pelo catolicismo com a chegada portuguesa. Hoje vem sendo canibalizada pelos evangélicos. Mas tem-se a impressão de que a necessidade e o sangue falem mais alto, esqueçam essa religiosidade importada e fiquem do lado da necessidade. Perceber que está se distanciando do que ele verdadeiramente é. O sentimento de reincorporação é muito mais forte! (Petrônio Cavalcanti. Coordenador Regional da FUNAI. Informação verbal, fev. 2020).

Como afirmou Cavalcanti, a cultura indígena foi invadida por os dogmas das religiões cristãs. Mesmo com este contexto, entre esses indígenas, ainda há um legado de práticas ancestrais que hoje reverberam na nova geração do século XXI, no sentido da necessidade política da afirmação étnica. Neste estudo os termos *ancestral* e *ancestralidade* referem-se à relação de parentesco consanguíneo, como também ao conjunto de saberes, valores e significados que atribui identidade, força e conhecimentos diferenciados da cultura de um povo.

As práticas são gestadas e vivenciadas no contato com a mãe natureza, (Castro, 2015) no acúmulo de experiências, resistências (Cunha Junior, 2016) e nas espiritualidades que emanam de uma força vital para seguir o curso de uma história, que, sabiamente, dão continuidade a toda ancestralidade enraizada nos troncos velhos.

Tronco velhos é uma terminologia adotada pelos povos indígenas para referir-se aos mais antigos, aos mais velhos, aos anciãos portadores de saberes e conhecimentos do seu povo. Na linguagem dos indígenas da etnia Tabajara, tronco

velho também faz referência a seus anciãos, mensageiros orais de saberes e da memória individual para reelaboração da história coletiva. “Aos tronco-velhos, atribui-se reconhecimento de uma autoridade enquanto portadores da memória Tabajara. Uma memória que revela muitos saberes” (Farias; Barcellos, 2015, p. 135). O termo ainda é adotado no sentido de descendência parental na construção da árvore genealógica; são honrados como guardiões dos saberes ancestrais. De modo literal, tronco(s) faz parte das arvores que são formadas por raízes, folhas, ramos, flores, frutos ou sementes (Woortmann, 2018). De modo que, privilegiam troncos como cerne transmissores da cultura e os ponta de rama, os jovens atuais perpetuadores da cultura do povo Tabajara.

Sobre a importância da cultura e a relação dos indígenas com a natureza, cita-se Castro (2015, p. 348), que compara os termos “Natureza” e “Cultura”: universal e particular, objetivo e subjetivo, físico e moral, fato e valor, dado e construído, necessidade e espontaneidade, imanência e transcendência, corpo e espírito, animalidade e humanidade, e outros tantos.

Compreende-se a cultura tal qual o sentido antropológico que a define como um conjunto estruturado e organizado das formas mais diversas possíveis de valores, leis e normas que dão sentido à existência humana (Geertz, 2011). A natureza e a cultura são conceitos que estão diretamente envolvidos no objeto da pesquisa, que evidencia as práticas educativas dos Tabajara nos espaços de convívio das aldeias e nos demais locais onde estão presentes as práticas de subsistência, resistência e mobilização. Nas palavras de Certeau (2011, p. 99):

[...] A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.).

De acordo com o autor, a estratégia seria pensada como possuidora de um espaço próprio, manifestando-se fisicamente nos espaços de trabalho a fim de expressar ou sancionar a ordem dominante. No caso dos indígenas, as práticas educativas como estratégias constituem-se de uma autoridade, sistematizada e de elaboração predeterminada para o fortalecimento do povo.

Essa questão tem o mérito de envolver os povos originários que, no contexto nacional e internacional, urge visibilidade. A sociedade contemporânea tem uma dívida imensurável com esses povos originários. Isso pode até ser um discurso redundante, entretanto, no Brasil, a questão indígena é um tema central desde o período da colonização, mas ainda não foi priorizada como política pública (Coqueijo, 2020).

Existe um ranço do neocolonialismo quando o assunto é indígena, pois facilmente são observadas atitudes de rejeição e exclusão que se manifestam em preconceito, humilhação e violência infligidas aos indígenas. As relações com o diferente geralmente se traduzem, em opiniões discriminatórias colonizadas na sociedade, a exemplo da imagem de que índio é tudo igual.

Levantar dados significativos na academia que auxiliem a desconstruir a imagem distorcida que a população apreende nos livros didáticos vulgarmente pensados como categoria genérica, sem distinção étnica, cultural e linguística, portadores de costumes exóticos e detentores de uma cultura rústica e parada no tempo (Oliveira Filho, 2004) e nos meios de comunicação é uma das metas deste trabalho de pesquisa, pois os povos indígenas não pararam no tempo e não são seres do passado (Coelho, 2016). Almeida (2013, p. 23) afirma:

Portanto, ao contrário das expectativas, não deixaram de ser índios nem saíram da história. Isso aponta para a possibilidade de estarmos diante da recriação de identidades, culturas e histórias desses índios aldeados a partir de suas novas necessidades vivenciadas na experiência cotidiana das relações com vários outros grupos étnicos e sociais no mundo colonial.

Na citação acima, a autora retrata com propriedade a atual e real situação da cultura dos indígenas que acompanham a dinâmica do tempo mostrando que são resistentes e capazes de reelaborar sua cultura, modificar a cada instante seu cotidiano adotando a resiliência. O termo resiliência é utilizado em referência aos povos indígenas e ao povo Tabajara, como vem utilizando estratégias diante das mudanças e ameaças para garantir sua sobrevivência de vida.

Centenas de povos resistem bravamente desde o século XVI quando os europeus invadiram este território, hoje denominado Brasil.

No território paraibano, viviam 18 povos: Ariú, Bultrin ou Bodopitá, Caeté, Canindé, Caracará, Carnoió, Icó, Janduí, Jandiú, Paiaku, Pana-ti, Peba, Potiguara,

Piancó, Tabajara, Tarairiú, Xokó e Xukuru ou Sucuru. Desses, apenas os Potiguara e os Tabajara resistem entre nós (Barcellos, Farias, Fonseca, Flores e Rodrigues, 2014). Diversos e plurais foram os fatores que os dizimaram devido as epidemias, invasão dos territórios, trabalho escravo, guerras etc.

Na conjuntura contemporânea, não havia registros sobre a existência dos Tabajara da Paraíba. Apenas determinados locais na cidade de João Pessoa recebiam nomes que lembravam vagamente esses indígenas, a exemplo: a Avenida dos Tabajara, a Rádio Tabajara, a Rua Índio Piragibe e o monumento do cacique Piragibe.

Porém, um pequeno grupo formado por quatro descendentes de indígenas iniciou um movimento de etnogênese que, aos poucos, tomou proporções de grandeza. Essa volta às origens dos Tabajara despertou na academia o interesse e uma próspera aproximação, resultando em um primeiro estudo acadêmico na atualidade. O termo etnogênese é usado para fazer referência ao fenômeno do reaparecimento de povos considerados extintos na região Nordeste, são denominados de diferentes formas como: etnogênese, emergência, ressurgência e revivescência étnica (Arcanjo, 2003). Nesta pesquisa Doutoral, entende-se que todos esses termos utilizados representam os movimentos de afirmação da étnica dos vários povos indígenas do Brasil.

A história de envolvimento da pesquisadora com indígenas vem desde a mais tenra idade, com seu lócus de origem, pois a área geográfica onde nasceu, a cidade de Mamanguape, na região do Vale do Mamanguape, litoral norte da Paraíba, é território de tradição¹ dos indígenas Potiguara. Essa etnia que ocupava em 1501, toda a costa do Nordeste brasileiro do Ceará à Paraíba (Cunha, 2017). Na Paraíba, ocupava o Vale do Mamanguape do litoral até a Serra da Raíz, antiga Serra do Cupaoba (Barcellos, 2014).

Daí, o interesse pela questão indígena, a necessidade de compreender melhor esse povo, de entender mais sobre sua essência, seu jeito de ser, viver, sentir; da

¹Nesse texto, seguindo (Hobsbawm e Ranger, 2012), adotasse o conceito de “invenção da tradição” entendendo como um conjunto de práticas, comumente reguladas por normas implícitas ou claramente acolhidas; estas, de caráter peculiar, ritualístico ou emblemático que apontam imprimir valores e normas de conduta, mesmo pela imposição da repetição, o que insinua, uma ininterrupção em relação ao passado.

incansável luta, da resistência e resiliência, enfim, os ideais de vida.

Essa oportunidade surgiu em 2008 quando decidiu cursar o mestrado acadêmico. Para isso, nossa primeira atitude foi participar do Grupo de Trabalho na linha de pesquisa afro/indígena Kuaba Atagbá, do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões (PPGCR) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Em seguida, matriculou-se, como aluna especial, na disciplina de Mito, Rito e Espiritualidade Indígena, ministrada pelo Professor Doutor Lusival Barcellos.

A intenção era fazer um projeto para estudar o povo indígena Potiguara da Paraíba. Pois bem, essa aspiração foi abortada durante aula de campo que se realizou no Sítio Barra do Gramame, litoral sul da Paraíba, com a apresentação de indígenas Tabajara que afirmavam descendência originária daquela região – os Tabajara. Tabayára – os aldeões, os donos das aldeias; de Taba – aldeia, + yára – senhor, aquele que domina (Clerot, 2010, pp. 450-451; Navarro, 2013, p. 598), do tupi antigo *tobaïara*, "inimigos". A Nação indígena que habitava no litoral, do estado da Paraíba até os limites meridionais da Ilha de Itamaracá no estado de Pernambuco.

Foram esses os primeiros contatos, em que se escutou a narrativa histórica do Mito da Profecia, que segundo o tronco velho Antônio Piaba, “um dia virá um jovem forte, capacitado e destemido e assumirá nossa história, nossa gente e a retomada de nossa terra”. (Antônio Piaba citado por Barcellos e Farias, 2015, p. 63). Surpresa e deslumbramento, foram os sentimentos vivenciados naquela tarde. Acomodados em acentos improvisados à sombra de uma mangueira, não se concebia qual importância e desfecho a história desses indígenas teriam na vida da pesquisadora a partir daquele momento.

Como professor devo saber que sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino. Exercer a minha curiosidade de forma correta é um direito que tenho como gente e a que corresponde o dever de lutar por ele, o direito à curiosidade (Freire, 2018a, p. 85).

Apoiando-se em Freire, aquela narrativa despertou a curiosidade e a ânsia de conhecer a história daquelas pessoas que se identificavam como indígenas. A adrenalina da professora de História ascendeu, despertando-a para pesquisar e construir outras aprendizagens. A história de vida daqueles indígenas era instigante e desafiadora – tratava-se de um estudo inédito!

Surgia a oportunidade de apresentar na academia a fascinante saga Tabajara, que não seria em forma de ‘canção’, mas revelaria os ‘atos heroicos’ de resistência, da sua afirmação de indianidade silenciada e invisibilizada há mais de um século. O termo indianidade neste texto é concebido de acordo Arruti (2006, p. 54), que define, como “Representação e um tipo de comportamento, gerado pela interação de povos indígenas com os aparelhos de Estado e seus procedimentos estandardizados, impõem à grande diversidade de culturas e organizações sociais um modelo, que acaba sendo assumido efetivamente por aqueles povos”.

Falar sobre índio Tabajara, indianidade é apresentar um tema desconhecido pela academia sobre um povo tido como extinto na sociedade não indígena era, deveras, desafiador e demais arriscado. Contudo, acreditou-se naquele objeto com seus relevantes valores e saberes, e dele resultou o pré-projeto para concorrer na seleção do mestrado em 2009 no PPGCR da Universidade Federal da Paraíba com o título: *Memória Tabajara: Manifestação de fé e identidade étnica*, que resultou em exitosa aprovação.

A jornada para apropriar-se da teoria enraizada na empiria resultou em uma construção de parcimônia com sabedoria para subsidiar a pesquisa com densidade e o aval científico. Uma aventura etnográfica de cultivar o chão de um povo indígena completamente silenciado. Após a dissertação ser concluída, foi imediatamente publicada, tornando-se um valioso e principal documento para esses indígenas.

Passaram-se alguns anos e aumentou o desejo de prosseguir os conhecimentos científicos sobre essa temática em um possível doutorado. A Universidad Internacional Iberoamericana (UNINI) – México, abriu as portas para iniciar esta laboriosa jornada de estudos sobre a educação na vida do povo Tabajara

De maneira objetiva, optou-se pela temática sobre *as práticas educativas* a fim de aprofundar os conhecimentos e as aprendizagens sobre as vivências do cotidiano, a ressignificação e revitalização da cultura material e imaterial, as estratégias de mobilização pelo território, saúde e educação, as redes políticas e sociais desses indígenas. O termo cultura material está relacionado com a simbologia que os objetos têm na cultura de um povo, ou seja, a importância e influência que exercem na definição da identidade cultural de uma sociedade. O que é material e físico, objeto ou artefato é entendido pelos seres humanos como um legado, como algo para ser

apreendido, usado e preservado, que ensina a reproduzir o mesmo objeto ou guardar a sua memória (Infopédia, 2003-2020).

No fim do século XIX, o povo Tabajara sofreu uma esmagadora diáspora em consequência da expropriação do território tradicional. Não lhe restando outras opções, abrigaram-se nos bairros periféricos das cidades paraibanas do litoral sul. Nessas comunidades, as famílias se estabeleceram como foi possível. Cunha (2017), a cultura de um grupo étnico, em situação de deslocamento que geralmente acontece de forma forçada ou de interação com outras, adquire novos feitiços, não se perde ou se funde, mas contrai um novo lugar ou emprego, junto a nova cultura, ao mesmo tempo que em determinados aspectos é reconhecida como de contraste.

Conforme a autora, a cultura não se funde, ela se recompõe, vai adquirindo novos significados. Essa dispersão sofrida pelos indígenas os empurrou para o contato direto com a cultura de uma sociedade opressora, preconceituosa e excludente. Abrandou a cultura tradicional, afetando e modificando a forma de viver, seus usos, costumes, como também um obscurecimento do sentimento de pertencimento étnico em alguns indígenas. Entretanto, também houve quem persistisse na ancestralidade, com uma capacidade admirável de resiliência, reinventando-se e assimilando novos ritos, crenças, usos, costumes, elementos religiosos e espirituais, quer dizer, de outra forma, eles ressignificam sua cultura dentro de novos valores.

Nesse contexto, surge o movimento de ressurgência étnica, fato que gera tensões religiosas, culturais e espirituais diante da revitalização das práticas culturais tradicionais, sendo essa decorrência contemporânea um problema crucial para a preservação da identidade e da cultura desse povo indígena.

A dissertação de mestrado (Farias, 2011), transformada em livro (Farias; Barcellos, 2012), é a primeira obra escrita sobre esses indígenas no século XXI (Figura 02).

Tal produção colaborou para mudar o *curso* da história Tabajara, pois esses indígenas tinham consigo uma prova real, um registro escrito que comprovava para a sociedade envolvente sua existência. A partir de então, a pesquisadora fez várias publicações: capítulo de livros e livros (Barcellos et al. 2014; Farias e Barcellos, 2015); vários artigos como Jovens indígenas Tabajara: âncoras no processo de reivindicações na busca do bem viver no século XXI; Religiosidade popular e religião

indígena; Percursos da alteridade étnico/religiosa do povo indígena Tabajara da Paraíba: ritual do Toré x pentecostalismo; As práticas educativo-culturais dos Tabajara da Paraíba; Toré de crianças e jovens indígenas Tabajara: ritual de afirmação da etnia; Pentecostalismo de periferia: expropriação, evangelização e tradição étnica.



Figura 02. Livro Memória Tabajara: manifestação de fé e identidade étnica.
Fonte: da autora, 2019.

Assim como a publicação da dissertação foi algo diferencial para os Tabajara, a pesquisa doutoral tornar-se um marco que dá mais consistência social e visibilidade acadêmica para essa cultura de valor. A obra sobre as práticas educativas é uma temática pioneira sobre esse povo paraibano e revelará aspectos significativos que serão de grande importância para os indígenas que, no contexto político-econômico do Brasil vigente, necessitam de estudos que corroborem a garantia dos seus direitos, na demarcação de seu território, no fortalecimento da etnoeducação e na sua identidade cultural e ancestralidade.

Para os estudiosos, será um referencial teórico de grande relevância; para a sociedade, uma dádiva preciosa para ser socializada e divulgada; para a academia, um achado peculiar por seu ineditismo intercultural e educacional. O Brasil, como um país reconhecidamente intercultural, faz-se urgentes estudos que valorizem a diversidade cultural brasileira para que haja respeito mútuo e equidade social para todos os cidadãos indiferentemente de cor, etnia ou posição econômica. A interculturalidade tem como principal característica o reconhecimento e o respeito à diferença apontando para um tratamento igualitário, em que não existe uma aposição de cultura sobre outra.

Candau (2010, p. 14), assinala que a interculturalidade “tenta promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes, trabalhando os conflitos inerentes a esta realidade”. Os frequentes debates sobre a interculturalidade é uma realidade presente na sociedade atual e conseqüentemente no campo educacional. Sousa (2017), diz que na interculturalidade apresenta-se uma noção de envolvimento, harmonia e acolhimento entre as culturas em que são reconhecidas e aceitas as diferenças.

A intercultura não busca a hegemonia, mas o reconhecimento da diversidade. Os conflitos permanecem inclusive em nome da democracia, mas devem existir em uma condição de igualdade, onde as diferenças não se reflitam em preconceitos e discriminações (Vieira, 2001, p. 118).

Tais debates levantam questionamentos que contribuem para o reconhecimento da riqueza de elementos culturais relacionados com a realidade da sociodiversidade presente no Brasil, considerando a grande concentração de povos etnicamente distintos. Conforme Vieira (2001, p. 118-119), “Pode-se admirar os valores do outro, não simpatizar com eles ou mesmo se opor a eles. Mas é perverso desqualificar ou subjugar os valores do outro aos nossos.” No interculturalismo, deve-se apreender, que no mundo existem díspares identidades culturais, com suas especificidades, que devem ser valorizadas e respeitadas, ou pode acontecer o que diz Santos (2006, p. 47):

Quando queres tentar um novo discurso ou teoria intercultural, enfrentas um problema: há aspirações nos oprimidos que não são pronunciáveis, porque foram consideradas impronunciáveis depois de séculos de opressão. Não é possível o diálogo simplesmente porque as pessoas não sabem dizer, não porque não tenham o que dizer, mas porque suas aspirações são impronunciáveis. E o dilema é como fazer falar o silêncio através de linguagens, de racionalidades que não são as mesmas que produziram o silêncio no primeiro momento. Esse é um dos desafios mais fortes que temos: como fazer falar o silêncio de uma maneira que produza autonomia e não a reprodução do silenciamento.

Optar por um estudo na linha da interculturalidade é acreditar que os grupos vulneráveis e silenciados como povos quilombolas, povos indígenas e comunidades tradicionais sejam inclusos e suas aspirações sejam pronunciáveis na sociedade

como cidadãos de fato, e o Estado crie políticas enraizadas na cultura de base. É reconhecer que as diferentes culturas podem conviver e interagirem na sociedade. Assim, a interculturalidade, como ação filosófica, sustenta-se de maneira direta na ética e como ação crítica, assinala para um projeto necessariamente decolonial.

Seguindo o pensamento de Freire (2018a), a curiosidade e a ânsia de conhecer com mais detalhes a vida desses indígenas, foram agulhões que levaram a professora pesquisadora de História a buscar construir outras aprendizagens. Para isso, garimpavam-se mais informações sobre eles por meio de algumas referências e entrevistas. “Os Tabajara erão estabelecidos entre a margem direita do rio Parayba e os limites meridionaes da extinta capitania de Itamaracá, mais ou menos” (Joffily, 1892, p. 103).

Apurou-se em Joffily a ocupação do litoral sul há séculos pelos Tabajara, demonstrando que eles têm uma trajetória que faz parte da historiografia paraibana. Dessa forma, esses indígenas são descendentes genealogicamente dessa linhagem atual, significa que não foram totalmente exterminados como se aprendeu na escola mediante os livros didáticos.

Espera-se, que esta pesquisa dê visibilidade às práticas educativas dos indígenas Tabajara e suas estratégias de ensinar e de aprender no seu cotidiano atual (Freire, 2018a). O estudo é essencial para a compreensão da sociodiversidade cultural indígena paraibana e contribuirá para o fortalecimento e a divulgação das práticas educativas dos originários Tabajara da Paraíba, colaborando para a visibilidade política e social dos indígenas do Nordeste, também conhecidos atualmente como índios do Nordeste.

Cunha Júnior (2016), o termo Índios do Nordeste é um conceito construído para caracterizar a categoria étnico-racial e a região onde se situam seus territórios, historicamente relacionados com a mestiçagem/mesclagem, razão que gerou questionamentos quanto à presença deles no século passado por instituições públicas, historiadores e antropólogos.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), atualmente existe no Brasil 305 etnias. Entende-se o termo etnia, conforme Rodrigues (2020),

como o sentimento de pertencer a um determinado grupo com o qual o indivíduo partilha a mesma língua, tradições e território. São povos que conseguiram durante milênios conviver em ambientes antagônicos enfrentando e superando as adversidades na busca por necessidades básicas de sobrevivência.

Os povos originários fizeram experimentos na gastronomia, nos fitoterápicos, no cultivo de alimentos, na criação de animais, na simbiose com plantas e animais, na confecção de armas, adornos e vestimentas, na aproximação com o sagrado e com as divindades e na convivência com a natureza dentre outros.

Entre todos os povos latinos, este estudo teve como foco os indígenas Tabajara da Paraíba, que eram trazidos como extintos. “Sem dúvida as lacunas etnográficas e os silêncios da historiografia – enquanto componentes de um discurso do poder – constituem fontes geradoras desse enigma, [...]” (Oliveira Filho, 2004, p. 47). O autor fala do silêncio da historiografia que também é mais uma forma de negação dos direitos indígenas.

Os Tabajara acudados estiveram silenciados por décadas. Porém, com aguerrida resistência, mobilizam-se iniciando nesta última década um exitoso movimento de ressurgência, levando-os a serem reconhecidos como o segundo povo indígena do estado (Farias; Barcellos, 2015). Para Mendonça (2013, p. 22), “a ‘resistência’ refere-se a uma construção ‘a partir’ dos índios e ao processo de opressão, subalternização, racialização das identidades, isto é, ao modo como um determinado povo existe na história com o advento da modernidade/colonialidade”.

O advento do povo Tabajara no século XXI é um exemplo a ser mostrado por sua resistência. Na construção da identidade étnica (Veras; De Brito, 2012, p. 110): “Chama a atenção para a dimensão política dos grupos étnicos. Afirma que nutrem uma ‘crença subjetiva’ numa origem comum, sendo, portanto, um sentimento produtor da comunhão étnica.” Povo indígena que se agrupa não só pela consanguinidade, mas também pelo sentimento de acreditar na constituição da procedência de um território de tradição comum.

Em 2010, a população Tabajara era de 755 indígenas (Mura; Palitot; Marques, 2015). Em 2019, o cacique Ednaldo Tabajara, da Aldeia Vitória, estima que a população seja, aproximadamente, de 1.200 indígenas distribuídos em espaços

urbano e rural no litoral sul da Paraíba, sobretudo do município de Conde, PB (informação verbal. abr. 2019).

Foi dito, anteriormente, que, em decorrência de uma opressiva diáspora no fim do século XIX, não foi possível dar continuidade à tradição, modificando a forma de viver e suas práticas culturais. Porém, essas famílias que tiveram como derradeira escolha os espaços urbanos periféricos mantiveram a ligação com o ambiente da Jacoca, território tradicional Tabajara, pois quando podiam, nos quintais urbanos, perpetravam a agricultura e o cultivo de plantas medicinais (Mura *et al.* 2015) dentre outras práticas.

Esse é um legado Tabajara, dentre muitos, que assegura a ancestralidade e a ligação com a terra, como também a capacidade incrível de resiliência, de reinventar e assimilar novos ritos, crenças, usos e costumes e noções religiosos. Durkheim (2019) assegura que os ritos e as crenças são categorias do fenômeno religioso, sendo os ritos destinados a conservar ou restaurar determinadas situações mentais desses grupos. Nesse sentido os ritos podem ser vistos como úteis para manutenção da ordem social.

Essa nova convivência nas periferias urbanas obrigou os indígenas a sobreviverem em meio às adversidades de uma sociedade intolerante que invisibiliza as minorias, sobretudo, a tradição cultural indígena. Esse apagamento afetou consideravelmente a preservação da cultura, e como consequência desse tempo de afastamento dos usos e costumes, houve um obscurecimento do sentimento de pertencimento étnico.

Nesse ínterim, a aproximação com a religião evangélica e, posteriormente, a adesão ao universo pentecostal, levou-os a se tornarem adeptos dessa religião (Farias; Barcellos, 2015). “A cultura é dinâmica, está o tempo todo se atualizando, se modificando, sofrendo influência. Mas o importante é que eles, os Tabajara, guardem a essência. A ideia que os ancestrais preservavam, utilizavam tudo isso toca fundo no espírito deles” (Petrônio Cavalcanti. Informação verbal, fev. 2020).

O processo de etnogênese do povo indígena em estudo desencadeou intensa luta pelo reconhecimento do etnônimo Tabajara e, conseqüentemente, a luta pela retomada do território, dos seus direitos e das tradições, o que provocou tensões de identidade cultural e religiosa.

A etnogênese pode ser descrita como um processo de formação de uma fronteira socialmente estabelecida, cujo efeito é a produção de uma identidade diferenciada, que pode ser entendida como resultado de um contexto situacional. Para Luciano (2006, p. 40), “uma identidade política simbólica que articula, visibiliza e acentua as identidades étnicas de fato, ou seja, as que são específicas”. Essa decorrência é denominada pela antropologia de emergência de novas identidades étnicas ou ressurgimento de etnias já reconhecidas que abrange a transformação social, política, definição identitária e incorporações criativas de elementos que auxiliam grupos culturalmente diferenciados (Oliveira Filho, 2004). “As ‘emergências’, ‘ressurgimentos’, ou ‘viagens de volta’ são designações alternativas, cada uma com suas vantagens e desvantagens, para o que, de forma mais clássica e estabelecida, a antropologia designa por etnogêneses” (Arruti, 2006, p. 50).

Essas questões da etnogênese não são fáceis de ser compreendidas por parte dos indígenas em decorrência da atual conjuntura que se tornou um desafio para preservação da identidade e da cultura desse povo originário. Para Petrônio Cavalcanti: “A etnogênese, uma parte vem do conhecimento da própria história e a outra ao amor da brasilidade de cada um. Do mesmo jeito que o povo da cidade quer ser europeu, o caboclo do interior se orgulha de ser índio” (Informação verbal, fev. 2020).

É dessa conjuntura apresentada que surgiu a seguinte problemática: *as práticas educativas do povo indígena Tabajara da Paraíba contribuem ou não para o fortalecimento da identidade, a preservação da história, a revitalização da cultura e da espiritualidade, a retomada do território, o vigor da etnoeducação e das vivências religiosas.* Diante dessa questão, estabeleceu-se como hipótese de pesquisa: *as práticas educativas dos indígenas Tabajara da Paraíba fortalecem a afirmação da identidade, preservam a memória e a história, revitalizam a cultura, a religiosidade e a tradição dos seus ancestrais, bem como corroboram a resistência e as mobilizações políticas.*

O *objetivo geral* da pesquisa é definir as práticas educativas que os indígenas Tabajara da Paraíba utilizam para o fortalecimento do seu povo, a preservação da memória e da história, a revitalização da tradição dos seus ancestrais, a fim de conciliar as tensões existentes envolvendo a identidade cultural e a opção religiosa.

Os *objetivos específicos*: a) identificar as práticas educativas desenvolvidas e utilizadas pelos indígenas Tabajara da Paraíba para revitalização e fortalecimento das tradições culturais; b) verificar como as práticas educativas contribuem para resistência e mobilizações políticas desse povo; c) investigar como as práticas educativas adquiridas na escola tornam-se instrumentos de empoderamento dos indígenas Tabajara na luta pelos seus direitos, pela sua identidade étnica e autossustentabilidade; d) compreender como as práticas educativas contribuem para implementar na aldeia as relações – os acordos, as decisões, as divergências, as aprendizagens, a educação – na forma de políticas afirmativas na vida desses indígenas. A Figura 3 mostra uma síntese da pesquisa, os principais elementos que estruturam esse trabalho.

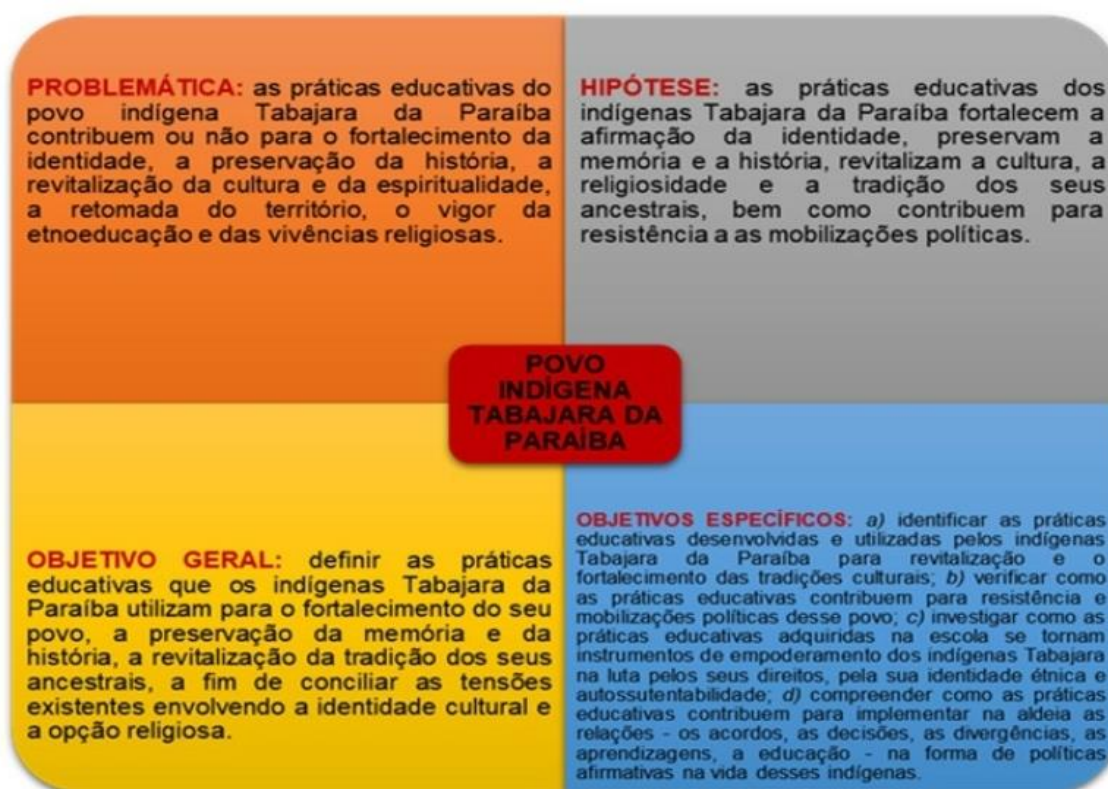


Figura 03. Problemática, hipótese, objetivo geral e específicos.

Fonte: elaboração da autora

II CONTEXTO, NARRATIVAS E EDUCAÇÃO TABAJARA



Figura 04. Caminhada na mata, Aldeia Vitória, Conde, PB.
Fonte da autora, 2019.

Quando se pensa em pesquisar uma temática, logo se faz necessário fazer um levantamento das fontes literárias. É imprescindível conhecer o que já foi pesquisado na academia para dar consistência acadêmica à pesquisa. A caminhada dos Tabajara (Figura 04) nos inspirou a dar ‘o pontapé inicial’ para orientar-se na trilha de como proceder com a metodologia.

2.1 PESQUISAS ANTERIORES SOBRE OS TABAJARA

Durante este processo de pesquisa, buscou-se aproximação de produções sobre o tema da pesquisa. Apresenta-se neste capítulo um panorama das pesquisas realizadas sobre o tema, salientando que os indígenas Tabajara do estado da Paraíba estão em um processo de etnogênese a partir de 2006. Nesse contexto, foram encontradas escassas publicações.

Referências acadêmicas sobre os Tabajara no século XXI podem ser encontradas a partir de 2011, a exemplo do trabalho acadêmico *Memória Tabajara: manifestação de fé e identidade étnica* (Farias, 2011). A autora faz um estudo detalhado dos vários aspectos deles na atualidade, contextualizando a ressurgência e a reelaboração da tradição cultural e religiosa; quantifica a população, localização

geográfica, economia, modo de vida, suas lutas políticas e sociais, crenças, cosmovisão, relação com a mãe natureza; trajetória histórica.

Em 2010, concluiu-se o primeiro relatório do grupo de Estudo Técnico sobre estes indígenas. Em 2015, o *Relatório de Fundamentação Antropológica para Caracterizar a Ocupação Territorial dos Tabajara no litoral sul da Paraíba* (Mura et al. 2015) foi publicado em formato de livro com os conteúdos na íntegra. Os pesquisadores analisam os processos históricos, dinâmicos territoriais, a organização social, as atividades produtivas, o meio ambiente, os aspectos simbólicos, cosmológicos e a tradição de saberes. É o documento mais profundo na atualidade, sem dúvida, indispensável para fundamentar os conhecimentos sobre esse povo.

A dissertação de Saraiva (2019), aborda as relações telúricas e espirituais como são processadas e se manifestam na arte da cerâmica dentro da cosmovisão indígena Tabajara. Este estudo concretizou-se com a metodologia de uma pesquisa ação que estimula vivificar a cultura da arte ceramista entre esses indígenas. O estudo contribui fundamentalmente para vitalizar esta prática, onde pode-se perceber que a prática da argila tem dado relevante visibilidade a alteridade dessa etnia.

Resende (2018) produziu a monografia de TCC sobre a dança do ritual do Toré. Esse trabalho foi apresentado no Departamento de Música da UFPB, em que é analisado o Toré como uma dança, um elemento de potência para afirmação e reavivamento cultural da maioria das comunidades indígenas que emergem na região Nordeste, buscando entender de que forma esses corpos que dançam o Toré vêm reconstruindo essa identidade, como ocorre essa reelaboração, e quais ressignificações ocorrem nessa dança tendo em vista a conjuntura em que os Tabajara vivem atualmente.

Esse estudo contribuiu com a obra por observar que a prática ritualística empodera os indígenas na identidade, no fortalecimento étnico mediante o uso do corpo como ferramenta preponderante de luta, como nota que a dança do Toré é uma prática presente em vários momentos da vida desses indígenas.

Os Tabajara reconhecem o litoral sul paraibano como território de tradição, sendo um dos mais disputados na Paraíba desde o início da chegada do europeu, sobretudo pela especulação imobiliária atualmente. Nesse sentido, Marques (2015) analisa o processo de territorialização da microrregião do litoral sul paraibano, tomando como especificidade a territorialidade étnica dos Tabajara e das

comunidades negras do Gurugi e Ipiranga. Grupos que, em momentos históricos diferentes, estabeleceram relações territoriais e interétnicas que os diferenciam e, ao mesmo tempo, os aproximam.

A pesquisadora buscou situações históricas do litoral sul por meio da utilização de documentos datados de 1860, que referenciam o processo de contato e territorialidades étnicas (Marques, 2015). Mesmo em situação de desvantagem, essas minorias em seu silenciamento utilizam suas estratégias para dar visibilidade à sua espacialidade. O estudo concluiu que os grupos étnicos do litoral sul, historicamente, lutam para sair da condição de viver no entre-lugar. Sair na condição de fronteira local é ter seus direitos garantidos plenamente.

Barcellos *et al.* (2014), no livro “Diversidade Paraíba: indígenas, religiões afro-brasileiras, quilombolas, ciganos”, fazem um estudo direcionado ao ensino fundamental, mostra um panorama básico do povo Tabajara na atualidade. É um trabalho contributivo recomendado para todo leitor que se interessar pela causa indígena, tema da pesquisa.

Farias, Barcellos e Cozar (2015) apresentam uma obra relevante em formato de álbum fotográfico. Por meio de fotos, o trabalho revela a originalidade, o legado milenar da ancestralidade das tradições que as novas gerações vêm recriando e fortalecendo em um processo histórico conflituoso. O ineditismo do processo de etnogênese, a partir de 2006, levou Juan Soler a retratar o ambiente da cultura e da vida desses indígenas. A galeria de fotos é complementada com o texto dos estudos de Farias *et al.* (2015). A obra Paraíba Tabajara, através das lentes e da sensibilidade dos autores, capta a alteridade desse povo, mostrando seu singular e autêntico estilo de vida indígena, estudo que fortalece a pesquisa em andamento. Além desses trabalhos acadêmicos sobre os indígenas Tabajara, existem outros artigos publicados por esses e outros autores.

A autora Amanda Marques (2015) debate os impactos causados pelas atividades turísticas na praia de Gramame, localizada no litoral sul paraibano, território tradicional que é reivindicado pelos índios Tabajara; fundamentada na Instrução Técnica Executiva n.º 134 da Diretoria de Assuntos Fundiários da Funai em um trabalho realizado em três etapas, no qual procuram reconstruir os marcos históricos e de parentesco do grupo, por meio da oralidade e da documentação oficial encontrada.

O estudo apresenta parte de uma das etapas de campo, que teve como propósito a identificação da Praia de Gramame, um território considerado imprescindível para a reprodução social e cultural do grupo. O litoral sul paraibano é, sem dúvida, uma área de ocupação antiga, que sofreu ao longo do tempo diferentes formas de fração do território. Na atualidade, esse fracionamento recebe mais uma demanda, que é a étnica. Observa-se que existe uma sobreposição territorial pelo interesse de grandes proprietários de terras, imobiliários, grupos étnicos e camponeses. O uso e a ocupação da Barra do Rio Gramame é um exemplo para afirmar que o povo Tabajara, embora silenciado pela população regional, permaneceu estabelecendo uma relação com o ambiente costeiro, caracterizando, assim, o que chamamos de ocupação tradicional do território.

Farias e Souza (2017) demonstram a interação do povo Tabajara com as religiões de matriz europeia como o protestantismo e o catolicismo cristão, dando ênfase às relações culturais. Posta essa dinâmica de construção de uma cultura indígena, tendo em vista o processo de relação entre continentes, faz a descrição com base em fronteiras culturais em que mesmo os indígenas Tabajara, sendo adeptos ao “*inevitável*” cristianismo, sempre estabelecerão certas fronteiras de diferenciação perante os outros grupos étnicos. As fronteiras perpassam da religião católica para as religiões pentecostais levando esses indígenas às práticas religiosas evangélicas.

Eliane Farias (2017) analisa como são desenvolvidas as práticas educativas pelo povo indígena Tabajara da Paraíba para preservação de sua cultura tradicional e sua religiosidade. O estudo contribui apresentando uma compreensão da sistematização das raízes culturais na prática do respeito, do cuidado com os elementos da natureza, na confecção dos artesanatos, na pintura, nos rituais, na religiosidade cristã e na espiritualidade, no universo onde elas ocorrem, o tempo necessário, as relações com a mãe natureza e os valores que são cultivados.

Farias e Barcellos (2017) analisam a dinâmica das práticas educativas não formais utilizadas pelo povo indígena Tabajara para ressignificação de sua cultura por meio dos jovens e das crianças. É relevante para a pesquisa à medida que apresenta a dinâmica revelada e sistematiza na edificação de suas raízes culturais na prática do respeito, do cuidado com a natureza; na religiosidade cristã e na espiritualidade tradicional.

Araújo, Sousa, Souza, Leite, Andrade e Santos (2012) trabalharam o processo geo-histórico e o engajamento etnopolítico dos Tabajara da Paraíba pela retomada territorial e os caminhos para o ressurgimento étnico e cultural. O estudo ajuda a compreender melhor a espacialização dos dados com base nas informações e nos conhecimentos adquiridos no *Relatório de fundamentação antropológica para caracterizar a ocupação territorial dos Tabajara no litoral sul da Paraíba: Instrução Técnica Executiva n.º 34/DAF/2009* (Mura et al. 2015).

Cavalcanti, Barcellos e Moura (2016) realizam uma interpretação imagética acerca do processo de reorganização e ressignificação da identidade dos indígenas Tabajara por meio da liderança do cacique Ednaldo Tabajara e sua identificação com o mito do herói presente na profecia conservada na memória dos mais antigos. Tomam como suporte analítico a obra de Barcellos e Farias (2015), a Teoria do Imaginário na perspectiva e a jornada do herói Joseph Campbell. O estudo ajuda a compreender a profecia como uma relevância simbólica no processo de ressignificação das práticas dos indígenas, ressaltando a importância dos mitos no processo de organização e autoafirmação de um povo.

2.2 APROXIMAÇÃO COM PRODUÇÕES NA TEMÁTICA

Durante o processo de pesquisa, fez-se um levantamento acerca das produções acadêmicas – periódicos, dissertações e teses –, com um recorte temporal do período de 2014 a 2019. Essa recomendação é uma exigência do Curso de Doutorado da UNINI.

As consultas realizaram-se nos sites da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Portal de Periódicos Capes, no Scientific Electronic Library Online (SciELO) e identificaram pesquisas que se aproximassem da temática. Optou-se fazer de forma mais abrangente por se tratar de um estudo de doutoramento. Nesta busca, empregaram-se os Operadores Lógicos Booleanos *AND* na intenção de facilitar a aquisição de informações. Buscou-se por área de conhecimento: ciências humanas e subárea: educação, utilizando os descritores: *práticas AND educativas AND indígenas*; nesses foram improdutivos os resultados. Com os descritores *práticas AND indígenas*, obteve-se o resultado de 12 dissertações e 3 teses, todas referentes à educação escolar indígena. Na busca com os descritores *educação AND indígena*, obteve-se o resultado de 116 dissertações e 64 teses (Tabela 1).

Tabela 1
Dissertações e Teses BDTD (2014-2019)

Descritores Pesquisados	Dissertações	Teses
Práticas educativas indígenas	2	0
Práticas AND indígenas	12	3
Educação AND indígenas	116	54

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Esse resultado trouxe bons textos sobre educação escolar indígena, formação de professores indígenas, educação ambiental, prática da aplicação da Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008, que se torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados o estudo da história, da cultura indígena e afro-brasileira. Esses saberes docentes e outros, foram importantes, porém não relacionados de forma direta com a pesquisa. O procedimento utilizado na busca foi o de analisar os títulos e resumos dos documentos que se aproximassem da temática em estudo.

Uma interessante surpresa depois do levantamento dos dados coletados foi verificar que os estudiosos da academia não despertaram ainda para pesquisar sobre as práticas educativas e os ensinamentos dos povos indígenas em sua comunidade.

Sobre o levantamento realizado acerca das produções acadêmicas em nível de artigos no Portal de Periódicos Capes (Tabela 2), utilizaram-se os descritores, *práticas AND indígena*, associados pelo operador booleano *AND* no período de 2015-2019 em qualquer idioma. Na busca, encontraram-se oito artigos, mas seis não se associavam diretamente à temática. No Portal, tais trabalhos contemplaram a educação escolar, os infanticídios, a saúde, experiência etnográfica e medicina tradicional.

Tabela 2
Levantamento no Portal de Periódicos Capes (2015-2019)

Título	Autor/Ano	Periódico
Infanticídio em tribos indígenas brasileiras	Simões e Vasconcelos (2015)	Revista Expressão Católica

Educação escolar indígena: a prática docente dos Guarani Mbya	Souza, J. A. (2017)	Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade
Meanings of 'Tuberculosis' in rural Indigenous Communities from a Municipality in the Colombian Amazon	Muñoz Sánchez e Rubiano Mesa (2017)	Investigación y educación en enfermería
Therapeutic itineraries and explanations for tuberculosis: na indigenous perspective	Nogueira, Teixeira, Basta e Motta (2016)	Revista de Saúde Pública
Pluralismo giuridico e prática giuridica indígena: il caso dei Guarani del Chaco Boliviano	Scionti (2017)	Etnoantropologia
A experiência etnográfica: sobre habitar e ser habitado pelo mundo Apyãwa	Severino Filho (2015)	Boletim de Educação Matemática

Fonte: Elaboração da autora, com base em dados do Portal Capes, 2019.

Continuou-se no levantamento com os descritores, educação *AND* indígenas; o resultado trouxe 843 artigos, todos sobre educação escolar indígena. Desses, na leitura do estudo “*Roda de Arte, trabalho e cultura de uma experiência com índios Guarani*”, percebe-se semelhança das ações com essa pesquisa na análise dos resultados do estudo. Os autores apresentam ações sobre práticas educativas com experiência em oficinas sobre arte, qualificação profissional, educação, saúde e sua cultura com relação às necessidades dos indígenas Guarani, tendo como público-alvo, os adolescentes e adultos (Vendruscolo; Trindade; Grisa; Oltramari; Zanotelli, 2014).

A analogia dessas práticas com os indígenas Tabajara ocorre por serem desenvolvidas principalmente em oficinas gestadas pelas lideranças, que se realizam em parceria com Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, e com Organizações não Governamentais (ONG). Tais ações contribuem para promoção da economia, da saúde e outras áreas que fortalecem a cultura desses indígenas.

Por fim, levantou-se uma busca no SciELO Online nos periódicos: Revista Colombiana de Educación, Educar em Revista, Revista de Ciências Sociais, Educação & Sociedade, Universitas Humanística, Etnográfica, Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Revista Brasileira de Educação, com os descritores *práticas educativas indígenas* e encontraram-se 22 artigos, dos quais, um teve pertinência com a pesquisa, conforme o Tabela 3.

Tabela 3
Levantamento no Scientific Electronic Library Online (2015-2019)

Título	Autor/Ano	Periódico	Descritores
La constrcción de la demanda educativa em los pueblos originários del sureste mexicano	Baronnet (2015)	Revista colombiana de Educación	Práticas educativas indígenas

Fonte: Elaboração da autora com base em dados obtidos no SciELO, 2019.

Baronnet (2017) identifica-se com os aspectos da pesquisa em curso quando o autor fala no estudo sobre as estratégias alternativas de educação de luta dos povos originários do México, trabalho que remete a esta pesquisa no sentido de que os Tabajara, como povo originário, usam como uma das estratégias de luta as práticas educativas; organizam-se por meio de reuniões mensais; estão em luta pela terra tradicional em uma região multicultural (indígenas, quilombolas e não indígenas).

Nas reuniões, suas demandas políticas são pontuadas, debatidas e planejadas visando atender suas necessidades de fortalecimento do Ser Tabajara. As identidades politizadas valorizam a subjetividade do ser indígena dando sentido a pertencer novamente a um grupo político (Baronnet, 2017). Apreciados os levantamentos bibliográficos efetivados nos portais apresentados acima, apresenta-se o estado da arte Tabela 4.

Tabela 4

Resumo do levantamento nos repositórios específicos

Portal	Artigos	Dissertações	teses	Pertinência
BDTD	-	130	57	Freitas (2017)
Periódicos	843 + 06	-	-	Vendrusculo et al. (2014)
Capes				
Scielo	-	-	-	Baronnet (2017)

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados de cada portal, 2019.

Após esses levantamentos, o capítulo continua a se desenvolver dissertando sobre os dados obtidos na pesquisa mediante a observação participante com a fundamentação de estudiosos da área.

Por não haver estudo diretamente relacionado com a presente obra, produziu-se uma pesquisa que evidencia a valorização das práticas educativas da cultura

Tabajara, assim como o cotidiano cultural existente nas escolas, focada na Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire (Freitas, 2017).

2.3 UNIVERSO E CONTEXTO DOS TABAJARA

Quem são os indígenas Tabajara? Onde estão localizados? A presença do povo Tabajara² na costa nordestina está registrada na história do território brasileiro antes da chegada do invasor europeu no século XVI. As nações indígenas encontram-se nos escritos de Magalhães Gandavo, um dos primeiros a ter seus trabalhos reconhecidos sem questionamento dos leitores, a exemplo da obra *Tratado da Terra do Brasil: História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, de 1576, considerada a primeira História do Brasil (Gandavo, 2008).

Naquele período eram cerca de 40 mil indígenas da etnia Tabajara, que, itinerantes, locomoviam-se entre às margens esquerda do rio São Francisco na costa da Bahia, à margem direita do rio Paraíba, por estações em paz, por estações em guerra com os índios Potiguara e/ou outras etnias da região. No fim do século XVI, há registros de que o cacique Tabajara, conhecido por Piragibe, aliou-se aos portugueses para combater o povo Potiguara. Esse fato contribuiu para conquista do território e a fundação da capitania da Paraíba (Farias; Barcellos, 2015).

Por séculos, o trecho entre o rio Paraíba e a ilha de Itamaracá consistiu-se em lócus de habitação de indígenas. “Data de 1614 a concessão das terras da sesmaria dos índios de Jacoca (atual município de Conde)” (Mura *et al.* 2015, p. 9). Os aldeamentos missionários foram instrumentos estratégicos para fixação dos domínios coloniais sobre as terras e as populações nativas.

A capitania de Itamaracá abrigou engenhos de açúcar e populações de baixa renda (Oliveira Filho; Freire, 2006). Contatos e confrontos dizimaram um número expressivo dos Tabajara, e, soma-se a esses fatores, a legislação da época, que era escrita sempre em favor do colonizador, a citar o Regimento das Missões de 1686 e o Diretório dos Índios em 1758.

² “Duas tribus da mesma origem vindas uma após outra, occupavão o espaço que vai da Parahiba ao Rio de S. Francisco, cerca de cem legoas de costa. A mais recente ou antes a do litoral, e por esse mesmo facto a mais guerreira, orgulhosa com a sua conquista, appellidou-se arrogantemente os Tobajaras, os senhores das aldeias, – os dominadores da beira mar, ou descendentes da famosa tribu dos Tobas” (1869, cap. 2, p. 41-42).

O Diretório dos Índios foi uma das expressões da política metropolitana em relação aos índios, e como tal escondeu, representou, legitimou ou falsificou uma série de interesses. Isso, no entanto, é parte da história – que pode ser contada como parte. Além de ter sido uma expressão daquela política, o Diretório dos Índios se desdobrou em um processo histórico. Ele organizou a vida de milhares de pessoas durante quarenta anos. Homens e mulheres nasceram e morreram no período em que ele ordenava a vida social nas diversas localidades do Vale. Suas formulações relativas às formas de organização do trabalho, de associação, de exploração de recursos naturais informaram mais que uma geração de índios, mestiços, negros e brancos. De modo que mais do que um projeto para a colônia, ele constituiu-se em processo colônia e como tal, deve ser entendido” (Coelho, 2016, p. 50-51).

Somada a toda essa trajetória, a posse da terra desses indígenas, de forma drástica, foi usurpada pelos não indígenas resultando, a partir do fim do século XIX, em uma forçosa diáspora do seu território. Havia uma determinação para deslegitimar os direitos dos indígenas no fim do Império, a tal ponto de serem cognominados pela cúpula social vigente como “caboclos”, que nada mais era de um plano de integrá-los à população utilizando uma “fórmula” falsificada para confundi-los com os brasileiros em geral e extinguir o etnônimo Tabajara da sociedade (Silva, 2014).

Vários foram os fatores de coesão e repressão empregados para o silenciamento desses indígenas. Por temor de represália, passaram a se identificar apenas como caboclos, “ocultando-se” da história paraibana (Barcellos *et al.* 2014). O processo agudo, sangrento e voraz de colonialidade detonou com o pertencimento identitário e cultural dos povos originários resultando em perseguições, violência, isolamento e extermínio cultural e social. Gramsci, denominou essas características de povo subalterno, pobre e desprovido de cultura.

Segundo Gramsci (2018, p. 135), "os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória 'permanente' rompe, e não imediatamente, a subordinação". A denominação de *grupos subalternos* tem sido usada para analisar acontecimentos culturais e sociopolíticos na atualidade sobre as condições de vida de grupos na sociedade em circunstâncias de opressão.

Na assertiva de Gramsci, há uma correlação dos indígenas com o termo caboclo ter sido imposto pelo sistema brasileiro dominante para integrá-los à sociedade. O indígena permaneceu indígena, mas ante os arguidos preconceitos, passou a denominar-se caboclo.

Dessa forma, as teorias explicativas do desaparecimento do indígena ganharam crédito, e vários povos indígenas da região Nordeste foram invisibilizados. De modo averso, teceram na história resistência que afirma suas etnicidades nas primeiras décadas do século XX (Silva, 2014). Segundo esse autor, o emudecimento e a oralidade dos indígenas do Nordeste vão dar visibilidade à sua espacialidade e estabelecem uma relação com o ambiente costeiro, caracterizando a chamada ocupação tradicional do território.

Alvo de constantes violências simbólicas, físicas, psicológicas, sociais e espirituais, os Tabajara foram obrigados a migrar para as comunidades circunvizinhas do Sítio dos Caboclos, Conde, PB. Esse processo de diáspora fez com que grupos em momentos diferentes estabelecessem relações territoriais e interétnicas que os diferenciam e ao mesmo tempo os aproximam no processo de territorialização da microrregião do litoral sul paraibano (Marques, 2015). Esse lugar carrega um valor de aspecto simbólico no imaginário coletivo dos indígenas Tabajara como espaço depositório de memória e marco da história ancestral desse povo.

Nos tempos hodiernos, esses indígenas continuam em uma permanente resistência com demandas voltadas principalmente para demarcação de território, fortalecimento da identidade, reivindicação de políticas públicas, prioritariamente de saúde e educação diferenciada, moradia, ecossustentabilidade etc., enfim, para ver assegurados seus direitos constitucionais.

2.3.1 “Território: precisamos retomar o que já era da gente”

Em 2019, houve grandes discussões, reivindicações, manifestações e protestos no Brasil em decorrência dos crescentes conflitos e violência envolvendo as populações indígenas. Toda essa conjuntura tem como problemática central o território.

A Terra Indígena (TI), que é patrimônio da União, ou seja, uma porção do território nacional, habitada por um ou mais povos indígenas, que as utilizam para suas atividades produtivas, como também indispensável para prevenção dos recursos ambientais que lhes são necessários a seu bem-estar e imprescindível à sua reprodução física e cultural, acessório de seus usos, costumes e tradições. “Trata-se de um tipo específico de posse, de natureza originária e coletiva, que não

se confunde com o conceito civilista de propriedade privada” (Fundação Nacional do Índio, 2014, p. 1). O Povo Tabajara luta pela demarcação de sua terra.

De acordo com a Constituição de 1988, artigo 231, parágrafo 1.º (Brasil, 2016):

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

As Terras Indígenas estão diretamente relacionadas com a garantia da reprodução física, econômica, social e cultural desses povos de acordo com seus costumes.

Na Figura 5, apresenta a localização geográfica do município de Conde, onde está localizada a Aldeia Vitória na comunidade da Mata da Chica. Muito próximo dali, situa-se a segunda Aldeia Tabajara, chamada Barra do Gramame, ambas no município de Conde, PB.



Figura 05. Território de Conde, PB.
Fonte: mapasblog.blogspot.com, 2019.

No centro da aldeia, existe uma grandiosa Oca que tem um significado emblemático para aquele povo: os doze esteios que sustentam um cone central em uma aritmética de força que mantém erguida toda a estrutura. Assim também é a vida Tabajara, que necessita da união de todo o povo para manter viva a luta e a resistência.

Já a Aldeia Barra do Gramame, localiza-se nas proximidades da Rodovia Estadual PB-008, nas adjacências do estuário do rio Gramame, em uma área geográfica belíssima, contendo fontainhas de água, mata atlântica, manguezal, maceió, praia, falésia etc.

A entrada da aldeia é fechada com uma porteira grande e, logo após, encontra-se uma rústica e bonita oca construída com capim e madeira retiradas do mangue. O espaço da aldeia é contemplado com bastantes árvores de mangueiras, coqueiros, roças de macaxeira, pequenos arbustos e a plantação de fitoterápicos – Projeto Farmácia Viva das Mulheres, essa terra bastante fértil pertence ao território de tradição Tabajara.

Na década de 1980, toda a área foi loteada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Naquela ocasião, quatro famílias de Tabajara receberam seu lote com uma média de 6 hectares cada. Foi nessa aldeia que, em 2006, iniciou-se a revitalização e organização do povo Tabajara (Farias; Barcellos, 2015).

Algumas famílias moram na aldeia que tem uma população de 40 indígenas. Um dos locais simbólicos da aldeia é a oca, onde se realizam os rituais, o acolhimento dos visitantes, tomam-se as decisões políticas etc.

A Aldeia do Bambuzal está em construção. É uma aldeia que foi planejada e foi escolhido para ser cacique Paulo Tabajara. Atualmente, residem cinco casas e uma oca central para os eventos. Localiza-se à margem da Rodovia Estadual PB-008 na entrada da Praia de Coqueirinho. Falando sobre localização, Fialho (2011) admitiu que a questão indígena foi limitada a demarcações territoriais. No entanto, não se pode compreender o assunto só por esse olhar em razão das mobilizações de reafirmação étnica que, de maneira efervescente, vêm ocorrendo na região Nordeste, desde a década de 1970. É preciso entender as subjetividades de autorreconhecimento e do local de tradição (Torres, 2011).

Partindo dessa visão, pode-se considerar como aspectos demarcadores de um grupo étnico o processo identitário, os atos políticos e as comunidades étnicas que os une. Oliveira Filho (2004) diz que o processo de territorialização são as novas configurações culturais, que considera o ambiente, as novas afinidades culturais e linguísticas, a religiosidade, novos vínculos afetivos e históricos, como também o novo processo de reorganização sociocultural. Percebe-se que as fronteiras, além de geográficas, também são sociais.

Todos os assuntos relacionados com demarcação de Terras Indígenas (TI) são de competência da Fundação Nacional do Índio (Funai), igualmente, protegê-las e fazer respeitar seus bens. Essa autarquia tem como base a Constituição Federal 1988 (art. 231) e o Estatuto do Índio, Lei n.º 6.001/73 de 19 de dezembro de 1973. Cabe à entidade coordenar e executar as ações de regularização, monitoramento e fiscalização das TI na política indigenista brasileira.

Nas duas últimas décadas, a Funai teve uma grande demanda de processos solicitando demarcação de TI pelos povos indígenas em todo o Brasil. Em 2008, os indígenas Tabajara, de acordo com os direitos constitucionais, reivindicaram da Funai, por meio do Memo n.º 146/2008, um pedido de reconhecimento oficial como indígena. Essa ação resultou na autorização da Instrução Técnica Executiva n.º 134/DAF do primeiro Grupo de Trabalho que realizou o Relatório de fundamentação antropológica para caracterizar a ocupação territorial dos Tabajara no litoral sul da Paraíba (Mura *et al.* 2015). Tal documento, além do principal objetivo de identificar a árvore genealógica das famílias Tabajara, analisou os processos históricos, as dinâmicas territoriais, a organização social, as atividades produtivas, o meio ambiente, os aspectos simbólicos, cosmológicos, enfim, a tradição e a ancestralidade dos saberes Tabajara.

Para os Tabajara, essa foi uma conquista singular, de grande relevância políticosocial para o reconhecimento de um povo que era considerado oficialmente desaparecido. Isso possibilitou resultados significativos com favoráveis desdobramentos não só na esfera indígena, mas também no mapa social envolvendo as relações interétnicas.

A partir deste evento, a Paraíba passou a reconhecer dois povos indígenas. Esse reconhecimento até então era direcionado apenas ao povo Potiguara da Paraíba (Barcellos, 2014; Barcellos *et al.* 2014), nessa nova conjuntura, precisou ser reconfigurado com a existência do Povo Tabajara da Paraíba. Grandes tensões

Tabajara da Jacoca e Barra do Gramame, conforme Portaria do Ministério da Justiça (MJ) n.º 14/99.

Conforme previsto na Portaria Funai n.º 882/2015, de 16 de junho de 2015, o prazo para a entrega do Relatório Final era dezembro de 2015. Assim como houve grandes perdas para os Tabajara no primeiro Relatório Antropológico, neste atual também não foi diferente, por não se cumprir o prazo previsto na portaria. Cabe ressaltar que 75% da equipe esteve atuando nos dois relatórios. Depois de mais de dois anos de atraso, em fevereiro de 2018, foi finalmente entregue na Coordenação Técnica Local (CTL) da Funai, João Pessoa, PB. Da CTL, o relatório foi enviado à Coordenação Regional Nordeste II (CRN), Fortaleza, CE, que enviou para análise dos técnicos da Funai, Brasília, Distrito Federal (DF), em um contexto político completamente adverso ao que fora iniciado. Necessitando de adaptações, que não tomamos conhecimento, o relatório voltou para o Grupo Técnico para alguns ajustes.

Convém reforçar que a história da demarcação de terras para as minorias no contexto brasileiro é marcada por violência e descaso das autoridades, sobretudo quando a temática são os povos indígenas.

Atualmente, existem declarações expressas pelo atual governo federal de não demarcar nenhum centímetro de terra indígena, além de uma política escamoteada que visa prejudicar, ou quando legalmente não é possível, retardar as ações que fortaleçam os povos originários. É crescente o extermínio das lideranças que ousam lutar pelos seus direitos – ainda que estejam assegurados constitucionalmente.

Os povos indígenas do Brasil enfrentam a violação dos seus direitos com número crescente da grilagem, do garimpo, das invasões, do roubo de madeira e até mesmo da implantação de loteamentos em seus territórios tradicionais. A disputa nessas áreas atinge um nível preocupante – põe em risco a sobrevivência de diversas comunidades indígenas no Brasil.

Todo esse abuso é denunciado com evidência no Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil, do CIMI, que é um importante instrumento de denúncia da violência e das violações que acometem os povos originários no Brasil. Foi publicado pela primeira vez em 1996, todas as edições estão disponíveis em formato digital.

Segundo o Relatório anual do Cimi, os episódios de explorações e incursões ilegais em terras dos povos indígenas aumentaram entre os anos de 2018 e 2020.

O Relatório identificou que, em 2020, os casos de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio”

aumentaram, em relação ao já alarmante número que havia sido registrado no primeiro ano do governo Bolsonaro. Foram 263 casos do tipo registrados em 2020 – um aumento em relação a 2019, quando foram contabilizados 256 casos, e um acréscimo de 141% em relação a 2018, quando haviam sido identificados 109 casos. Este foi o quinto aumento consecutivo registrado nos casos do tipo, que em 2020 atingiram pelo menos 201 terras indígenas, de 145 povos, em 19 estados (Conselho Indigenista Missionário, 2020).

Nos nove primeiros meses de 2019, em 19 estados, houve 160 casos de invasão em 153 terras indígenas. Em 2018, ocorreram 111 casos em 76 terras indígenas em 13 estados” (Conselho Indigenista Missionário, 2019).

Temos os anos de 2020 e 2021, marcados pela Pandemia da Covid-19, segundo registros do documento, muitos indígenas foram infectados nas aldeias por invasores, que agem “livres das ações de fiscalização e proteção que são atribuições constitucionais e deveriam ter sido efetivadas pelo poder Executivo” (Cimi, 2020).

Com o objetivo de acelerar o processo demarcatório, em setembro de 2019, um grupo de lideranças indígenas Tabajara, com os representantes da Funai de João Pessoa, PB, e alguns antropólogos (Figura 07), foram até o Ministério Público Federal (MPF), em João Pessoa, participar de uma audiência com o procurador federal José Godoy Bezerra de Souza, para tratar sobre o processo demarcatório da terra Tabajara no litoral sul paraibano.



Figura 07. Reunião no MPF da Paraíba.
Fonte: Ascom MPF, PB, 2019.

O assunto da reunião foi a atual situação do processo demarcatório e os resultados do Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da TI, Tabajara da Jacoca e Barra do Gramame, elaborado pelo grupo técnico. Por existir um atraso

significativo nas fases do processo, o procurador decidiu atuar extrajudicialmente na Funai a fim de analisar os trâmites da demarcação da TI de acordo o Decreto n.º 1.775/96 de 8 de janeiro de 1996 (Brasil, 1996b).

Chegou-se à conclusão de que, se as medidas não forem satisfatórias, o MPF adotará medidas fundamentadas no artigo 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT (Constituição 1988).³ O cacique Carlinhos Tabajara afirmou:

Nós vamos ter o direito de viver ali e proteger a área de água, de mata para que ninguém faça mal a ela. Isso é importante... principalmente na Paraíba, onde lutamos para que o Estado existisse aqui. Tivemos essa terra e queremos ela de volta (Informação verbal, set. 2019).

A TI Tabajara é classificada de acordo com a Funai⁴ como terra tradicionalmente ocupada, e de acordo com o artigo 231 da Constituição federal de 1988, é de direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1.775/96 (Brasil, 1996). Embora se tenha procurado ter acesso ao documento final da identificação da TI Tabajara, não foi possível em razão de uma tramitação burocrática interna que não permite divulgação antecipada para não atrasar as etapas do processo.

Segundo o cacique Ednaldo Tabajara, a TI Tabajara em estudo tem 516 hectares na Barra do Gramame e 3.265 hectares no Sítio dos Caboclos e na Terra dos Bodes. Trata-se de duas terras não contínuas, mas pertencentes a um mesmo território tradicional. Essa foi a estratégia adotada no Grupo de Trabalho para evitar conflitos agrários com cinco assentamentos do Incra e dois quilombos afrodescendentes já oficializados.

Os povos indígenas são detentores grande sabedoria milenar, sobretudo relacionada com a Mãe Terra e com a Mãe Natureza, resistem bravamente há mais de cinco séculos. Seu jeito de ser, pensar, lutar e viver são bem característicos para ora se aliarem, ora avançarem, ora recuarem, ora esperarem e espiritualizarem, mas jamais deixarem de se nutrir na ancestralidade.

³ Art. 67. “A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição.” (Brasil, 2016).

⁴ “A demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas se constitui uma das principais obrigações impostas ao estado brasileiro pela Constituição de 1988. Existem outros formatos de regularização fundiária de TI, como as reservas indígenas, as terras dominiais e a figura da interdição de área para proteção de povos indígenas isolados” (Fundação Nacional do Índio, 2014, p. 3).

Os Tabajara não são diferentes, e foi nesse viés que, em 2008, criaram a primeira aldeia, na Barra do Gramame; a segunda aldeia, em 2012, denominada Vitória e a terceira, em 2019, iniciaram a construção da inicialmente denominada da Aldeia no Bambuzal. Cada uma com sua trajetória, com suas memórias, com suas histórias. São peculiaridades com importantes e diferentes práticas, com seus ritmos e seus legados. Todas elas têm como eixo central a Mãe Terra. Não iremos aprofundar, como foi o contexto de criação das demais, embora seja muito desafiador e pertinente adentrar essa temática. Contudo, uma rápida contextualização acerca da criação da Aldeia no Bambuzal dará informações inéditas para ampliar o horizonte das práticas educativas Tabajara.

No segundo semestre de 2019, os Tabajara resolveram ocupar o bambuzal, uma extensão de terra que fica dentro dos limites de demarcação do território que está sendo pleiteada no relatório técnico, que tem aproximadamente 650 hectares. Essa área pertence a um Grupo Empresarial João Santos que faliu e está “abandonada”, sem cumprir sua função social. Os Tabajara, percebendo esse “abandono”, resolvem fazer essa retomada.

De início, o bambuzal seria ocupado por todos os Tabajara em comum acordo, mas efetivamente isso não se concretizou. A liderança de cada aldeia optou pela sua maneira de iniciar o movimento de ocupação. Uma vez iniciado esse processo, surgiram desentendimentos internos, caracterizado por contradições nas questões da ocupação dessa terra e da identidade de quem é indígena e de quem é nativo da antiga sesmaria da Jacoca.

Mesmo havendo consenso nos critérios estabelecidos no Regimento do Conselho de Liderança do Povo Tabajara da Paraíba, na prática, houve entendimentos diferentes, e isso fez com que houvesse encaminhamentos diferentes na ocupação do Bambuzal.

O cacique Carlinhos Tabajara adotou o procedimento de admitir famílias nativas da região para ocupar o bambuzal. Por outro lado, o cacique Ednaldo iniciou uma ocupação do Bambuzal como uma extensão das famílias da Aldeia Vitória. Enquanto isso, o cacique Paulo Tabajara, que adiou tomar posição de efetiva participação na retomada do Bambuzal, decidiu unir-se aos indígenas da Aldeia Vitória. Enquanto as tensões aumentavam, as soluções se evidenciavam.

As reuniões internas nas aldeias atualizavam as ações que coletivamente eram planejadas e realizadas. Na idealização da aldeia Nova Conquista do Bambuzal, assim foi denominada. Atualmente, em 2021 é denominada aldeia Nova Conquista Taquara⁵. Sobre o arcabouço, primeiramente foi pensado e criado o protótipo em uma maquete da nova Aldeia. Uma vez sabendo-se como seria a nova aldeia procurou-se um lugar ideal para sua construção.

Em uma semana, os indígenas da Aldeia Vitória, com facões, foices e machados abriram no Bambuzal uma área para o embrião da nova aldeia. Sobre esta ocupação, e melhor compreensão, A Figura 8 apresenta a localização dos povos indígenas na Paraíba.



Figura 08. Povos indígenas na Paraíba.
Fonte: Elaboração Harry Neto, 2020.

A partir daí, a gestão não mais parou. Diariamente, as ações foram multiplicando-se, e no dia 2 de novembro de 2019, os indígenas da Aldeia Vitória, liderados pelo cacique Ednaldo Tabajara, com os parentes da cidade e das proximidades do assentamento na praia de Tambaba, Conde, PB, partiram oficialmente para a criação da aldeia no Bambuzal.

⁵ Do tupi *ta'kwara*. – Nome comum a várias plantas altas da fam. das gramíneas, cujo caule é ger. oco, como o bambu; TABOCA. *Dicionário Caudas Aulete*. <https://www.aulete.com.br/taquara>

Em um primeiro momento desse inédito encontro, o cacique Ednaldo e o cacique Paulo reuniram-se com alguns parentes que estavam presentes para dialogar sobre a gestão coletiva da aldeia do Bambuzal. Na ocasião, fez um chamamento convocando todas as pessoas para essa construção coletiva. Nesse momento reuniu-se à parte, algumas lideranças para fazer o encaminhamento sobre a reunião e ao final, o cacique Paulo Tabajara foi apresentado como o cacique da futura Aldeia do Bambuzal, sem que houvesse convocação do Conselho de Lideranças. Houve um momento religioso de oração de Ação de Graças, que culminou com um Toré Tabajara.

A etapa seguinte foi fazer uma caminhada com todos os presentes para o reconhecimento *in loco* de onde o embrião da aldeia estava sendo gestado. Durante a visita, muitos diálogos surgiram sobre o futuro da aldeia do Bambuzal, e o povo Tabajara mostrou-se feliz e confiante nessa importante etapa da etnia.

Uma das estratégias programadas, foi obter recursos econômicos para as necessidades básicas, como combustível e alimentação dos indígenas que estavam dedicando-se inteiramente ao trabalho de infraestrutura da nova aldeia. Optou-se por uma prática bastante usada para adquirir recursos, a do pedágio na BR-008 em frente do local da futura aldeia.

Foi uma ação pacífica e organizada, e teve dos motoristas que transitavam na rodovia total apoio, inclusive com a presença da ronda de policiais militares que circularam na ocasião. Por aproximadamente duas horas, mulheres, jovens, adultos, crianças e idosos se envolveram nessa ação, que rendeu muito mais do que recursos econômicos, mais esforços conjuntos na solução das etapas para a construção da nova aldeia.

Para finalizar essa ação, todos se reuniram na barraca de Marcelo Tabajara, para agradecer a presença das pessoas que se envolveram no pedágio e para escutar quais etapas estavam sendo programadas para serem implementadas.

Toda complexidade gerada a respeito da terra do Bambuzal culminou em uma audiência no MPF em fevereiro de 2020, com a presença dos caciques e das lideranças Tabajara, do procurador federal José Godoy e do coordenador regional da Funai na Paraíba, Petrônio Cavalcanti.

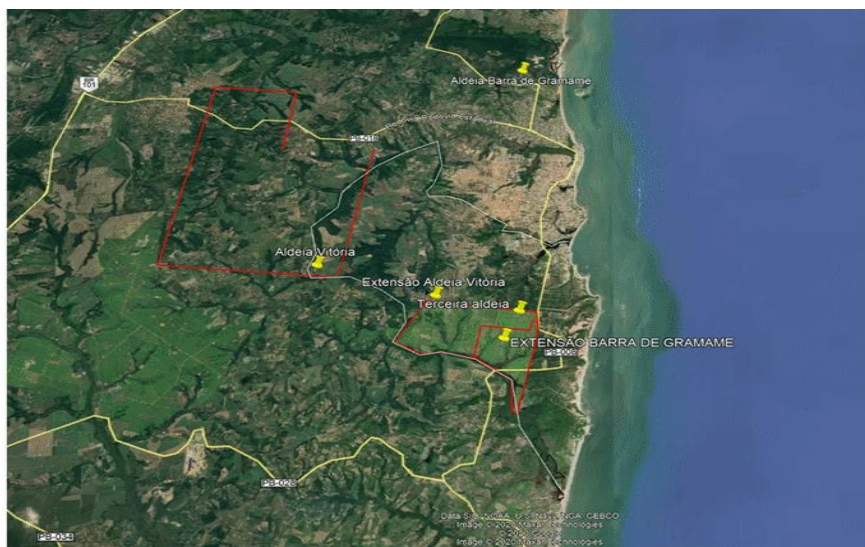


Figura 09. Plotagem das Aldeias Barra do Gramame, Vitória e Nova Conquista. Fonte: Petrônio Cavalcanti (Funai).

Toda complexidade gerada a respeito da terra do Bambuzal culminou em uma audiência no MPF em fevereiro de 2020, com a presença dos caciques e das lideranças Tabajara, do procurador federal José Godoy e do coordenador regional da Funai na Paraíba, Petrônio Cavalcanti.

Depois de esclarecidos todos os impasses, resultou em uma decisão de que 40% da terra do Bambuzal será administrada pelo cacique Carlinhos Tabajara e 60% pelo consócio entre o cacique Ednaldo e Paulo Tabajara. A Plotagem mostra a extensão das terras das Aldeias Tabajara no litoral sul, PB (Figura 9). Na época, a aldeia do Bambuzal foi denominada de Aldeia Nova Vitória do Bambuzal. Depois, Aldeia Nova Vitória do Bambuzal – Taquara.

2.3.2 Organização Política Tabajara

Os Tabajara são reconhecidos pelos órgãos oficiais e pelo Estado brasileiro, o que os deixam em uma situação de destaque como etnia na Paraíba. Entretanto, essa etnia na história paraibana não tem o valor de destaque que merece. A sociedade vigente geralmente trata o povo indígena como folclórico, com questões preconcebidas de que indígena é indolente, selvagem, são todos iguais, e não existe indígena no Nordeste, desconsiderando um legado cultural histórico de tradição milenar.

No contexto de ressurgência esses indígenas criaram sua organização política interna, criando hierarquias e atribuições que envolvem determinadas funções dentro

desse povo. Até a 2ª Assembleia Geral do Povo Indígena Tabajara, realizada em dezembro de 2018, o cacique-geral era Ednaldo Tabajara. A partir de então, o povo Tabajara passou a ter três caciques: Ednaldo Tabajara da Aldeia Vitória; Carlinhos Tabajara da Aldeia Barra do Gramame e o Paulo Tabajara dos indígenas urbanos que residem na cidade de João Pessoa. Além dos caciques, a assembleia elegeu o Conselho de Lideranças formado por nove conselheiros: três representantes da Aldeia Vitória, três da Barra do Gramame e três da cidade.

Na hierarquia Tabajara, o cacique é a principal liderança entre eles com grande responsabilidade por ser o representante dos Tabajara fora da aldeia, ocupando, assim, uma posição de destaque, similar a um chefe de estado, sobretudo quando precisa de sabedoria para mediar os conflitos, sugerir solução, vislumbrar possibilidades e utilizar estratégias políticas eficazes nesta conjuntura nefasta neoliberal.

Há uma expectativa de que o trabalho dos caciques (geral e locais) esteja associado à autoridade dos 'brancos' e que eles sejam reconhecidos justamente como uma autoridade no 'mundo dos brancos'. A definição sobre o que está envolvido na penetração dos caciques em tal contexto move a confiança no desempenho de uma função que expresse atitudes que se convertam em melhorias para todos. Ao mesmo tempo, há uma exigência de que tal inserção deva garantir o exercício de uma diplomacia, cuja implicação possa ser verificada: na sua capacidade de influenciar as decisões políticas dos 'brancos' com uma pauta indígena; e na possibilidade de ampliação do campo de atuação da autoridade indígena na direção do 'mundo dos brancos', isto é, nas instâncias indigenistas (como chefes do posto, chefe do Distrito Sanitário Indígena e como membros de conselhos) e na 'política dos brancos' ou política partidária (Vieira, 2010, p. 149).

O cargo de cacique não é remunerado, mas tem um reconhecimento social de destaque que envolve *ônus* e *bônus*. O seu sustento pessoal e familiar depende da sua atuação profissional. Na história atual, Ednaldo Tabajara foi o primeiro indígena Tabajara a exercer a função de cacique. Durante os anos de 2006 até 2018, foi considerado cacique geral. No desenvolvimento do processo político, Carlinhos foi denominado cacique da Aldeia Barra de Gramame.

Em razão das configurações internas, as disputas pela posição política de cacique foram surgindo. Nessa conjuntura, dilemas e soluções foram sendo

implementadas nessa dinâmica social, por ocasião da 2.^a Assembleia do povo Indígena Tabajara, uma pauta foi a eleição para compor o Conselho de Lideranças do Povo Indígena Tabajara, nesta ocasião formaram-se três grupos, para a escolha dos indígenas representantes. Um da Aldeia Vitória, um da Aldeia Barra do Gramame e dos indígenas da cidade.

Tudo transcorria dentro da normalidade na apresentação dos conselheiros por grupo, até o momento da apresentação dos membros para o conselho da cidade. Nesse momento, o grupo apresentou a proposta do nome de Paulo Tabajara, para cacique da cidade.

Essa proposta gerou um movimento interno de bastante tensão. Primeiro, a proposta não foi aceita por alguns indígenas, como também ocasionou tensão para destituir o cacique Ednaldo Tabajara da representação geral. Porém, com consenso e diálogo, optou-se pela não existência dessa função de cacique-geral e pelo acolhimento de Paulo como cacique da cidade, mesmo a contragosto de alguns indígenas. Sobre este fato, “A assembleia foi quem reconheceu os líderes efetivos dos caciques e aprovou o formato do Conselho, como também deu o estaque para toda organização posterior” (Petrônio Cavalcanti. Informação verbal, fev. 2020).

O cacique geral é o indígena que tem a função de estar à frente das ações do povo, exercendo a figura de representatividade exteriormente na busca por direitos, na aquisição das políticas públicas, nas instâncias decisórias do movimento indígena, nos eventos, e outros.

Na atual conjuntura política e administrativa Tabajara, Ednaldo Tabajara exerce o cacicado na Aldeia Vitória e tem grande reconhecimento social. Carlinhos Tabajara integra as iniciativas quando é de interesse dos Tabajara e lidera a Aldeia Barra do Gramame. Paulo Tabajara tornou-se cacique da aldeia que está sendo edificada no terreno do Bambuzal e corrobora nas ações para fortalecimento do seu povo.

O cacique Tabajara tem o papel importante de preservar e dar continuidade aos etnossaberes, às espiritualidades, aos conhecimentos da ancestralidade e ao respeito pelos troncos velhos (anciãos). Por ser uma função importante para a estrutura desse povo, resolveu-se averiguar com os caciques como definem essa função. O que é ser cacique? Paulo Tabajara definiu: “Ser liderança, ser um cacique é ouvir, analisar a cada um e ter a sua opinião própria. Liderar é compartilhar com

todos aquilo que lhe convém. É na verdade ser um governo, ouvir a todos e ter sua opinião própria” (Informação verbal. jul. 2019). O cacique Carlinhos Tabajara afirmou:

Respeito! Respeita o povo, o nosso povo. Respeitar as mulheres indígenas. É a consideração a cada um. Tem que ter também um certo conhecimento; conhecimento de lei, do local, de mata, de pesca (rio, mar e mangue), de remédios das plantas medicinais, do respeito com a natureza, com os encantados (Informação verbal. dez. 2019).

Já o cacique Ednaldo Tabajara disse:

Ser cacique é renegar sua vida para viver para o povo. Ser cacique é você buscar a melhoria do povo. Ser cacique é não olhar para as dificuldades. Ser cacique é você tá animado para poder vencer as dificuldades. Ser cacique é você ter a liberdade e o conhecimento para uma nova abertura de esperança. Ser cacique é ter a compreensão do que está acontecendo na política nacional partidária e na indígenista, de todas as políticas públicas. Ser cacique é ter uma sabedoria que vem de dentro de você mesmo. Eu vejo três tipos de cacique: tem cacique que nasce de berço; tem cacique que é colocado e tem cacique que entra forçado. São esses três tipos de liderança (Informação verbal, Aldeia Vitória, jul. 2019).

O cacique da Aldeia Vitória preocupa-se bastante em preparar os jovens e as crianças para os desafios políticos da sociedade envolvente. Esse fato é comprovado com suas ações práticas relatadas nesta pesquisa. Ele também se ocupa com as questões imediatas, principalmente na área da Saúde e na questão política na luta da delimitação do território e valorização da cultura, das práticas educativas nos conhecimentos tradicionais e estimulando a dinâmica cultural por meio da criação de uma fronteira cultural.

Quando se fala de fronteiras, costuma-se ver como limites, porém, percebe-se que o trabalho do cacique Ednaldo é no sentido de integração cultural quando busca compartilhar dos espaços na sociedade não indígena.

Além do cacique, outro importante cargo na esfera indígena é o Pajé que tem funções específicas com relação à ancestralidade, aos cuidados espirituais, aos aconselhamentos, a lidar com a força dos encantados, dos espíritos de luz, utilizando dons sobrenaturais para limpar as impurezas do estado físico e de doenças da alma, enfim, de todas as curas. É um sábio conhecedor de fitoterápicos, de orações poderosas, de revelações e livramentos, que são vitais para as pessoas. É alguém

que aconselha, orienta, cuida e tem talentos específicos porque já nascem com esses dons.

Os Tabajara da Aldeia Barra do Gramame reconhecem Seu Biu como Pajé. Mas o cacique Carlinhos é portador nato de conhecimento da natureza, traz riqueza e sabedoria da ciência tradicional, com minuciosos e diversos detalhes, e segredos da espiritualidade indígena. Suas experiências apresentam uma ciência na relação com as águas – no mar, nos rios e no mangue, que o faz um exímio pescador.

Quando fala sobre suas experiências com a mata, com a coleta de frutos e a agricultura, suas crenças e simpatias, revela os conhecimentos do senso comum. “Eu vivo de reflexão! Vivo de observação. Olho muito a natureza. Tudo que se passa ou que vou fazer, reflito muito!” (Carlinhos Tabajara. Informação verbal, nov. 2019).

No preparo com as plantas e ervas medicinais – chás, lambedor e garrafadas (preparo de combinação de plantas medicinais veiculadas em bebidas alcoólicas, utilizadas habitualmente na medicina popular com finalidades terapêuticas diversas) e com animais silvestres – chás, banhas e pomadas. Como proceder no tratamento adequado, aplicar, ingerir ou utilizar em cada enfermidade. São segredos e sabedoria de um indígena que tem em sua essência a vivência ancestral. “Tudo tem uma ciência que precisa ser obedecida, principalmente, de respeitar os invisíveis, os encantados” (Carlinhos Tabajara. Informação verbal, nov. 2019).

Sobre esse pensamento, Petrônio Cavalcanti diz: “Outra coisa que todos os povos indígenas invocam muito são os espíritos. São os encantados, o que nós transformamos em folclore” (Informação verbal, fev. 2020).

Na Aldeia Vitória, Severino Bendito (Bendito Tabajara) é uma pessoa que tem bastante sabedoria com plantas medicinais. Há outras lideranças que têm destaque e, com os caciques, desempenham uma função contributiva na aldeia e entre o povo. É a liderança das mulheres, dos jovens, das crianças, dos universitários, do artesanato da cerâmica. Para Dooraci da Conceição, “o indígena Tabajara deve ser verdadeiro, onde quer que vá leve o nome de seu povo” (Informação verbal. out. 2019).

Na estrutura organizacional desses indígenas, além das atribuições dos caciques, a gestão Tabajara tem outras organizações de grande incumbência no escopo dos indígenas: o Conselho de Lideranças do Povo Indígena Tabajara ver, o

Conselho de Saúde, os grupos das mulheres Moaras na Barra do Gramame e as Niaras na Aldeia Vitória, e a Associação da Aldeia Barra do Gramame e da Aldeia Vitória.

Enquanto grupos considerados diferenciados, os povos indígenas como cidadãos, para o reconhecimento de sua autonomia e concretização de seus direitos de cidadania se faz necessário sua participação através de representatividades dos conselhos para participação na construção de políticas públicas para reivindicação de suas demandas.

A exemplo do Conselho de Saúde Indígena Tabajara, que é um órgão que tem a função de fiscalizar a atuação dos profissionais da saúde indígena, se estão prestando bons serviços, se o médico e o dentista estão chegando e cumprindo os horários, se atendem eficientemente, se tem remédio e transporte para o usuário. Tem a representação de seis indígenas da Aldeia Vitória e seis indígenas da Aldeia Barra do Gramame; sendo um presidente e seu vice, e uma secretária. Esses se reúnem bimestralmente para pontuar suas demandas a fim de enviar ao Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi).

A primeira associação Tabajara a ser criada para todo o povo foi a da Barra do Gramame, porém, por causa dos desentendimentos que surgem constantemente, as lideranças da Aldeia Vitória criaram uma associação própria em 2019. Segundo Ednaldo Tabajara, o maior empecilho para captar recursos era à falta de uma associação para concorrer nos editais públicos. O Conselho de Lideranças se reúne ordinariamente uma vez por mês (Figura 10).

A convocação do Conselho é feita, por um dos seus membros, normalmente pelo cacique Ednaldo Tabajara. As reuniões são realizadas na sede da Funai em João Pessoa, sendo conduzidas por um conselheiro. Além dos conselheiros, há presença de lideranças indígenas que participam ativamente das discussões e encaminhamentos do colegiado.



Figura 10. Conselho de Lideranças do Povo Tabajara.
Fonte: Rayssa Tabajara.

Muitas vezes nas reuniões do Conselho, como em encontros e assembleias onde devem ser resolvidas demandas, eventualmente surgem embates pela aprovação das propostas em virtude do ponto de vista dos caciques e lideranças, ficando evidente que existem os direcionamentos políticos entre eles.

Eventualmente, as afinidades sociais do cotidiano nas aldeias são eivadas por tensões internas que necessitam da intervenção dos caciques, como também de articulações externas, que requer mobilizações políticas para enfrentamento dos embates que ameaçam constantemente a segurança e os direitos do povo indígena, ultrajada, sobretudo, pelo atual governo federal.

Para resolver os mal-estares e as tensões entre os indígenas, é necessário habilidade e competência específica das lideranças que pode ser de maior ou menor intensidade. Isso implica posições diferenciadas e expectativas igualmente distintas no manejo com a resolução dos conflitos, especialmente nas questões internas e disputas externas com a sociedade.

Os Tabajara e demais povos padeceram de adversidades imensuráveis nas tradições organizacionais, levando as gerações dos povos originários dos séculos XXI a se autodenominarem povos resistentes; vivenciam dinâmicos processos de reelaboração da sua identidade étnica, na luta pela terra, pela aquisição e garantia de seus direitos sociais, políticos e culturais. Cada uma dessas instâncias – com suas práticas educativas – vão contornando seu universo político-social e cultural.

A história da resistência indígena data mais de cinco séculos. Atualmente, é uma das mais emblemáticas manifestações em nível nacional, que ecoa em todas as esferas dos movimentos sociais, servindo de referência nas ações para o enfrentamento e as mobilizações na sociedade envolvente.

Estes movimentos têm como finalidade principal a preservação e demarcação de suas terras. Afora a terra, encontrar-se pautado o direito à educação e saúde diferenciados, reconhecimento, respeito e valorização das suas culturas. Para melhor entendimento da organização política e social do povo Tabajara, apresenta-se a (Figura 11).



Figura 11. Organização Política e Social do Povo Tabajara.
Fonte: Elaboração da autora, 2019.

2.4 EDUCAÇÃO E A PRÁXIS TABAJARA

O modelo oficial de Educação marcado pelo colonizador para os povos originários desde a invasão foi o integracionalismo que impôs suas linguagens, códigos, símbolos e bens culturais. Com essa visão, uma vez que o indígena assimilasse essa cultura, saíam da condição de “selvagens” que lhes foi imposta

(Meliá,1979). Esse entendimento de que indígena não tem educação fundamentou o modelo eurocêntrico de fazer educação para os nativos, desprezando sua metodologia própria de línguas, aprendizagens, culturas e tradições.

Diante desse contexto, povos indígenas como os Tabajara vêm trabalhando com ações no sentido de reelaboração, revitalização e fortalecimento do ser indígena. Percebe-se o uso da educação como trampolim para transformar a realidade indígena e como as práticas educativas estão presentes no cotidiano deles. Refletir sobre o saber e o saber fazer na educação que é desenvolvida pelos Tabajara da Paraíba incide em um contexto de conhecimentos, especulação e questionamentos. Nesse contexto, pesquisadores vêm desnudando-se de preconceitos, buscando dados fidedignos para dar vez e voz a esses indígenas. Grupioni (2000, p. 227) afirma:

Os historiadores e antropólogos passaram a adotar como fonte de confiança outros gêneros de discurso histórico, tais como os mitos e outras narrativas das tradições orais. O conjunto desses estudos recentes, enriquecendo o conhecimento do passado das sociedades que vivenciaram a penetração da expansão europeia, ao mesmo tempo tem obrigado os antropólogos e historiadores a reverem seus próprios conceitos e preconceitos.

Conforme citado acima, a adoção desses elementos contribui para o fortalecimento da cultura dos povos originários no cenário nacional brasileiro. O povo Tabajara está em um processo de autoafirmação com sua cultura, reivindicando seus direitos como cidadãos brasileiros. As práticas cotidianas, o ritual, as crenças, a espiritualidade, os mitos, as histórias e os etnosaberes são elementos simbólicos que compõem a sociedade ancestral indígena e estão sendo reelaboradas com ações educativas.

Pela diversidade de práticas educativas vivenciadas, é pertinente trazer a memória histórica de como surgiu as práticas nas suas diferentes modalidades. A proposta de distinção surgiu em 1974, quando a educação foi qualificada como educação formal, educação não formal e educação informal. Isso por estimarem que uma única expressão não dava conta de designar um campo aberto e variado como o da educação não escolar.

A conceituação sobre o tema faz brotar debates por diversos autores como Freire (2018a), para quem, a partir do século XIX, o discurso pedagógico na escola

limitava-se a distinguir educação como sinônimo de escolarização. A escola é uma instituição histórica funcional em algumas sociedades sem garantia de perenidade. A educação escolar é histórica. É benéfica na maioria das sociedades, porque como instituição oferece educação que necessária a todos.

Baseando-se na ideia de que a educação não é uma prática exclusiva da escola, mas essencial a qualquer povo ou sociedade. Enfocamos a educação Tabajara que, nesse estudo, mostra as modalidades de educação fora e dentro do universo escolar.

Nesse sentido, fundamenta-se na ideia do patrono da educação brasileira (Freire, 2018a, p. 96), “a educação é uma forma de intervenção no mundo”. Tal confirmação nos leva a indagar: os indígenas Tabajara estão gerenciando suas práticas educativas para a afirmação da identidade e de suas tradições na sociedade envolvente? Qual o papel que as práticas educativas ocupam na vida do povo Tabajara?

Essas questões apresentam a educação como eixo central que move a pesquisa doutoral, ressaltando que a educação é um ato que acontece em diversos espaços, em instituições como a família, em grupos classificados como marginalizados ou subalternos e, em particular, dos que lutam por transformação social, como os povos indígenas que também realizam seu aprendizado e ensinagem. Dessa forma, muito se pode aprender com os povos originários (Fleuri, 2017).

A educação indígena se configura nas práticas educativas tradicional compartilhadas e passadas como saberes de geração em geração. A riqueza da diversidade de trocas, e ensinamentos e aprendizagens é o que diferencia a educação escolar para indígenas, mostrando que os saberes transmitidos milenarmente são importantes para a preservação de sua cultura e de sua identidade. Segundo (Grupionin, 2000, p. 274), educação escolar indígena é um “Conjunto de práticas e intervenções que decorrem da situação de inserção dos povos indígenas na sociedade nacional, envolvendo agentes, conhecimentos e instituições, até então estranhos à vida indígena, voltados à introdução da escola e do letramento”. As vivências de vida, sugerem que a aquisição de conhecimento do real e a formação de consciência se faz em sociedade não só na prática escolar. Mas por meio de diferentes práticas educativas dos sujeitos que se efetua tanto em processos não formais quanto nos formais.

O conceito de prática pedagógica em Paulo Freire, associado à educação no acolhimento do sentido mais amplo à ação transformadora, é oportuno e atual. Esse movimento de relações conceituais e reflexões sobre as implicações na prática educativa de sujeitos sociais leva a dizer que as práticas Tabajara se constituem em importante oportunidade de mostrar as contribuições teóricas de Paulo Freire para refletir a educação dos homens com vista à emancipação social. A liberdade é pensada como fonte que nutre e atribui sentido a uma prática educativa que só pode atingir validade, eficácia e utilidade por meio da participação livre e crítica das pessoas.

Na concepção de Freire (2017), o ponto inicial de toda prática educativa é o meio de convívio diário e a realidade existencial. Essa experiência vivida torna-se referência na transformação das relações políticas, econômicas, sociais e culturais. No seu livro Educação como prática da liberdade, Freire defende uma postura crítica permanente do homem nas relações com a realidade. É nas práticas educativas que os indígenas, como ser social, transformam seu meio, identificam-se, recriam-se na luta pela existência/resistência, transformam suas condições de vida. Tudo é criação coletiva identitária do ser Tabajara.

Meliá (1979) defende a ideia de que a educação indígena é um processo amplo e contínuo que se estende ao longo da vida dos indígenas. A cultura é aprendida por meio da socialização, apoiando-se em aspectos e períodos que requerem mais tempo. Nesse sentido, na educação indígena, mesmo que não seja formal, os indígenas têm métodos, dias, momentos para realizar suas práticas educativas.

A prática educativa apresenta-se como o objeto da pesquisa que abrange um contexto de relação de interdependência com o histórico-cultural-educacional e socioeconômico da realidade atual do povo Tabajara, explorando a educação no modo de vida e na identidade do ser indígena. As práticas que são desenvolvidas no cotidiano; na promoção da preservação das tradições; na continuidade da ancestralidade; e para salvaguardar uma cultura de conhecimentos e memórias tradicionalmente abalizada no estilo da oralidade.

Segundo Meliá (1979), é importante para os povos de tradições orais como os indígenas registrar, por meio da escrita, a memória dos conhecimentos que são

passados pelos anciãos para os jovens como uma forma de transformação, resistência e perpetuação.

Nesta pesquisa Doutoral, prioriza-se o pensamento do patrono da educação brasileira, Freire (2014b, p. 40): “A educação é sempre uma certa teoria do conhecimento posta em prática.” É importante observar, a atenção para a recriação de teorias mediante a prática social e pedagógica comprometida com os movimentos populares. A educação que se observa, aqui, diz respeito a uma prática educativa que desperta a criticidade. Dessa forma, permite enxergar, cuidar, debater e apreender as dificuldades da etnia indígena. Trata-se de práticas dinâmicas que contribuem para o fortalecimento da identidade dos envolvidos. Todas as práticas educativas demandam ação de amor, e assim uma ação de coragem. Não receia a discussão nem exame dos fatos sob pena de ser uma prática dissimulada (Freire, 2013).

Educar compreende promover situações em que o processo de aprendizagem floresça em todos os envolvidos. É preciso que o “aprendente” desperte para o conhecimento pela prática (Assmann, 2012). Na perspectiva pedagógica, a educação indígena é um processo de ensinamentos que constitui o despertar, no cotidiano, do valor para a cultura desses povos, com ênfase na transmissão de saberes.

Nesse sentido, elegeu-se apreender o potencial educativo do povo Tabajara, suas práticas de sobrevivência na relação com a natureza, as práticas ritualísticas, as práticas religiosas e as práticas da comunhão com a Mãe Terra, considerando que na cultura indígena há uma profunda riqueza de práticas educativas, que pode ser modelo para a sociedade.

O educar se constitui no processo em que indivíduos convivem com o outro, e nessa convivência se transformam espontaneamente de maneira que essa forma de vida, aos poucos, torna mais mútua a relação com o outro no ambiente de convivência (Maturana, 2009).

Para entender esse universo onde se desenvolve a educação Tabajara, faz-se necessário adotar a etnografia, observar a maneira como se configura a convivência, os valores que são cultivados, a maneira como o tempo é concebido, os conhecimentos e a sabedoria legada dos ancestrais, para com a Mãe Terra e com a natureza sagrada, toda a sutileza das parcerias e dos afetos, dos sentimentos e das espiritualidades.

Os Tabajara com os quais se conversou expuseram concepções diversas sobre a Mãe Terra. Sobre a cosmovisão indígena do Viver Bem que alude a uma vida em harmonia com a Mãe Terra: “Vivir bien, es la vida en plenitud. Saber vivir en armonía y equilibrio; en armonía con los ciclos de la Madre Tierra [...]” (Mamani, 2010, p. 32). Considerando suas falas, todos afirmam o respeito e valor da natureza e da Mãe Terra para todos os povos.

Enfim, todo esse contexto educativo foi estudado buscando-se evitar julgamentos e preconceitos, analisando-se as práticas com menos intolerância e superioridade, valorizando-se, acima de tudo, a diversidade.

A educação compõe-se de metodologias fundamentais que alicerçam temáticas específicas e históricas permeadas por conjunturas sociais, econômicas, políticas e culturais. Mais uma vez, a direção neste estudo sobre educação segue as ideias e práticas legadas do educador Paulo Freire (2016) em que na obra *Pedagogia do Oprimido*, descreve categorias importantes que estão intrínsecas na questão indígena. Freire ilustra categorias que são pontuais nesta temática, como diálogo, autonomia, equidade, solidariedade, humanidade, universalidade, liberdade, e outras que são direitos galgados pelos indígenas desde os últimos quinhentos e dezenove anos.

Desta forma, a pesquisa buscou analisar a educação que é concebida de forma ampla na liberdade das ações ressignificadas, como também na forma sistematizada nas Aldeias e se reverbera nos espaços de circularidade externa desses indígenas.

Para ampliar o olhar da pesquisa, leituras consultivas realizaram-se em Freire (2012, 2013, 2014a, 2014b, 2016, 2017, 2018a, 2018b) e Gohn (2010a, 2010b); visto que se tem a compreensão de que a educação está para além do âmbito da escola e, nessa perspectiva, ressalta-se a convicção de que a educação se desenvolve em todos os espaços e tempos, nas mais diversas formas (in)imagináveis: nos assentamentos rurais, nas instituições educativas, nas aldeias indígenas, dentre outros. O processo educativo é uma situação de encontros entre pessoas que criam entre si conhecimentos e transformações de ordem pessoal, política e social (Freire, 2018a).

Nesse viés, as práticas educativas Tabajara não se realizam só na família e na escola como já descrito acima, mas em diferentes contextos e setores da vida individual e social, de diferentes modos e instituições (Libâneo, 2012). Ocorrem de

maneira formal e informal, ou mesmo sem uma idealização explícita, porém, vinculadas a uma enorme gama de situações de vida.

São bastante diversas as práticas Tabajara, formando experiências de intercâmbio que são realizadas em diferentes universos com outros povos indígenas e comunidades tradicionais, que são grupos culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição, conforme o Decreto n.º 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 (Brasil, 2007). E em atividades nos movimentos sociais, nas organizações governamentais e não governamentais, envolvendo crianças, jovens, mulheres, entre outros, são práticas de militância, sociabilidade e desenvolvimento no trabalho.

2.4.1 Modalidades da Educação Tabajara

Revestida por vezes de um caráter intencional, a transmissão de valores e saberes se realiza com sutileza na educação da vida indígena. Os momentos e as atividades de ensinagem e aprendizagem combinam espaços e momentos que podem ser não formais, formais e informais com concepções próprias sobre o que deve ser aprendido. Dessa forma, são vivenciadas e transmitidas diferentes formas de educação, o que leva o estudo a adentrar um pouco as diferentes modalidades observando a educação indígena.



Figura 12. Exposição de folders acadêmicos, Povo Tabajara. Fonte: Jair Tabajara, 2019.

A Figura 12, apresenta uma exposição de folders acadêmicos produzidos na educação formal sobre as práticas do Povo Tabajara que abrange as três modalidades de educação.

2.4.1.1 Educação não formal

Sobre a educação não formal, em 1967 foi oficializada na conferência sobre a crise mundial da educação. O foco dessa ação foi resolver as dificuldades da educação formal em uma sociedade que expunha seus sujeitos em diferentes práticas e ações. No ano 2000, foi reconhecida pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa como uma prática educativa.

Em 2004, tanto os espaços de aprendizagem não formal como informal, são identificados e validados pela Comissão Europeia dentro e fora da educação, e formação formal no lócus da sociedade civil.

Dessa forma, a educação não formal passa a ser vista como complementar, não incoerente, e/ou alternativa ao sistema da educação formal. É a educação para a cidadania; para justiça social; para todas as áreas dos direitos humanos; para liberdade e para igualdade; para a democracia e contra a discriminação; pelo exercício da cultura e para a manifestação das diferenças culturais (Gohn, 2010a).

Observando sobre a modalidade da educação não formal que é vivenciada em uma comunidade indígena, é quase impossível não confrontar com a educação formal. Gohn (2010a) diz que são as experiências aprendidas e compartilhadas via espaços e ações cotidianas coletivas.

No contexto Tabajara, sucedem práticas diversas e bastante distintas que envolvem todos os indígenas nos espaços, nas reuniões políticas religiosas, nas militâncias, nos eventos cotidianos e públicos, como no projeto da Mata em Pé, no Encontro de Saberes, na Assembleia do Povo Indígena Tabajara da Paraíba, no 1.º Grito do Povo Indígena Tabajara da Paraíba, no 1.º Encontro de Formação para a Juventude Tabajara da Paraíba e outros.

Nesse contexto, percebeu-se nas exposições proferidas, nas reuniões e em outras atividades realizadas na aldeia uma prática semelhante à de uma educação popular, o que se considera relevante para resistência e fortalecimento. Práticas que são de uso comunitário nas relações de troca, de diálogo e de saberes nas convivências diárias. Sobre os saberes indígenas, na aldeia os anciãos e as anciãs

ensinam às crianças os saberes da tradição: “Tudo que se sabe aos poucos se adquire por viver muitas e diferentes situações de trocas entre pessoas, com o corpo, com a consciência, com o corpo-e-a-consciência” (Brandão, 2013, p. 6). Esses elementos fazem parte de um legado e integram um trabalho educativo fundamentado em saberes da tradição que, na ancestralidade, passa de geração a geração.

A seguir se remonta às orientações de Paulo Freire, em que sua fala permeava entre a teoria e a prática. Essas são inseparáveis e fazem refletir sobre uma educação libertadora. Na postulação, Paulo Freire sugere a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo (Freire, 2017). Sem uma práxis, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido.

Logo, as atividades educativas desenvolvidas pelo cacique e demais lideranças se constituem em uma ação ativa, consciente, pragmática que sugere uma melhoria da realidade social deles. Levando em consideração esses eventos educativos, Gohn (2010b, p. 134) assim define a educação não formal:

Aquela voltada para o ser humano como um todo, cidadão do mundo, homens e mulheres. Em hipótese nenhuma ela substitui ou compete com a educação formal ou escolar. Poderá ajudar na complementação desta, via programações específicas, articulando escola e comunidade educativa localizadas no território de entorno da escola ... tem alguns de seus objetivos próximos da educação formal, como a formação de um cidadão pleno, mas ela tem também a possibilidade de desenvolver alguns objetivos que lhes são específicos, via a forma e espaços onde se desenvolvem suas práticas, a exemplo de um conselho, ou a participação em uma luta social contra as discriminações [...], a favor das diferenças culturais, entre outras.

Percebe-se que essa modalidade educativa se efetiva com as práticas dos eventos a fim de fortalecer suas demandas sobre as políticas públicas e o fortalecimento da etnia. A exemplo da comemoração dos “13 anos de luta dos Tabajara”, evento que apresentou expressivo valor para esses indígenas no sentido de resistência no contexto da sociedade envolvente.

A celebração realizou-se nos dias 21 e 22 de setembro de 2019 na Aldeia Vitória. Evento que reuniu cerca de 300 pessoas durante os dois dias – indígenas e não indígenas – estudantes, grupo de fotógrafos, UFPB, Funai, Secretaria de Municipal da Educação, Cultura e Esportes (Semec) de Conde e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (Sedh)/Secretaria Executiva de Economia Solidária (Sesol).

A festividade reuniu a tradição e modernidade das práticas educativas informais e não formais, com as manifestações corporais da ritualística do Toré, nas quais se configuram a dança, os jogos tradicionais e modernos, os adornos, a exposição e a comercialização de cerâmica e do artesanato, alimentação e as pinturas corporais.



Figura 13. Jogos Tabajara, modalidade arco e flecha.
Fonte da autora, 2019.

A competição desportiva de arco e flecha na modalidade feminina (Figura 13) foi uma forma de expressão cultural apresentada em uma programação instituída por lideranças e jovens indígenas.

No programa da manhã, houve a abertura com o ritual do Toré, logo após, a formação da mesa com a fala de autoridades convidadas e indígenas, encerrando a manhã com pausa para almoço; à tarde, as atividades reiniciaram-se com as modalidades desportistas nas diversas faixas etárias: corrida de tora e cabo de guerra (Figura 14).



Figura 14. Jogos Tabajara, Cabo de aço feminino.
Fonte da autora, set. 2019.

No domingo, segundo dia, as atividades iniciaram-se com a fala das lideranças, governo municipal e estadual. Após as falas, a representante do governo do estado,

por meio da SEDH/Sesol, realizou a entrega de filtros cerâmicos para dezenove famílias da Aldeia Vitória e uma máquina esmerilhadeira para acabamento na produção das peças artesanais em cerâmica.

As autoridades enfatizaram a resistência para o resgate da cultura e economia dos Tabajara. “Entregamos esmerilhadeira, além de filtros cerâmicos que contribuirão para a qualidade da saúde. Fazer interação com o povo Tabajara, enaltecer a luta pela preservação e reforço da cultura, sinônimos de resistência na preservação da tradição dos Tabajara” (Rosiane Meira. Informação verbal, Aldeia Vitória, set. 2019).

A gestora de Conde destacou a união dos caciques das aldeias presentes. “Eu alegro ouvir os caciques dizerem que estamos fazendo com recursos próprios. Essa fala contém muita dignidade; quando somos capazes de fazer coisas com recursos próprios, estamos dizendo poderosos somos nós” (Márcia Lucena, Aldeia Vitória, set. 2019). O apoio do poder público é mais um elemento para o fortalecimento e credibilidade dos Tabajara.

No último dia do evento, a programação continuou com os jogos na modalidade tradicional, como o Barra-Bandeira. Jogo que participam crianças e, às vezes, adultos. Formado por dois times, cada um com uma bandeira, que tem como objetivo capturar a bandeira do time adversário, e trazê-la até seu território em segurança. Na modalidade moderna, o Futebol, com as equipes feminina e masculina. Essas práticas são dotadas de significados que envolvem a memória, a afirmação da identidade e a celebração de tradições e costumes modernos.

O evento em si teve o sentido de compartilhar a resistência, o crescimento e a continuidade do movimento. Avalia-se o resultado de bastante repercussão e fortalecimento para os Tabajara. Essa é mais uma atividade que faz parte do calendário de eventos do povo Tabajara (Tabela 5).

Tabela 5
Histórico de Eventos e Ações do Povo Tabajara

Evento	Instituição Promotora	Ano
I Encontro Tabajara - Terra Demarcada Direitos Garantidos	Povo Tabajara	2009
Relatório Tabajara – 1.º estudo antropológico do povo Tabajara	Funai	2010
I Encontro dos Jovens Indígenas Tabajara – Sou Tabajara!	UFPB, IFPB e povo Tabajara	2011
1.ª Dissertação sobre os Tabajara (Farias, 2011)	Não indígena	2011

Criação da Aldeia Vitória	Povo Tabajara	2013
Exposição Séculos Indígenas no Brasil – 5. ^a edição	Kariokamultimedia	2014
Memória Tabajara – manifestação de fé e identidade étnica – (livro) – lançamento	Autores + povo Tabajara	2012
Paraíba Tabajara – (livro) – lançamento	Autores + povo Tabajara	2015
I Assembleia do povo indígena Tabajara da Paraíba	Povo Tabajara; Funai	2016
Encontro de Saberes	Funai + povo Tabajara	2017
Projeto da Mata em Pé	Lideranças Tabajara	2017
Oficina de Paletes	IFPB + povo Tabajara	2018
Assembleia do Povo Indígena Tabajara da Paraíba	Povo Tabajara; Funai; UFPB; IFPB; Prefeitura de Conde	2018
Oficina de Dança	Grupo Imburana – danças populares brasileiras – UFPB	2018
Defesa do 1. ^o TCC Tabajara (Resende, 2018)	Indígena Tabajara	2018
Oficina de argila	PPGCR / UFPB	2018
1. ^o Grito do Povo Indígena Tabajara da Paraíba	PPGCR/UFPB + povo Tabajara	2019
Oficina de Alimentação Saudável	IESP (curso de Nutrição) + povo Tabajara	2019
Projeto de Extensão: Cinema nas Aldeias	UFPB	2019
1. ^o Encontro de Formação para a Juventude Tabajara da Paraíba	CIMI + povo Tabajara	2019
Encontros de estudos preparatório do ENCEJA	PPGCR/UFPB	2019
Defesa da 2. ^a dissertação sobre os Tabajara	PPGCR/UFPB	2019
Encontro 13 anos de Luta Tabajara; I Jogos Indígenas Tabajara	Povo Tabajara	2019
Criação da Aldeia no Bambuzal	Povo Tabajara	2019
Criação da Associação dos indígenas Tabajara da Aldeia Vitória	Indígenas da A. Vitória	2019
Criação do Grupo de Mulheres Moaras	A. B. do Gramame	2019
Criação do Grupo de Mulheres Niaras	A. Vitória	2019
Reavivamento do Ritual da Lua Maior	A. B. do Gramame	2020

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

2.4.1.2 Educação informal

Em toda a história, a educação dos povos indígenas processou-se informalmente, no contato com os adultos com seus curumins em suas atividades cotidianas. Com os Tabajara, percebe-se que primeiro advém do desenvolvimento das atividades diárias das aldeias. Segundo Delors (2001), por excelência, a educação para a cidadania e democracia não se restringe ao tempo-espço da educação formal, devendo inserir às famílias e à comunidade inteiramente.

Os curumins Tabajara vivem envolvidas nas atividades diárias das famílias, sejam os que moram na cidade ou na área rural nas aldeias. Crescem desenvolvendo

as práticas das crenças e costumes, da cultura e das tradições, acompanhando os mais velhos nas reuniões dos cultos e na prática do ritual do Toré. As crianças querem participar e vivência de todas as atividades. Contribuem na coleta de frutas, na plantação da roça e da horta; na limpeza do quintal; em cuidar dos animais caseiros e nas mais diversas atividades práticas da aldeia.

O sorriso em cada face revela a felicidade da garotada em participar, principalmente do Toré e das atividades religiosas. Seguem os adultos, imitando-os na prática do ritual, no ritmo cadenciado da batida dos pés e na musicalidade do maracá na mão, e ou na leitura bíblicas e louvores religiosos.

É perceptível ouvir o canto mirim bem agudo bradando da letra do Toré “Sou Tabajara nessa terra de Tupã, sou Tabajara [...]”. E visível nos curumins Tabajara, à alegria de pintarem seus corpos, vestirem seus trajes, tocarem o maracá nos eventos das aldeias. Esse envolvimento além de prazeroso é a certeza de que as práticas de tradição estão se efetivando e irá se perpetuar com essa garotada.

Essa sedução infantil é um amalgama que solidifica a ancestralidade e fortalece a identidade étnica. Nesse sentido, percebe-se a influência da educação informal na formação Tabajara. Nessa didática, a criança se desenvolve como um ser atuante, que constrói suas relações, não só seguindo o exemplo dos pais, mas também como um agente social ativo e elaborador de cultura.

A criança na comunidade indígena é respeitada em seu mundo infantil, e instigados por todos e principalmente pelos mais velhos, nas experiências e vivências dos valores e dos costumes da vida. Deste modo, as crianças vivenciam situações que vão permitindo que elas possam brincar, crescerem desenvolvendo pouco a pouco suas habilidades e interações sociais com membros da comunidade mais experientes, os adultos, que orientam e contribuem com o desenvolvimento do pensamento e do próprio comportamento da criança.

Na casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações ... Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática, e o professor profissional não é seu único praticante (Libâneo, 2012, p. 26).

É a socialização dos fatos da vida que ocorre permanentemente em todos os espaços frequentados, como a prática da agricultura, as rodas de conversa sobre as memórias indígenas, os mutirões de limpeza e outros; verifica-se de forma mais descontraída na brincadeira, na partilha alimentar, na labuta, no lazer e também nos eventos, onde as crianças iniciam as primeiras aprendizagens e experiências. A educação tem um lugar na vida do homem na sociedade nas diferentes esferas do saber e que toda ação educativa é intencional.

O ensino-aprendizagem na forma de socialização dá oportunidade a todos de acessar os conhecimentos. Essas práticas são processadas na comunidade, orientadas pelos sábios anciãos, pelas famílias e pelos parentes de cada povo. Essa educação não é feita de forma improvisada ou abstrata. Para Meliá (1979, p. 10):

Os educadores do índio têm rosto e voz; têm dias e momentos; têm materiais e instrumentos; têm toda uma série de recursos bem definidos para educar a quem vai ser um indivíduo de uma comunidade com sua personalidade própria e não elemento de uma multidão.

Cada etnia tem uma educação específica de acordo com seus costumes, valores e tradições. Com os indígenas Tabajara, os conhecimentos culturais são transmitidos de acordo com a orientação de cada aldeia. Fato que mostra que tudo que envolve a pessoa tem influência do meio. Segundo Maturana (2009, p. 29):

O educar ocorre todo o tempo e de maneira recíproca. Ocorre como uma transformação estrutural contingente com uma história no conviver, e o resultado disso é que as pessoas aprendem a viver de uma maneira que se configura de acordo com o conviver da comunidade em que vivem.

Na Aldeia Vitória, os ensinamentos direcionam-se pelos preceitos da religião pentecostal. Já na aldeia Barra do Gramame, os saberes da tradição não recebem interferência de dogmas religiosos de religiões de matriz norte-americana, europeia ou oriental. Ainda temos os indígenas moradores da cidade, onde observa-se que existe um misto de percepções religiosas e culturais.

Atualmente, esta é a conjuntura da educação informal Tabajara, em que as práticas das aldeias se direcionam aos seus interesses religiosos, a demarcação da terra e o fortalecimento da identidade.

2.4.1.3 Educação formal: educação escolar Tabajara

A educação formal realiza-se de maneira sistematizada com os conteúdos estabelecidos, objetivando o ensino e a aprendizagem (Gohn, 2010a). Essa modalidade de educação é vivenciada entre esses indígenas nas escolas de educação básica da rede municipal e estadual de ensino, e nas instituições de ensino superior.

Outra forma de educação vivenciada são as ações dos projetos de extensão e oficinas das instituições como UFPB, Instituto Federal da Paraíba (IFPB), União Nacional das Instituições de Ensino Superior Privadas (Uniesp) e Grupos Culturais. À medida que os indígenas participam das práticas educativas sistematizadas, há interlocução de saberes formais entre indígenas e não indígenas. Todavia, Delors (2001, p. 61) contrapõe, “sendo a educação para a cidadania e democracia, por excelência, uma educação que não se limita ao espaço e tempo da educação formal, é preciso implicar diretamente nela as famílias e os outros membros da comunidade”.

Para falar sobre a educação formal buscou-se fundamento na Constituição de 1988, art. 205 (Brasil, 2016), que diz: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". O texto constitucional é democrático e libertador, mas é um direito que nem sempre é cumprido pelo Estado. Deveria ser uma educação escolar ancorada na legislação, porém durante séculos, não levou em consideração toda a diversidade e pluralidade cultural, a cosmologia e as práticas culturais tradicionais.

Historicamente no Brasil, a educação escolar está diretamente ligada às políticas públicas governamentais. As políticas públicas para os povos indígenas sempre foram de um modelo oficialmente de projeto integracionista e colonizador, no qual a educação ocupou-se de instruir os indígenas para a aceitação da política do colonialismo de aculturação e dominação – impondo sua língua, códigos, símbolos e bens culturais, desconsiderando suas especificidades culturais e linguísticas, e de adesão ao mercado de trabalho. “A pedagogia missionária buscava uma uniformização produzida por práticas disciplinares. Converter índios era disciplinar seu

espaço, seu trabalho, a educação e as crenças indígenas”. (Oliveira Filho; Freire, 2006, p. 145).

Com toda a imposição colonizadora, poucos foram os povos originários que se submeteram ao processo educativo colonizador. Então, depois de uma longa trajetória, esses povos tomaram ciência de que a educação que é usada como instrumento de integração e opressão poderia tornar-se uma ferramenta de luta em benefício próprio.

Nesse cenário, além da luta para garantir o direito a terra, despertaram o desejo pela educação escolar, que se tornou mais um elemento de reivindicações. No entanto, muitas vezes, suas propostas de educação escolar diferenciada provocam estranhamento e resistência.

Todavia, é essencial reconhecer que esses povos mantêm vivas suas formas singulares de educação, as quais podem colaborar no planejamento de uma política de educação escolar capaz de atender os anseios e as necessidades da realidade hoje, diante das lutas pelo respeito e valorização da diversidade, pluralidade e da autonomia.

No Brasil, a educação escolar indígena pode ser dividida em quatro fases. Brasil Colônia, a primeira fase, quando os missionários católicos jesuítas orientavam a educação dos indígenas. A segunda, foi com a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), pelo Estado em 1910 que tinha o objetivo de confinar indígenas em reservas e proteger os colonos contra a retomada das terras pelos próprios donos. Era uma política voltada para civilizá-los e transformá-los em trabalhador nacional, estendendo-se a articulação com o *Summer Instituto of Linguistics* (SIL) e outras missões religiosas.

Na terceira fase, dos anos 1960 aos anos 1970, destaca-se o surgimento de organizações não governamentais: Comissão Pró-Índio, Centro do Trabalho Indigenista (CTI), CIMI, Operação Amazônia Nativa (OPAN) e outras. A quarta fase define-se por iniciativa dos povos indígenas, por debate, a partir dos anos 1980, na reivindicação da gestão dos processos da educação escolar indígena, respeitando as especificidades de cada povo.

Na Constituição de 1988, o Estado ficou com a responsabilidade de proteger e garantir os direitos dos povos indígenas, envolvendo a posse de terra e a educação diferenciada. No artigo 210, ficou assegurada às comunidades indígenas a utilização

da linguagem materna e os processos próprios de aprendizagem no ensino fundamental e, no artigo 231, acertou legalmente o reconhecimento aos indígenas, bem como seu direito a terra.

Somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996a), as discussões sobre a efetivação de uma educação formal indígena foram avançando. Segue o que preconiza a LDBEN:

O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - Garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias. (Brasil, 1996).

Com esse reconhecimento dos saberes, da cultura indígena e dos métodos de aprendizagem na educação escolar, instituiu-se que ela pode ser um dos principais elementos de afirmação de sua identidade e culturas (Grupioni, 2000). O direito de ser alfabetizado⁶ e de aprender sua língua materna é fundamental como elemento fortalecedor de sua identidade étnica reprimida.

Segundo Freire (2012), a educação deve ter como objetivo maior desvelar as relações opressivas vividas pelas pessoas, transformando-as para que elas transformem o mundo. A educação contribui para uma profunda consciência social possibilitando entendimento e interpretação da diversidade cultural, seus códigos, suas lutas e conflitos internos.

Considerando a legislação nacional para educação escolar dos povos indígenas a partir da Constituição 1988, da LDBEN/96, do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena (DCNES), da Resolução n.º 5, de 22 de junho de 2012, Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas na Educação Básica, da

⁶ “A distorção idade-série ocorre de forma desigual no território brasileiro... As populações indígenas e negras tendem a ser as mais afetadas... esse indicador chega a 29,4% entre os negros e 33,1% em indígenas” (Unicef, 2018).

1.^a e 2.^a Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (Coneei) e outros dispositivos legais, que legislam sobre a garantia de ser específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária. Essas formam um conjunto legislativo relevante que regulariza, mas ainda não contemplam os indígenas Tabajara em sua educação escolar.

Um dos principais fatores que dificulta a aquisição desses direitos é a não demarcação da terra indígena Tabajara. Somam-se a esse o fato de que algumas famílias residem em diversos bairros de diferentes cidades, além do número reduzido de crianças e adolescentes em idade escolar para frequentarem a educação básica. Esses fatores, impossibilitam a construção de uma escola indígena. A aldeia Vitória é o espaço onde há maior concentração de famílias, resultando em número maior de estudantes indígenas.

A cerca do total de estudantes indígenas urbanos, não foi possível contabilizar esses números, a Funai não tem um levantamento atualizado, principalmente pelo fato de residirem em comunidades diferentes e poucos identificarem na matrícula com indígena.

Em relação a questão do indígena que migrou para os espaços urbanos já é estudada e discutida por estudiosos. Porém, não existe um consenso de como denominá-los, se índios na cidade, índios urbanos, índios citadinos, índios em área urbana, índios em contexto urbano ou índios desaldeados (Albuquerque, 2011).

Conseguiu-se, ainda, dados sobre indígenas que se submeteram às provas do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) na Aldeia Vitória. Sobre a estatística de discentes Tabajara, conseguiu-se um apanhado dos dados do nível escolar dos indígenas Tabajara em 2019 (Tabela 6).

O histórico escolar desses indígenas apresenta um grau de escolaridade mínima, com alto índice de analfabetismo; a situação de baixa renda e periferia impossibilitou sua frequência às escolas.

Tabela 6
Escolaridade do Ensino Básico e Superior dos indígenas Tabajara.

Grau de escolaridade	Número de estudantes	Localidade
Não alfabetizados	10	Aldeia Vitória
	15	Aldeia Barra do Gramame
Educação infantil	4	Aldeia Vitória
	2	Aldeia Barra do Gramame

Ensino fundamental	28	Aldeia Vitória
	10	Aldeia Barra do Gramame
Ensino médio	6	Aldeia Vitória
	3	Aldeia Barra do Gramame
Alfabetização “Agora Vai”	8	Aldeia Vitória
	5	Aldeia Barra do Gramame
Prestaram exame no Encceja	10	Aldeia Vitória
	-	Aldeia Barra do Gramame
Superior incompleto	5	Aldeia Vitória
	2	Aldeia Barra do Gramame
	7	Urbanos
Superior completo	6	Urbanos

Fonte: Elaboração da autora.

No povo Tabajara, existe um número expressivo de pessoas com baixa escolaridade e analfabetos. Escutou-se algumas narrativas sobre a falta de acesso e a segregação da educação escolar, sofrida para essas pessoas.

Estudava com professores que ensinavam em casa; quando fui para a 5.^a série, sonhava em estudar em escola grande. Mas a escola não aceitava, pois eu não tinha registro. Minha mãe conseguiu que meu pai tirasse meu registro de nascimento no ano de 1987; foi quando fui estudar na escola Sesquicentenário em João Pessoa. A vida foi cruel, não terminei o ano, porque não tinha farda. A roupa que vestia era uma blusa branca doada que minha mãe costurou na mão e a saia feita com as pernas da calça cortada de Zezinho, meu irmão. Até que, certo dia, a diretora disse que não aceitava mais essa roupa, que tinha de ir com a farda oficial. Fiquei muito triste. Sair de casa em Mandacaru, rasgando um pão com ovo, e quando chegava à porta da escola, a diretora não deixava entrar. Ficava do lado de fora chorando, olhando meus colegas pelo cobogó. Então, minha mãe inventou de vender milho assado para comprar minha farda. Quando conseguiu, já tinha mais de três meses. Perdi muita aula, não conseguia acompanhar pois já tinha deficiência na alfabetização, não passei de ano. Aí, aos 15 anos de idade, fui trabalhar nas casas cuidando de crianças. Só aos 18 anos, voltei a estudar, mas engravidei na metade do ano. Também abandonei com vergonha das brincadeiras que o professor fazia comigo em sala por causa da gravidez (Sônia Rodrigues. Informação verbal, Aldeia Vitória, set. 2019).

Nitidamente, a indígena Sônia Tabajara sofreu segregação escolar; a percepção que se tem é que houve uma injustiça, ela foi tolhida dos seus direitos sociais como cidadã. Não houve oportunidade de escutar a problemática da estudante. Segregação escolar deriva diretamente da injusta e da desigual distribuição de oportunidades. “muito menos que a desigualdade na oferta escolar, as características culturais dos públicos escolares devem ser tomadas como fontes principais das diferenças observadas no desempenho e trajetória escolar de grupos

sociais e étnicos distintos” (Costa; Bartholo, 2014, p. 1.186). À falta de oportunidade, de escutar, de olhar são fatores que levam ao alto índice de analfabetos e analfabetos funcionais (Indicador de Alfabetismo Funcional, 2018).

Nesse contexto, há um expressivo número de indígenas Tabajara analfabetos funcionais, como também não alfabetizados nas aldeias, fator que levou alguns indígenas a se interessar e se inscrever para cursar, no semestre de 2019, o Programa Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos de Conde, PB, denominado “Agora Vai!”⁷. “A gente era muito pobre, não tinha como estudar, meu pai vivia se mudando procurando trabalho. Sou feliz com o que tenho, mas o meu maior desgosto é não saber ler” (Rosita Rodrigues, Informação Verbal. abr. 2019). As aulas do Programa Agora Vai são ministradas na oca (Figura 15); a aldeia ainda não possui um prédio escolar, sendo esse espaço usado para todas as atividades e todos os eventos, inclusive as atividades educativas.



Figura 15. Programa Alfabetização “Agora Vai”, Aldeia Vitória.
Fonte da pesquisadora, 2019.

As crianças da Aldeia Vitória estudam na Escola Municipal João Carneiro da Cunha, localizada a 0,3 km da aldeia. A escola funciona nos turnos manhã e tarde, oferecendo ensino da primeira fase do fundamental, acolhendo 56 estudantes no total, sendo 9 indígenas moradores da comunidade da Mata da Chica.

A escola é municipal, construída em alvenaria, com uma cozinha, três salas de aula, dois banheiros, sem pátio para recreação. O corpo de funcionários é composto por três professoras, uma gestora e seis funcionários. Quanto ao currículo, não

⁷ Programa que atende jovens acima de 15 anos, adultos e idosos, ensinando-os a ler e escrever, no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, durante um período de seis meses, quatro dias por semana por duas horas. Ao fim do período, o estudante deve ser capaz de ler e escrever, com devida compreensão e fluência.

contempla, um conteúdo diferenciado; não existe ensino bilíngue, as aulas são ministradas somente em língua portuguesa.

Como mencionamos antes, os povos indígenas têm direito a uma educação escolar diferenciada e intercultural (Brasil, 2009), bem como multilíngue e comunitária. Seguindo a Constituição Federal e a LDBEN n.º 9.394/96, a coordenação nacional das políticas de Educação Escolar Indígena é de competência do Ministério da Educação (Decreto n.º 26 de 4 de fevereiro de 1991), cabendo aos estados e municípios a execução para a garantia desse direito dos povos indígenas (Figura 16).

Segundo T. T. Silva (2010), o currículo é sem dúvida, entre outros, um documento de identidade, um texto racial. Dessa forma, toma-se o currículo escolar, principalmente do ensino fundamental, como uma seara de conhecimento que deve relacionar-se com os elementos culturais dos indígenas que dão sentido e significados a seu cotidiano.



*Figura 16. Curumins a caminho da escola, Aldeia Vitória.
Fonte da autora, 2019.*

Nesse contexto, essa escola, como as demais frequentadas pelos indígenas, traz um conjunto de práticas e saberes hegemônicos em seu currículo que materializam as desigualdades e apoiam a dimensão ideológica de uma educação autoritária e eurocêntrica, ou seja, de uma educação sem levar em conta a diversidade cultural. “A escola de que hoje nossos curumins necessitam é trazer nossa identidade, valorizar nossa cultura, nossa língua, que foi tomada. Queremos que a educação da escola ajude a fortalecer cada vez mais a nossa cultura” (Simone Tabajara. Informação verbal, set. 2019). Na fala da liderança mãe, sente-se a necessidade de ser implementado um currículo que fortaleça a educação escolar para o aluno indígena.

Existem projetos e orientações da Secretaria Municipal de Educação de Conde que dão ênfase à diversidade cultural, o modelo instituído ainda não considera as singularidades e as diferenças culturais do lugar onde a escola está inserida.

Não existe ainda escolas com educação escolar indígena diferenciada. Mas há estudantes indígenas frequentando as escolas. Como também, os docentes que atuam nas escolas da rede municipal e estadual frequentadas pelos Tabajara não são indígenas. Essa demanda da educação escolar indígena só será suprida quando houver indígenas licenciados na etnia que possam atuar como professores na educação escolar indígena Tabajara.

Entretanto, é preciso fazer uma ressalva sobre esse contexto da educação escolar indígena, pois, em agosto de 2019, pela primeira vez, ofertou-se uma Formação para Professores Indígenas no município de Conde, por determinação da coordenadora da Gerência Executiva da Diversidade e Inclusão (Gedi), da Secretaria Estadual de Educação, que ousou aplicar os recursos públicos da educação indígena da Paraíba, tanto para os Potiguara como para os Tabajara.

O curso estava direcionado para a formação continuada dos professores indígenas Potiguara dos municípios paraibanos de Baía da Traição, Rio Tinto e Marcação, onde concentra uma população de mais de 20.000 indígenas. Em razão dessa mudança, a Secretaria de Educação do município de Conde abriu inscrição contemplando educadores das escolas municipais e estaduais que lecionam para estudantes indígenas.

O curso foi ministrado na modalidade presencial em III Módulos com carga horária de 48 horas/aula. A metodologia da formação foi pautada em diálogos, reflexões, atividades práticas, textos, vídeos, músicas, aula de campo e dinâmicas. Alguns professores expressaram testemunhos preconceituosos e falta de conhecimento sobre a cultura, justificando que sempre receberam informação distorcida sobre os indígenas, e até nem aceitavam a presença deles na região.

Freire (2018a, p. 43) afirma: “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. Essa assertiva do autor mostra a importância da formação para a prática pedagógica; no caso em estudo, as falas dos professores revelam o receio sobre a comunidade e que não sabiam como lidar com a prática cultural indígena.

Ante essa realidade, o que levou os professores a optarem pela formação indígena? Foi a expectativa de apreender e o sentimento de indagar o desconhecido? Por outro viés, foram movidos por outros elementos: a inquietação da questão indígena no ano de 2019 ou refletir sobre o tratamento direcionado aos valores e costumes da cultura e das práticas educativas escolares com o estudante indígena. As hipóteses são muitas! Principalmente em tempos tão obscuros de política do governo federal com as populações tradicionais e indígenas, e as minorias como um todo. A temática do curso estimulou a curiosidade dos professores para valorização dessa cultura de valor e das especificidades culturais e linguísticas.

A metodologia e didática do curso de formação buscou trabalhar com os professores temáticas a exemplo de: os indígenas envolvidos sustentam a leitura crítica do processo de descolonialidade dos seus saberes para fortalecimento na educação escolar e a importância de viver por meio dos princípios culturais específicos e saberes de anciãos indígenas. Considerou-se que a formação possibilitou a transformação de paradigmas na prática dos docentes.

A escola que foi imposta como um instrumento de dominação para os povos indígenas, para os indígenas Tabajara, tem-se constituído como elemento de importância, um instrumento de luta e de conquista dos seus direitos, que são inalienáveis.

A revitalização da cultura trata-se de um exercício desafiador para o povo Tabajara. Pode-se observar que um dos fatores que contribuem para isso está no sistema escolar municipal que não é estruturado para atender essa clientela, a exemplo de um currículo que direcione para a valorização do ser indígena e o respeito a ele. Por outro lado, os docentes das escolas não se envolviam com a cultura indígena. Nesses casos, muitas vezes transcorre um conflito silencioso em razão do trato desigual dado à cultura originária e à sociedade envolvente.

Neste sentido, as mães indígenas expressaram as ocorrências sucedidas nas salas de aula da educação formal, sobre a falta de conhecimento da cultura indígena; da discriminação sofrida por os estudantes indígenas, que muito deles sofre segregação por parte dos professores quando vão pintados para escola.

Ainda questionam do porquê de não levar para as aulas conteúdo da etnohistória. Porque não ensinar a verdadeira história dos originários do litoral sul, para que a comunidade possa conhecer a veracidade histórica. Sobre

constrangimentos sofridos por o aluno indígena, “Mãe, disseram que isso é uma tatuagem. Eu disse que não era! É a nossa pintura. Muito bem, você está no caminho certo, lutando por sua cultura” (Natália Tabajara, Informação verbal, abr. 2019).

O depoimento da mãe indígena comprova a prática preconceituosa na escola. Essas práticas discriminatórias prejudicam o fortalecimento da identidade indígena da criança. Vale observar que não é dada a carecida importância ao tema no sistema escolar, sendo invisibilizados em um território em que os primeiros habitantes foram os indígenas.

Com a formação deste curso foi colocado a importância da diversidade étnica. Mas fica o questionamento: e os professores que não participaram do curso de formação? Pressupõe-se que as práticas discriminatórias continuaram.

Diante do contexto, buscando sensibilizar as concepções dos cursistas, os ministrantes da formação priorizaram ministrar atividades interculturais e uma aula campo de visitação às aldeias para conhecerem os saberes e as práticas culturais desse povo. A intenção foi após a atividade, buscar identificar o que iria transformar nos cursistas professores a convivência daqueles momentos. Percebeu-se uma abertura e disposição para uma visibilidade maior dessa cultura, que era considerada invisível.

Na prática pedagógica foram vivenciados e realizados trabalhos que conferem visibilidade ao que era considerado invisível, atividades e vivências que trazem à tona questões anteriormente apagadas e desconsideradas da história, da cultura e da ancestralidade indígena.

A pesquisadora buscou conhecer mais profundamente a opinião dos professores e lideranças da comunidade realizando diálogos sobre a importância da língua e da cultura nos ensinamentos escolares. A professora H. da S. Araújo declarou que o Curso de Formação para Professores Indígenas deu oportunidade a um novo olhar para esta cultura, levando-a a valorizar esses indígenas, acolhendo as crianças com suas diferenças, possibilitando que elas apresentassem a pintura, dança do Toré, para os colegas em sala de aula. Com isso, considerando as práticas antes desconsideradas.

Uma das temáticas dialogadas na formação foi sobre a Lei n.º 11.645/2008 e sua implantação no currículo. Pelo testemunho dos docentes, eles têm ciência da lei, no entanto, os conteúdos pautados em sala são mais voltados para a questão Afro –

negros e quilombolas –, justificando-se por existirem na região as comunidades negras de Mituaçu, do Gurugi e a descendente de Quilombo de Ipiranga. Sobre a questão indígena, revelou-se que os trabalhos são pontuais, a data comemorativa – 19 de abril – Dia do Índio. Os professores reconheceram a importância de trabalhar a cultura indígena e criticaram o atual desenvolvimento do trabalho nas escolas, a carência no aprofundamento das informações e materiais em relação ao tema.

A Semec tem conhecimento sobre a estrutura legal acerca da temática, até confeccionou o “Diário da Educação – 2018 – Professor”, que a cada bimestre realiza um planejamento que contempla uma comunidade tradicional existente no município. No entanto, pelo revelado, isso não garante o efetivo trabalho em sala de aula, engajamento da escola e do sistema para o trabalho com a educação indígena.

Durante a formação, percebeu-se que os professores e os integrantes das comunidades indígenas possuem sentimentos e pensamentos unânimes sobre a necessidade de dispensar maior atenção às atividades linguísticas e culturais sobre as práticas educativas indígenas. Dentro do processo de revitalização da cultura, eles almejam fortemente reavivar a língua tupi. Porém, até agora apenas palavras dos gestores que contribuirão com a implantação de um curso. Essa e outras práticas, quando forem efetivadas, vai possibilitar que a educação escolar contribua para comunidade indígena, de fato e de direito.

Identificou-se, ainda, que, nos depoimentos, os docentes não só transmitem saberes, mas também aprendem com o discente indígena: essa é a perspectiva de educação intercultural, aquela pautada na escuta, no diálogo, no respeito e na compreensão da cultura dinâmica; considera o processo de aprendizagem uma troca e partilha de conhecimentos no contato com os indígenas, que se mantêm em seus costumes, como ser indígena e ao mesmo tempo um ser humano e cidadão brasileiro. É por todas essas possibilidades que a educação escolar indígena é necessária e de extrema importância para os indígenas.

Sobre o Ensino fundamental II e o Médio, não foi levantado o total de estudantes, pois residem em localidades diferentes na área urbana. Na área rural existe vinte cinco indígenas nesses níveis de ensino que residem nas duas aldeias, que frequentam escolas municipais e estaduais na cidade de Conde. Esses estudantes se deslocam em transporte escolar no percurso de 7km ao centro da cidade.

Quanto ao Ensino Superior, o número ainda é bastante tímido em localização diversa. Frequentam a universidade pública, ingresso por contas e em instituição privada com bolsa integral de estudos. É importante registrar na educação formal as dificuldades enfrentadas pelos acadêmicos. Todo o público enfrenta bastante desafios estruturais econômicos e o emocional dos preconceitos.

Nesse sentido, coletou-se depoimentos que expõe suas diversas inquietações e desafios. Isso oportunizará o lugar de fala aos universitários da educação escolar formal (Ribeiro, 2019). Espaço que compreende diversas identidades e que precisa reconhecer a identidade indígena. Isto é valorizar as vozes que ficaram engasgadas nas gargantas das gerações por séculos - seus ancestrais ficaram com a voz engasgada na garganta por gerações existenciais.

São jovens que estão acompanhando a revitalização da sua história, apreendendo, empoderando-se da identidade étnica indígena. Lutando por espaços de direito e por lugar social. A universidade é lugar de indígena, deve ser tomado por indígenas. “É lá que iremos tomar ciência do que é de direito dos povos originários. Para que muitos de nós não sejam enganados como nos tempos antigos” (Raissa Tabajara, informação verbal, abr. 2019).

Então, à falta de respeito ao indígena, a discriminação, a humilhação, formam um conjunto de aspectos que são desafios a serem vencidos todos os dias dentro e fora dos espaços educacionais. “Cheguei e estou na universidade. Mas só estou, porque muitos sofreram, tombaram, derramaram seu sangue para que eu possa estar representando o meu povo. Não é fácil conciliar a vida acadêmica com as responsabilidades da casa com filhos. Vou vencer!” (N. Rodrigues, Informação Verbal, abr. 2019). Os depoimentos dos universitários Tabajara, afirmam que a conclusão do ensino superior será um divisor de águas em suas vidas.

No entanto, afirmam o orgulho de ser Tabajara, a força de resistir. Mesmo muitas vezes querendo sentindo vontade de desistir. Narrativas de humilhação por coordenador de curso; questionamentos sobre morar em oca, se caça, se pesca; o estereótipo imaginário da sociedade sobre o indígena coaduna para esse pensamento. “Tu fala indígena? Eu digo, não! Só algumas palavras. Aí a maioria nos invisibiliza, poucos são os que se interessa por nossa história” Os maiores constrangimentos foram no início da graduação” (Mailson Tabajara, Informação Verbal, abr. 2019).

Essa narrativa de M. Tabajara é exposta por todos os estudantes. A tese do pertencimento, de reconhecer-se como indígena. Significa resistir, lutar por ser reconhecido, por conquistar a liberdade de direitos como indígena Tabajara.

Todos falam por uma mesma voz, de que precisam revitalizar a língua materna, que é uma das características da sua cultura. A dificuldade de entrar na universidade, chegou a levá-los a fazer até cinco processos seletivos do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Dificuldade decorrente do pouco acesso à escola com uma boa qualidade do ensino, oferecido pela rede pública. Dos grupos sociais, os estudantes indígenas são os que tem menos acesso ao ensino superior (IBGE, 2010).

A lei de cotas oportunizou uma pequena abertura para entrada no Ensino Superior, mas não é bastante. É necessário políticas afirmativas de apoio aos indígenas, pois chegam com deficiência de conhecimento para construir uma síntese, fazer uma redação ou realizar um seminário. A deficiência nos conteúdos necessários para um ensino básico consistente, leva muitos a desistirem de fazer uma graduação.

Outro desafio além do acesso às instituições superiores é a permanência devido a vários fatores como à falta de transporte e de recursos financeiros para alimentação, compra de livros, material impresso, recursos tecnológicos como notebook, impressora, acesso à internet e aos recursos midiáticos.

Os povos indígenas têm como meta uma educação escolar indígena que desenvolva as habilidades dos estudantes, no sentido de continuamente edificar e reconstruir suas afinidades com os saberes tradicionais como, alimentação e bebida, línguas, festas e os rituais com suas danças e cantos, crenças e tradições ancestrais do seu povo. Esta riqueza que existe no patrimônio sociolinguístico e cultural desses povos deve ser conhecida e valorizada sua realidade, para que indígena como estudante possa compreender, distinguindo cada cultura com seus devidos valores.

Dessa forma, os estudantes saíram da passividade e deixaram de ser simples objeto de conhecimentos, considerando os conhecimentos tradicionais de sua realidade, modificaram-se em sujeitos da aprendizagem crescendo em competências e habilidades adequadas para auxiliá-los nas tomadas de decisões entre seu povo.

As observações aqui realizadas no texto no que tange a educação formal na educação indígena Tabajara, permitem dizer que as temáticas sobre a História e cultura indígena e as práticas educativas adotadas nas escolas, ainda são insuficientes diante do valor da cultural da etnia indígena.

2.5 ETNOEDUCAÇÃO TABAJARA

“Ainda existe no Brasil a ideia generalizada e errônea de que os povos indígenas não possuem nenhum tipo de educação. Nada mais equivocado, posto que os saberes ancestrais são transmitidos oralmente de geração em geração.” (Luciano, 2006, p. 129). São essas e outras ideias que são concebidas pela população não indígena sobre a educação e a cultura indígena. Os povos indígenas têm os próprios processos de produção de práticas, de transmissão dos conhecimentos e saberes, o que forma a educação indígena que é repassada para seus curumins.

Saberes de diversas formas, cores, sabores, sons, lendas, cantos, danças, ritos e ritmos... é de uma pluralidade espetacular! Adentrar esse universo é descobrir uma riqueza de valores dessas culturas invisibilizadas no tempo por discriminação e preconceito. “A cultura é dinâmica, está o tempo todo se atualizando, modificando-se, sofrendo influência; mas o importante é que eles [Tabajara] guardem a essência. A ideia que os ancestrais preservavam, utilizavam” (Petrônio Cavalcanti. Informação verbal, fev. 2020).

É sobre esses conhecimentos que fala Daniel Munduruku (2018). Os conhecimentos indígenas foram deixados pelos anciãos na forma oral como uma teia que une o passado ao futuro. Essa fórmula pedagógica tem sustentado o céu, os rios, as montanhas em seus lugares como parceiros dos nossos povos.

Os povos indígenas, na maioria, foram destituídos violentamente de sua identidade, de sua fórmula pedagógica de praticar e transmitir seus saberes e conhecimentos. Em especial, os índios do Nordeste, que foram duplamente segregados, como nordestinos e indígenas. Resistiram, buscaram reconstruir-se como povos, encontrando caminhos pela força da sua identidade e cultura. São exercícios que se concentram em movimentos na realidade, levando o indígena sempre que possível ir além dos seus limites para intervir e transformar. É uma característica da educação libertadora adotada pelos Tabajara (Freire, 2015).

É essa metodologia pedagógica da oralidade que os anciãos e líderes indígenas Tabajara utilizam para transmitir a seus descendentes todo o legado ancestral da etnia. Empoderados desses ensinamentos, essa geração aguerrida de suas raízes buscam a afirmação étnica, a demarcação da terra e a difusão dos seus etnossaberes, e principalmente o direito pela sustentabilidade da etnoeducação.

Falar de etnoeducação é adentrar o universo da educação desses indígenas, das suas práticas pedagógicas, da riqueza contida nas experiências de vida, da diversidade dos seus costumes, da valorização da sua ancestralidade, do respeito aos mais velhos, da crença nas espiritualidades, da visão cosmológica, enfim do cuidado e afeto à Mãe Natureza.

Para se reconstruírem como etnia, os indígenas Tabajara, duplamente segregados, como nordestinos e paraibanos, buscaram encontrar aberturas para o reconhecimento de sua identidade. É dessa conjuntura que o povo Tabajara faz parte, a busca pela afirmação étnica, pela demarcação da terra, pelo direito às políticas públicas, pela autossustentabilidade e por uma educação de qualidade e diferenciada.

Em meados de 2006, Ednaldo dos Santos Silva, que hoje é conhecido como Ednaldo Tabajara, e um grupo “formado inicialmente por seu tio avô João Martins dos Santos Silva (João Gringo), mãe, Josefa Maria dos Santos, e tia Maria José dos Santos. Logo se integrou ao grupo os irmãos Manoel Francisco do Nascimento (Nequinho) e Severino Francisco do Nascimento (Biu), filhos de Antônio Piaba da Barra de Gramame” (Ednaldo Tabajara. Informação verbal, dez. 2019) iniciaram uma acanhada, ao mesmo tempo, uma ousada ação em busca do reconhecimento étnico do ser indígena Tabajara.

Nesse movimento buscaram comprovação documental nas instituições governamentais, com os parentes de outros povos indígenas, na universidade e em diversos órgãos. Por outro lado, internamente, iniciaram visitas às comunidades periféricas de João Pessoa e do entorno, em busca do autorreconhecimento dos parentes, ao mesmo tempo, fazendo convite para participarem de encontros e reuniões de planejamento para estratégias de fortalecimento e resistência. Essa atitude desabrochou em um grande movimento de efervescência política contemporâneo do ser indígena Tabajara, conhecido no mundo acadêmico como processo de valorização e empoderamento das identidades étnicas dos povos originários.

Esses procedimentos educativos em prol do bem comum se aproxima de uma sistemática metodologia de educação escolar. A atividade deve ser vista no sentido de bem social, objetivando a transformação da realidade dos indivíduos (Sánchez Vázquez, 2011). A prática como delineadora das ações que deliberam a atividade

humana e teórica age a partir da consciência que pode levar a uma transformação da realidade.

[...] a atividade da consciência, que é inseparável de toda verdadeira atividade humana, apresenta-se a nós como elaboração de fins e produção de conhecimentos em íntima unidade. Se o homem aceitasse sempre o mundo como ele é, e se, por outro lado, aceitasse sempre a si próprio em seu estado atual, não sentiria a necessidade de transformar o mundo nem de, por sua vez, transformar-se. O homem age conhecendo ... se conhece agindo (Sánchez Vázquez, 2011, p. 226).

Nesse sentido, Ednaldo Tabajara não aceitou a situação de silenciamento dos Tabajara, agindo de forma consciente com o caráter intencional da transformação da sua realidade e da vida de seus parentes indígenas. O processo de educação vivenciado pelos Tabajara demanda uma prática que envolve cada um em sua plenitude. Trata-se de uma educação que beneficia o fortalecimento étnico desse povo como cidadãos brasileiros, que cumprem seus deveres e reivindicam seus direitos.

No universo educativo desses indígenas, é preciso entender como e onde as práticas educativas se realizam, quão intensamente os valores são cultivados, a maneira pela qual o tempo é concebido, os conhecimentos e a sabedoria legada pelos ancestrais e as espiritualidades alicerçadas na Mãe Natureza. É viver em harmonia, respeitar e aprender com a natureza, compreendendo o real sentido da vida, da existência indígena. Pode-se dizer da educação existencial de Freire, conviver na partilha, nos valores e tradições e práticas indígenas de tradição.

Este estudo deu oportunidade de se perceber a nobreza de como se processa a relação Mãe Terra e a Natureza Sagrada, a sutileza das parcerias, dos conflitos, das disputas, dos afetos, dos sentimentos, das paixões, das emoções, etc., enfim, tolher julgamentos, suprimir preconceitos, abolir gestos de intolerância e de desrespeito, valorizar a diversidade, estar aberto para apoiar os projetos, os anseios e os sonhos de um povo que tem muito para nos encantar e ensinar, mas só por meio da etnoeducação é possível.

Inspirados na obra *Pedagogia da Libertação*, Freire (2017), que os educadores precisam amar o outro, a outra e juntos, buscarem uma direção, pois sem paixão, sem amor, sem risco de ferir e ferir-se, não há possibilidade do sucesso de uma educação

libertadora. Nesse olhar e sentir, percebe-se o trabalho desenvolvido pelas lideranças Tabajara.

Nesse sentido, uma das práticas que está sendo utilizada por essas lideranças Tabajara é a de orientar os jovens e as crianças a conhecerem e reconhecerem o bioma do território da antiga sesmaria da Jacoca, apresentando a mata, o canavial, o bambuzal, a capoeira,⁸ as nascentes, o manguezal. Neste estudo se utiliza o lugar como o espaço escolhido, identificado pelos indígenas como próprio, eleito para suas atividades práticas. Esse é o lugar próprio para realizar as práticas, ressignificar e revitalizar suas tradições, etnosaberes e o território.

2.6 OS SABERES TABAJARA

As práticas contínuas e tradicionais, realizadas entre os indígenas mais velhos, os jovens e as crianças, são trocas intersubjetivas, que possibilitam a construção e assimilação de saberes e costumes sociais e culturais, trazendo para o contexto, uma compreensão de ser no universo Tabajara com o outro.

A exemplo do Encontro dos saberes Tabajara, projeto realizado em 2017, na Aldeia Barra do Gramame, com o apoio da Funai. Na ocasião, houve mesas redondas com os anciãos dialogando sobre a importância da revitalização dos seus saberes tradicionais com o povo e principalmente com crianças, adolescentes e lideranças, para que a identidade étnica cultural esteja sempre viva. Houve um segundo momento, com os jovens para debater a força da juventude em prol do crescimento do povo; mesa com antropólogos, e participação de um número expressivo de indígenas Tabajara; atividades de oficinas de artesanato, de ritual do Toré, partilha de alimentos e lazer. Foi um evento que teve por finalidade efetivar trilhas pelo território, com oficinas de ensinagem e prática das suas tradições (Figura 17) a fim de fortalecer a cultura entre jovens, mulheres, homens e, principalmente, crianças.

⁸ Capoeira – do tupi-guarani co-poera = roça velha.



Figura 17. Confeção de arapuca.
Fonte da autora, 2018.

O evento trouxe reflexões sobre os saberes indígenas, abordou questões da ancestralidade – com a presença dos anciãos – e da resistência-existência dos Tabajara. Essas ações permitem momentos fundamentais para a construção identitária por meio de uma relação reflexiva em meio a partilhas intersubjetivas, pondo a histórica vivência dos indígenas no espaço temporal, com uma orientação de estima especial por ser indígena e por pertencer ao povo Tabajara. Percebe-se que essas ações influenciam seus sentimentos de alteridade e de empoderamento no espaço sociocultural que os cerca.

O universo Tabajara teve envolvido dos processos e das práticas da sociedade contemporânea, a exemplo do consumo de mercadorias, do modo de vestir (*looks* modernos), do uso das tecnologias, da mudança de hábitos alimentares, da utilização dos meios de transporte, das várias profissões assumidas para a sobrevivência e a aceitação de Jesus dentre outros. São intermináveis as mudanças sofridas na forma de ver, sentir, pensar e viver.

Não há anormalidade alguma nessa aproximação com a sociedade envolvente, pois a dinâmica da cultura e da economia permite esse movimento. Porém, as ideias que circundam no imaginário nacional, associadas às práticas e aos costumes dos indígenas, geralmente são de quem vive ainda na floresta, como os povos do século XVI. Há perguntas a exemplo de: “*São índios verdadeiros?*” Esse questionamento aborrece muito os Tabajara, eles tiveram de ver seus pais, seus avós negando a própria identidade e também passar pela mesma dor; ver a própria identidade ser negada. Infelizmente, as práticas e os costumes indígenas tendem a ser pensados como um processo de aculturação.

Esse tipo de comentário reafirma a construção dos mitos fundadores de uma sociedade autoritária, que congelou no tempo e no espaço a imagem do indígena do século XVI (Marques, 2009). Esse entendimento é facilmente constatado neste diálogo entre dois Tabajara:

Gente, por favor, me tirem uma dúvida a respeito do cadastramento do SUS! Já pode ir à Secretaria de Saúde fazer esse cadastramento? Porque já estive alguns parentes lá, e eles falaram que essas pessoas não são índios, nem aqui nem em canto nenhum! (Andrea Rodrigues. Informação verbal. Aldeia Vitória, mar. 2018).

Indígenas são cidadãos, com os mesmos direitos e deveres! Porém, esse pensamento é legado do colonialismo. Essa é uma experiência cotidiana dos Tabajara com a coletividade que reflete um colonialismo eurocêntrico de mestiçagem, marginalização, silenciamento e até desaparecimento do povo indígena. Assegurar que um povo não é indígena manifesta total desconhecimento sobre a verdadeira história dos povos originários brasileiros.

Há indígenas que foram obrigados a metamorfosear-se em novos símbolos e valores em suas práticas, crenças, língua, rituais e vida, chegando ao ápice: a espoliação de seu lócus de tradição. Assim, foram forçados a uma diáspora, que gerou danos incalculáveis e a absorção de uma nova cultura. Ao migrarem para outras localidades, a vivência em novos contextos os leva a contradições, tensões e transformações.

Esses fatores implicaram rupturas momentâneas com a cultura tradicional, mas sabiamente os indígenas mantiveram elos conservando muitos saberes, utilizando técnicas e linguagens que os opressores não percebiam. Simone Bernardo, por exemplo, é uma indígena que guardou os ensinamentos dos antepassados e usa o cultivo das plantas medicinais que aprendeu com os pais.

Freire (2018b) sugere que a cultura como uma arte dinâmica, fruto de vivências dos homens e das mulheres no mundo, pode ser pensada como acréscimo que a pessoa faz ao mundo, que não o fez. Dessa forma, é a soma da criação, do sentido de suas relações. Uma inclusão crítica criadora, e não um ajuntamento de informes e receitas doadas.

Cunha (2017) considera, mesmo com essas transformações, que o indígena usa a cultura selecionando alguns símbolos como resistência que garante a

preservação da peculiaridade e continuidade do povo apesar de perdas culturais. Aspectos que ajudam a entender a prática do ritual do Toré e da pintura corporal como símbolos singulares da afirmação étnica do povo Tabajara. É esse aspecto, falado pela autora, que ajuda a entender como a prática do ritual do Toré e da pintura corporal torna-se símbolos singulares da afirmação étnica do povo Tabajara.

Os Tabajara, como povo indígena brasileiro, sofreram consequências irreparáveis nesse processo, e nesta última década, lutam pela demarcação do território, por direitos, por respeito e pelo reconhecimento étnico além da reelaboração dos seus costumes e da tradição.

A diversidade de formas de educação e comunicação vivenciada pelos povos indígenas é uma realidade conhecida, que se caracteriza pelas diferentes culturas. Trata-se de elementos imprescindíveis que, logo nos primeiros contatos, se percebe facilmente, muitas vezes gerando certos estranhamentos em consequência das diferenças.

Os Tabajara lutam bravamente para ter seu território demarcado ou uma reserva indígena reconhecida, condição necessária para ter acesso às políticas públicas de educação e saúde.

2.7 A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Os povos originários utilizam de mitos, de narrativas orais que contêm verdades consideradas fundamentais para sua sobrevivência, que foram transmitidas oralmente por gerações para proteção de suas vidas na natureza. Essas narrações contam como originou-se a natureza, o cosmo, os deuses, os homens e os animais etc. “O rito coloca a nossa frente um imenso e complexo universo em parte conhecido, em parte a ser desvelado”. (Vilhena, 2006, p. 13).

Comumente os mitos são acompanhados por práticas rituais que fazem o caminho inverso: contam ou recriam o mito, provocando a interação de divindades, homens, animais e plantas. Os mitos, para os indígenas se constituem como uma relação de aproximação com os encantados que vive na natureza.

[...] porque contribuem para dar significado a vida trazem memórias das gerações antigas, ... perpetuam a identidade étnica pois, através do mito o povo primeiramente se vê a si mesmo, relaciona-se com o

outro, com a cultura, com a natureza, com a dimensão sagrada [...] (Barcellos, 2014, p. 46).

Conhecendo uma realidade desconhecida que permite ir além da imaginação, os mitos que são transmitidos pelos anciãos, proporcionam uma viagem a outras gerações. Essa prática de transmissão de conhecimento feita através dos mitos relatados pelos sábios anciãos permitem ainda uma visão cosmológica da vida espiritual, que está ligado à vivência no território, pois “[...] para compreender o mundo espiritual indígena é precioso mergulhar no que há de mais profundo, na essência, nos níveis mais elevados de estado só alcançado por quem está conectado com o bem comum e com forças espirituais” (Barcellos; Farias, 2014, p. 39).

A organicidade identitária do homem relaciona-se com sua conjuntura no seu ato de existir. Empenhar-se na própria vida é requisito *sine qua non* do ser humano que concretamente aviva suas ações dando sentido, colorindo seu existir. A prática real das vivências só é possível à medida que cada pessoa se integra no contexto. Os indígenas Tabajara avivam seu existir com atos de fortalecimento identitário e com práticas reais fundamentadas na práxis.

Dessa forma, entre as suas diferentes aprendizagens, observam-se as vivências que predominam como práticas educativas em uma manhã ensolarada de domingo, 20 de agosto de 2017, na Aldeia Vitória. No terreiro da aldeia, o cacique Ednaldo Tabajara reúne um grupo de mulheres, homens, jovens e crianças, além das lideranças, em um total de 30 indígenas, e inicia as orientações sobre o comportamento durante a primeira caminhada de reconhecimento do bioma, fauna e marcos do espaço denominado litoral sul (Mata da Chica, Sítio Pau-Ferro). A aldeia foi referenciada como marco zero (1.º ponto) de reconhecimento da caminhada.

No início da caminhada, percebe-se que havia o objetivo de sensibilizar os presentes para a valorização da etnohistória local dos parentes que viveram naquele território, ensinagem sobre o modo de vida no território do Sítio dos Caboclos.

A caminhada foi organizada pensando-se no bem-estar durante o percurso. Tudo conferido, desde a condução dos alimentos e água nas mochilas, roupas adequadas para enfrentar o mato, chapéus e bonés para proteção do sol. O reconhecimento seguiu com muita alegria e contação de histórias. Curiosos, as crianças e os jovens fazem descobertas e questionamentos que são sabiamente respondidos pelas mulheres e demais adultos.

O território é de uma beleza natural deslumbrante, riquíssimo em mananciais hídricos por toda sua extensão, rios, riachos, olhos-d'água de excelente qualidade, muitas árvores frutíferas, muitos sítios com agricultura familiar – hortas, macaxeira, milho, inhame, batata-doce etc. O trajeto foi muito interessante, com paradas para tomar água e café, para conhecer plantas medicinais nativas e árvores do bioma litorâneo.

Em certo momento da caminhada, na mata do Sítio Pau-Ferro, registraram-se alguns marcos e apresentaram-se outros elementos naturais do espaço considerado de tradição. Nesse território existe uma extensa e antiga área com plantação de bambu,⁹ que era destinada à produção de papel celulose. Durante o percurso, o cacique diz quais são os objetivos e as práticas educativas do Projeto:

Tenho feito um trabalho educativo aqui na aldeia com as crianças, jovens e parentes desaldeados, onde falo da importância da 'Mata em Pé', direcionado, sobretudo para as crianças. Oriento para que eles vejam a diferença do que tem a mata, no chão da cana e do desmatamento. Quando eles vão observando os dois biomas, veem o que tem de diferente. Vão se perguntando por que na mata tem pássaros, camaleão, cobra, teju, gato do mato, tatu e vários outros animais. Eles vão vendo que na mata tem vida; no bambuzal e no canavial, não. É lugar seco, sem vida! Então, questiono sobre o que eles acharam da mata. Eles vão perguntando um para o outro! A importância é que, onde tem mata, tem vida e tem água. O chão é sempre molhado. A mata em pé é importante para os seres vivos, para o ser humano. Esse projeto tem dado uma grande contribuição para os jovens e as crianças em relação ao meio ambiente. Estão crescendo, aprendendo sobre a importância de proteger cada dia mais a mata, para que ela continue dando fruto, sombra e água para nosso planeta (Ednaldo Tabajara. Informação verbal, Aldeia Vitória, 20 ago. 2017).

A preocupação do cacique em cuidar da preservação do meio ambiente não é apenas mais um elemento em meio às várias demandas, mas envolve tudo na existência e na vida do indígena. A terra é um espaço comum, e criar uma sociedade sustentável precisa ser uma tarefa de todos.

Abraçar essas práticas não significa não acreditar na espontaneidade do aprender nem tampouco desconhecer o fato de que também existem processos

⁹ Gramínea que serviu de alimento para animais por milhões de anos. A planta é empregada como biomassa para a produção de energia, material de engenharia civil e arquitetura, matéria-prima para móveis, objetos de decoração e papel entre outras finalidades.

educativos que passam dos mais velhos para os mais jovens, mas considerar que as crianças e jovens produzem conhecimentos e necessitam atuar como guardiões e transmissores com o passar dos anos. Trata-se de uma saída metodológica de práticas efetivas para incentivar o ativismo do grupo na transformação da realidade em detrimento da influência da cultura mercadológica e consumista da sociedade não indígena. Essa abordagem é digna de relevância no processo educativo prático dos Tabajara. Nesse sentido, Durkheim (2019, p. 33-42, grifo nosso) diz:

... a ação dos membros de uma mesma geração, uns sobre os outros, difere da que os adultos exercem sobre as crianças e adolescentes. É unicamente esta última que aqui nos interessa e, por consequência, é para ela que convém reservar o nome de *educação* para que haja educação, faz-se mister que haja, em face de uma geração de adultos, uma geração de indivíduos jovens, crianças e adolescentes; e que uma ação seja exercida pela primeira, sobre a segunda. ... A sociedade se encontra, a cada nova geração, como que em face de uma *tabula rasa*, sobre a qual é preciso construir quase tudo de novo.

As práticas educativas ensinadas pelas lideranças adultas Tabajara para a geração mais nova são cruciais para a formação e continuidade da tradição indígena. A maioria das crianças e jovens nasceu, em grande parte, nas áreas urbanas periféricas, em condições precárias. Esse fato os deixa em uma tábula rasa sobre os saberes e as tradições culturais indígenas (Durkheim, 2019).

As crianças percebem que, em alguns locais, nas margens da estrada de chão, nos recantos da mata e no areal, brota água, que são as chamadas nascentes ou fontainhas. A ação instintiva foi deliciaram-se em beber o líquido, límpido e precioso. Diante desse elemento imprescindível da natureza, as crianças questionam o cacique: “Por que aquela água estava saindo da terra?”

Ele explica que a única maneira de manter os olheiros d’água, os animais selvagens vivos é a conservação da mata em pé, pois, no momento que se desmata, acaba com a sobrevivência dos animais e de muitas espécies da flora, além de secar as fontes d’água. Assim, crianças iniciaram um diálogo tirando dúvidas entre si sobre a conservação do meio ambiente, como contribuir para o reflorestamento, também não jogar plásticos, sacos, garrafas pet e vidro naquele bioma.

Este trabalho está sendo feito porque a maioria de nós indígenas

perdeu o contato com a terra, quando fomos expropriados de nossa terra, com a natureza. Agora, então, voltaram ao contato definitivo, tem de resgatar seus valores, tem essa visão diferenciada dessa cosmologia e espiritualidade com a terra e o planeta (Ednaldo Tabajara. Informação verbal, Aldeia Vitória, 20 ago. 2017).

Diante desse contexto, o projeto tem a finalidade de: a) reconhecer e tomar posse do território que está sendo reivindicado atualmente; b) tem que saber como vão defender; c) como vão usar a área depois da conquista da terra (demarcação). Todas essas ações são voltadas para a reconstrução da cultura, onde terão os jovens indígenas como agentes construtores e transmissores da cultura do seu povo.

Caminhou-se um bom trecho na companhia de Bendito Tabajara. Indagou-se principalmente sobre a fauna. Casado com Sônia Tabajara, morador na Aldeia Vitória, tem bastante conhecimento sobre plantas medicinais e ervas nativas. Está sempre indicando um chá ou um lambedor para ajudar a restabelecer a saúde de quem precisa; conhece a eficácia e os efeitos colaterais das plantas. Na chegada ao ponto de apoio, Bendito Tabajara e Sérgio José da Conceição (Sérgio Tabajara) foram até o mato cortar folhas da palmeira-dendê. Essa palmeira é originária da Costa Ocidental da África (Golfo da Guiné). Seu fruto é conhecido como dendê, o óleo como azeite de dendê. Especula-se que tenha chegado às terras brasileiras com os primeiros cativos africanos à capitania de Pernambuco de Duarte Coelho para confecção de cestos para pescar.

O homem, através das vivências, conseguiu extrair do meio ambiente elementos, criou formas, resiliências de acordo com suas necessidades, passado por gerações, prática que tem assegurado a existência por meio de sua obra pessoal como o agricultor e coletor etc. Cada vez mais, presencia-se a criatividade e transformação da natureza pelo homem, a exemplo da produção do cesto para pescar. Nesse momento da caminhada todos pararam e acompanharam atentamente o traçado do artefato (Figura 18).



Figura 18. Trançado de um covo (cesto de pesca).
Fonte da autora, set. 2017.

Observou-se que do meio ambiente é extraído sementes, folhas, madeira, cipó e casca de coco para produção de bijuteria artesanal. Também existe a utilização de penas de aves silvestres que adquirem com outros povos. A produção é pequena, porém contribui para a economia doméstica. Geralmente, não são eles que confeccionam os saiotes para as vestes do ritual do Toré, compram de outros parentes.

Destaca-se, no meio ambiente, a prática educativa como importante processo de força e de transmissão hereditária, bem como valioso agente para a sobrevivência da espécie humana. Depois de mais 3 horas de atividade e lazer, voltaram em pleno sol de meio-dia; mesmo assim, todos continuavam com disposição e alegria no reconhecimento da área. Passando pelo segundo ponto, o marco do Sítio do Pau-Ferro – mata onde se encontrava grande quantidade de madeira de lei no passado –, e o terceiro ponto no rio Mamelão. O próximo marco foi o ponto do Mero, onde fica a parte do rio que se encontra com o mangue. “Vamos construir como queremos essa área para as crianças e até os mais velhos saber como andam, com propriedade, suas terras” (Ednaldo Tabajara. Informação verbal, Bambuzal, ago. 2017).

A prática que o cacique utiliza é a de unir e despertar em seu povo o sentimento de pertencimento à terra e de sua identidade com ela. É um trabalho bastante delicado com todo o povo, principalmente com os moradores da aldeia. Percebe-se que ainda há resquícios de preconceito sofrido durante anos e décadas. Os preconceitos e os estereótipos são resultados de uma invisibilidade desenvolvida pela a sociedade envolvente que não tem nenhum ou tem raro conhecimento sobre os valores, crenças,

hábitos e costumes dos povos indígenas. Esse fator interfere negativamente dificultando as relações intersubjetivas e o empoderamento do pertencimento dos povos originários, incluindo-se neste contexto os indígenas Tabajara.

Conforme Ourique (2013), o conflito de identidade surge do sentido de pertença. Assinalados por confusões ideológicas e culturais, alguns Tabajara parecem não se dar conta de que eles próprios têm de afirmar sua identidade indígena, que esse fortalecimento não vem de fora, mas deles mesmos quando sentem-se pertencer, utilizam de elementos e práticas da cultura. É essa identidade de pertencimento que garante ver o outro como sujeito de legitimação. Nessa perspectiva, discute-se que a identidade é processual, contínua e afirmada em relação à negação pelo “outro”, ou seja, também é relacional”

O sentimento de pertencimento foi identificando e fortalecido em momentos da caminhada a exemplo de seu José Rodrigues da Silva, conhecido por Zezinho do Sorvete ou Zezinho Tabajara. Esse indígena quando criança, foi espoliado do Sítio dos Caboclos com seus pais, que foram morar na comunidade periférica de Mandacaru.

Atualmente, continua a residir na periferia por conta do trabalho, mas nos fins de semana, mora na Aldeia Vitória. quando encontrou o arbusto conhecido por Batiputá,¹⁰ do qual se extrai o óleo comestível. Na sua memória, logo fez um *flashback* das lembranças da infância quando morou no território e lembrou saudosamente sua falecida mãe, Rita Maria Rodrigues, que fabricava o óleo para fritura dos alimentos. Essa memória surgiu na caminhada do Projeto da Mata em Pé, que o fez narrar como sua mãe extraía o óleo do fruto Batiputá. Em março de 2019, Seu Zezinho Tabajara e Bendito Tabajara uniram-se para revitalizar essa antiga prática e foram ao tabuleiro colher os frutos do Batiputá para ver se conseguiam extrair o óleo. A coleta teve êxito, e após selecionar as frutas saudáveis, trituraram no moinho e colocaram para cozinhar até extrair o óleo, que é similar ao azeite até na cor. Enquanto manipulavam o óleo, Seu Zezinho narrou como aprendeu com sua mãe.

¹⁰ “Batiputá, em latim, *ouratea parviflora*, arbusto da família das Acáceas, cresce nos tabuleiros do Nordeste. Do tupi *ĩboti*, que quer dizer flor, mais *api’ ta*, feixe amarrado”. Moreno–Medina, B. L. Casierra–Posada, F, e Albesiano, S. (2020). *Rubus alutaceus* (Rosaceae), a new species for Colombia with agronomic potential. Revista. Bras. Frutic., Jaboticabal, v. 42, n. 2 (542).

Ela nos chamava para ir para o Tabuleiro pegar a fruta. A gente pegava toda fruta bem madurinha, tirava as cabecinhas e botava no fogo pra cozinhar. Depois de cozinhado, pisava no pilão. Depois de todo produto pisado, lavava ele na água. Tirava a gordura e botava no fogo para apurar. Dá um óleo de primeira qualidade. (Zezinho Tabajara. Informação verbal, Aldeia Vitória, mar. 2019).

Essa fala mostra uma das práticas que ficaram guardadas na memória. Bastou o contato *in loco* para florescer e se exteriorizar as antigas memórias das práticas utilizadas na extração do óleo e de seivas de curas extraídas das plantas medicinais.

Na cultura indígena Tabajara, há uma riqueza de práticas que necessitam ser repassadas para as novas gerações. São práticas de sobrevivência na relação com o meio ambiente, com os rituais, com a espiritualidade e em comunhão com a Mãe Terra. “Todos esses detalhes acabaram fortalecendo e ficando as raízes, como diz Ednaldo: cortaram nossas folhas, quebraram nossos galhos, cortaram nosso tronco, mas esqueceram de arrancar nossas raízes” (Petrônio Cavalcanti. Informação verbal, fev. 2020). Essas práticas fortalecem e vinculam até a espiritualidade com a ancestralidade, com a necessidade da cultura e com os costumes ancestrais.



Figura 19. Fabricação artesanal de Óleo de Batiputá. Fonte da pesquisadora, nov. 2019.

As aprendizagens desse projeto promovem processos educativos e muitos conhecimentos reveladores da episteme do povo Tabajara, possibilitando aos

indígenas revelarem sua história e afirmar sua identidade individual e coletivamente (Figura 19).

2.7.1 A natureza sagrada: águas e a pesca

A natureza sagrada envolve todos os aspectos da mãe terra. O Cacique Carlinhos Tabajara, por exemplo, chama as matas, os manguezais e toda a vegetação carinhosamente de “cabelos da mãe terra”. Que expressão sábia para dialogar com o bioma onde estão as aldeias Tabajara. Isso é de uma grande profundidade, carregado de uma profunda espiritualidade de toda a relação que se tem com a natureza sagrada. Jaciara Tabajara (Informação verbal, abr. 2016) mostra o afeto e os seus sentimentos pelo dia Internacional da Terra:

Hoje [...] é dia daquela que grita silenciosamente. Que nos dá tudo que precisar [...] que tem sido saqueada, destruída, ofendida [...] que tem visto muita desgraça [...] Mas tem presenciado muito amor também [...] Que tem sepultada em si muitos inocentes [...] E também tem que engolir covardes [...] Que tem uma capacidade linda e inspiradora de resistir [...] Que nos gerou, nos criou e nos sustenta; que seu criador o nosso Pai divino nos permita viver em comunhão querida Mãe: Terra! Salve nossa Natureza Sagrada!

Sobre isso vale salientar o alerta que nos faz (Betto, 2016, p. 33), argumentando como é essencial a valorização da cultura e do equilíbrio ambiental e traz para dialogar conosco o que se adota no Butão: “No reino do Butão se adota, em vez de PIB (Produto Interno Bruto) para se medir o desenvolvimento do país, o Índice Nacional de Felicidade Bruta, mensurado por indicadores de cultura, padrão de vida, equilíbrio ambiental e qualidade de governo.” Nesse sentido Juscelino Tabajara (Informação verbal, jul. 2015) argumenta:

[...] que nossos jovens nunca sejam egoístas para com suas gerações e sempre ensinem o que os nossos mais velhos nos ensinaram. Para se começar ensinar, devemos falar sobre o criador e a natureza, pois eu sempre costumo dizer: antes de pensar em outras coisas, devemos primeiramente pensar num maior presente dado pelo grande espírito para nós que é a natureza. Aprendi que ela é a base de toda a sobrevivência, que quando nosso Pai à criou, ele sabia que só precisaríamos dela para sobreviver. É uma pena saber que o homem virou escravo do consumismo, de um monstro chamado capitalismo

que vem devastando tudo e acabando com nosso bem maior que é a natureza.

Os conhecimentos sobre o manejo dos recursos naturais, transmitidos por gerações, são carregados por um sistema de crenças, mitos e histórias de pescadores que vão sendo adaptadas e reproduzidas de acordo com seus costumes.

Por ser uma região rica hidrograficamente, apresenta rios, mangues, corredores marinhos, arrecifes, bocas de barra e maceió. Os indígenas têm práticas diversificadas de pescas em ambientes diferentes. Izaías Severo, Nequinho Piaba, o cacique Carlinhos e Edinaldo Barbosa, tem constância de pescar em rios, boca de barra e no mar.

A pesca se concebe como uma prática presente ao longo do tempo na vida dos povos indígenas; constitui-se como legado da cultura tradicional. Sendo assim, não poderia deixar de descrever essa prática, que é uma atividade que contribui para a subsistência e renda dos que residem no território de tradição da sesmaria da Jacoca no litoral sul da Paraíba. “Atividades de pesca são realizadas historicamente por todos os moradores da Jacoca, incluindo os Tabajara, em todos os rios e afluentes da região, além das lagoas nela presente [...]” (Mura *et al.* 2015. p. 157).

A descrição foi feita desde as situações de interação nas visitas à Aldeia Barra do Gramame e à Praia de Pitimbu, PB, onde muitas vezes observaram-se as pescarias nos rios, nos corredores marinhos, nos arrecifes e nas bocas de barra. “área litorânea, os Tabajara praticam no mar e nos rios, onde pegam diversas espécies de peixes de pequeno e médio porte”, crustáceos – siri, camarão, caranguejo e marisco (Farias; Barcellos, 2015, p. 131). Trata-se de uma atividade artesanal em que utilizam frequentemente pequenas embarcações: catraias, canoas, barcos, redes, tarrafas e linhas. A prática apresenta baixo lucro e rendimento, no entanto contribui, bastante para a seguridade alimentar desses indígenas.

Já seu José da Paixão,¹¹ exerce a pesca em alto mar ou no mar aberto, em um barco a motor, como fonte de renda. Esse tipo de pesca utiliza diferentes redes de malhas e linhas que vão de acordo com o tipo de peixe desejado. “Quando vamos pra pescar no mar, passo o dia inteiro ou então saímos de madrugada e volto à tardinha”

¹¹ Pescador de mar aberto, mora na cidade de Pitimbu-PB, pai do cacique Edinaldo Tabajara.

(José Paixão. Informação verbal, dez. 2019). Antônio Cardoso, Juscelino Tabajara e outros pescam mais de forma esportiva.

Pescar é uma atividade árdua, pois, muitas vezes, o pescador só pega o necessário para comer. Isso se configura como um trabalho ambivalente, por ser uma atividade pesada, onde trabalhador emprega sua força de trabalho, mas não obtém lucro.

Tratando-se de atividade pesqueira, existem algumas modalidades, em que se pode utilizar instrumentos de acordo com os ambientes e a atividade de pescados, em geral, capturados na pescaria. Conforme Farias e Barcellos (2015), usam-se instrumentos como jereré, conhecido por puçá (uma espécie de rede de arrasto), que serve para fisgar pequenos e médios peixes; o jereré e a pitiboia para pescaria de pequenos peixes e camarões; o ogre, que é uma espécie de curral, construído de madeira de lei, no rio ou no mar a que se amarram esteiras com cipó para cercar os peixes de acordo com o movimento das marés.



*Figura 20. Confeção de tarrafa. C. Carlinhos, A. B. de Gramame.
Fonte: Simone Tabajara, 2019.*

Um equipamento bastante utilizado por Carlinhos cacique e demais pescadores é a tarrafa (Figura 20). A tarrafa é uma rede circular com pesos de chumbo na parte inferior, tecida com náilon. Izaías Severo cata caranguejo. Para a captura do crustáceo é usada a prática tradicional em que o pescador introduz um dos braços na toca do caranguejo, tapando a abertura da toca e prendendo o caranguejo no seu interior. As espécies capturadas no mangue da região são o caranguejo-uçá e guaiamum as

margens do Rio Gramame que desemboca na praia do mesmo nome. Essa é uma das atividades extrativistas mais antigas em áreas de manguezal.

O guaiamum é um crustáceo bastante apreciado pelo seu valor gastronômico na região, o que agrega um percentual melhor na renda. “*Mas tem que cevar o bicho*”, diz Izaías (Informação verbal, mar. 2019). Para cevar, tem um procedimento: cata o caranguejo no mangue, coloca em um tanque ou pneu para engodar com frutas, folhas, coco e milho. Depois de um período, quando está gordo é comercializado em feiras livre. O comportamento humano é resultante da habilidade do homem em usar símbolo como mediador em sua comunicação (Cassirer, 2011).

Os rios e mar são espaços de uso coletivo que beneficia a todos em diversos aspectos, principalmente na pesca. No entanto, a pesca requer habilidades e saberes que são adquiridos ao longo da jornada da vida, a exemplo de conhecer as espécies dos peixes, as épocas de migração, desovas e piscosas. Além de carregar consigo um vasto conhecimento, que pode ser traduzido pelas experiências místicas, religiosas e espirituais.

O cacique Carlinhos tem algumas crenças nesse sentido, conhece certos pontos do rio onde são mais favoráveis para encontrar os peixes. A pesca para o Tabajara é um conhecimento produzido por meio das relações de vida dos saberes locais do território, e o modo pelo qual concebem e identificam a tradição transmitida por gerações.

2.8 O EMPODERAMENTO DAS MULHERES TABAJARA

Historicamente, a participação das mulheres indígenas vem de remota data, elas têm desempenhado um importante papel como representantes diplomáticas¹² na vida destes povos no momento da invasão das Américas (Parisi e Corntassel, 2007). Por outro lado, sofreram o choque do contato, perpassaram violências e atrocidades sem precedentes. Bravamente combateram as imposições e opressões. Muitas tombaram, algumas continuaram a resistência na existência contra as desigualdades na busca de uma equidade política e social para seu povo.

¹² Terminologia utilizada para se referir a atuação das Mulheres indígenas na política internacional (Parisi; Corntassel, 2007).

Convém observar, que de modo universal, humanamente a figura da mulher é de subalternização, discriminação e desvalorização na sociedade patriarcal. As mulheres desde sempre lutam por sobrevivência. Ser mulher e de etnia indígena, essas características, marcou a vida do feminino indígena com dados de violências, invisibilização e naturalização, além de serem fatores desafiadores que as tonaram conjuntamente mais vulneráveis. Sobre a posição da mulher Sacchi (2006, p. 49), diz “Nos relatos de viajantes e naturalistas, relatórios oficiais e etnográficos, as mulheres estão ausentes ou é explicitada a subordinada posição feminina nas relações com a sociedade não indígena”. Por muitas décadas foram auxiliares sem direito a voz e voto nas assembleias e encontros e outros.

No final da década de 1980, as mulheres pajés e lideranças/cacicas indígenas, deixam seus lócus cotidianos, iniciando as primeiras atividades como representantes de suas etnias na busca por ocupação de espaços públicos. No fim da década de 1990, começam a participar de fóruns, conferências nacionais e internacionais.

O movimento das mulheres indígenas, chega ao século XXI marcando sua presença com representantes em instituições públicas, conferências, encontros como o Acampamento Terra Livre (ATL), na busca por educação diferenciada e saúde de qualidade e outros. Nos eventos do movimento indígena, percebe-se uma aceitação da presença feminina, uma aliança entre os gêneros, o que favorece fortemente a causa indígena. Registrando uma caminhada de desafios, chegam a 2016. Neste ano, no XII ATL, reúnem-se como mulheres integrantes do Projeto Voz das Mulheres Indígenas, este projeto é implementado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2020), são mulheres em cooperação com a Embaixada da Noruega, tem fomentado o empoderamento, a mobilização social e a participação política de mulheres indígenas de mais de uma centena de etnias no Brasil, em espaços de decisão dentro e fora de suas comunidades. Com base em suas atividades construíram uma pauta coletiva, apresentada como Carta das Mulheres Indígenas, divulgaram e debateram suas práticas registrando suas participações oficialmente na programação do evento.

No século XXI, considerando que a atuação feminina vem despertando interesse como agente de construção da vida cotidiana, social, política e cultural, nota-se que as mulheres indígenas, distintivamente avançam com protagonismo, conquistando diferentes espaços dentro e fora de suas aldeias. É crescente a

participação em movimentos, encontros de políticas indigenistas locais, estaduais, nacional e até internacional, e na Conferência de Políticas para as Mulheres (CNPM), enfim, em todas as instâncias sociais.

Conforme Rebelo (2015, p. 48), “até a década de 1970 e 1980, a mulher, como sujeitas de investigação acadêmica, estava praticamente ausente dos interesses dos antropólogos.” Essa ausência de pesquisa etnográfica sobre o feminino indígena em seus trânsitos e esferas de decisões na sociedade provocou a atenção. Mais especificamente, atentar para a invisibilidade sobre a presença das mulheres indígenas na Paraíba como sujeitos de estudo nos trabalhos acadêmicos.

Nesse sentido, teve-se o cuidado nessa pesquisa, de relatar as práticas de empoderamento desenvolvidas por elas, pela oportunidade de vivenciar com as mulheres Tabajara momentos e movimentos singulares.

Essas mulheres apresentam uma trajetória de violação de direitos, opressão, silenciamento, invisibilização, renúncias, falta de escolarização e profissionalismo. Como falando, as famílias Tabajara sofreram esbulho territorial do litoral sul por um grupo de latifundiários no século XX. Não tendo onde morar, migraram para os bairros periféricos, onde viveram por mais de cinquenta anos em um ambiente hostil, de violência, miséria e drogas. Esses dados podem ser registrados, expandidos ou restaurados, por meio das narrativas das conversas, onde pode crescer uma escuta empática e produzir elementos para debates avaliando-se as dimensões pessoais e profissionais, ricos em conteúdos e significados (Moura; Lima, 2014; Warschauer, 2017).

Por outro lado, com o avanço da luta, apresentam ocasiões de ousadias, desafios e conquistas. As Tabajara ilustram com tenacidade e influência os primeiros embriões na luta de defesa do direito à terra, educação, saúde, cidadania e proteção do meio ambiente de seu povo com o processo de ressurgência de sua etnia no ano de 2006.

Desde a pesquisa em 2017, observou-se mais amadurecidas na luta, buscam desenvolvem e adotam estratégias práticas enquanto mulher indígena. Sua participação, tem sido de significativa importância nos espaços públicos de discussão política em interlocução com as instituições não indígenas para defesa da vida, da terra e dos direitos.

Pelo exposto, crer-se na necessidade de revelar suas valorosas práticas educativas através da escrita de suas histórias no fortalecimento de suas identidades e na organização sociopolítica do povo Tabajara.

Nessa narrativa de conflito, espoliação e migração da terra Tabajara é possível se perceber os papéis dessas mulheres e suas estratégias empregadas nos novos espaços para sobreviverem com suas famílias. A vida urbana nas periferias e a falta das necessidades básicas motivaram-nas a busca por serviços básicos como, empregadas domésticas, diaristas, vendedoras de milho e outros produtos. Sem alfabetização e profissionalização, sujeitaram-se a estes empregos de baixa remuneração, encarando discriminações e opressões.

Nesse contexto, experienciaram costumes de vida e religiosidades diferentes da cultura de seu povo. Daí, não se dá uma continuidade aos modos de vida Tabajara, neste período a cultura de origem foi se distanciando, as relações com a comunidade urbana vão implicar no silenciamento, deixando de haver uma valorização e afirmação da identidade indígena.

Hodiernamente, famílias vem conseguindo retornar ao território de tradição com a criação de aldeias, que fica na área rural. Nestas, vivenciam uma realidade mais interiorana de contato com a terra e a natureza. As mulheres cuidam da casa e da família, outras saem para trabalhar na cidade durante a semana para sustentar a casa ou complementar na renda familiar.

Na última década, avanços significantes vêm acontecendo na educação. É visível o aumento do número de meninas e mulheres escolarizadas. As primeiras mulheres Tabajara ocuparam os bancos nas universidades com bastante dificuldade. À falta de transporte, a responsabilidade do cuidar da casa e dos filhos. Natália Tabajara, fala das dificuldades de deixar os filhos e se deslocar cinco dias da semana para universidade na cidade.

Vale lembrar, que se faz recorrente a existência de hábitos machistas, tal como da imposição de funções domésticas às mulheres. Percebe-se uma sobrecarga de funções, papeis e trabalho na vida da mulher Tabajara. “A gente cuida de casa, dos curumins e à tardinha saímos para a universidade. O marido as vezes contribui. Minha mãe quem ajuda, cuidando da criança. Volto à meia noite,

muitas vezes fico sem dormir, Cauã fica acordado ou adoecer” (Natália Tabajara, Informação Verbal, dez. 2019). Vivenciar uma realidade com vários aspectos difíceis faz com que elas juntem forças na luta em prol dos seus propósitos.

Para participar de encontros, estudar ou fazer cursos, trabalhar fora da aldeia, são atividades que tem sido possível concretizar com a ajuda das mães e mulheres da aldeia. Partilhar novas ideias nestes eventos fora da comunidade tem contribuído para o salto de empoderamento destas. São passos de liberdade que passam pelas relações interpessoais e psicológicas, como ter que se impor frente ao marido e até a própria comunidade para atingir seus objetivos, abala a sensibilidade do “eu” feminino.

A mulher Tabajara que é liderança, além de desempenhar as funções triviais do cotidiano, vem ocupando espaços na igreja e no mercado de trabalho, e aos poucos tem conquistado representatividade na luta de seu povo em instituição pública e nas aldeias. Percebesse, ainda um desejo firme de manter as tradições da cultura e espiritualidade da sua etnia.

Em 2018, por ocasião da 2ª Assembleia do Povo Indígena Tabajara da Paraíba, suas contribuições foram fundamentais para realização na organização do evento. Mais ainda, com uma pauta registrada “Assembleia das Mulheres: voz das indígenas Tabajara da Paraíba”. Esta, teve como finalidade de discutir e deliberar sobre temas determinados: o empoderamento e o fortalecimento das mulheres indígenas no combate a discriminações, no fortalecimento e a ação nas mobilizações sociais, e a participação política dentro e fora de suas aldeias no processo de defesa e tomada de decisões.

A discursão e reflexão foram norteadas em grupos por temática, perfazendo três eixos, Eixo 1 - Violação dos direitos (incluindo o fim da violência contra as mulheres), empoderamento político e participação das mulheres indígenas Tabajara; Eixo 2 - Direito à saúde, educação e segurança; Eixo 3 - Direito à tradição, cultura e diálogos intergeracionais.

As propostas foram resumidas por finalidades nos eixos e apresentadas em plenária geral. As principais demandas elencadas na Ata da 2ª Assembleia Geral do Povo Indígena Tabajara da Paraíba foram: o fortalecimento e revitalização das práticas culturais Tabajara; o combate à violência sobre a mulher indígena; a defesa por educação e saúde diferenciada; o empoderamento da mulher enquanto genitora e transmissora de ensinamentos, e o político na defesa de todas as áreas.

Atualmente, formam dois grupos de mulheres Tabajara, as Moaras na Aldeia Barra do Gramame e as Niaras na Aldeia Vitória. A institucionalização política, social e cultural desses grupos data de 2019, criados com a finalidade de desenvolver seus projetos, fortalecer a atuação como protagonistas e seu empoderamento em todos os sentidos, áreas atuação, espaços de decisão dentro e fora das aldeias.

2.8.1 Moaras: mulheres que ajudam a nascer, resistência e vida

“Somos mulheres, somos guerreiras, somos sementes da Mãe Natureza. Cultivando a nossa cultura, a cultura viva nós temos certeza. Moaras índias guerreiras que aprenderam com nossos ancestrais. Cultivar a Farmácia Viva, fazer garrafadas medicinais” (Toada das Moaras, J. Tabajara, fev. 2019).

Mulheres indígenas em movimento na busca do seu entre lugar, na procura de fazer aviltar suas raízes. É nesta perspectiva que as mulheres da aldeia Barra de Gramame, presenciaram neste espaço, as primeiras reuniões e encontros que fundamentou e fortaleceu a luta por identificação étnica no território de tradição, no processo de etnogênese do povo Tabajara.

As mulheres desta aldeia, tem como liderança feminina Simone Bernardo Severo e participam ativamente das atividades políticas, culturais e sociais de luta Tabajara. Também conhecida como Simone Tabajara, que se identifica por *Iraê*, nome indígena que na língua tupi, significa nascida do mel. Iraê Tabajara, trazia inquietações quanto aos ensinamentos da cultura na relação com a sociedade não indígena, onde à falta da prática estava levando a cada dia, ao esquecimento da tradição, principalmente pela geração mais jovem.

Neste sentido, reuniu as mulheres indígenas para conversar, refletir, perceber o que elas poderiam estar fazendo, além da participação política. O que poderiam desenvolver para reavivar e transmitir suas tradições indígenas de modo que gerasse renda, contribuísse para sobrevivência financeira. Elas confeccionam artesanato de bijuterias e traçados de cipós, e comidas tradicionais para venda quando participam de eventos ou recebem visita na aldeia.

Destas reflexões, em meados de 2019, surgiu a criação de um grupo feminino. Moaras foi o nome escolhido para o grupo pelas mulheres. O termo Moaras vem da língua tupi, que significa “ajuda a nascer”. O cerne dessa origem, vem da Simone Tabajara, que relata:

Nossos antepassados viviam da farmácia viva. Não vivia de remédio de farmácia. No passado, a gente era isolado, vivia afastado do homem branco. Vivia da cura da medicina natural. As ervas eram nosso remédio. Hoje, a gente tem que resgatar o que é nosso. Fomos calados por muitos anos. Fico triste porque poucas querem lutar (Simone Tabajara, Informação verbal, nov. 2019).

O grupo existia, mas oficialmente não tinha denominação. Não era organizado no sentido de reavivar e valorizar os conhecimentos curativos das plantas e ervas medicinais. As mulheres elas buscavam a valorização da cultura, queriam muito trabalhar reavivando sua tradição. A cultura não morre, não desaparece, não se perde. Ela permanece de alguma forma dentro das pessoas, dentro dos seus hábitos diários. As Moaras nasceram com a intenção de reavivar as raízes, a história e a tradição da cultura Tabajara.

Através do grupo, criaram o Projeto Farmácia Viva que foi planejado com dois fins: comerciais e de revitalização da tradição, dele foram surgindo outros projetos, como o fortalecimento do artesanato e o ritual da Lua Maior. O que significa a valorização dos elementos culturais do universo indígena dentro da sociedade moderna.

O projeto, simbolicamente é representado por uma Mandala. As ervas plantadas no quintal da aldeia, somaram-se as doações de mudas que receberam e orientações sobre o cultivo, e vão colocando dentro desse lócus. Outra ação das Moaras são as práticas de fortalecimento do artesanato. Utilizam a metodologia da transmissão de conhecimentos da seguinte forma: cada uma mulher contribui passando o pouco de conhecimento de uma atividade artesã que domina, uma troca de saberes da tradição, revitalizando a cultura.

Por outro lado, implementam a manipulação garrafadas de ervas e plantas medicinais que colhem na mata. Para essa atividade, existe toda uma prática de sabedoria herdada dos troncos velhos para fazer a garrafada. Primeiro, vão à mata com o pajé reconhecer as árvores que têm poder curativo; a etapa seguinte é recolher as cascas ou as folhas para manipular com as ervas e fazer as garrafadas. Tem que se observar a planta (se mais jovem ou mais robusta) e o horário da coleta. Higienizam, colocam em infusão para o preparo. Depois enchem as garrafas higienizadas, decoram as tampas com símbolos da etnia e expõem para comercialização.

Essa prática está muito presente na medicina popular, mas é um dos legados que aprenderam com os povos indígenas. As mulheres afirmam que a ação de ir à mata colher as plantas as deixam revigoradas. É uma prática de espiritualidade de tradição. No plantio da Farmácia Viva, estão sendo cultivadas ervas medicinais como: espinheira-santa, mastruz, saião, arruda, hortelã-da-folha-grande e da folha-miúda, hortelã-de-homem, menta, romã, anador, alecrim, capim santo, erva-cidreira, manjerição, bordo e outras.

Sistematicamente, às quartas-feiras, elas se reúnem em Roda de Conversa para planejar as atividades. A reunião comumente tem a seguinte estrutura, primeiro elas cantam um ponto de Toré, porque acreditam que dá força a elas; em seguida, apresenta-se o visitante, se houver no momento e discutem suas prioridades da pauta. Nas ocasiões do canto do Toré, as letras falam de fortalecimento, criaram uma letra e toada especial para o Toré das Moaras.

Nessa dinâmica semanal, a Roda de Conversa é um momento forte das tardes nas reuniões, em que as mulheres falam do crescimento pessoal, do empoderamento como mulher indígena e das mudanças que o grupo está proporcionando a elas. A Roda de Conversa é uma prática ancestral dos povos indígenas.

Pode-se dizer que, a prática da Roda de Conversa das Moaras pode ser ancorada na proposta dos *Círculos de Cultura* de Paulo Freire, em que se buscava harmonizar a troca de conhecimentos, a confraternização e a reflexão, com exposição para cada tema proposto, de vivências de membros da comunidade. Os Círculos de Cultura sugeridos por Freire (2012) beneficiam a troca de experiências e de saberes.

A iniciativa do reavivamento do ritual da Lua Maior pelas Moaras é mais uma prática de fortalecimento da cultura com o apoio do cacique Carlinhos e Juscelino Tabajara. É um ritual de religação com a espiritualidade, de conexão com as energias da Lua cheia, do Deus Tupã, com os invisíveis, os encantados, os espíritos de luz e o amor do Cosmo.

O primeiro ritual contemporaneamente realizou-se em 8 de fevereiro de 2019, com o objetivo de reavivar uma prática religiosa indígena de reverenciar a Lua Cheia, como sabedoria da tradição Tabajara (Figura 21).



Figura 21. Ritual da Lua Maior, Praia da Barra de Gramame.
Fonte da autora, 2020.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que o grupo social produz cultura em um processo contínuo, o qual dá sentido às suas ações (Geertz, 2011). Com um desenho cultural, social e político, o ritual convoca os indígenas Tabajara e convidados a legitimar a luta pela identidade da etnia e da demarcação do território.

O ritual tem como espaço a boca da Barra do Rio Gramame, na Praia da Barra do Gramame, lado sul. A estrutura organizativa do espaço se constitui em forma de U, com 27 tochas acesas ao redor de uma grande fogueira, diante de uma esplendorosa lua cheia, de uma sinfonia magistral das ondas do mar em um cenário magnífico de energia e serenidade. É importante observar, que as tochas foram confeccionadas com varas de bambu, cipó e latinhas recicladas que serve de depósito para o óleo queimado. A criação e confecção foi de Edinaldo Tabajara, conhecido como Edinaldo Preto, da Barra do Gramame.

O ritual tem início com as Moaras descendo em fila do alto da praia com seus maracás, seguidas pelos demais indígenas. As mulheres foram distribuindo-se formando um círculo ao redor da fogueira, em seguida ajoelham-se em reverência à grande Lua, ao Fogo e à Mãe Terra.

A liderança Simone Tabajara inicia seus agradecimentos, louvores e pedidos a Deus Tupã, à Mãe Natureza, à Lua e aos Encantados. Elas acreditam que no ritual da dança, que é embalado pelo som do tambor, dos maracás e das toadas renovam suas forças.

Independente de todos os atos demonstrado no ritual da lua Maior, acompanhando o ritual do Toré, os cantos das toadas ao balançar do maracá, há

sempre uma voz ecoando no meio da multidão. “Demarcação já! Assim nós mulheres guerreiras poderemos cuidar do que a mãe natureza nos deu! Mulher é olhada como algo frágil, mas não conhece a bravura da sua resistência” (Janiara Tabajara, Informação Verbal, mar. 2020).

Nesse momento de reavivamento da cultura, percebe-se que o maior crescimento é o fortalecimento da identidade e o empoderamento como mulher indígena. O Grupo Moaras realizou em março, mês internacional dedicado às mulheres, o *I Encontro Moaras – saberes e resistências das Mulheres Tabajara, cultura, arte e espiritualidade*. Evento bastante movimentado, com trilha para *Ypa’ ü-gûasu* (Ilha Grande), com a realização Toré, a degustação de comidas tradicionais, roda de conversa e exposição de artesanato. É nobre ver essa força feminina ancestral pulsar nas conversas, nas iniciativas, no tratamento, nas relações, no cuidado com a natureza, no cotidiano, na vida e na espiritualidade dessas guerreiras Tabajara.

2.8.2 Niaras: mulheres em busca de grandes objetivos

As mulheres indígenas da Aldeia Vitória, tais quais as mulheres da Aldeia Barra de Gramame, participam como força efetiva no Povo Tabajara; na organização de eventos, nas lutas políticas de reivindicação do território e de resistência, na manipulação do artesanato e alimentos, na gestão do lar e outros. No entanto, foi a partir de novembro de 2019, quando se reuniram para escolher as representantes para a eleição do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Conde, despertaram para criação de um grupo organizativo que contribuísse para seu fortalecimento.

Na semana seguinte, às 15 horas do dia 9 de novembro 2019, reuniram-se no espaço ao lado da oca, na Aldeia Vitória para legalização da criação efetiva do grupo. A reunião iniciou-se com uma roda de Toré cantando a toada: “Ser guerreira é ser forte, ser guerreira é ser valente (2 vezes). Oi quem chegou foi tabajara, parecendo de repente”. Ao término do ritual, sentaram-se em círculo, fizeram as apresentações das mulheres indígenas presentes: as indígenas Jaciara, Natália, Sônia, Bruna Flávia, Ana Paula, Fabiana, Crislane, Larissa, Maria Eduarda, Andréia, Thaís, Lúcia, Rosita Rodrigues, Márcia Rodrigues e das não indígenas (apoiadoras), Roseane Cruz, Eliane Farias e Carla Jaciara.

Natália Tabajara fez a mediação das conversas, explicando que a criação do grupo tinha por finalidade fortalecer as políticas públicas para as mulheres e fomentar o empoderamento das Tabajara. Especificando que a representação da mulher Tabajara seria uma voz no Conselho Direitos das Mulheres, que poderia trazer benefícios que contribuíssem para fortalecer e empoderar cada vez mais o grupo. Com este sentido, escolheram Bruna Flávia Rodrigues como titular e Crislane para suplente como candidatas.

Continuando as apresentações, Jaciara Tabajara falou que atualmente está como coordenadora de Políticas Públicas para as Mulheres de Conde, PB. Explicou como será o processo eleitoral e as vagas a serem disputadas. No pleito as vagas serão disputadas por representantes de várias instituições como grupos de Mulheres com Doenças Crônicas, Trabalhadoras Rurais/Quilombolas do Gurugi, as Moaras (Aldeia Barra do Gramame) com o Projeto Farmácia Viva e Vivência na mata para produção de garrafadas e as Niaras (Aldeia Vitória) com as atividades da Horta Agroflorestal, de produção financeira e empoderamento feminino. A apoiadora Roseane Cruz fala sobre o empoderamento da mulher, afirmando:

Tem a questão de ajoelhar. Ninguém se ajoelha por você. Assim é o verbo empoderar, só você faz. Só você pode se empoderar. Tomar o poder para você. É um ato de libertação, só você pode libertar-se, só você tem a libertação, só você tem o poder de decisão sobre você mesma. (Informação verbal, out. 2019).

Refletindo com Cruz, acrescenta-se que o processo de independência das mulheres Tabajara, pode ser analisado da seguinte forma, essas mulheres vêm de uma ancestralidade que foi silenciada. Na última década, com movimento de ressurgência étnica do seu povo, estão vivenciando estágios de autoafirmação como indígena, autovalorização como mulher indígena, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo como mulher indígena da etnia Tabajara (Berth, 2019). Desta forma, cada mulher começa a libertar-se, a tomar poder para si. O empoderamento é um ato de libertação, cada indivíduo tem o livre arbítrio da libertação.

Por outro lado, a luta indígena é coletiva não faz sentido se empoderar sozinha. É um tanto simbiótico, carece ser individual e coletivo. O grupo como um coletivo consegue êxito nos propósitos. O empoderamento é um instrumento de luta social (Berth, 2019). Quando se toma consciência de quem somos, do poder que se pode

exercer e o quanto pode-se contribuir para liberdade do outro, a sociedade terá possibilidade de transformação. Conforme Freire (2012, p. 97), “... *ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão*”. Esse processo de libertação é um elemento que vem despertando as mulheres do Niaras a desenvolver ações coletivas com esperança de um ativismo transformado de sua realidade.

A conversa continuou em torno da temática do empoderamento, sobre a mulher indígena ter voz e que deve falar o quiser. Deve-se apreender das informações e das oportunidades da atualidade. Tomar prazer de sua vida e do seu trabalho. Sobre os trabalhos do grupo, foi tomada a decisão que serão desenvolvidos prazerosamente por meio de troca de saberes entre elas através de práticas educativas em oficinas.

Jaciara Tabajara, ainda provocou as mulheres com perguntas, como: quais as expectativas quanto ao grupo? O que acreditam que vai ter? O que vai acontecer? O que vocês podem fazer para se empoderarem? A professora Eliane Farias apresentou duas questões: O que vocês querem como mulheres? O que vocês mulheres podem fazer para se empoderar economicamente?

Com isso, vieram vários posicionamentos. “O empoderamento da mulher começa dentro de casa. Na minha casa, não só as mulheres lavam os pratos. Na educação de Mainha, os meninos também lavam. Mainha nem sabia o que era feminismo nem empoderamento, mas já praticava o ato” (Bruna Flávia. Informação verbal, Aldeia Vitória, out. 2019). A educação, segundo Freire (2013, p. 96), “é um ato de amor, por isso um ato de coragem. Não pode temer o debate [...]” As palavras da Bruna elucidam que a educação de sua mãe se expressa em um ato de amor, que com uma rigorosidade metódica, coloca-os no caminho de sua autonomia (Freire, 2018a).

Já Crislane Tabajara complementa: “Nasci em um lar Batista. As mulheres é que faziam tudo. Tias e avós, mas eu aprendi que não preciso fazer tudo só porque sou mulher” (Informação verbal, Aldeia Vitória, out. 2019). Sônia Tabajara diz: “Bendito é um bom exemplo para os homens da aldeia. Um senhor homem, que dá muitas lições, mas chegando lá em casa, boto todo mundo pra trabalhar” (Informação verbal, Aldeia Vitória, out. 2019). Nessas falas, percebe-se que as mulheres Tabajara estão cientes do seu papel, da sua importância na vida. Embora, muitas vezes, entre os homens, não haja visibilidade de seu valor.

Sobre o empoderamento dessas, Crislane assevera que teve início com os Jogos Indígenas em agosto de 2019. “Foi uma luta para os homens deixar que houvesse a participação feminina. Impusemos nossa participação em todas as modalidades. Eles não acreditavam no nosso potencial, na força das mulheres. Disseram que não venceríamos. No entanto, vencemos todas as modalidades!” (Informação verbal, out. 2019). Elas relatam que poucos foram os homens que as apoiaram e incentivaram. Conforme Freire (2014b, p. 113), “a conscientização é o aprofundamento da tomada de consciência”, se essas indígenas não tivessem consciência do seu poder, do seu potencial, se não se posicionassem, não existiria a possibilidade de mostrar seu valor (Natália Tabajara, Informação verbal. out. 2019).

A mulher tem de se autoavaliar, que não precisa depender financeiramente do homem. Não concordo que vivamos de migalhas porque somos mulher! O empoderamento financeiro é que liberta a mulher. Ela come, bebe e vai pra onde quer. Não tem essa história de dizer: mulher minha não trabalha, porque não está passando fome. Será que mulher só precisa comer?

É possível identificar que Natália começa a exercer um papel importante de liderança na formação das Niaras da Aldeia Vitória. Falou-se que o trabalho da mulher em casa é tão digno quanto o remunerado fora de casa; que a mulher faz a gestão do orçamento doméstico, e que se não fosse ela, teria de pagar alguém para fazer (Jacira Tabajara, 2019). A roda de conversas foi concluída com bastante entusiasmo das mulheres, e convictas de que as representantes da Aldeia Vitória ocupariam um lugar no Conselho dos Direitos das Mulheres. A certeza foi confirmada nas urnas! Bruna e Crislane Tabajara receberam 13 votos no resultado do pleito eleitoral, representando as Niaras em segundo lugar; em primeiro lugar ficaram as Moaras Benigna e Eunice Tabajara, representantes da Aldeia Barra do Gramame. Sobre o resultado, Bruna Tabajara fez seus agradecimentos:

Niaras, ‘mulheres em busca de grandes objetivos’. Esse nome nos identifica, pois todos os dias nossas mulheres estão em busca de grandes objetivos, e como prova disso, fomos em busca desse objetivo de compor o Conselho de Direitos da Mulheres, e graças a vocês e ao nosso Pai Tupã, almejamos nosso objetivo. Estaremos na luta para somamos com vocês!

Com essa estrutura ideológica nesse processo de empoderamento feminino, os grupos contribuem nos movimentos de resistência, nos debates de decisão e

políticas públicas, no combate a violência da mulher e interétnica, no acesso aos meios de produção e financeiros para a geração de renda, no acesso à saúde, à educação e outros.

O primeiro projeto do grupo foi o protótipo da Horta Agroflorestal, que está sendo implementado. Esse se originou quando uma turma do Curso de Direito (UFPB), esteve em visita à aldeia. Em uma roda de conversa, Natália expressou que tinha como meta uma atividade produtiva que gerasse renda e fosse efetivada sem que as mulheres precisassem se deslocar da aldeia. Existem mulheres que cuidam de suas crianças, dos afazeres domésticos e não têm renda. Seria uma oportunidade de conseguir uma remuneração e fortalecer a questão da alimentação saudável, produzindo o próprio alimento. A ideia era uma horta orgânica, daí uma das universitárias conseguiu que sua mãe, patrocinasse o valor para subsidiar o investimento na implantação da Horta Agroflorestal.

Tabela 7
Recomendação para Horta

Dos cuidados:
<ul style="list-style-type: none">· A irrigação com os aspersores deve ser feita 4 vezes ao dia pelo tempo de 15 minutos· Biofertilizante; quando for fazer, cortar as folhas em tamanho menor para agilizar a fermentação· Adubação: colocar 1 carro de mão para cada leirões· Sementeira: cada célula só deve ter no máximo 2 sementes.

Receita do composto para fazer as sementeiras:
<ul style="list-style-type: none">1 saco de esterco de galinha1 saco de folha da mata100 g de fermento biológico5 litros de água morna.
Procedimentos:
<ul style="list-style-type: none">1.º passo – misturar o esterco e a folha da mata;2.º passo – diluir o fermento na água morna;3.º passo – misturar todos os ingredientes e fechar esse material em uma lona para o material esquentar. Deixar descansar até esfriar o material, durante mais ou menos 20 dias.

Observação: corrigir o material grosseiro; quando a muda tiver de 2 a 4 folhinhas definitivas, pode transplantar a muda; usar o biofertilizante nas mudas (diluir 1 litro de biofertilizante em 20 litros de água).

Fonte: Elaboração da autora.

A horta da Aldeia foi implantada usando a orientação do Sistema produtivo Agroflorestal (SAF) (Tabela 7), que se baseia em ciclos ecológicos, equivalentes aos ecossistemas naturais, em que árvores nativas são consorciadas com culturas

agrícolas arbustivas etc., de acordo com um espaço e tempo predeterminado, com diversidade de espécies e influência mútua com elas.

Os plantios de sementes e/ou de mudas, torna-se ótimo o uso na terra, harmonizando a cuidado do meio ambiente com a lavoura de alimentos, conservando o solo e diminuindo a pressão pelo uso da terra para a produção agrícola (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2020).

As atividades da horta iniciaram-se com um curso de formação com duração de dezesseis dias no período de novembro/2019 a abril/2020. O plantio começou com uma cultura simples de alface e coentro, seguindo as orientações dos técnicos, combinando hortaliças, ervas medicinais (fitoterápicos) e plantas frutíferas no mesmo espaço.

No cronograma planejado, as mulheres têm seus dias de contribuição na prática do cultivo das hortaliças, trabalho que tem sido realizado com bastante entusiasmo.



*Figura 22. Horta Agroflorestral, Aldeia Vitória.
Fonte: Natália Rodrigues, 2020.*

Nesse início, o apoio da Prefeitura de Conde, tem sido importante com a orientação dos técnicos da Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (Empaer) dão o suporte, orientando sobre as técnicas e os procedimentos que devem ser utilizados.

Em março de 2020, no mês internacional dedicado às mulheres, as Niaras organizaram um evento com apresentação do Toré feminino, artesanato, cerâmica, pintura corporal, poesias e apresentação do grupo de teatro Paraíba Rio Mar (não

indígena). As atividades desenvolvidas contribuíram para autonomia e fortalecimento do grupo das mulheres Tabajara.

O protagonismo da mulher nas lutas do povo Tabajara foi o tema norteador da comemoração do Dia Internacional da Mulher do grupo Niaras, que aconteceu no dia 13 de março de 2020, no espaço da oca da Aldeia Vitória, em comunidade de Mata da Chica, Conde. O 1º Encontro das Niaras Tabajara, teve como pauta principal, uma Roda de Diálogos com o tema *Empoderamento da Mulher Indígena*. Participaram do evento mulheres não indígenas, lideranças indígenas do Povo Tabajara e do povo Potiguara, além da gestora municipal da cidade de Conde, representante da saúde indígena e militantes e pesquisadores sobre esta temática.

Na mesa de abertura, foi feita uma breve fala de acolhimento as todas as protagonistas mulheres e sobre a finalidade do encontro. Na segunda mesa, o “empoderamento feminino das mulheres indígenas” foi enfatizado como uma conquista e uma necessidade pelas convidadas. A professora Eliane Farias ressaltou que iniciaria sua fala com um tópico de história, dizendo: “o termo empoderamento foi usado pela primeira vez por Paulo Freire, que trouxe para o Brasil a tradução feita pelo psicólogo americano Rappaport, ‘empowerment’[...]” Na segunda fala, Natália Tabajara descreve a trajetória de desafios e lutas das Tabajara desde 2006 quando teve o início o processo de etnogênese, das dificuldades e necessidades, das aprendizagens, e dos desafios, que fizeram com que a mulher Tabajara hoje desse o passo em busca dos seus interesses e passassem a militar pôr questões urgentes. Sucessivas participações continuaram, Sadjá Rolim, Marcia Lucena, Sônia Lacerda, Roseane Cruz, Jaci Tabajara, comadre Potiguara, Simone Tabajara e demais.

Evidentemente nesses treze anos de ressurgência, as sementes germinam no caminho do feminino Tabajara na conquista dos direitos subjetivos e da igualdade de oportunidades na resistência e existência em uma vida social onde todos são iguais.

2.9 SAÚDE INDÍGENA TABAJARA

Nesses treze anos do processo de etnogênese, apesar das muitas reivindicações pela demanda dos direitos sanitários na área da saúde do Povo Tabajara, só a partir de 2017 a Sesai, que é o órgão exclusivo do Ministério da Saúde em âmbito nacional, responsável por a implementação das políticas de saúde dos povos indígenas (Ministério da Saúde, 2006), disponibilizar um processo seletivo para

contração de Agente Comunitário de Saúde (ACS) para as aldeias.

O ACS constitui um elo forte para a saúde da população em qualquer espaço habitacional; um membro protagonista que tem papel relevante para os moradores da comunidade. Vivendo e trabalhando em lócus, o ACS, dessa forma, interage com valores, linguagens, problemas, alegrias, satisfações e insatisfações desse ambiente (Brand; Antunes; Fontana, 2010). A profissão do ACS é amparada pela Lei n.º 11.350, de 5 de outubro de 2006, artigo 3.º, cabe aos ACS exercer, sob supervisão, atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, por meio de ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas de acordo com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)

Em dezembro de 2017, a Funai deliberou a primeira seleção para ACS dos indígenas Tabajara das aldeias. Para participar do processo seletivo, foi determinado os seguintes requisitos: morar na aldeia; ser maior de 18 anos de idade; possuir o ensino médio completo. Como local para aplicação da prova, escolheu-se o espaço da oca na Aldeia Barra do Gramame, no turno matutino, no horário de 9h as 11h. O espaço foi organizado para aplicação do exame com as cadeiras separadas em círculo.

Momentos antes do início do exame, teve-se a oportunidade de conversar informalmente as candidatas aspirantes à cargo ACS, aliás, todas as mulheres indígenas demonstraram bastante receio. As concorrentes ao processo seletivo expressaram sua satisfação em participar do processo de ACS: “Para mim, está sendo muito bom essa experiência. Porque a gente nunca teve essa oportunidade única e vou dar tudo de mim para conseguir esse objetivo” (Érica Bernardo. Informação verbal, Aldeia Barra do Gramame, dez. 2017). Em seguida Jaqueline A. da Silva, “É uma experiência muito gratificante, até porque foi uma luta para reconhecer o nosso direito, e isso é uma das nossas conquistas” (Informação verbal, Aldeia Barra do Gramame, dez. 2017).

Natália Rodrigues, em sua fala expressiu o quanto desejava a oportunidade de trabalho “Para mim, que sou indígena Tabajara, é uma conquista para nosso povo. Depois de onze anos de luta, conseguimos com muita luta. Desde o início do ano, nós estamos lutando para esse edital ser publicado e agora, no fim do ano, nós conseguimos. Para mim, independente de quem passar, o importante é concorrer” (Informação verbal, Aldeia Barra do Gramame, dez. 2017).

As lideranças políticas, os caciques Ednaldo Tabajara e Carlinhos Tabajara, o líder Manoel Francisco do Nascimento, conhecidos por todos os parentes por Nequinho, e o líder jovem Juscelino Tabajara, estiveram presentes observando os exames. “É bom esses jovens acompanhar os líderes, porque eles vão ter como responder questões sobre a cultura dos Tabajara. Vão ficar inteiradas do que está acontecendo. A primeira conquista depois de onze anos de luta na parte de emprego na saúde. De agora em diante, é trabalhar com a família” (Cacique Carlinhos Tabajara. Informação verbal, Aldeia Barra do Gramame, dez. 2017).

Minutos após o fim da prova, a coordenadora da área da Escola Nacional de Inspeção do Trabalho (Enit), divulgou o resultado do processo, por meio da Ata a todos os presentes que aguardavam ansiosamente. A leitura da redação Ata com a seguinte texto:

Ata do processo seletivo indígena para agente de saúde das Aldeias Vitória e Barra do Gramame – Povo Tabajara. Há prosseguimento às 10h 16min da manhã na oca da aldeia Barra do Gramame com a participação de seis candidatas, onde concorreram quatro pela aldeia B. de Gramame e três pela aldeia Vitória. A prova foi aplicada pela coordenadora Márcia, com o apoio dos caciques Tabajara Carlos e Ednaldo. Às 11h a última candidata entregou a prova e teve início a correção pela mesma coordenadora que aplicou. A seleção de classificação ficou o seguinte: para aldeia Vitória ao 1º lugar foi Natália Rodrigues da Silva, 2º lugar foi Bruna e 3º lugar Raissa Marília Rodrigues da Silva. Para aldeia B. de Gramame, 1º lugar Janiara Araújo da Silva, 2º lugar Érica Bernardo, 3º lugar Caline Silva de Oliveira, 4º lugar Jessica Freire. Parabéns às meninas Janaína e Natália que vão assumir os postos de AGS e as demais ficam no cadastro reserva por um ano podendo ser prorrogado por mais um ano. Obrigada pela participação!

As candidatas aprovadas Natália Rodrigues Lima e Janiara Araújo da Silva assumiram os postos de AGS indígena em janeiro de 2018 (Figura 23). Outro fato relevante em fevereiro de 2018, foi a Secretaria Municipal de Saúde de Conde implantar o cartão de saúde no cadastra do SUS, reconhecendo como povo Tabajara como etnia indígena.



Figura 23. Posse das agentes de saúde indígenas.
Fonte: Natália Rodrigues, 2017.

Segundo Natália Rodrigues:

Hoje tivemos mais uma conquista na saúde do povo Tabajara, nossa etnia está sendo inserida no cadastro do SUS. Agradecemos a Secretaria de Saúde de Conde, PB pelo pioneirismo. As crianças que nascerem a partir desta data serão registradas como indígenas (Informação verbal, Aldeia Barra de Grameme, fev. 2018).

Essa foi uma grande conquista para os Tabajara, pois a partir daquele momento, todos os Tabajara que moram no município de Conde, serão reconhecidos como indígenas ao terem atendimento na saúde. Outras ações têm-se realizado na área da Saúde Indígena dos Tabajara. Uma delas foi no dia 12 de julho de 2018, em uma reunião ordinária no Conselho Municipal de Saúde de João Pessoa para tratar da Saúde da população indígena na cidade de João Pessoa que teve como pauta a assistência a mulheres grávidas e a pacientes indígenas que necessitem de atendimento nos hospitais da capital.

A reunião encerrou-se com os seguintes encaminhamentos: 1. cadastro dos indígenas no e-SUS, denominando a etnia; 2. abertura de um banco de dados para cadastrar as indígenas gestantes; 3. criação de comissão de acompanhamento com representantes de órgãos indigenistas, para elaboração de um projeto permanente, com recurso específico para tratar da saúde dessa população indígena.

Todos esses avanços na área de Saúde são liderados pelos caciques e pelas lideranças, tendo o acompanhamento dos jovens para adquirirem essas práticas de aprendizagem. Maturana (2009, p. 29), afirma:

O educar ocorre, portanto, todo o tempo e de maneira recíproca. Ocorre como uma transformação estrutural contingente com uma história no conviver, e o resultado disso é que as pessoas aprendem a viver de uma maneira que se configura de acordo com o conviver da comunidade em que vivem.

Para o autor, a prática educativa tem uma ação sistemática, movimento semelhante ao processo de revitalização do povo Tabajara que vem buscando com todo esforço e dedicação preservar sua tradição étnica.

2.9.1 Prática de segregação étnica na atenção ao parto

A história registra através dos tempos nas diferentes culturas um vasto leque de crenças e rituais que distinguem o advento da vinda de uma criança ao mundo. Alguns povos ainda preservam crenças e saberes com práticas bastante particulares sobre a concepção, a gestação e o nascimento. Na cultura humana, a concepção e o nascimento de uma criança é um processo emblemático em diversas sociedades.

Nas etnias indígenas, existem diferentes universos com diferentes práticas e crenças. O Povo em estudo, por diversas situações no contato com a cultura não indígena sofreram transformações que levou as mulheres indígenas a assimilarem as práticas de neonatal da medicina alopática.

Na sociedade moderna, o acompanhamento da gravidez através do pré-natal é considerado como vital para promover assistência integral à grávida, fortalecendo as ações preventivas e de promoção à saúde à mãe e ao seu filho.

As práticas da atenção obstétrica e neonatal deve ter como características essenciais a qualidade e a humanização. É dever dos serviços e profissionais de saúde acolher com dignidade a mulher e o recém-nascido, focando-os como sujeitos de direitos. Considerar o outro como sujeito e não como objeto passivo da nossa atenção é a base que sustenta o processo de humanização (Ministério da Saúde, 2006, p. 9).

São recorrentes e expressivas as evidências que apontam as disparidades raciais nas diferentes dimensões da vida social. Ocorrências de desigualdades a respeito de cor e etnia são frequentes no serviço público brasileiro com casos de desumanização da vida das gestantes através de atitudes de preconceitos e negligências por profissionais da área da saúde no atendimento das minorias. Daí

a importância dos cuidados, da consideração do conforto ambiental, das condições de tratamento humano, que não raro se fazem ausentes nas maternidades do Brasil.

No período do estudo, ocorreu um caso grave com uma indígena M. R. (neste caso será usado iniciais para não expor a participante), fez todo monitoramento da gravidez com atenção por meio do processo do pré-natal pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na Unidade Saúde da Família, da Mata da Chica, comunidade onde reside na aldeia Vitória. Nas últimas décadas as gestantes indígenas têm adotado a prática do pré-natal com médicos no SUS.

A M. R. aguardava ansiosamente a chegada da criança para o início de junho de 2018. O tão desejado sonho do nascimento de uma menina foi de muito sofrimento para a família. Em 11 de junho de 2018, M. R. começou a sentir de leve os sintomas para parir. Então, deslocou-se da aldeia Vitória para a casa dos seus familiares na comunidade de Mandacaru/PB - localizada a poucos quilômetros do Hospital e Maternidade Edson Ramalho, instituição de saúde conveniada com a Secretaria Especial da Saúde Indígena – SESAI para atender os indígenas.

No dia seguinte, compareceu ao hospital, levando o laudo de encaminhamento, que orientava uma cirurgia de cesariana – era uma gestante de risco que apresentava um quadro clínico de hipertensão, obesidade e a criança em posição atravessada. Foi atendida, examinada e orientada para aguardar os sinais mais fortes do parto em casa.

Uma escuta aberta, sem julgamento nem preconceitos, que permita à mulher falar de sua intimidade com segurança, fortalece a gestante no seu caminho até o parto e ajuda a construir o conhecimento sobre si mesma, contribuindo para um parto e nascimento tranquilos e saudáveis (Ministério da Saúde, 2006, p. 16).

As orientações do órgão da saúde para acolher as parturientes, não foram os cuidados recebidos pela parturiente indígena na acolhida pela equipe de profissionais do H.M.E. Ramalho. No mínimo, foram insensíveis ao quadro apresentado pela paciente. Depois várias idas e vindas ao hospital durante a semana, na segunda-feira, 18 de junho às 8h percebeu que a bolsa amniótica havia rompido e foi até o hospital na tentativa de receber assistência para realização o parto. Lá chegando, foi examinada, diagnosticando que estava com 1cm de dilatação e que aguardasse para ter um parto natural. Apesar de toda a gravidez de risco da paciente, o médico orientou levá-la a sala de observação e assegurou que tudo

estava bem com o bebê. É importante dizer que, se não fosse o quadro de gestação de risco, a mãe M. R. desejava parir sua filha de parto natural, prática tradicional da etnia.

Após horas de espera e sofrimento durante o dia, ao final da tarde a situação se agravou quando a técnica em enfermagem ausculta a barriga da mãe, observou que a criança não estava com batimento cardíaco e que precisava ser retirada. O médico foi chamado. Mas se negou a fazer a cirurgia.

Sendo chamada uma médica, que insistiu em realizar um parto natural, através vários procedimentos, instigando para mãe colocar força para expulsar a criança do ventre. “Eu já nem tinha mais forças para gritar. Só sentia que não aguentava mais, que não tinha força. Estava passada de tanta dor e sofrimento” (M. R. Informação verbal, 11 ago. 2018).

Sem ter como a criança nascer, a médica fez uma episiotomia, ou seja, fez uma incisão na região do períneo para aumentar o canal de passagem, auxiliando a criança a nascer. Foi um filme de terror, até o cordão umbilical da criança foi arrancado na tentativa que saísse naturalmente. Essa atitude da médica foi desumana e abusiva. Negligenciaram com a vida da mãe e do bebê em vista do histórico de saúde e todos as ocorrências que houve durante o processo para o nascimento.

Eu só tenho uma imagem na minha cabeça. Colocaram a criança no meu corpo e depois botaram ao meu lado, e colocaram um lençol verde em cima. Estava passada! Muito fraca, não raciocinava direito. Depois, quando comecei a volta a mim. A imagem do lençol verde em cima de Larissa voltou. Então pensei, por que o lençol em cima? (M. R. Informação Oral. jul. 2018).

Após o conturbado parto, foi revelado que a criança nasceu morta. O pai, L. R. foi impedido de ver sua filha sob alegação que eram as normas do hospital, primeiro deveria passar por exame no Serviço de Verificação de Óbitos - SVO¹³ da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Às 20h, na frente do hospital militar Edson Ramalho estava um grupo de indígenas que acompanhavam o desenrolar dos acontecimentos. Os funcionários do

¹³O Serviço de Verificação de Óbitos (SVO) constitui-se no exame dos corpos de pessoas que morrem sem assistência médica ou por causas naturais desconhecidas, excluídas aquelas que foram vítimas de violência.

hospital entravam e saíam numa agitação nada normal ao ponto de convidarem uma viatura da polícia militar para segurança do hospital. Assim que os policiais chegaram, o cacique Ednaldo explicou o que estava ocorrendo.

A criança foi levada para o necrotério. Foi um momento dramático! O pai, um homem de prática pentecostal fervorosa, clamava a Deus pela vida da filha. “Filha abre os olhos, filha! Deus eu acredito em tuas promessas. Ressuscita minha filha!” (L. T. jun. 2018). Palavras de fé e esperança de uma pessoa extremamente crédula nas promessas de Deus. Foi um momento de comoção emocional forte! Todos se emocionaram, choraram sensibilizados com a dor e revoltados com o fato, pela negligência ocorrida a poucas horas. O corpo da recém-nascida foi transportado no meio da noite pela funerária ao SVO do Hospital Universitário Lauro Vanderlei para exame de autópsia.

Terça-feira, 19 de junho o dia amanheceu ensolarado, mas os corações da nação indígena Tabajara vivenciavam a terrível dor de uma prática negligente sofrida por mais uma mãe indígena parturiente no Estado, no país. O pai tinha a informação que o receberia o laudo expedido pelo Hospital Edson Ramalho para retirar o corpo no SVO, para fazer o sepultamento pela manhã, mas o documento que não foi liberado. O cacique Ednaldo, o tio e o avô dirigiram-se até o Ministério Público Federal – MPF, gabinete do procurador José Godoy, denunciar contra o fato sofrido pela mãe indígena.

[...] isso aconteceu com meu filho. Iria voltar a acontecer novamente com nossa bebê se caso Mainha não estivesse indo. A gente foi e não queria internar, foi a maior complicação. Ela só nasceu por causa do ultrassom que a gente bateu e por pouco não morreu. Ela estava sem líquido na bolsa. Levaram para sala de cirurgia na urgência. Isso que tem acontecido. Se a gente baixar a cabeça vai acontecer com muitas pessoas. Não é só no Edson Ramalho, não é na Frei Damião e na Cândida Vargas. É todas as Maternidades. É tudo a mesma coisa. Que estão com esta política de esperar entrar em trabalho de parto, essas coisas. Precisamos contesta contra isso. É muito sério! (E. B. comunicação verbal, 13 jun. 2018).

Ocorrências com reclamações e denúncias vem sendo frequentes pelas mulheres indígenas relatando à falta de compromisso por alguns profissionais da área da saúde na prática cotidiana da prestação dos serviços, gerando bastante insatisfação. O acolhimento neonatal se expressa na relação estabelecida entre os

profissionais e as usuárias em atitudes como: apresentação, falar com a gestante pelo nome, orientar sobre condutas e procedimentos a ser realizado, escutar e valorizar suas falas, o que é dito pelas mulheres.

O conhecimento mais detalhado sobre seus direitos, principalmente a saúde, leva as populações indígenas sofrerem marginalização, discriminação e exclusão, deixando-os em uma posição de maior vulnerabilidade. À falta de dados estatísticos, agrava mais ainda, reverberando na ocorrência práticas como essas, ou seja, invisibilidades. Urge a necessidade de estudos denunciando os descasos com a saúde destas populações e com políticas públicas que possam ser implementadas para minimizar essa falta de desigualdade na saúde indígenas.

III PASSOS DE UMA TRAJETÓRIA

Este capítulo apresenta a trajetória metodológica utilizada para coleta de dados na realização da pesquisa (Figura 24).

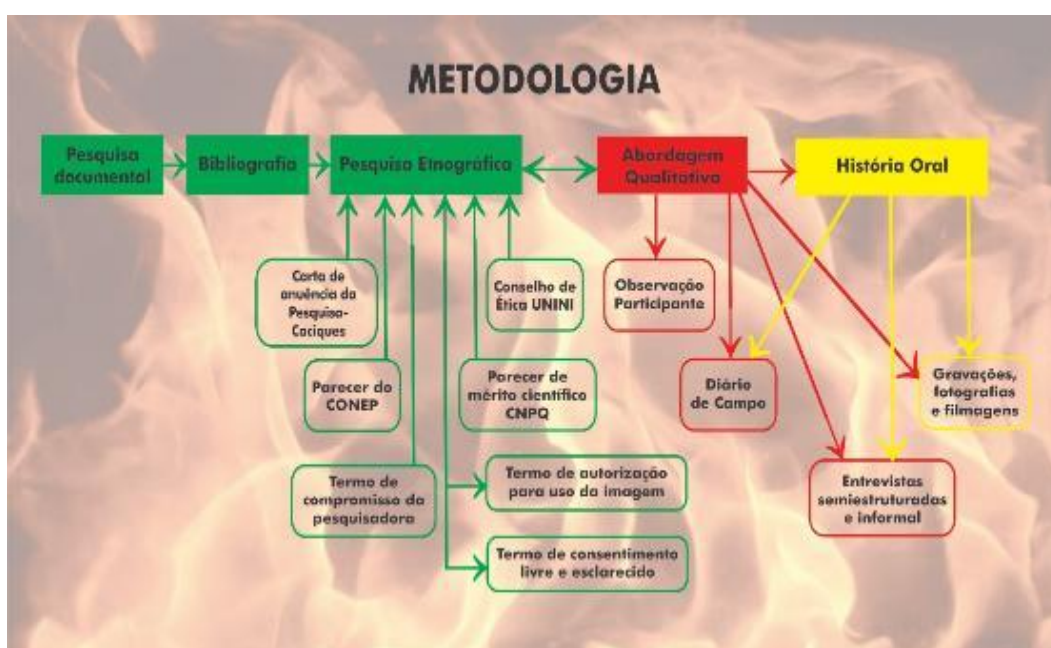


Figura 24. Organograma da Metodologia.
Fonte: Elaboração da autora. Arte: George Paiva.

3.1 INTRODUÇÃO

A metodologia é o elemento basilar que conduz o estudo, oferecendo possibilidades de observações, avaliações, críticas e limitações do objeto. São os

caminhos de abordagem teórico-prática utilizando técnicas para conhecer a realidade dos indígenas Tabajara.

A metodologia pode ser interpretada como a arte de caminhar por diferentes vias formulando problemas, hipóteses, métodos de observação e recolher dados, medir variáveis e técnicas de análise de dados.

Diferentemente da arte e da poesia que se concebem na inspiração, a pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular (Minayo, 2016, p. 25).

Fundamentando-se no diz Minayo acima, para construir um trabalho de pesquisa com seres humanos é bastante meticuloso, principalmente com os povos indígenas, que são considerados uma população vulnerável. Para isso, são necessários alguns procedimentos adicionais. De acordo com os requisitos da UNINI, o primeiro procedimento foi enviar o projeto para a submissão e avaliação do Comitê Ética da Universidad Internacional Iberoamericana. O resultado do Parecer foi favorável tendo em conta a relevância da pesquisa, o rigor metodológico, a qualidade científica e os cumprimentos das normas científicas, técnicas e internacionais que regulamentam esse tipo de estudo.

Após aprovação do Comitê de Ética, partiu-se para aprovação da pesquisa empírica. Convém observar que a autorização para ingresso em Terra indígena pelo órgão indigenista do Estado brasileiro – a Funai, foi orientado por este órgão a ser encaminhado para os caciques, porque a terra do Povo Tabajara, ainda não é homologada. Assim, com a finalidade de obter as autorizações para realização da pesquisa, contactou-se primeiro com a liderança geral na época, o cacique Ednaldo Tabajara - Senhor Ednaldo dos Santos Silva, que foi favorável ao estudo.

Procedendo desta forma, depois foi obter-se a assinatura da Carta de Consentimento da Pesquisa dos caciques, Senhor Carlos Antônio de Souza e do Senhor Paulo dos Santos Maciel. Após, providenciou-se os demais encaminhamentos, como a submissão do projeto de pesquisa no Sistema CEP/Conep na Plataforma Brasil.

O estudo obedeceu ao rigor ético recomendado pelo Ministério da Saúde por meio da Resolução n.º 196/1996 e das normas para estudos com povos indígenas

dispostas na Resolução n.º 304/2000, sendo solicitado a permissão do Conselho Nacional de Saúde – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), e o Parecer de Mérito Científico da Pesquisa pelo CNPq. Todo esse processo de avaliação torna o estudo mais detalhado e moroso.

Feito esses procedimentos, a partir deste momento, buscou-se perceber e observar em campo o contexto social, político e cultural, quais indígenas atuavam com maior representatividade, ou seja, quais eram as lideranças atuavam sistematicamente com as práticas. Nessa estratégia, para coletar os dados foram realizados esclarecimentos e informações com as lideranças e demais indígenas das aldeias e urbanos sobre a metodologia a ser utilizada durante o período do estudo.

Assim, foram apresentados os documentos, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a Carta de Consentimento do Participante e o Termo de Autorização para o Uso de Imagem e Uso de Voz. É preciso salientar sobre a atenção de moldar-se a linguagem para que o indígena pudesse ter um melhor entendimento dos procedimentos do estudo que estaria contribuindo.

Então, foi esclarecido sobre os aspectos do consentimento de participação de segurança que os protegiam; da garantia de sigilo e da retirada de suas contribuições no momento que acreditasse conveniente. Ainda foi esclarecido, que os riscos seriam mínimos e que os documentos assinados seriam para o consentimento das informações da tese “Estudo sobre as práticas educativas do povo indígena Tabajara da Paraíba no século XXI”, e qualquer intercorrência que tivesse como causa o estudo, seria de inteira responsabilidade da pesquisadora. E que respeitando os preceitos éticos-científicos as informações coletadas poderiam serem utilizadas para publicações eventos acadêmicos e periódicos científicos. Dessa forma, todos os requisitos legais para pesquisa com Seres Humanos foram cumpridos.

É indispensável observar sobre o universo da pesquisa. Adentrar nas aldeias, observar, ouvir as condições de proximidade e a confiança em relação aos sujeitos envolvidos; apreender da subjetividade daqueles indígenas; o tempo, os espaços e as relações interpessoais; ponderar entre o olhar deles e o da investigadora, foram fatores marcantes para a realização da coleta de dados na pesquisa. De certo que cada povo indígena tem suas peculiaridades, seus interesses, suas regras de convivência e de partilhar os conhecimentos, de aceitar ou não um pesquisador no seu território.

Em campo, o papel do pesquisador traz muitas indagações para si e ainda mais para o povo pesquisado. Daí surgirem questionamentos: que fazer para se envolver com o contexto indígena? Como fazer um calendário de visitas técnicas? Como mapear as práticas educativas desse povo originário? Não é fácil se pôr no lugar do outro e escrever uma tese com as lentes de um não indígena. Quais interesses os indígenas terão em um trabalho como este? Em que isso somará às necessidades daquilo que eles realmente precisam? Nesse sentido, a escolha da metodologia aproxima ou distancia dessa cultura da academia e da sociedade, podendo também trazer prejuízos irreparáveis para a etnia. Mesmo que se acredite na escolha do método adequado, a forma como escrever, o zelo durante a coleta de dados e na análise dos resultados faz a diferença. Nos próximos tópicos, descreve-se o desenvolvimento do processo metodológico.

3.2 TIPO DE PESQUISA

Uma vez definido que o objeto central de estudo da tese seria as práticas educativas do povo indígena Tabajara da Paraíba, surgiram as primeiras inquietações sobre a metodologia a utilizar. Nas pesquisas, tem-se um universo amplo para auxiliar na escolha da abordagem mais adequada para determinada temática.

A experiência da pesquisa de mestrado (2009-2011), sobre a identidade étnica e religiosidade dos Tabajara, corroborou a escolha dos instrumentos que seriam categóricos e necessárias para o estudo TD. Com consciência da responsabilidade de dar o melhor para um trabalho acadêmico de qualidade, iniciou-se uma criteriosa tarefa de garimpagem científica, pensando nas vantagens e desvantagens dos passos do caminho metodológico a adotar.

Foi preciso definir qual abordagem faria uma amarração ideal nesta busca acadêmica. Então, optou-se pela abordagem Qualitativa, que aponta o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Para Minayo (2016, p. 22), a abordagem qualitativa “[...] trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes [...]”

A pesquisa com os Tabajara utilizando instrumentos da abordagem qualitativa possibilitou perceber os silêncios, o tom de voz, as expressões faciais, os olhares, os gestos, o lugar da escuta, as saudações, as reticências, os rituais, as frases inconclusivas, a empolgação ou tristeza (alegrias e choros) em abordar certos temas,

angústia, insegurança, êxitos, as memórias das histórias, etc., enfim, uma série de aspectos genuínos de um povo indígena que tem sua afetividade, subjetividade, resistência, luta e sabedoria para perpetuar um legado milenar.

A pesquisadora cuidou de revelar as relações e interações expressivas de maneira a desenvolver a reflexividade sobre a ação do objeto, percebendo os atores sociais com sua participação ativa e dinâmica. As circunstâncias naturais, ricas em informações descritivas, contribuíram para estudar a realidade desses indígenas de forma contextualizada.

A abordagem qualitativa ainda focaliza o sujeito, buscando descobri-lo em sua natureza, na representação em como significa a sua existência, no cotidiano e na sua cultura (Ghendin; Franco, 2011). Nesse sentido, pode-se definir no contexto cultural indígena a sistemática qualitativa das práticas na educação Tabajara. Minayo (2016, p. 21), garante:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares ... Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Seguindo o pensamento de Minayo, buscou-se perceber o significado que os indígenas Tabajara atribuem às práticas, às relações, aos fatos e a situações reais do cotidiano.

Feita a escolha pela pesquisa etnográfica de base qualitativa, percebeu-se que o método da História Oral seria indispensável para um “amalgama” metodológico. Pela riqueza das experiências da história dos indígenas e do povo Tabajara, foi fundamental adotar a História Oral como um método que se justifica por rememorar sua trajetória, extraindo o máximo deles, para sua visibilidade na sociedade vigente.

Neste estudo, registraram-se informações, depoimentos, histórias narradas pelos indígenas, dando ênfase, a partir do sujeito, ao significado de sua vivência dentro do contexto da pesquisa. Utilizar a História Oral com os povos indígenas permite abonar voz aos diversos narradores que sofreram silenciamento na história. A oralidade tem uma importância relevante na vida deste povo, foi por meio dela que

a geração atual conheceu as narrativas do seu legado étnico.

Para Farias *et al.* (2015), os anciãos trazem consigo um cabedal de virtudes – um diferencial que valoriza nobremente o legado do povo Tabajara. Vô Piaba, João Boinho, João Gringo, Maria do Geisel, as irmãs Dona Terezinha e Maria Rosa de Conde, são indígenas dotados de espiritualidade, capaz de mudar a vida e a história do povo.

As vivências no tempo presente e suas memórias históricas deram oportunidade ao livre-arbítrio para os indígenas serem agentes e protagonistas de sua história mediante seus testemunhos, uma vez que são suas verdades que fortalecem a identidade do Ser Tabajara. A tradição oral é característica dos povos originários, sendo canal de transmissão do conjunto dos etnossaberes até os dias atuais.

A história oral é uma constante nas práticas educativas do cotidiano Tabajara. Alberti (2012) assegura que a escolha de informantes, em função de posição ou relação com o grupo, é papel estratégico fundamental na metodologia da história oral. É o que representa Dona Maria da Conceição na história dos Tabajara, fonte de sábios conhecimentos sobre o oceano das práticas educativas do seu povo.

Após fazer a opção pela abordagem qualitativa, o passo seguinte foi escolher quais tipos de pesquisa se iria utilizar. Devido suas especificidades se optou em fazer inicialmente uma Pesquisa Bibliográfica e documental para uma revisão minuciosa da literatura. Primeiro foi realizado uma revisão conceitual sobre educação, práticas educativas, cultura, identidade e interculturalidade, categorias presentes na tese; um levantamento das pesquisas anteriores, desenvolvidas mediante materiais já elaborados, sobretudo livros, artigos, periódicos, monografias, dissertações, teses etc. (Lakatos e Marconi, 2017).

O segundo levantamento foi acerca das produções acadêmicas existentes sobre o Povo Tabajara da Paraíba, registra-se que são raras, encontrou-se (Farias, 2011), (Marques, 2015), (Mura *et al.* 2015) e alguns artigos apresentados em eventos científicos que foram citados no capítulo II. Convém lembrar, que a temática indígena ainda sofre bastante invisibilidade, poucos estudos. Muito tem para ser desconstruído em relação as 305 etnias, que são pensadas como povos genéricos, homogêneos e folclóricos.

De acordo com Navarro (2011, p. 138), “despojando-se de toda e qualquer referência a uma origem supostamente determinável ou a qualquer sistema de

casualidade entre as palavras e as coisas”. De certo modo, abordar a singularidade da questão do povo Tabajara, trata-se de considerar que são parte deste universo contabilizado, pelo fato de fazerem parte de uma ordem cultural, histórica e social.

O terceiro, com a intenção de fundamentar o estudo foram realizadas consultas as bases de dados na área da educação, antropologia e história buscando em fontes de credibilidade científica, produções que se aproximassem com a temática. A BDTD, o Portal de Periódicos Capes e o SciELO foram os sítios utilizados na busca. A pesquisa Bibliográfica é desenvolvida mediante material já elaborado, sobretudo livros, artigos, periódicos, monografias, dissertações, teses etc. (Lakatos; Marconi, 2017).

É importante lembrar que para realização deste estudo foi necessário embasamento, compreensão e aprofundamento da temática, sendo preciso adotar a prática de levantamento e a análise da Pesquisa Documental, buscando dados em documentos de dispositivos legais - constituição, resoluções, relatórios, pareceres, decretos, como também em reportagens de jornais, estatísticas, publicações avulsas, boletins e material cartográfico. A Pesquisa Documental ainda se vale dos materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada, como: internet, rádio, televisão, redes sociais e as tecnologias da comunicação (Silva; Grigolo, 2011).

Considerando o objeto de estudo, a Pesquisa Etnográfica é que sedimenta a orientação da tese. A etnografia (*ethnos* = povo; *graphein* = escrever) se estabelece em um estudo da área da Antropologia que envolve os traços culturais das crenças, costumes, ritos, mitos, linguagens e outras singularidades da sociedade.

Esse tipo de pesquisa, conforme Luciana de Oliveira (2017, p. 72), possibilita “uma escuta sensível a pessoas e coletividades que, inviabilizadas e subalternizadas na história, fazem ecoar outros saberes”. Para usar da escuta sensível, foi necessário desconstruir preconceitos pessoais e culturais, buscando perceber o seu modo de ser dos indígenas, procurando valorizar seus saberes invisibilizados.

Ao pesquisar as práticas educativas Tabajara, valorizou se a cultura, especialmente a área da educação e das áreas afins. Com esse olhar, teve-se a oportunidade de explorar a área cultural e as demais áreas de espaços deste Povo. Ao longo da pesquisa enfrentou-se diversas situações culturais que exigiram uma reflexão não sobre, mas que ação pode ocasionar uma “transformação tanto da experiência quanto da reflexão”, logo, requer uma postura ética e cuidadosa do

pesquisador (Oliveira, 2017, p. 74). Agindo-se com essa conduta, foi possível identificar no cotidiano das aldeias, dos eventos culturais, religiosos e públicos, e no ambiente escolar as práticas educativas que contribuem para o fortalecimento do ser Tabajara.

A pesquisa etnográfica foi realizada tendo como suporte duas formas de imersão no campo: a primeira, a observação participante das idas as aldeias; a segunda, foi a observação participante das viagens etnográficas. A viagem foi legitimada como parte da pesquisa etnográfica a partir de Malinowski (2018), que a defende como um meio de acessar dados em campo através da imersão total na cultura. Tal exercício, envolve uma prática científica de aprendizagem íntima e intensa, pautada na possibilidade de registrar detalhadamente o contexto pesquisado.

As visitas a campo foram iniciadas no primeiro semestre de 2017 se estendendo até início de 2020. Desenvolveu-se de maneira natural e espontânea, por meio das observações do cotidiano nas aldeias, momentos que se aproveitava para falar da pesquisa e adquirir confiança dos indígenas. No início, com visitas aos domingos, dias das reuniões e em eventos que organizavam dentro e em que participavam fora das aldeias. Logo, a pesquisadora teve o privilégio de ser adicionada no grupo de WhatsApp do Povo Tabajara, através do cacique Ednaldo Tabajara. Discretamente, acompanhava-se todas as mensagens dos movimentos e fatos do cotidiano das duas Aldeias. Essa oportunidade contribuí-o bastante para a coletar os dados.

Percebendo-se que este método não dava conta de acompanhar mais de perto os itinerários da vida cotidiana, estabeleceu-se que residir aos finais de semana uma vês ao mês na Aldeia Vitória. Depois, estendendo-se até a Aldeia Barra do Gramame, nos eventos e reuniões. O deslocamento para as Aldeias tem um percurso de cerca de 80 km, ida e volta. Para chegar na Aldeia Vitória se faz um trajeto de 40 km de asfalto e 7 km de estrada de chão. No inverno, a estrada acumula lama em excesso e, muitas vezes, os carros ficam atolados. Já no verão a poeira é densa, a ponto de não enxergar o carro que está em uma distância próxima. Diferente, é trajeto para se chegar na Aldeia Barra de Gramame, que tem distância de 35 km de asfalto, pela Rodovia Estadual PB 008, e mais 1km de estrada de chão.

3.2.1 A Pesquisa Etnográfica nas Aldeias

O labor etnográfico envolve descrição, análise e apreensão da cultura material e imaterial, nesse sentido, buscou-se compreender os bens imateriais da cultura Tabajara como seus conhecimentos sobre mitos, ritos, a relação espiritual com os elementos da natureza, os valores, as crenças, aptidões, as normas socializados pelo grupo (Marconi; Presotto, 2019).

No contexto geral, compartilhou-se dos vários momentos das atividades domésticas desenvolvidas na agricultura, na pesca, no lazer e nas celebrações, atentando, pouco a pouco, para o ritmo da vida na aldeia. Usando dessa estratégia, foi formidável juntar-se aos círculos de conversa que se desenvolveram após o almoço na borda do fogão a lenha, embaixo das árvores, ao redor das fogueiras ao cair da tarde ou noite, ocasião em que os indígenas relatam informações e experiências sobre o dia a dia e outros temas. Essa imersão na aldeia permite descrever detalhadamente os diversos fatos da vida desses pesquisados. Se fez a opção de descrever detalhes etnográficos de apenas algumas práticas educativas.

Uma das imersões etnográficas foi por ocasião da primeira data comemorativa do calendário Tabajara de aniversário de luta, que é no dia 21 do mês de junho, data que aproveitam para realizar um movimento político social de resistência. Devido as dificuldades financeiras, não se conseguiu realizar durante três anos, só vindo a acontecer em setembro de 2019, com a presença de representantes de instituições públicas, escolas e todo o povo Tabajara. A festividade reuniu a tradição e modernidade das práticas educativas informais e não formais, com as manifestações da ritualística do Toré, nas quais se configuram a dança corporal e os cantos, os jogos tradicionais e modernos entre eles, apresentação de adornos, a exposição e a comercialização de cerâmica e do artesanato, gastronomia e as pinturas corporais.

Outra imersão etnográfica que também está relacionada com uma data comemorativa é o Dia das Mães, realizada na Aldeia Vitória e que vem sendo organizada pelas jovens mulheres sob a liderança de Natália Rodrigues, Jane Rodrigues e demais mulheres indígenas que são colaboradoras. Para tal programação se faz um planejamento com antecedência. Em 2018, os preparativos da festa começaram com uma semana de antecedência. Durante a semana, ensaiaram uma coreografia com as crianças para apresentarem às mães. Para realização as homenagens, não

dispunham das mínimas condições econômicas, mas com carinho e boa vontade, as organizadoras usaram cotizar entre elas uma quantia para a compra dos brindes.

No sábado, véspera da festa, com a colaboração das crianças maiores, embalaram os brindes e confeccionaram cartazes. Revisando as atividades do domingo, perceberam que para a festa ficar completa, deveria ter o tradicional, “Bolo das Mães” para servir como sobremesa após o almoço. Para essa prática gastronômica, entrou em ação a indígena Andréia Rodrigues, que usou suas habilidades culinárias na confecção da guloseima.

Na tarde do sábado, foram chegando as primeiras famílias indígenas que moram nas cidades vizinhas para desfrutar do amor de sua mãe. O exemplo disso é Jane Rodrigues, que não mora na aldeia, mas tem como prática estar presente em todas as datas comemorativas.

No domingo, o terraço da casa do cacique, local escolhido para a realização do evento foi decorado com os cartazes, duas mesas foram forradas; uma foi usada para exposição dos brindes e a outra para as comidas; as crianças foram orientadas na escrita das frases e nas poesias dos cartazes para as homenageadas. A festa foi uma maravilha!

Após a festividade, as mães conversavam exaustivamente sobre a homenagem que receberam dos curumins e dos mimos recebidos. Observou-se que a efetivação destas práticas modernas fortalece os laços de carinho nas famílias, contribui para as crianças se empenha em atividades da aldeia e perderem a inibição de se apresentarem nas atividades em público.

Uma terceira imersão foi em abril de 2019, quando o Povo Tabajara esteve reunido na realização do 1º Grito Tabajara. Esse evento caracterizou-se como uma prática política que nasceu do desejo que o cacique Ednaldo Tabajara tinha em receber o procurador regional dos Direitos dos Cidadãos na Paraíba, José Godoy, na Aldeia Vitória. Em conversa, o professor Dr. Lusival Barcellos da UFPB – que continuamente acompanha esse povo – expressou a vontade de dialogar sobre as políticas e direitos dos Tabajara, como também sobre a conjuntura política atual. “Não houve muitas melhorias para os povos indígenas nos últimos anos, porém, a perspectiva atual é de retrocessos. Não aceitaremos nenhum direito a menos” (Ednaldo Tabajara. Informação verbal, Aldeia Vitória, abr. 2019).

O 1º Grito Tabajara se caracterizou como um evento de práticas político-culturais que oportunizou a divulgação da etnia e da cultura junto aos órgãos públicos e da sociedade não indígena. O professor Lusival Barcellos, contou com o apoio dos membros do grupo de pesquisa do PPGRG/UFPB e do projeto de extensão Cinema nas Aldeias Tabajara da Paraíba, coordenados por ele; dos professores George Paiva e Ilson Moraes do Ateliê IMAA; da pesquisadora Eliane Farias; da liderança feminina Natália Rodrigues Tabajara e Raissa Rodrigues Tabajara, das mulheres indígenas da Aldeia Vitória, das lideranças, dos caciques e do povo Tabajara.

A logística do evento ficou a cargo de uma pequena equipe que se empenhou para a divulgação, a organização e execução da programação, a arrumação do espaço, a compra, preparo e distribuição da alimentação. Foi um evento desafiante, em todos os aspectos: falta de recursos para infraestrutura, para transporte e alimentação, sobretudo, da expectativa da presença de público e das autoridades convidadas.

É importante lembrar, que o encontro foi marcado pela presença de um expressivo número de indígenas que juntos realizaram várias práticas do ritual do Toré, pintura corporal, venda de artesanato, cerâmica e de comidas típicas. Esteve presente cerca de mais de duzentas pessoas, que juntos aumentaram e fortaleceram o diálogo internamente, reafirmaram a identidade e a formação política dos membros Tabajara.

Uma quarta imersão na pesquisa etnográfica, foi um dos períodos mais emblemáticos quando se observou o “drama social Tabajara” que aconteceu durante a retomada da terra do bambuzal, devido os desencontros de opiniões, de encaminhamentos que foram demonstrados por causa dos contrastes entre as ideologias e o formato das afinidades de poder (Turner, 2013).

Deste contexto, relata-se como sucedeu a contextualização e a formação inicial na criação da aldeia Nova do Bambuzal. São informações que ampliam os horizontes das práticas educativas Tabajara. Geertz (2011) sugere que a prática etnográfica denota estabelecer relações cotidianas, eleger seus informantes, conhecer as origens, demarcar áreas, nutrir um diário de campo. Procedendo conforme Geertz, foi possível fazer uma descrição densa das práticas desenvolvidas na questão do bambuzal, como um empreendimento de esforço intelectual na etnografia, buscando evitar

considerações antecipadas para compreender o sentido de determinadas práticas realizadas pelo grupo.

No segundo semestre de 2019, os Tabajara resolveram retomar o bambuzal, que tem uma extensão de terra de aproximadamente 650 hectares e fica dentro dos limites de demarcação do território que está sendo pleiteada no Relatório Técnico a pedido da Funai. Essa área pertence a um Grupo Empresarial que a “abandonou”, os Tabajara, percebendo esse “abandono”, resolvem fazer a retomada.

De início, o Bambuzal seria ocupado por todos os Tabajara em comum acordo, mas efetivamente isso não se concretizou. A liderança de cada aldeia optou pela sua maneira de iniciar o movimento de ocupação. Uma vez iniciado esse processo, ainda se tentou aproximação entre os indígenas das Aldeias Barra de Gramame e Vitória, mas não obtiveram resultados expressivos e surgiram desentendimentos internos, gerando um contexto complexo, caracterizado por contradições nas questões de quem teria o direito de ocupação dessa terra.

Os Tabajara politicamente têm em sua organização interna o Conselho de Lideranças com um Regimento que regulamenta e dá as diretrizes para se organizarem como Povo indígena. Conforme o Regimento art. 2. (2019) item 6, “os conselheiros só decidirão por aceitar uma pessoa que se autodenomina Tabajara se sua linhagem genealógica é das Sesmarias da Jacoca e de Aratagui, conforme documento de 1886”. Esse critério de reconhecimento dos novos Tabajara fundamenta-se no relatório de fundamentação antropológico (Mura *et al.* 2015). Mesmo havendo os critérios do Regimento do Conselho, na prática, existe entendimentos diferentes, e isso fez com que houvesse encaminhamentos diferentes na ocupação do Bambuzal.

O cacique Carlinhos Tabajara adotou o procedimento de admitir famílias nativas da região para ocupar o bambuzal. Por outro lado, o cacique Ednaldo iniciou uma ocupação do Bambuzal como uma extensão das famílias da Aldeia Vitória e da linhagem das famílias relacionadas no relatório (Mura *et al.* 2015). Essas divergências intensificaram-se a ponto de haver discussões e ofensas pessoais acirradas entre as lideranças e os liderados.

Enquanto isso, o cacique Paulo Tabajara, que adiou tomar posição de efetiva participação na retomada do Bambuzal, decidiu unir-se aos indígenas da Aldeia Vitória. Os desentendimentos internos continuaram se agravando a ponto de haver

agressões e expulsão dos parentes da convivência interna da Aldeia Barra de Gramame. Enquanto as tensões aumentavam, as soluções se evidenciavam. Isso fez com que os indígenas, não mais aceitos em Gramame, procurassem pelos parentes da Aldeia Vitória e assim colaborassem para a criação da Aldeia do Bambuzal. Notou-se que o Conselho de Lideranças não foi consultado, nem as regras do estatuto cumpridas para tomada das decisões justas e sábias que legitima ou não o direito de indivíduos à terra e à participação da vida Tabajara, fato crucial para o fortalecimento e unidade do povo.

As reuniões internas nas aldeias atualizavam as ações que coletivamente eram planejadas e realizadas. Na idealização da Aldeia do Bambuzal, primeiramente foi pensado e criado o protótipo em uma maquete da nova Aldeia. Uma vez sabendo-se como seria a nova aldeia procurou-se um lugar ideal para sua construção. Em uma semana, os indígenas com facões, foices e machados abriram no Bambuzal uma área para o embrião da nova aldeia.

Diariamente, as ações foram multiplicando-se para a criação da nova aldeia. Todos os trabalhos foram liderados pelo cacique Ednaldo Tabajara com os indígenas da Aldeia Vitória. Desentendimentos aconteceram com as lideranças da Aldeia Barra de Gramame até que, uniram-se o cacique Ednaldo, o Cacique Paulo e outras lideranças para tomar as decisões. Oficialmente a decisão foi do Cacique Ednaldo de apresentar Paulo como Cacique da Aldeia que iriam construir no Bambuzal.

Em um primeiro momento desse encontro, o cacique Ednaldo e o cacique Paulo reuniram-se com alguns dos parentes que estavam presentes para uma conversa reservada sobre a da criação da aldeia. Em seguida voltam, reúnem todos para dialogar sobre a gestão coletiva da aldeia do Bambuzal.

Facultou-se a palavra para as pessoas presentes se manifestarem. Na ocasião, fez um chamamento convocando todas as pessoas para essa construção coletiva. No fim da reunião, o Paulo Tabajara foi apresentado como o cacique da futura Aldeia do Bambuzal. Houve um momento evangélico de oração de Ação de Graças, que culminou com um Toré Tabajara.

Terminada a reunião, as lideranças fizeram uma caminhada com todos os presentes para o reconhecimento do local onde a aldeia estava sendo iniciada. Durante a visita, muitos planos, sugestões e questionamentos surgiram sobre o futuro da Aldeia Bambuzal. Questionamentos sobre que nome receberia. Falou-se em

denominá-la de Nova Canaã. Nome que não agradou a alguns por acreditar que não tinha relação com os indígenas. Dialogou-se que deveria ser um da língua tupi, que identificasse a etnia indígena. Os indígenas mostraram-se alegres e confiante com os novos e importante direcionamentos para a etnia.

Uma das estratégias programadas, para o dia seguinte, foi obter adquirir recursos econômicos para as primeiras necessidades, como combustível e alimentação para os indígenas que estavam na linha de frente da nova aldeia. Optou-se por fazer um pedágio na BR-008 com essa finalidade.



Figura 25. Edificação da oca. Aldeia Nova Conquista.
Fonte: Ednaldo Tabajara, 2020.

Vários indígenas da Aldeia Vitória, das mediações do assentamento de Tambaba e da cidade de João Pessoa, vestidos com trajes característicos, interditavam por alguns minutos a pista, explicando aos motoristas a causa de tal estratégia e solicitando uma contribuição para a aldeia do Bambuzal. Em seguida, liberavam o trânsito.

Os trabalhos para edificação da aldeia iniciaram-se no início de dezembro de 2019, a primeira edificação em forma de mutirão está sendo a oca (Figura 25). Os indígenas estão entusiasmados com as atividades, mas falta estrutura financeira para o desenvolvimento dos trabalhos.

A situação de desentendimento interno vivenciada entre as lideranças Tabajara muitas vezes é conflituosa, mas, com o passar do tempo, há uma acomodação interna. O problema mais grave é a demarcação da terra sobre o qual se desenrola o “drama

social”. Turner (2013) destaca o conflito como algo próprio dos grupos sociais. Segundo ele, os dramas têm quatro fases de atuação: ruptura ou separação, o que é regular na ação; a *crise* e a intensificação do conflito; depois são feitas *ações remediadoras*, a reconciliação entre os envolvidos no conflito; por fim, a fase de reintegração, em que há uma investida pública. Assim, o grupo resolve a ruptura ou se reestrutura de outra forma.

Geertz (2011) afirma que a cultura é vista como uma teia de significados que constitui seu caráter simbólico e a etnografia com uma descrição densa, sugerindo compreender a primeira como lugar onde se catam os elementos de trabalho e a segunda como encontrar os significados desses elementos.

Já André (2013, p. 49), reforça que a cultura “possibilita uma visão profunda e ao mesmo tempo ampla e integrada de uma unidade composta de múltiplas variáveis”. Pela natureza de variáveis, de incertezas e contradições do objeto que caracterizam a pesquisa etnográfica, pode-se dizer que elas estão intensamente presentes na cultura de um povo. Nesse sentido, a etnografia foi utilizada envolvendo o campo da educação para compreender e definir as práticas educativas do povo indígena nas relações e ações de alteridade. Para Malheiros (2016, p. 103): “realizar uma pesquisa etnográfica exige tempo, já que é preciso conviver com o grupo no qual a pesquisa é realizada no sentido de compreender sua visão de mundo e suas normas sociais”.

Considerando a dinâmica do contexto vivenciado pelos Tabajara, de constantemente participarem em movimentos sociais em prol das suas necessidades e de seus direitos, a estratégia foi acompanhá-los nas viagens aos eventos, o que possibilitou observações de aspectos profundos do Povo Tabajara e de outros grupos indígenas na investigação da pesquisa. Este será o próximo item a ser considerado.

3.2.2 A Pesquisa Etnográfica nas Viagens

A primeira viagem, foi realizada em 2017, da cidade de João Pessoa para Fortaleza/CE, oportunamente de ônibus com a delegação de representantes da educação escolar indígena do Povo Tabajara para participar como professora pesquisadora da VII etapa regional da 2.^a Coneei - Conferência Regional *Potyrõ*: Ceará, Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte, de 9 a 11 de outubro de 2017.

A decisão em participar aconteceu de maneira inesperada, uma vez que essa viagem a campo não estava planejada na pesquisa. No sábado dia 07, através de um

colega, recebeu-se um comunicado que estava precisando de professores para participar da etapa regional da Coneei no Ceará. Era uma chance ímpar de estar junto aos indígenas em um *lócus* diferente. Com certeza poderia render bastante frutos para pesquisa. A prática etnográfica requer por vezes perspicácia e um olhar teoricamente mais informado para apreender fatos e experiências imprevisíveis durante o processo.

Diante da oportuna e singular situação, no domingo às 16h do dia 08 de outubro de 2017, encontrava-se em frente ao Parque de Exposição Henrique Viera de Melo, no bairro do Cristo Redentor, em João Pessoa, com o grupo de professores, indígenas urbanos e indígenas das aldeias – estudantes do ensino básico e universitário, mães e lideranças. Depois de alguns acertos sobre a viagem, partiu-se às 17h e 30min com destino ao estado Ceará.

O percurso foi tranquilo, enquanto alguns cochilavam, outros conversam e divertiam-se; duas paradas para o lanche e sanitário e um pequeno imprevisto próximo a cidade de Fortaleza, pois o motorista errou o itinerário. Houve um pouco de receio, pois era noite, ruas estreitas e desertas. Transitar em comunidade periférica desconhecida, tudo pode acontecer. Mas tudo foi resolvido a tempo. Após cerca de 10h, desembarcou-se às 4h30min da segunda-feira no Hotel, localizado a 40 km da capital Fortaleza/CE.

Os povos participantes fizeram um belo evento expondo sua cultura no salão de acolhimento do auditório com práticas de pintura corporal e uma tela em aquarela para cada participante registrar com grafismo ou nome. Na cerimônia de abertura realizaram uma energizante prática do ritual Toré com todos os congressistas.

Durante as atividades do evento, a professora pesquisadora participou atuando como monitora de um grupo de trabalho no eixo temático Práticas Pedagógicas Diferenciadas na Educação Escolar Indígena.

Foi possível durante o evento, ter a oportunidade de junto aos Tabajara observar as situações, as ideias concebidas, as participações, os diálogos, reflexões e debates sobre a construção de uma educação escolar indígena diferenciada. Como também de conhecer e aprofundar sobre seus direitos sobre as políticas de educação escolar indígena.

Nesta etapa regional, as atividades foram desenvolvidas em torno de melhorar as propostas dos eixos temáticos, e ao final escolher os delegados para conferência nacional em Brasília. Depois de articulações e votações no evento se conseguiu vaga

como delegada representante da sociedade civil dos indígenas da Paraíba, para participar da etapa nacional em Brasília/DF.

Alojar-se no apartamento do hotel, na companhia das mulheres indígenas, proporcionou momentos de compartilhar das reflexões, oficinas de estudo e caminhadas juntas, momentos em que fluíram conversas com informações precisas para o encaminhamento da tese.

A segunda viagem da pesquisa, foi o evento da etapa final da 2ª Coneei de 20 a 22 de março de 2018 em Brasília. A pertinência de estar como representante da sociedade civil acompanhando os delegados indígenas do povo Potiguara e Tabajara, possibilitou mais uma vez a aproximação para coletar dados no trabalho de campo. Dialogou-se sobre as perspectivas, os avanços e entraves, os desafios de construir uma educação escolar indígena específica, diferenciada e bilíngue/multilíngue.

As demandas expressas durante a oficina sobre o ensino superior, foram: a entrada nas universidades por cotas, a situação da permanência e do auxílio, bolsa permanência na universidade. Juscelino Tabajara, defendeu muito bem na plenária a temática. De acordo com Roberto Cardoso de Oliveira (2010, p. 24):

Tal interação na realização de uma etnografia envolve, em regra, aquilo que os antropólogos chamam de 'observação participante', o que significa dizer que o pesquisador assume um papel perfeitamente digerível pela sociedade observada, a ponto de viabilizar uma aceitação se não ótima pelos membros daquela sociedade, pelo menos afável, de modo a não impedir a necessária interação.

De acordo com afirmação de Roberto Cardoso de Oliveira, conseguiu-se observar, contemplar e perceber os desejos, ideologias, valores, opiniões e contribuições dos membros Tabajara e dos demais representantes dos povos indígenas.

Assim, os momentos de partilha, de igualdade de pensamentos, deixaram a relação mais plausível. Foram momentos de afirmarem o direito a uma educação que respeite sua língua, seus costumes e sua cultura com a ampliação do diálogo entre os entes federados visando a concretização de um regime de colaboração que fortaleça o protagonismo indígena Tabajara na Educação.

A terceira viagem etnográfica surgiu de um convite que os Tabajara tiveram de, em 2018, para participar dos jogos indígenas paraibanos. Observou-se que eles ficaram eufóricos em participar. Imediatamente, organizaram um mutirão para fazer a limpeza no terreno para a construção de campo de futebol para realizar os treinos. O passo seguinte, foram os treinamentos nas modalidades de jogos modernos, o futebol; os tradicionais, arco e flecha, corrida de tora e cabo de guerra, envolvendo as lideranças e os jovens. Essa prática revitaliza os jogos tradicionais fortalecendo a cultura e os laços étnicos.

No dia 11 de abril, dia da abertura dos Jogos Indígenas, logo cedo, iniciou-se uma viagem de automóvel para assistir os Tabajara participarem dos jogos, percorreu-se 110km enfrentando chuva e lama até a cidade de Baía da Traição – PB, território do Povo indígena Potiguara no Litoral Norte. A Aldeia Tracoeira, sediou o evento e está localizada na área rural, com cerca de 20 km de estrada de chão da cidade.

A arena dos jogos era cercada de uma natureza bela que enchia os olhos dos visitantes. Pouco a pouco, houve uma grande concentração com muitas pessoas, jornalistas, indígenas, estudantes, ônibus, carros, motos, bicicletas e cavalos. O campo de futebol, local de abertura do evento estava cuidadosamente ornamentado com flores campestre, adornos típicos indígenas e bexigas coloridas; destacava-se ao lado do campo, cinco grandes tendas na cor branca para acolher lideranças e autoridades. A abertura cultural foi iniciada com um grande Toré, seguido de um desfile das agremiações e o acendimento da tocha olímpica indígena e fala de abertura.

Foram três dias de um valioso trabalho etnográfico, de onze a quatorze de abril. O evento iniciou sem a presença dos Tabajara por causa de um atraso no traslado da delegação. O local do alojamento foi uma escola municipal que também servia as refeições. Os indígenas que levaram colchonetes, puderam dormir mais confortável, mas tiveram os que não se preveniram e dormiram apenas com o lençol forrado no chão. Esta é uma situação que acontece frequentemente nos eventos de luta e nas mobilizações. Muitos dos indígenas que participam de movimentos, tem o Kit Viagem – barraca, colchonete, rede, prato, talher e copo.

Por três dias acompanhou-se os jogos. Durante o dia eram realizadas as atividades na aldeia sede ou na aldeia vizinha, Santa Rita. A noite, os jogos de

Futebol de salão eram realizados na Quadra de Esportes, na cidade de Baía Traição-PB.

No segundo dia, à tarde no campo da aldeia Santa Rita, realizou-se o jogo de futebol dos caciques das aldeias Potiguara X os Tabajara. Foi uma partida sensacional para o povo Tabajara que venceu os caciques Potiguara. As mulheres indígenas Tabajara que acompanharam os jogos não participaram, afirmavam que não estavam exercitadas suficientemente para competição.

No intervalo dos jogos, após o almoço, aproveitavam para tomar banho no Rio do Gozo, um balneário que recebe visitantes e oferece uma infraestrutura bem acolhedora. O Rio tem águas cristalinas a ponto de ver os peixes e as pedras ao fundo, cercado por um bioma de uma mata litorânea nativa. Muitos indígenas aproveitaram da ocasião para tomar banhos de prazer, alegria, diversão e muitas conversas sobre os jogos, mas tiveram também os que se deitavam na relva e repousavam em volta de um cenário natural maravilhoso.

A pesquisadora, abrigou se na cidade de Baía da Traição, na casa ex-missionária do CIMI, irmã Juvanete, que trabalha apoiando o povo Potiguara há mais de 15 anos. Foram dias de observações, registros no diário de campo, fotografias e vídeos, bastante coleta de material para análise. Foi uma ocasião singular que se adquiriu novas aprendizagens acerca da riqueza cultural da realização dos jogos com a presença dos dois povos indígenas da Paraíba.

Ainda no mês de abril de 2018, fez-se a quarta viagem etnográfica. Desta vez, de João Pessoa a Brasília/DF – 2.236 km. Esteve-se entre 23 e 27 de abril no Acampamento Terra Livre, que se realizou na praça do Memorial dos Povos Indígenas, no Eixo Monumental Oeste – a Praça do Buriti, em Brasília.

A jornada deu-se por conta do convite do cacique Ednaldo Tabajara. A odisséia iniciou-se em 21 de abril às 9h, quando esperou-se o ônibus no Restaurante a Gauchinha, na Br 101, sentido a cidade de João Pessoa, local combinado de partida. Os primeiros indígenas foram chegando – Emile Tabajara, Nando Tabajara, Sr. Carlos Tabajara e outros.

A presença da pesquisadora, causou admiração entre os indígenas. Uma acolhida afetuosa, mas inquietou-os sobre como iria ousar viajar de ônibus por dois longos dias e a desafiante jornada que iria-se vivenciar durante os cinco dias do evento.

Os desafios do acampamento (dormir em barraca, banhos coletivos e sanitários químicos), foram as conversas que fluíram enquanto aguardava-se o ônibus da Prefeitura de Conde, que trazia os indígenas das aldeias ao ponto de partida para Brasília. Mochilas, malas, colchas de frio, arco e flecha, cocares, enfim uma grande quantidade de artefatos foram levados para essa jornada. Aguardou-se até perto de meio dia o ônibus com o Povo Potiguara para sair em comboio, precavendo-se assim de assaltos nas rodovias, sobretudo, no período noturno.

Por volta do meio-dia, os caciques convidaram todos os indígenas para se reunirem no pátio onde estavam estacionados os ônibus para agradecer a oportunidade daquela viagem e o livramento dos perigos durante toda a viagem. Em seguida, realizaram um entusiástico ritual de Toré. Enfim, às 12h30min, os transportes partiram com todos.

O trajeto transcorreu em um clima de descontração e alegria, com muitas brincadeiras, vídeos, piadas, música e até algazaras dos jovens; já os adultos comportavam-se serenamente. Para alimentação durante trânsito da viagem, levaram pouca alimentação (lanche), pois não possuíam quase recursos para comprar nos restaurantes da estrada. A dinâmica foi partilharem entres eles. Percebeu-se que viajaram por amor a causa.

No transcorrer dos dias, foram três paradas para as principais refeições: café, almoço e janta ou para abastecer o ônibus. A refeição principal, o almoço, era organizada pelos caciques Ednaldo e Carlinhos Tabajara, com o dinheiro patrocinado pela prefeitura de Conde, PB, Funai e o Instituto Socioambiental. De posse dessa verba, dividiram-na para o pagamento da alimentação. O transporte foi doação do governo do Estado.

Ao longo da estrada, alguns trechos não pegavam sinal de celular. A saída nesses momentos era dormir, assistir filmes ou participar da prosa animada que surgia por momentos. O longo do percurso era de estrada deserta. O que agradava os olhos era a natureza, com o verde da vegetação da caatinga, do cerrado e das matas, além da geografia dos planaltos e planícies.

Aa amanhecer do terceiro dia, ouviu-se vozes dos indígenas deslumbrados, com a beleza arquitetônica dos espaços observando pelas janelas do ônibus. A arquitetura e amplitude da planejada capital brasileira. Comentavam que havia muito

gramado, mas poucas árvores: “Brasília é uma selva de pedras”. Desta forma, tomou-se ciência que se tinha chegado ao Distrito Federal. Ainda dentro do ônibus, os indígenas Potiguara (dez Potiguara) que viajavam com os Tabajara, começaram a tocar e cantar toadas do Toré com toda a força e vigor. Foi um momento de muita energia e espiritualidade! Todos vibraram, renovaram as forças no ritual. A energia vivida naquele momento foi indescritível!

Finalmente, o ônibus estacionou na Praça do Buriti, em frente ao Memorial Juscelino Kubitschek, às 7h da segunda-feira. No espaço, encontravam-se algumas delegações instaladas e outras que estavam chegando, como os Tabajara. Muito trânsito de ônibus chegando com delegações, trânsito de indígenas carregando mochilas, bolsas, barracas e colchonetes. Crianças carregadas nas costas ou puxadas pelas mãos dos pais, puxadas pela mão. Todos na busca por um local “confortável” para os dias do evento. Era um verdadeiro frenesi, no bom sentido.

Foram dias intensos de reivindicações e atos públicos. Os povos indígenas tomavam os espaços nas caminhadas pelas ruas da esplanada dos Ministérios. Marchas com mais de 10 km até a Advocacia Geral da União (AGU), ao Supremo Tribunal Federal (STF) e a Câmara Federal. O grupo dos Tabajara participou de todos os atos. Por questão particular, sobre o relatório da demarcação da terra Tabajara, o grupo se deslocou em uma caminhada até a sede da Funai para tomar conhecimento de como estava o andamento do processo do segundo relatório antropológico.

A pauta não deixava tempo para lazer, era até curto para tantas questões urgentes a serem debatidas. O lazer foi por conta da programação Cultural. Palestras com lideranças, políticos e militantes em torno de várias temáticas sobre políticas públicas de saúde e educação; desintrusão, processo de demarcação, homologação e proteção de terra; movimento das Mulheres Indígenas. Esse conjunto de questões unem os povos indígenas que lutam por seus direitos constitucionais que são ameaçados constantemente.

Nesse sentido, foi possível observar no ATL diferentes fenômenos linguísticos-discursivos em uma extensa comunicação argumentativa que contribuiu para edificação da imagem e identidade dos povos indígenas. É preciso lembrar, que as representações sociais observadas pelo olhar do não indígena, constantemente, tem muito preconceitos em relação aos indígenas. É em função das representações e não

essencialmente das realidades que se movem os indivíduos e coletividades (Moscovici, 2015). A realidade que move o ATL é de desconstruir todo o cenário que atinge o Povo Tabajara e cerca de mais de três mil indígenas representando os 305 povos de todas as localidades do Brasil.

Em relação aos laços afetivos, percebeu-se uma empatia forte entre o Povo Tabajara e o Povo Xukuru (Pesqueira/PE). Depois de uma longa marcha embaixo do sol da Esplanada dos Ministérios, chegando ao local do ATL, cordialmente o cacique Marquinho Xukuru convidou o cacique Ednaldo Tabajara e seus acompanhantes a almoçarem em sua tenda, enquanto conversavam sobre as demandas do movimento.

Convém dizer, que durante o evento usou-se o método de anotar os acontecimentos que se viu e escutou, os tipos de vestimentas, adereços e pinturas, as danças, os cantos e rituais; fotografar e gravar vídeos usando celular; caminhar por cada barraca na feira de cultura, observado ampla e diversidade de artesanatos. Uma experiência de interculturalidade genuína.

É importante dizer que só vendo para descrever a grandiosidade das práticas. Momentos em que os Tabajara fortaleciam as aprendizagens, observavam as práticas e admiravam os artefatos artesanais dos parentes; compraram cocares, pulseiras e colares, e ainda penas de aves e sementes. De uma riqueza cultural e social imensurável para qualquer cidadão conhecer e ver como a diversidade cultural é formidável.

É indispensável lembrar todos os desafios das filas quilométricas para alimentação, banhos e os sanitários químicos usados por três mil indígenas, frio, chuva, noites mal dormidas, doença (diarreia, virose), pressão emocional e receio da polícia. No ATL, observam-se práticas de resistência, na batalha por o reconhecimento social, em defesa dos seus espaços territoriais e por políticas públicas. Atualmente, tornou-se o movimento de resistência e autodefesa contra o sistema dominante mais emblemático usado pelos povos indígenas em prol dos seus direitos.

A quinta desafiadora viagem foi acompanhar um grupo de quinze indígenas, junto a um grupo de universitários (doutorandos e mestrados), da UFPB, que também pesquisam o Povo Tabajara para um dos maiores eventos de mobilização política, cultural e espiritual indígena em nível nacional, que é a Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá.

Para garimpar dados singulares de mais uma jornada de desafiadoras experiências. Para chegar na Aldeia Pedra D'água, sede do evento, viajou-se 326 km, cerca de 7h pela BR 101, cortando a PE – 95 e a BR 232 até a cidade de Pesqueira, no agreste pernambucano. De lá mais 10km de estrada de chão. A viagem foi feita em um micro-ônibus velho e desconfortável.

Os indígenas Tabajara absorvem a sabedoria e espiritualidade do Povo Xukuru., sempre que conseguem recursos financeiros, patrocínio e transporte reúnem um grupo e viajam para compartilhar deste evento, para beber da sabedoria ancestral daquele povo, participando das mesas temáticas, dos rituais, das celebrações inter-religiosas e da caminhada.

Esta foi a 19ª Assembleia Xukuru de Ororubá – *Limolayg Toyope*: em defesa da vida “Eu sou Xicão”, realizada de 17 a 20 de maio de 2019. Os indígenas Xucuru realizam o evento para dar continuidade a luta do cacique Xiçã, que foi assassinado em 20 de maio de 1998.

A cada ano, contemplam uma temática diferente, e a partir dela, pautam com a conjuntura nacional, uma política pluriétnica e multicultural. Nesse evento os Xukuru recebem povos indígenas de diferentes etnias de todo o Brasil. “É um evento político-popular que rompeu as fronteiras do território Xucuru”, diz o cacique Marquinhos Xukuru. O espaço Mandaru comporta uma infraestrutura; três telhoças é composto de auditório, cozinha, banheiros, dormitório e estacionamento. Neste, acolhem e alimentam durante três dias, indígenas Xukuru e os visitantes. São realizadas práticas espirituais, culturais e mesas temáticas, que servem de formação para os próprios indígenas, não indígenas, estudantes do ensino básico, pesquisadores, universitários, professores e indigenistas que defendem a questão indígena.

A vida do Povo Xukuru é movida por uma espiritualidade, que tem uma dimensão de valor imaterial imensurável. Serve de exemplo para seus parentes de outras etnias, pelas práticas de saberes, lutas, espiritualidade e resistência. Juscelino Tabajara disse, “aprendo muito com organização, vivo esses dias compartilhando da espiritualidade e da cultura dos meus parentes Xukuru”. Foram dias de intensos palestras, debates, rituais, espiritualidades e vivências inesquecíveis.

No último dia, ao término da assembleia pela manhã todos dirigem-se ao cemitério, onde está “plantado” o corpo do cacique Xicão, localizado no alto da serra

em meio a uma floresta. As pessoas vão ao espaço em busca de benção e proteção dos encantados, um ambiente de paz e energias positivas da espiritualidade. Por volta das 11h é realizada uma celebração inter-religiosa, que envolve o padre, o pajé e o pai de santo. Após a cerimônia religiosa todos os participantes deixam o local em uma grande caminhada até a casa de dona Zenilda Xucuru, mãe do cacique Marcos Xucuru, ocasião em que recebem um lanche reforçado e uma pausa para um breve descanso.

O momento seguinte é a concentração e espera de milhares de pessoas em frente a porteira da aldeia. Exatamente às 14h, o cacique Marcos Xucuru em um ritual que todo ano se repete, sobe em cima da porteira e faz um intenso discurso de fortalecimento das causas indígenas. Em seguida, abre a porteira e uma multidão de indígenas e militantes descem a serra do Ororubá, uma cena inusitada, impactante, cantando e balançando os maracás até chegar ao centro da cidade de Pesqueira.

A cidade literalmente parou para ver esse ato emblemático de bravura e de resistência até no bairro dos Xukuru, em frente à casa que o cacique Xicão foi assassinato. Nesse local é feito o ato conclusivo com falas de todas as delegações e das lideranças. Assim, é finalizada essa jornada de quatro dias de resistência do Povo Xukuru que tem como lema: “diga ao povo que avance, avançaremos!”

Com relação as viagens Lévi-Strauss (2003), assevera que a etnografia compreende a observação de grupos analisando suas singularidades, para a reconstituição mais verdadeira possível do grupo. Nesse sentido, para obter com fidedignidade esses dados, faz-se necessário o pesquisador integrar com o cotidiano do lócus do estudo. Refletindo sobre as considerações de Lévi-Strauss, a dedução principal é que o pesquisador na etnografia necessita desconstruir atitudes subjetivas preconceituosas sobre o grupo social, buscando, para isso, descrever o mais próximo possível a realidade para não correr o risco de interpretações errôneas.

Ao aprofundar a pesquisa com a metodologia etnográfica, se compreendeu a vida e o viver social como situações de encontros, desencontros e de partilhar relações com outros.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Diante da abordagem metodológica da Tese Doutoral, delimitou-se o lócus da pesquisa com recorte temporal, espacial e população selecionada.

A proposta teve como objeto o povo indígena Tabajara da Paraíba. Com as visitas de campo, percebeu-se que o contexto da Aldeia Vitória aglomerava uma riqueza de elementos que poderiam ser analisados como amostra fidedigna da real situação em que vivem os indígenas Tabajara.

A observação sobre a Aldeia Vitória abriu novos horizontes para o estudo, pois havia a impossibilidade de contemplar todo o universo do povo indígena Tabajara, já que estão dispersos por várias localidades.

Dessa forma, foi realizada uma observação participante com uma amostra das 17 famílias da Aldeia Vitória e a família do cacique da Aldeia Barra de Gramame. Estas perfazem um número de 75 indígenas – crianças, jovens, mulheres, lideranças e anciãos – residentes nas aldeias. No entanto, o estudo trabalha na questão das entrevistas informais e semiestruturadas com um universo limite que contempla 25 lideranças e indígenas.

Para compreender e complementar esse recorte, faz-se necessário estender a observação até alguns indígenas urbanos que estão assiduamente envolvidos no movimento político-social-cultural: os anciãos, as lideranças, as mulheres, os jovens, enfim, os corresponsáveis pelas práticas, pelos ensinamentos e as aprendizagens que foram relevantes para a pesquisa. Nessa configuração de critério, computou-se e avaliou-se as entrevistas usando suas informações para citações que fundamentaram o relatório da tese.

Os espaços de convívio deles foram considerados para a observação, as Aldeias referenciadas no parágrafo acima, as escolas e universidades, as igrejas em que congregam, os ambientes de lazer, os eventos políticos, culturais e sociais, enfim, onde se detectou práticas. De forma que este estudo cuidou do contato direto e intensivo no ambiente situacional do objeto.

3.4 VARIÁVEIS

As variáveis são atributos importantes na realização de uma pesquisa e dependendo da natureza dos valores pode ser numérico ou não numérico, quantitativos ou qualitativos. Esses dados, podem servir de base para depois serem

analisados. Dependendo da pesquisa, é necessário adotar um tipo de variável. De acordo com (Bermudes, Santana, Braga e Souza, 2016, p. 8):

Na busca de melhores métodos para desenvolver a pesquisa científica, uma das características mais importantes para qualquer método é a escala correta. A escala pode ser definida como o conjunto de valores ou conteúdo de uma variável, arranjados de acordo com algum critério de importância (matemático ou subjetivo) para fins de mensuração, podendo esses valores serem métricos ou não.

Neste estudo das práticas educativas Tabajara o critério de importância adotado foi o subjetivo, sendo considerados em algum momento, também os valores numéricos. Tal decisão se deu devido ao objetivo do estudo e da escolha dos entrevistados que se fez ao longo da pesquisa.

Dada a abordagem desta pesquisa se optou por variáveis qualitativas nominais que "... é uma simples lista de diferentes posições que pode ser adotada pela variável, sem que seja definido qualquer tipo de relação de ordem" (Bermudes, Santana, Braga e Souza, 2016, p. 11 citado por Silva, 2010; Morais, 2005). Os dados qualitativos nominais permitem apenas a identificação de categorias, como por exemplo a informação sobre o sexo.

3.5 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Nas seções anteriores deste capítulo, foi dito que a presente tese tem uma abordagem qualitativa e essa escolha se coaduna com uma pesquisa etnográfica e com a história oral.

O foco nesta seção são os instrumentos de pesquisa que estão diretamente imbricados na escolha do tipo de pesquisa que foi realizada. São faces de uma mesma realidade, inseparáveis, que se interseccionam. Portanto, na definição do método, também se faz necessário optar pelos instrumentos de pesquisa.

De acordo com as questões da pesquisa são descritas a(s) técnica(s) de coleta de dados que foi(ram) utilizada(s) no trabalho.

Nessa senda metodológica buscou-se pelos instrumentos que melhor dariam sustentáculo à tese; optou-se por utilizar na pesquisa de campo a *Observação Participante*, que permitiu vivenciar e compreender realmente os fatos (Gomes, 2012). Orienta-se nessa compreensão de Gomes durante a realização do trabalho de campo, foi necessário para ter disponibilidade, a fim de vivenciar experiências que foram

bastante densas a ponto da inserção da pesquisadora nos afazeres diários da aldeia, como na organização de eventos sociais e políticos, nos cultos religiosos e nos rituais, nas celebrações e em momentos excepcionais, como nascimentos, velórios, casamentos, assembleias, aniversários, etc., enfim, onde houve a participação e presença desses indígenas. Essa imersão na realidade foi necessária para compreender a conjuntura das práticas educativas na vida dos Tabajara.

A observação foi uma forma salutar e extremamente importante para revelação e interpretação dos gestos, da descrição das ações, das conversas entre os indígenas, da comunidade com um todo e de sua relação com a sociedade não indígena, como também dos anseios, curiosidades e inquietações da pesquisadora durante todo o processo.

Além de observar os fenômenos diretamente com sujeitos e de compilar no diário de campo (Figura 26), a etnografia deu oportunidade para o conhecimento da memória e história por meio de depoimentos e na condução das entrevistas.



Figura 26. Diário de Campo: registros etnográficos.
Fonte da pesquisadora, 2019.

Uma primordial escolha foi a de adotar o Diário de Campo como uma valiosa ferramenta para o registro das informações na etnografia para fazer a interpretação dos fatos na hora de analisar os resultados, além de compreender bem a organização do povo.

Sobre o diário de campo como instrumento científico, os estudos de Zaccarelli e Godoy (2010) indicam que seu uso esteve ligado a determinadas condições por

grupos que habilidosamente dominavam a linguagem escrita e o uso de papel e tinta. Trata-se de um instrumento bastante prático e de fácil utilização, com significativa contribuição quando foi necessário analisar os dados e as informações com precisão. As anotações feitas em agenda, bloco e caderneta e, não raro, houve falta desses materiais. Nesses momentos recorria-se a um pedaço de papel, um guardanapo, um folheto etc. Foram anotações que preencheram detalhes na redação final da tese.

No diário, foram feitas densas descrições com minúcias das expressões, ambientes, tempos, conhecimentos e regulamentos dos Tabajara, a fim de perceber melhor os significados das práticas educativas culturais (Geertz, 2011). Todo esse processo envolveu emoções não planejadas e surpreendentes. Fez-se necessário a pesquisadora abrir-se para a resiliência, buscando compreender a cultura desses indígenas como tal, despindo-se de previsões e de imagens preconcebidas.

A Entrevista foi um imprescindível instrumento de coleta utilizado com os indígenas principalmente com os indivíduos que lideram ou se destacam nas práticas, porque possibilitou a imediata aquisição das informações, esclarecimentos, correções e adequações (Lüdke; André, 2013).

As entrevistas realizaram-se informalmente de acordo com as oportunidades e pertinência do momento, dos espaços e do tempo que foi útil e contribuiu para o desvelamento da pesquisa. É preciso considerar que as entrevistas foram gravadas com a anuência do entrevistado, reunindo aspectos da vivência e da consciência dos indígenas que foram mobilizados a se revelar.

Nesse contexto, muitas vezes se utilizou a entrevista informal, que, segundo Malheiros (2016, p. 197), “é realizada sem o rito (a formalidade) de uma entrevista. Nela, o entrevistador e os entrevistado(s) estão à vontade, como em uma conversa que flui na direção que o entrevistado deseja”. Elaboraram-se também entrevistas semiestruturadas para completar as informações necessárias que faltaram nas entrevistas informais. Sendo usadas, conforme as oportunidades que surgissem, tática que consistia em ler e avaliar os vácuos, criavam-se esboços para aplicar no momento certo.

De acordo com as respostas obtidas do informante, surgiram outras inquietações e indagações, levando o sujeito entrevistado a dar novas explicações sobre suas vivências (Triviños, 2010).

Os homens nos traíram, nos forçaram à sede; a terra, dizer que não sairia de lá, mas hoje voltamos a nossa terra e tenho fé em Deus de voltar a trabalhar nela. Se Deus me der permissão para trabalhar, farei com amor, adubarei a terra com o suor da testa, como eu antes de adoecer fazia e fizeram nossos parentes no passado (J. Gringo. Informação verbal. abr. 2018).

As informações orais colhidas nas entrevistas possibilitaram recuperar a memória de acontecimentos poucos elucidados ou nunca evocados, muitas vezes vivenciados em situações de muita pressão pessoal e/ou coletiva, como esse depoimento do ancião Tabajara acima.

A entrevista é uma característica da História Oral em que há a definição prévia de um indivíduo ou do grupo todo a ser entrevistado. Um componente categórico que favoreceu as entrevistas com esses indígenas foi a relação de confiança na convivência que existe entre a pesquisadora e os indígenas desde 2008.

Relação que também se estabeleceu o grupo de famílias indígenas da linhagem dos Conceição, famílias que autoafirmam descendentes do Litoral Sul, que se agregaram aos moradores da Aldeia Vitória em junho de 2016. Ressalte-se que a aproximação com esses indígenas fluiu generosamente, estabelecendo-se certamente uma empatia.

Durante todo o processo do estudo de campo, o procedimento metodológico muito utilizado foi o registro fotográfico. A máquina e o celular entraram no universo como possibilidade de perceber a realidade. Esses equipamentos, metaforicamente, estiveram “de mãos dadas com o Diário de Campo” de forma que se fazia um registro visual, um registro escrito. Assim, nesta Tese Doutoral, apresentam-se imagens como registros fidedignos do estudo, em que se expressam as práticas vividas.

As imagens são formidáveis, possibilita tornar visível para outros o que nem sempre é visto sem as lentes observadoras do pesquisador; ou que outros códigos linguísticos podem mostrar nos momentos que pareciam propícios, a exemplo, nos momentos de brincadeira dos curumins, na descontração dos anciãos e dos jovens, o ritual do Toré, a pintura corporal, as peças de cerâmica, os jogos indígenas, reuniões e outras práticas reveladas. As imagens informam e, por consequência, atuam no meio onde estão inseridas. Dessa forma, tem relevância como dados que fidelizam o texto.

Os indígenas mostraram-se simpáticos à arte da fotografia. É um instrumento que contribui para visibilizar a identidade étnica, além de elevar a autoestima do ser indígena. As crianças estavam sempre dispostas, faziam caras e caretas, disputavam o espaço para serem fotografadas. Por alguns momentos pegaram o equipamento para fazer os registros; os jovens bolavam as mais belas posições e depois, diziam: “Professora, mande para meu zap!” Vez por outra, recebe-se mensagens deles solicitando as fotos.

Assim, pode-se considerar que as relações tornaram forma afetivas uma vez que havia a participação no cotidiano, em atividades nos eventos e nas brincadeiras, nas excursões dentro e fora da aldeia e na vida familiar. Muitas das oportunidades de registros foram favorecidas pelo aparelho celular, objeto prático, de fácil portabilidade e manuseio. Poder-se-ia dizer que foi um instrumento legítimo para registrar e reproduzir amostras nos momentos da observação.

Ante o exposto, durante a pesquisa foram registradas duas mil fotografias, das quais selecionou-se sessenta imagens correspondentes a narrativa para autenticar o texto.

3.6 ANÁLISE DE DADOS

A construção metodológica da tese envolveu um amplo trabalho de revisão da literatura, um aprofundamento sobre o contexto Tabajara, uma constante pesquisa teórica sobre práticas educativas, sobretudo indígenas, um mergulho na etnografia e na história oral com abordagem qualitativa. As reflexões foram uma tônica permanente no percurso metodológico, além da atenção especial para orientação das etapas de estudo do Manual de estudantes da Universidad Internacional Iberoamericana (2018).

Toda caminhada é um ato realizado dia após dia, e na edificação da tese, não foi diferente. Cada movimento foi singular e significativo na disposição de análise de dados. Planejou-se um esboço com roteiro flexível do estudo. Quando se iniciou o trabalho de campo, observaram-se as primeiras oportunidades de coleta de dados. Com o diário de campo à mão, fizeram-se as primeiras anotações, aprimoradas gradativamente com o passar do tempo. Uma vez tendo objetividade para saber o que se vai anotar, evita-se perder tempo com anotações desnecessárias e se registra o que realmente interessa. Como pesquisar é um árduo compromisso, achar o viés

exato foi um desafio contínuo. O trabalho de validação dos instrumentos pesquisados realizou-se durante todo o processo de estudo.

Elaboraram-se as entrevistas de acordo com os objetivos da pesquisa e realizadas no contexto, conforme as oportunidades e necessidades que surgiram durante o estudo. De acordo com as respostas obtidas pelo informante, surgiram outras inquietações, levando o sujeito entrevistado a dar novas explicações sobre as suas vivências (Triviños, 2010). Assim, as informações orais colhidas nas entrevistas foram selecionadas para possibilitar a recuperação da memória de acontecimentos poucos elucidados ou nunca evocados, muitas vezes vivenciados em situações de muita pressão pessoal ou coletiva.

As narrativas gravadas foram transcritas com muito carinho para construção da tese. Segundo Bourdieu (2011, p. 710), “Transcrever é necessariamente escrever, no sentido de reescrever”, quer dizer, é a passagem do oral para o escrito. Esses momentos de escrita requerem muita atenção para usar da ética e fidedignidade na real conjuntura do estudo, ocasião de reflexões sobre as situações vivenciadas e partilhadas com os indígenas.

A estratégia na coleta de dados foi efetivando-se de maneira natural e espontânea, mas na aproximação pela amabilidade, cordialidade e escuta. As confabulações e arguições quase sempre foram feitas mediante ocasiões e necessidades que surgiram nas aldeias. Durante o estudo, a vivência com as famílias foi de grande valia e aproveitamento, pois permitiram apreciar outros aspectos de um mesmo sistema social. Como das obrigações e atividades diárias dos jovens, que auxiliam nas tarefas caseiras de alimentação e cuidados com os irmãos menores. Pelas vivências; muitas entrevistas efetivaram-se nas rodas de conversa, à sombra das árvores, mangueiras e jaqueiras.

Os assuntos foram fluindo a respeito do fortalecimento da etnia; das inquietações e perspectivas da retomada e demarcação do território; das crenças e cosmologias de vida. São conversas que suscitam lembranças das duras opressões padecidas pelos anciãos, dados que colaboraram para o enriquecimento do estudo. As memórias são construções dos grupos sociais, são eles que determinam o que é memorável e os lugares onde essa memória será preservada (Halbwachs, 2017). Essas memórias coletadas em gravações proporcionaram elementos que contribuíram com a escrita da pesquisa.

Uma das opções metodológicas adotadas foi empregar a fotografia como pedagogia da comunicação e do encantamento, para elucidar as práticas educativas. Para Farias *et al.* (2015, p. 11): “A proposta prioriza a fotografia como linguagem para as mais diversas interpretações e descobertas desse patrimônio cultural peculiar e encantador, captando momentos de religiosidade, espiritualidade, reivindicação, luta, lazer, labor, partilha”. A imagem congelada revela com precisão uma cena inédita. O registro fotográfico garante diversas leituras dependendo das lentes de quem analisa.

O registro das imagens fotográficas nos eventos e no cotidiano da aldeia enriqueceu a memória na hora da escrita. É muito mais que só uma ilustração das vivências com esses indígenas. Nessa compreensão, as fotografias são utilizadas como parte integrante da Tese Doutoral a fim de fidelizar as informações e aformosear o estudo.

Em diversos espaços, procurou-se investigar sobre as práticas educativas indígenas existentes entre eles, para averiguar o que sabiam sobre o meio ambiente, os ecossistemas, os biomas, as formas e a sazonalidade das plantas, frutos, flores, os animais, enfim, tudo o que envolve fauna e flora da região.

Neste estudo, mediante as observações coletadas, fez-se uma análise dos dados, e para preencher as lacunas detectadas, elaboraram-se entrevistas que foram realizadas com os depoentes. As opiniões e os depoimentos dos entrevistados foram tratados com respeito e compromisso ético.

Na análise dos dados, o problema e os objetivos da pesquisa foram a bússola para refazer, quantas vezes necessárias, as informações ou as cenas capturadas, até chegar a um resultado depurado da temática. Com esse cuidado e dedicação, chegou-se com exatidão a um resultado que retrata as práticas educativas Tabajara na sua essência. Para fazer a análise dos dados, seis aspectos orientaram a condução da pesquisa, ver (Tabela 8).

São os pilares basilares que sustentam a existência do povo Tabajara da Paraíba em toda sua complexidade, e as práticas educativas se situam nessa rede social.

Tabela 8
Aspectos que orientam a análise dos dados das práticas educativas Tabajara

1. Etnogênese/Identidade Étnica	Movimento de demanda pelo reconhecimento como povo indígena; “construção de um ‘nós’ em contrastes com ‘eles’, [que] congregam aqueles que se identificam e são
---------------------------------	---

	identificados como pertencentes a um grupo sob um discurso voltado ao passado, a um mito de origem comum” (Viana e Maheirie, 2017, p. 233)
2. Território	A terra é espaço sagrado de espiritualidade, vitalidade e sobrevivência indígena Tabajara
3. Etnoeducação	Reivindicam o direito à política pública de educação escolar diferenciada e de qualidade
4. Cultura	Reinventam, reelaboram e revitalizam com novos significados suas tradições culturais ancestrais
5. Religiosidade	Reelaboram uma nova crença em um segmento religioso Pentecostal
6. Espiritualidade	Reafirmam a crença nos encantados, nos invisíveis, nos guardiões da natureza sagrada e no Deus Tupã

Fonte: Elaboração própria.

O primeiro aspecto é a etnogênese, que pulsa atualmente na vida desses indígenas, afirma-se, revelando uma identidade de postura do Ser Tabajara. Assumir essa essência antropológica tem consequências e revela a índole desse povo, aquilo que é genuíno, o que há de ancestral. Afirmam como grupo distinto, opondo-se ao restante da sociedade. É nesse coletivo de existir que estão as práticas educativas presentes em tudo que acontece.

Ao longo da Tese Doutoral, isso foi definido. Aqui se reforça detalhadamente todo o processo metodológico. Em certa ocasião, um não indígena pergunta a uma Tabajara: “*Como se descobriu indígena Tabajara depois de mais um século?*” Ela respondeu: “O que a gente é não esquece. A gente traz isso no nosso sangue, nas nossas veias” (Natália Tabajara. Informação verbal, ago. 2017).

O segundo aspecto é o Território, cerne do ser, do viver e do morrer indígena. Índio é terra = terra é índio. São duas faces, inseparáveis. A terra é sagrada. É vitalidade, útero que fecunda, razão da espiritualidade e da sobrevivência do indígena. Tudo está em conexão com a Mãe Terra, com a natureza sagrada, com as forças invisíveis, dos encantados, dos espíritos de luz que emanam e habitam na Mãe Terra.

Índio é terra. É Território. O indígena pensa e tem valores diferentes, apresenta, portanto, expectativas diferentes da sociedade mercadológica. Como já explicito ao longo da tese, os Tabajara foram dizimados do seu território, da sua moradia, e destituídos de todos os seus símbolos e espaços sagrados e espirituais. Hoje só mudou as trincheiras, mas a guerra continua travestida de democracia para evitar que os Tabajara retomem seu Território.

Sem a terra demarcada, sem política pública de saúde, educação, moradia e demais condições básicas para viver. Esse aspecto ficou muito evidente na análise dos dados ao se detalhar como estão sendo exercitadas as práticas educativas de resistência e das constantes mobilizações do movimento indígena local, regional e nacional.

O terceiro aspecto é o da Etnoeducação presente na vida Tabajara. Os povos indígenas têm seus etnossaberes, suas experiências, seu legado ancestral, passado e ressignificado por muitas gerações. Todo esse material está arquivado na sabedoria dos troncos velhos. Beber dessa fonte de ensinagem é uma oportunidade que está disponível permanentemente nas aldeias.

Para acessar a etnoeducação indígena, basta adentrar no cotidiano das aldeias desses protagonistas de uma cultura material e imaterial reproduzidas em práticas educativas *sui generis*.

Na senda da etnoeducação, hoje existe uma legislação específica sobre a educação escolar indígena que vêm sendo construída, com muita luta, desde a Constituição de 1988, mas ainda carece de ações efetivas governamentais para a concretização de um sistema nacional de educação indígena específico que alcance os povos indígenas conforme a 2.^a Coneei (2018).

O quarto aspecto é a Cultura, que não é constitutivo apenas dos Tabajara, mas de todos os povos ameríndios. Salientando que cada etnia tem suas especificidades culturais. Esse quesito é o que enriquece, vivifica, encanta no cheiro e no sabor, na alegria e no esplendor, na criatividade que, com muita maestria, deságua no oceano multicolor, de sons, ritmos e legado ancestral.

A cultura Tabajara tem um vínculo com a Mãe Terra, no espaço natural, na alimentação, nas ervas medicinais, nas vestimentas e adornos dos ritualísticos, nos artefatos, na cerâmica, nas pinturas, na musicalidade das toadas, enfim nesse universo pluricultural.

O quinto, é o da Espiritualidade. Os povos indígenas têm uma conexão com o cosmo, com as divindades de luz, com as forças da natureza sagrada, com as águas, os animais, os encantados, os invisíveis, enfim, com uma cosmologia de energia e sabedoria.

Os indígenas Tabajara têm nos espaços das aldeias suas peculiaridades, e entre os Tabajara da Aldeia Barra do Gramame, a espiritualidade revigora nos

guerreiros e guerreiras que estão deixando-se guiar pela força dos ensinamentos dos anciãos sobre os manguezais, as matas, a água doce e salgada, os animais etc. Ela é soberana e reina, mas para ser acessada, a senha é a sensibilidade e colocar-se com humildade e respeito, intuindo os sinais que são manifestados para quem se deixa guiar por essa frequência.

É algo genuíno, de muita sutilidade, considerado sagrado, que traz muitos ensinamentos. Esses aspectos foram observados nas práticas educativas presentes na Aldeia Barra do Gramame.

O sexto, e último, é a Religiosidade. Assim como os demais aspectos, a religiosidade está muito presente na vida dos Tabajara, sobretudo, na Aldeia Vitória. A opção de aceitar Jesus é um bálsamo que contribui para transformar a vida dos indígenas, seus comportamentos, suas atitudes e seus sonhos, em nome de uma crença e de uma doutrina que é pensada, programada e continuamente renovada para manter viva a fé de quem professa.

Ao longo da tese, essa constatação está evidente, e os dados coletados foram analisados tomando como referência as especificidades que a Religião Pentecostal está realizando com os Tabajara. Portanto, na interpretação da análise dos dados, do estudo das práticas educativas, teve-se como referência esses seis aspectos acima apresentados.

Por fim, a (Tabela 9) apresentou de maneira resumida, a classificação das práticas educativas nas suas diferentes modalidades como elementos indicadores de fortalecimento, para revitalização e alteridade da tradição étnica do povo indígena Tabajara no século XXI.

Tabela 9
Indicadores positivos de Hipótese da Tese: práticas educativas

Práticas Educativas	Classificação	Indicador de Fortalecimento Político-Social	Indicador de Fortalecimento Identitário	Indicador de Fortalecimento Cultural
Ritual do Toré	Tradicional	X	X	X
Pintura Corporal	Tradicional	X	X	X
Cerâmica Indígena e Sabedoria dos Troncos Velhos	Tradicional	X	X	X
Partilhas Cotidianas	Tradicional	X	X	X

Práticas Religiosas / Culto de Ação de Graças	Contemporânea	X	X	X
Eventos: ATL, Jogos e o abril indígena, Assembleia Tabajara, 1.º Grito Tabajara e Festa das Mães, Festejos Juninos, Conferências de Educação e Saúde	Contemporânea	X	X	X
Educação Escolar Indígena	Contemporânea	X	X	X

Fonte: Elaboração da autora.

IV AS PRÁTICAS

Neste capítulo apresenta-se com empenho as particularidades, os resultados já destacados na revisão literária e na metodologia, aspectos das práticas educativas que dão um panorama dessa cultura de valor. Cabendo destacar que, nas práticas observou-se, procurando apreender significados, delinear os momentos importantes que fidedigna o objeto, descrevendo e analisando. As descobertas consistem na explicação da realidade, situando e definindo a importância das práticas educativas. Passa-se, portanto, a apresentar quais são as práticas educativas que resultaram da pesquisa.

São inúmeras e de uma riqueza importante as práticas educativas dos Tabajara. É um celeiro de criatividade, resistência, empoderamento, descobertas e originalidade que fecundam o universo desse povo originário.

Até aqui, fizemos a trajetória com suas práticas de uma etnia chamada Tabajara que como rio São Francisco serpenteia o Nordeste, do estado da Bahia até a Paraíba. Assim são os registros históricos sobre os Tabajara que viviam outrora em trânsito das margens direita do Velho Chico às margens esquerda do Rio Paraíba, no período da invasão dos europeus. Nos últimos séculos fixaram residência no litoral sul paraibano.

4.1 PRÁTICAS EDUCATIVAS DE REVITALIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DAS TRADIÇÕES CULTURAIS

Essas práticas são fragmentos de uma cultura étnica que tem uma herança nas tradições culturais que os Tabajara conservaram nas suas memórias e que são valiosas para um legado que permanece como fonte de sabedoria e de fortalecimento desse povo.

4.1.1 A Tradição Cultural: Ritual do Toré

Adentrar no universo Tabajara é mergulhar na ancestralidade, que tem no ritual do Toré suas performances cultural desses indígenas. Conforme Mauss (2003, p. 56), “Os atos rituais [...] são, por essência, capazes de produzir algo mais do que convenções; são eminentemente eficazes; são criadores; eles fazem”. Os ritos perpassam o universo dos seres humanos, são práticas significativas no mundo, que faz parte da vida dos povos indígenas, alguns de momentos de tal profundidade que levam o indivíduo a estados especiais, de quebra de fluxos, de interação e espiritualidade.

Trata-se de uma prática educativa que, em seu contexto, compõem elementos simbólicos expressivos como a música, a dança, os instrumentos, os cantos, os adereços, os espaços, os gestos, a alegria, o prazer, os olhares, os ritmos cadenciosos e/ou acelerados, as energias ancestrais dentre outros. Grunewald (2005) destaca o fenômeno do Torém e Toré, a partir do século XIX, como dança ou folguedo, folclore dos descendentes dos índios do Nordeste.

Logo a historiografia indígena registra a importância do Toré, não só na trajetória desses indígenas, mas igualmente é usado como símbolo diacrítico identitário que perpassa a cultura dos indígenas do Nordeste brasileiro. É como um museu que apresenta uma exposição especial com um artefato elementar na gênese cultural de todos, e por que não dizer, na formação coletiva dos indígenas nordestinos. “A expressão mais bela e eficaz de tal atitude é justamente o Toré, atividade lúdica e organizadora, íntima e emblemática, que é hoje uma prática conhecida e presente na maioria dessas coletividades” (Oliveira Filho, 2005, p. 10).

Considerado como dança e/ou ritual sagrado, é praticado em vários momentos e espaços, principalmente nos processos de lutas e reivindicações, o corpo é usado como instrumento de defesa, de força e resistência. Nas sociedades indígenas, o

corpo é *fabricado* para assumir uma identidade coletiva (Castro, 2015). Assim, a noção de corpo difere da compreensão ocidental em que ele é percebido como um instrumento histórico de individualização da pessoa.

O SPI, em 1938, reconhece coco e Torés como manifestação dos povos nativos do Nordeste (Grünewald, 2005). O reconhecimento vai impulsionar a prática do ritual, levando-o atualmente a ser a mais forte expressão da indianidade para os indígenas do Nordeste. As apresentações do Toré tornaram-se oficiais nos momentos de legitimar seus direitos na reivindicação por terras, por políticas públicas e no fortalecimento da etnia.

A dança é uma das raras atividades humana em que o homem se encontra integralmente engajado: corpo, espírito e coração (Garaudy, 1980).

Para Nanni (2003, p. 95), “no passado longínquo dos antigos rituais tribais a dança cumpria finalidades importantes no cotidiano do homem”. Segundo a autora, os antropólogos e historiadores concordam que o homem primitivo utilizava a dança, em forma de ritual, para expressar necessidades emocionais, espirituais e de sobrevivência.

O ritmo de dançar, o som, as músicas, os instrumentos são assimilados e transmutam entre as etnias da região Nordeste. “Todo objeto usado, todo gesto realizado, todo canto ou prece, toda unidade de espaço e de tempo representa, por convicção, alguma coisa diferente de si mesmo” (Turner, 2013, p. 29). Para Turner, os símbolos têm concomitantemente muitas significações.

A partir desse olhar, observa-se que os elementos simbólicos do ritual formam um conjunto de disposições cognoscitivas para ordenar o universo sagrado do Toré Tabajara. Cada povo indígena em suas manifestações acalora, canaliza e controla emoções afloradas no processo do Toré. Turner (2013) considera que os rituais são bons para entender as relações políticas, sociais e econômicas, e também os sentimentos do outro.

Nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com organização tempo-espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar como o tempo e o espaço que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro. A tradição não é inteiramente estática, porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes. Tradição não só resiste à mudança como

pertence a um contexto no qual há, separados, poucos marcadores temporais e espaciais em cujos termos a mudança pode ter alguma forma significativa (Giddens, 2018, p. 47).

Giddens, quando diz que “a tradição não é inteiramente estática”, pode-se dizer que o Toré Tabajara vem sendo recriado como símbolo para o fortalecimento da identidade. Arcanjo (2003, p. 132): “Definidor de fronteira entre ser e não ser índio e dos índios entre si”. Dessa forma, a reelaboração da dança do Toré é essencial para o universo de tradição cultural destes. De acordo com Hobsbawn (2008), o Toré aglutina elementos das culturas material e imaterial, e exerce forte poder de mobilização nesse movimento multidimensional da hibridação de culturas, desencadeando a invenção das tradições.

Ressalte-se que não existe documentação nem ao menos etnografias suficientes para averiguar a formação cultural desse ritual no povo Tabajara. Os elementos como as toadas e a dança são repassados às novas gerações – crianças, jovens e adultos – por meio da oralidade. Assim, no caminho escolhido da observação participante, buscou-se notar densamente as práticas coletivas nos vários momentos em que essa prática ritualística é realizada como componente da cultura Tabajara.

Desde 2006, quando os primeiros indígenas Tabajara iniciaram o processo de etnogênese, foi fundamental a busca pela revitalização da cultura ancestral. Para isso, a importância de buscar aproximação com os parentes Potiguara para conhecer mais detalhadamente a performance ritualística do Toré (Barcellos, 2014) com suas músicas.

No Nordeste, os elementos, as letras das músicas e os ritmos, perpassam as diversas etnias a exemplo dessa letra que é cantada por três povos:

Vamo, vamo minha gente. Que uma noite não é nada. Vamo vamo minha gente. Que uma noite não é nada. Quem chegou foi Tabajara, no romper da madrugada. Oi vamo vê se nos acaba, com o resto da impeleitada. (Cantada no Toré Tabajara, Paraíba).

Vamo, vamo, minha gente. Que uma noite não é nada. Vamo, vamo minha gente. Que uma noite não é nada. Quem chegou foi Potiguara, no romper da madrugada. Oi vamo vê se nos acaba, com o resto da impeleitada (Cantada no Toré Potiguara, Paraíba).

Vamo, vamo, meu caboco. Que uma noite não é nada. Vamo, vamo meu caboco. Que uma noite não é nada. Quem chegou foi Kambixuru no romper da madrugada. Oi vamo vê se nos acaba, com o resto da impeleitada (Arcanjo, 2003, p. 141).

Percebe-se que as letras são adaptadas a cada realidade e utilizadas abrangendo vários povos. Segundo Pompa (2003), o ritual liga o passado ao presente, como uma ponte que passa as ações que foram construídas no passado para a edificação do tempo presente/futuro. Buscando revitalizar seus costumes, os indígenas Tabajara voltaram a praticar o ritual na comunidade. O rito é eminentemente comunitário e formador da identidade individual e da comunidade (Barcellos, 2014).

As músicas do Toré geralmente refletem as vivências cotidianas dos indígenas na luta pela terra, na mística com os elementos da natureza, na valorização do ser indígena, como também se percebe a forte influência do catolicismo mediante a exaltação dos santos. O Toré é uma expressão musical genérica com enredo cantada em uma sequência de sons emitidos pela voz e pelos maracás na modalidade de súplicas e narrativas, versando sobre os encantados ou exaltando o próprio povo (Arcanjo, 2003).

Os instrumentos de percussão utilizados são tambor e maracás. O maracá tem predominância, quase todos os participantes agitam um na mão. O som vibrante desse instrumento é elo de comunicação com os encantados (Arcanjo, 2003). Muitos são feitos artesanalmente pelos próprios indígenas com elementos da região, como a cabaça, sementes, cipós e pau de árvores nativas. Muitas vezes compram dos parentes de outras etnias. O tambor é outro instrumento que cadência as músicas, dando uma sonoridade envolvente e criando uma atmosfera especial que ecoa de maneira cativante. Tem uma grande persuasão de mexer com as subjetividades e as espiritualidades durante o ritual do Toré.

Observou-se que existem pequenas singularidades na formatação do Toré Tabajara. O detalhe ocorre a partir da prática performática entre as Aldeias Vitória e Barra do Gramame. Na prática ritualística dos indígenas da Aldeia Barra do Gramame, há a valorização da ciência dos encantados, que creem nos mistérios da força do rito de acender o cachimbo e defumar os parentes no círculo, nos cantos das toadas que falam dos seres encantados e de luz, dos espíritos das matas, das águas, das forças misteriosas da natureza e dos santos católicos.

Caboquinha da jurema,
Eu dancei o seu Toré,
Para me livra da flexa dos Tapuias Canidé.
Oh Reis Canidé, Oh Reis Canidé!
Palmas de Jurema pra Reis Canidé! (Autoria desconhecida).

Oh! mãe de Deus, oh rei dos mares! [2 vezes]
Oh! mãe de Deus, minha mãe soberana [2 vezes]
Oh! mãe de Deus olha aqui meus curumins [2 vezes]
Eu sou morubixaba, ela é sinhá Tahim [2 vezes]
Reina, reiná, reina ê, reina ô (2 vezes). (Autoria desconhecida).

Percebe-se um misto de elementos que enriquece, valoriza e embeleza o ritual, com letras que envolvem todo um sincretismo religioso. Durkheim (2019), afirma que os ritos praticados coletivamente produziram forças religiosas positivas, produzindo fusões interpessoais. Assertiva que se ajusta às vivências dos Tabajara quando se juntam para dançar o Toré mesmo com religiões distintas.

Existem indígenas que se destacam pelo envolvimento no ritual, compõem músicas e ressignificam à prática. Juscelino Tabajara tem uma relação de ancestralidade forte com o Toré, acredita que a dança é um momento de encontro, de confraternização com os ancestrais.

O Toré é o momento de real contato com os nossos antepassados. O momento dos cânticos eles estão ali cantando com a gente. Invisíveis balançando seus maracás com nossos maracás. Vejo o Toré como lugar de buscar a força ancestral, de pedir força ao nosso Deus Tupã para nos abençoar nas lutas que a gente tem. Não vejo o Toré como um ritual político como muitos de nós veem. Eu me confraternizo com nossos ancestrais. Não gosto de dançar Toré para me apresentar. Danço com meus parentes e como consequência tem pessoas ao redor, e acabam vendo. Para essas pessoas, torna-se como se fosse uma apresentação, mas para mim não é assim! Eu não me apresento para eles, eu me confraternizo com meus ancestrais, com meu Deus Tupã, com os invisíveis, com os protetores da gente. O Toré é esse momento de unificação do povo com os ancestrais, fortalecimento, união com Deus (Juscelino Tabajara. Informação verbal, out. 2019).

O indígena expressa seu sentimento mais íntimo sobre a dança ritual; indo muito além, dá para entender, também, que há algo comunicado com o não indígena nos Torés públicos, seja nos eventos públicos, seja nas festividades culturais do povo. “o Toré reordena e elabora saberes múltiplos sobre a natureza, o tempo, o imaginário social, celebrando a vida, a criação permanente e afirmando a possibilidade futura de uma comunidade imaginada e benfazeja entre todos os que dela participam” (Oliveira Filho, 2005. p. 10).

Como bem compara as nuances do Toré pelo autor, a prática ritual na Aldeia Barra do Gramame gira em torno desses elementos com diferentes formas próprias afirmando-se em constante movimento. Há também os indígenas que direcionam o

Toré para valorizar sua arte, como Naldinho Tabajara que criou uma música sobre a cerâmica para o Toré.

Vamos caminhar, vamos caminhar, pra o rio Lamarão. Na beira, nós vamos cavar, um buscando argila pra trabalhar. Depois de buscar, nós vamos limpar, traçar a argila para trabalhar. Traçando a argila para começar fazendo as peças para queimar. Fogo no forno, argila queimando, os Tabajara tudo trabalhando (Naldinho Tabajara. Informação verbal, Aldeia Vitória, jul. 2019).

Os indígenas da Aldeia Vitória diferenciam-se por valorizarem a prática em grupos nos eventos públicos com os jovens e as crianças (Figura 27). Os curumins fazem admiráveis rodas de dança em aberturas de eventos públicos e no cotidiano da aldeia. Observa-se a prática como momentos de alegria, deleite e reunificação da etnia entre as crianças. As músicas cantadas não falam dos santos em razão da influência pentecostal que tem influenciado os aspectos de algumas culturas. Sendo a cultura resultado de uma história particular, isso quer dizer que cada povo tem modos e valores diferentes. Isso inclui suas relações com outras culturas, que podem ter características diversas.



*Figura 27. Toré de Curumins Tabajara, Aldeia Vitória.
Fonte de Ednaldo Tabajara, 2019.*

Sobre essas influências, Edmilson Tabajara, conhecido na aldeia como Minha, expressou sua concepção em relação à religião e à cultura.

A religião para alguns interfere, mas para mim, não! Acredito muito em Deus ... Se a gente tem uma cultura tem de praticar. Não é a religião que vai tirar. ... a Igreja tem de aceitar do jeito que eu sou! Se sou índio ou se não sou índio! ... tem de aceitar a minha cultura. Ela [igreja] não pode estabelecer leis para a gente. A gente tem de seguir a cultura

que mantém a gente vivo! (Edmilson Tabajara. Informação verbal. Aldeia Vitória, ago. 2019).

Nesse sentido há um entendimento por parte de alguns indígenas de que a religião pentecostal não deve modificar a cultura tradicional, considerando que a cultura é o diferencial de um povo, de uma sociedade. Aqui, Edmilson Tabajara refere-se aos valores da cultura Tabajara, que envolvem principalmente a pintura e atividades com argila que incidem em uma atividade econômica para ele e para alguns indígenas. Para Simone Tabajara: “O Toré é importante para fortalecer nossas forças. Às vezes, a gente está decepcionado com algo que aconteceu, aí encontramos forças através do ritual. Reúne o povo pra dançar, tirar o olho grande, reforçar e limpar nosso espírito” (Informação verbal, nov. 2019).

No depoimento da indígena, percebe-se a força espiritual de cura da dança. A cultura é essencial para o crescimento de um ser, grupo ou sociedade. É por meio do uso dos seus elementos simbólicos de tradição que os indígenas não pentecostais organizam sua vida e da comunidade, bem como essa prática orienta e estabelece uma conexão interna e o modo de viver sedimentado na cultura. “Dançar Toré não é apenas mover carne e ossos, é entrar em sintonia com sigo mesmo, com a coletividade do ser indígena, é buscar a energia da terra, natureza, de Tupã” (Resende, 2018, p. 30).

Os indígenas que participam do ritual adornam o corpo com pinturas, cocares, tiaras, braceletes, colares, brincos, saiotes ou vestimentas de tradição; alguns adereços corporais são de uso específico do sexo feminino, como tiaras e brincos de penas; os cocares, braceletes, colares do sexo masculino (Figura, 28).

A prática do ritual tem início com os indígenas em círculo. Em seguida, os líderes juntam-se ao centro do círculo, onde ocorre o ato de todos os presentes flexionarem os joelhos e o tronco até o chão em silêncio, reverenciam o Deus Tupã, a Mãe Natureza, as águas, as matas; com a expressão “Viva!”, saúdam a Mãe Terra, o ar, os ventos, os pássaros, as matas, os encantados, os animais. Após a saudação, levantam e puxam uma toada, que é acompanhada pelo ritmo do som dos maracás e tambor (Figura 28).



*Figura 28. Rito inicial do Toré, Aldeia Vitória.
Fonte: Ednaldo Tabajara, 2019.*

As lideranças entoam estrofes de cantos que são repetidos pelos participantes. “O Toré é muito importante! É uma dança de tradição do nosso povo, um ritual que os antepassados da gente faziam e a gente faz agora. Resgatamos ela! Todo mundo gosta de ver a gente dançar” (Ednaldo Tabajara. Informação verbal, Aldeia Vitória, set. 2019).

O ritual se desenvolve com os indígenas coreografando gestos típicos, cantando e balançando o maracá em círculo. Silva e Costa (2010, p. 161) afirmam que “a música faz parte da trajetória de vida de muitos povos indígenas”. A música como elemento do Toré faz reverência às divindades, aos santos, aos caboclos, aos encantados, aos animais e à natureza. “O ser caboclo era utilizado para definir o resultado da miscigenação entre brancos e índios, constituindo-se também na negação da autoidentidade indígena por muitos anos, [...]” (Luciano, 2006, p. 32). Percebe-se um rico sincretismo nas letras. As músicas vão sendo puxadas de acordo com o gosto dos integrantes do círculo, umas de ritmo mais lento, outras mais ligeiras.

Os indígenas, ao praticarem a dança, adquirem determinada visibilidade social, pode-se dizer uma identidade social portadora de certa gama de prerrogativas que fortalecem os atores aos quais é conferida essa identidade (Giddens, 2012).

Pela conduta dos indígenas em cada aldeia, em relação a algumas práticas, pode-se dizer que os preceitos e suas práticas são determinantes para a organização social do povo, notadamente pelos traços próprios que caracterizam o ritual do Toré

Tabajara. As particularidades mostram que cada grupo humano é único, ainda que pertença a uma mesma etnia.

As diferentes culturas dos povos indígenas são produzidas em contextos distintos, segundo sua localização no território brasileiro e seu grau de contato com outras culturas. Os indígenas do litoral do Brasil foram os primeiros a serem contactados no momento histórico da invasão europeia. O povo Tabajara foi um dos primeiros a ter contato com práticas dos europeus.

Na vida cotidiana indígena, perpassam várias práticas de rituais, e não há um meio de apartar a prática ritual da não ritual. “A originalidade de cada uma delas reside antes na maneira particular como resolvem os seus problemas e perspectivam valores” (Lévi-Strauss, 2003, p. 75). Os povos indígenas em suas particularidades produzem festivais que podem ser identificados como exemplo de eventos ritualísticos de cerimônias e festividades. Estruturado com traços, ordem e métodos que os definem e diferenciam dos rituais cotidianos, o estudo observou que os Tabajara realizam o ritual na abertura de eventos políticos, sociais, de lazer e como dança em espaços estratégicos no movimento de afirmação.

A prática do ritual do Toré dos Tabajara está sendo recriada pelo grupo que proporciona o sentido de continuidade e transmissão para gerações futuras. Compreender a dinâmica do objeto de estudo da tese que são práticas educativas requer enfocá-las como um conjunto de práticas sociais historicamente construídas pelos indígenas em contextos particulares.

Assim, no processo de ressignificação do Toré, deve-se levar as diferentes experiências dos Tabajara na prática do ritual, na qual os corpos dos indígenas são instrumentos centrais, que servem como meios de expressão relevantes para as relações políticas na sociedade não indígena.

Nos espaços da oca e no terreiro da mata na Aldeia Vitória, o Toré é praticado sempre com uma finalidade, como apresentação para os não indígenas que vão conhecer a cultura ou participar de eventos. Na Aldeia Barra do Gramame, o Toré é praticado nos espaços da oca, da mata e da praia. Na mata, quando se realiza o ritual, percebe-se uma forte energia e espiritualidade diferenciada naquele espaço. A energia das árvores, o canto dos pássaros e a água pura da fonte formam uma sinergia sagrada peculiar.

Nos espaços públicos, o Toré pode ser praticado como instrumento de força, de luta nos movimentos de paralização, mobilização, reivindicação e protesto, como ocorreu em Brasília no Acampamento Terra Livre; na Advocacia Geral da União (AGU); no Ministério da Educação (MEC); no Senado e na Câmara dos Deputados (abr. 2019).

Em João Pessoa, no Distrito Sanitário Especial Indígena Potiguara (Dsei Potiguara), na Assembleia Legislativa, na Câmara de Vereadores, no Ministério Público Federal, na Funai, e demais órgãos. Além de seus movimentos políticos, são frequentemente convidados para dançar em abertura de eventos acadêmicos científicos, culturais, político-sociais, religiosos, nas escolas, nas universidades, em ONG, em instituições públicas e privadas, nas feiras, nas inaugurações, nos simpósios, conferências etc.

Essas práticas são construídas nas diversas formas e com a participação de uma cultura diferente, tornando-se histórias que contam a trajetória Tabajara. Para Geertz (2011), os seres humanos dão sentido ao mundo mediante as histórias que contam e ouvem, ou seja, educam-se por meio das narrativas. Assim, constroem sua história pelo canto, pela dança que é elemento que liga as narrativas exteriorizadas pela corporeidade, pelo movimento, pela imagem, pelo sensível e pelo emocional.

A prática do Toré Tabajara é educativa, destacando-se em diversos momentos e espaços da vida desses indígenas uma vez que o ritual está revitalizando a cultura, fortalecendo a identidade, preservando a memória, a espiritualidade e a tradição. Percebe-se que as práticas educativas se processam à medida que se realizam em diferentes cenários e com diferentes atores em presença (Goffman, 2012). A prática do Toré atua como elemento de ligação com as atividades econômicas, políticas, religiosas e culturais que são desenvolvidas por esse povo.

Enfim, a vida Tabajara com o ritual é composta de uma série de práticas sociais e educativas, que se distinguem pela natureza, pela função, pelos espaços onde se praticam, também pelos graus de conveniência, rigidez, composição e pela frequência temporal.

4.1.2 A Pintura Corporal: A arte incrustada no corpo

Estudar as práticas educativas Tabajara tem possibilitado analisar os aspectos da cultura material e imaterial como a cosmologia, as relações com a natureza, a organização social e principalmente a cultura.

A pintura corporal é uma arte que faz parte do cotidiano Tabajara. É mais uma prática habitual dessa cultura, que é um elemento de grande simbologia diacrítica. O corpo é ilustrado com grafismo que remete à crença de energia e proteção. “a arte é parte da história e dos contextos sociais, o seu valor estético não se separa absolutamente das outras manifestações materiais e intelectuais da vida humana” (Vidal, 2007, p. 17).

Pode-se dizer que é um elo de comunicação e expressa sentimentos, na dimensão de proteção e força espiritual, como também para adornar o corpo (estética). Conforme Gerlic e Zoetti (2011), a pintura pode representar uma ação de reivindicação ou festividade, em que vão pegar a cor do sangue no fruto do urucum, força dos guerreiros ancestrais, e a cor preta no fruto do jenipapo, a energética força da Mãe Terra. O preto e o vermelho são as cores utilizadas na pintura dos corpos Tabajara. Entre esse povo, quem é responsável pela pintura são os homens mais jovens. Vidal (2007, p. 144) asseverou que a pintura corporal é “um recurso para a construção da identidade e da alteridade” (Figura 29).



Figura 29. Pintura Corporal Tabajara.
Fonte da autora, 2019.

A pintura é mensageira de múltiplos significados e símbolos, podendo ser considerada todas as linhas e traços feitos no corpo humano e nos artefatos. Nos indígenas Tabajara, simbolicamente os grafismos são inspirados na malha da cobra e na ponta da flecha. “A tradicional, a malha da cobra a gente tem que se pintar com

ela. É proteção! A ponta da flecha é quando a gente sai para guerrear” (Ednaldo Tabajara. Informação verbal, Aldeia Vitória, ago. 2019).

A matéria-prima usada como base para pintura são os frutos do jenipapo verde, a semente do urucum e o carvão (Farias; Barcellos; Cózar, 2015). Esses frutos são tradicionalmente utilizados pelos povos indígenas do Brasil. A tinta vermelha é preparada com uma mistura do fruto do urucum ou urucu, macerado para dar a cor. De etimologia tupi, *uru'ku*, significa vermelho. Fruto do urucuzeiro (*bixa orellana*), planta nativa da América Tropical que atinge aproximadamente seis metros de altura.

O Preto, violeta ou azul escuro é extraída do sumo do fruto verde do jenipapo, de origem tupi, *yande'pawa*, a árvore do genipapeiro (*genipa Americana L.*), é nativa da América Tropical, encontra-se na mata atlântica e na Amazônia, atinge até vinte metros de altura. Na pele a tinta dura em média duas semanas. A cor preta é extraída do carvão. “O modo como me pinto me dá proteção, fico mais forte e valorizado! Eu fico diferente! Todo o mundo me vê com outros olhos!” (Ednaldo Tabajara. Informação verbal, Aldeia Vitória, ago. 2019). Esse Tabajara acredita que a pintura no corpo Tabajara fortalece a identidade e empodera o ser indígena.

A pintura corporal é feita nos jovens, crianças, líderes e alguns indígenas como uma vestimenta corporal, faz parte do seu adereço diário. Reforçam as cores quando vão apresentar-se em eventos que requer a dança do ritual do Toré. Contemporânea, a pintura no corpo é um dos elementos relevantes para a compreensão da sua alteridade étnica.

Nos momentos de pintura corporal as crianças (algumas até se atrevem a fazer alguns traços), aspiraram essa hora de pintar em torno do pintor, até chegar a terem seus corpos cuidadosamente pintados ou ornamentados com os trajes próprios da cultura. Os indivíduos do sexo masculino pintam fortemente todo o tórax, o rosto, os braços e as pernas; as mulheres indígenas pintam os braços, pernas e o rosto; a pintura corporal das crianças acompanham a dos adultos com as mesmas formas gráficas. De forma lúdica, os curumins em suas brincadeiras, cotidianamente, reproduzem de forma cômica e lúdica – elas pintam o corpo inteiro ou todo o rosto na cor vermelha extraída do urucum. Ressalta-se que cada povo tem símbolos diferentes, traço singular de cada cultura.

A pintura é uma vestimenta identitária, valorizada pelos Tabajara, que tem um sinal diacrítico de empoderar um indígena quando está assim trajado. Para ser

indígena, não precisa estar permanentemente pintado, mas quando pintado e dependendo do que se pretende fazer, a pintura revela o vigor e a força respeitável desse povo originário. Nos rituais a pintura nos povos indígenas têm uma força cultural mística e emblemática.

4.1.3 A Cerâmica: Prática da memória ancestral: cerâmica

Esta seção relata a extraordinária prática da arte da cerâmica que está sendo recriada pelos Tabajara. “O que este barro esconde e mostra é o trânsito do ser no tempo e a sua passagem pelos espaços” (José Saramago, 2005, p. 84). A prática da cerâmica na vida dos Tabajara comprova o que a tese tem mostrado desde o início que esses indígenas têm buscado ressignificar sua cultura, com práticas de revitalização. No processo de reelaboração da cultura material, as principais práticas são: a pintura corporal, a confecção do artesanato e da cerâmica (Figura 30).



Figura 30. Cerâmica Tabajara, primeiras peças.
Fonte da autora, 2018.

Nesse contexto, professores universitários e instituições públicas têm feito trabalhos em parceria que contribuem para o protagonismo desses indígenas.

Um deles é o professor universitário Dr. Lusival Barcellos (UFPB), que leva suas turmas de graduação, mestrado e doutorado para a aula de campo como prática etnográfica. Em 2017, em uma das aulas campo para as aldeias Tabajara, o cursista do mestrado em Ciências das Religiões do PPGCR – UFPB, Ilson Roberto Moraes Saraiva (Artista plástico e professor; trabalha com cerâmica e pintura) encantou-se pela cultura desses indígenas a ponto de mudar sua temática de estudo. O encanto o levou a tomar outro rumo na pesquisa e transformar a metodologia da dissertação em um projeto de pesquisa-ação (Saraiva, 2018).

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Triviños, 2010, p. 14).

Com o objetivo de contribuir para a revitalização da cultura desses indígenas, nasceu de modo cooperativo o trabalho da arte da cerâmica no cotidiano dos indígenas da Aldeia Vitória (Figura 31). O termo cerâmica do grego *κέραμος* = argila queimada. Arte ou a técnica de produção de artefatos de objetos tendo a argila como matéria-prima.



Figura 31. Cerâmica e bijuterias: povo Tabajara.
Fonte da autora, 2018.

A pesquisa-ação iniciou-se por meio de reuniões, aulas teóricas e práticas. A primeira foi uma reunião informal no terreiro da Aldeia Vitória embaixo da árvore da pitombeira, com a presença do ancião João Gringo (*in memoriam*), o cacique Ednaldo, o cursista-professor Ilson, professor Lusival e mais os indígenas interessados. A proposta de trabalho foi apresentada ao grupo que acolheu a ideia com entusiasmo. A segunda ação foi uma visita ao Espaço Ilson Moraes Ateliê de Arte (IMAA) do ceramista, onde o professor ministrou conteúdos teóricos e ilustrações sobre a arte da cerâmica.

Esse foi o primeiro contato de conhecimento direto dos indígenas com a matéria-prima – a argila, com os instrumentos de trabalho e a experiência de manusear o barro e criar os primeiros artefatos. Nesse mesmo dia, os indígenas foram

conduzidos ao Museu da Casa do Artista Popular¹⁴ no centro da cidade de João Pessoa para conhecerem trabalhos de artistas paraibanos. Os encontros rederam muitas expectativas para os indígenas e para o aluno-professor que não via o momento de iniciar o projeto. Trabalhar com cerâmica significa um meio de sustentabilidade, sobrevivência, como representa o reconhecimento desse bravo povo sofrido desde a diáspora.

Mais dois encontros se realizaram percebendo os anseios, onde encontrar a matéria-prima, onde trabalhar, como trabalhar? Até que foi sugerida pelo professor uma viagem para conhecer a cidade de Tracunhaém-PE, conhecida como a capital da cerâmica e de um fato indígena histórico: a tragédia de Tracunhaém.

Nesses tempos difíceis de sucateamento das universidades públicas, conseguir um transporte é bastante complicado. Enfim, no dia 10 de outubro de 2018, viam-se em um carro Van da UFPB, o que foi literalmente uma aventura. O transporte quebrou várias vezes, chegou-se até a ser contido um princípio de incêndio. A aula de campo tinha a seguinte pauta: pela manhã, conhecer os ateliês e locais de confecção das peças. Pausa para alimentação, e à tarde, a partir das 13 horas, visitar o Instituto Ricardo Brennand, museu cultural localizado na cidade de Recife. No entanto, em consequência dos imprevistos, só se conseguiu chegar até a cidade de Tracunhaém-PE.

As experiências da aula foram momentos de diálogos, curiosidades, aprendizagem e partilhas dos indígenas. O professor Ilson Moraes, dentro da Van, iniciou sua exposição sobre os objetivos da aula, entregou apostila e passou vídeos no celular, deixando todos bastante eufóricos sobre o que iriam conhecer. Quase perto do meio-dia, o transporte quebrou de vez, ficou-se às margens da PE-062 na periferia de Goiana-PE, em pleno sol, aguardando que outro transporte viesse socorrer. Nesse horário, o estômago já reclamava! Só restava naquele momento, almoçar.

A sombra de uma grande castanhola, já não pensavam mais em almoçar em um restaurante, sentados em cima de pneus, em que indígenas e professores partilharam sua alimentação. Enquanto se esperava pelo transporte, vivenciaram momentos de criatividade, diálogos, descontração, improvisação de um Toré, alegria, memórias e união. Com a chegada do transporte socorrista, deu-se continuidade à

¹⁴ Museu localizado na Praça da Independência, em João Pessoa-PB, reúne um acervo com mais de 1.000 peças que representam o artesanato genuíno e a arte popular que são produzidas em 115 municípios da Paraíba.

aula-viagem, chegando por volta das 15 horas à “capital estadual” da cerâmica em barro, Tracunhaém (Vocábulo de origem tupi-guarani, *Tara-cuaém*: formigueiro ou panela de formiga).

Fomos recebidos pelo professor Tony Danilo, que narrou um pouco da história da cidade. A grande descoberta da narração foi que os gentílicos da localidade dizem que, segundo a história oral, a arte do barro existe como uma tradição que vem dos índios tupi, que modelavam os primeiros cachimbos e painéis de barro. Outra descoberta é que a argila usada pelos oleiros vem de uma cidade do litoral sul do estado da Paraíba.

Os indígenas observavam atentos a tudo que viam e ouviam durante a visita. Conversas, questionamentos e histórias com os artesãos e artesãs ceramistas até conhecer D. Noêmia das Bonecas, senhorinha acolhedora e conversadeira que modela especialmente bonecas e imagens sacras. Com a aproximação da pesquisadora para registrar uma foto com dois indígenas, fez questão de narrar sua história de vida. “Meu nome é Noêmia Barbosa da Silva, sou descendente de índios, trabalho há quarenta anos com cerâmica. Fugi de casa jovemzinha. Andei muito por esse mundo. Fui artista de circo, até chegar aqui. Fiz muita exposição, fui até para Brasília” (Noêmia B. da Silva. Informação verbal, Tracunhaém, PE, out. 2018).

Escutaram-se narrativas de histórias de vida admiráveis, observou-se o trabalho dos artesãos oleiros no manuseio das peças, compraram algumas peças de cerâmica, e até receberam de mimo uma peça de cerâmica – a escultura de um índio fabricada por uma ceramista do polo de cerâmica.

Conhecer a arte da cerâmica em vários estilos – decorativas, sacras, utilitários, animais e bonecos – causou admiração, sonhos, fotos, esperança de um futuro como ceramistas. A viagem fortaleceu a vontade de tornar-se ceramista, principalmente pela história da origem da cerâmica e uma volta à cidade. O professor Tony Danilo convidou os indígenas para fazer a abertura cultural do lançamento do seu livro *Tracunhaém: Uma freguesia pernambucana*.

Na segunda viagem à cidade de Tracunhaém, o grupo com os indígenas visitaram o Museu Instituto Ricardo Brennand, onde tiveram a oportunidade de conhecer a riqueza da cerâmica desse grande artista. Chegando de volta à cidade de Tracunhaém, visitaram outras olarias e novos tipos de cerâmicas com a orientação do professor Ilson. Depois, no pátio da Igreja Matriz de Santo Antônio, centro de

Tracunhaém, os Tabajara honrosamente participaram do lançamento do livro, assim como a Banda Tercina (instrumental) e a Fanfarrã Tropa de Elite de Tracunhaém.

Em setembro de 2018, os indígenas iniciaram a modelagem das primeiras peças com o saco de barro doado pelo professor Ilson Moraes. Sérgio Tabajara criou um torno caseiro para ajudar a modelar suas peças. Também buscou no território locais onde extrair o barro. Localizou um barreiro com um tipo de argila de cor no território da comunidade da Mata da Chica, que se extraiu para pintar as peças de cerâmicas.

No Rio Lamarão, conseguiram argila. Porém, a quantidade foi insuficiente para maior produção. O professor Ilson Moraes, no início, contribuiu doando a argila para as oficinas das peças. Para fazer a queima, Naldinho e Sérgio Tabajara, que são pedreiros, construíram um forno bastante rudimentar no quintal de sua casa (Figura 32). Os indígenas tiveram bastante dificuldade para conseguir o barro, foi preciso vários pedidos, ofícios e telefonemas até ser liberada pela Prefeitura de Conde uma carrada de barro, que foi colocada em um buraco cavado por eles e coberto com uma lona plástica.



*Figura 32. Primeira queima de cerâmica, Aldeia Vitória.
Fonte da autora, 2018.*

Logo que as primeiras peças foram queimadas, o professor Ilson Moraes levou-as como amostra para amigos que apreciam essa arte. Com essa atitude, as primeiras peças foram vendidas a uma francesa. O valor recebido com a venda foi investido na compra de matéria-prima para modelar novas peças.

De todo o grupo, apenas quatro indígenas se dedicam à modelagem: os irmãos Dooraci, Zenaide e Sérgio da Conceição, e Naldinho Tabajara. As primeiras peças foram modelagens na varanda da casa de Dona Maria da Conceição – mãe de Dooraci

–, uma anciã de 85 anos de idade. Um fato bastante especial ocorreu nesse processo de reencontro com a cerâmica: Dona Maria se interessou pela atividade de trabalhar com a argila, o que a levou a colocar as mãos na argila e modelar algumas peças.

Essa ação despertou lembranças da infância da memória adormecida: “Minha mãe fazia panela de barro para cozinhar o comer da gente. Eu ajudava e fazia panelinhas pra eu brincar de casinha” (Maria da Conceição. Informação verbal, Aldeia Vitória, set. 2018). A memória de D. Maria constitui-se de descrições das experiências ao longo de sua vida. A memória oral genealógica compartilhada pelos Conceição legitima a história do território de tradição, que os levou a agregar-se aos indígenas da Aldeia Vitória.

A memória é sabidamente um direito que nem sempre é estendido a todos. Organismos, instituições e suas articulações ideológicas, bem como interesses políticos acabam por selecioná-la, relegando o passado de grupos de menor representação a um subplano, encoberto pelo que se denomina memória oficial (Oliveira, 2006, p. 3).

Apoiando-se nas suas memórias, os Conceição, mediante as recordações de sua mãe, souberam da história das circunstâncias de como sua família sofreu espoliação do litoral sul, da perambulação até voltar ao lócus de origem, por meio da articulação da filha Dooraci Maria da Conceição (Doora Tabajara). A história oral restitui fatos vividos no passado das pessoas através de suas próprias narrativas, cooperando para a edificação do seu futuro. Segundo Poker (2014, p. 15):

[...] o indivíduo, ao narrar sua história em um ato memorativo, coloca em questão a sua identidade e quais os sentidos emancipatórios descobertos ao longo da sua trajetória, convidando-nos, como interlocutores, a enveredar por essa viagem pela busca de si mesmo.

As histórias de vida que se fixaram na memória dos indígenas põe em cena sua trajetória e contribuem para uma identificação étnica diferenciada. No período desta pesquisa, as técnicas de modelagem, ornamentação e queima das peças foram aperfeiçoando-se. Saraiva (2019, p. 36), qualifica o tipo de produção da cerâmica Tabajara:

Não podemos classificar a cerâmica Tabajara como sendo uma cerâmica exclusivamente utilitária, como talvez fossem as confeccionadas pelos seus ancestrais, pois a proposta da produção

atual não é apenas ser uma cerâmica utilitária; sua maior relevância está em seu simbolismo de resistência, de recomeço e de continuidade do que foi estancado, do reencontro com a ancestralidade e com as energias telúricas.

O reencontro com a prática ceramista ancestral que era do tipo utilitária, atualmente são vislumbradas sobre novas vertentes, como uma produção artesanal direcionada para a econômica.

Nesse contexto, a Sesol patrocinou uma parceria dos Tabajara com os quilombolas da Comunidade dos Rufinos, localizada no município de Pombal, PB. Participaram da oficina Dora Tabajara, Sérgio Tabajara, Reginaldo dos Santos (os primeiros a trabalhar com argila) e Edmilson da Silva Menezes. O intercâmbio teve como objetivo promover o aperfeiçoamento da produção artesanal de peças em cerâmica produzidas pelos Tabajara. Eles estão produzindo em pequena quantidade, mas já vendem suas peças na aldeia e em feiras artesanais onde são convidados.

O fato é que hoje, a cerâmica Tabajara 'brota' desta mesma terra, como uma semente que embernou à espera de uma iluminação adequada e de um solo fértil. É uma arte genuína, pura e simples que retrata exatamente a vivência desse povo na atualidade. Não tem a simetria que trazem as cerâmicas de outras etnias, [...] (Saraiva, 2019, p. 35).

O reencontro com as raízes ceramista realizou-se pela veia iluminada, como diz o artista plástico Ilson Moraes. Pode-se dizer que ele foi essa luz, foi a iluminação adequada que acreditou nesses indígenas, na sua ancestralidade como solo fértil.

4.1.4 A Sabedoria dos Troncos Velhos

Na Aldeia Vitória vivem indígenas da linhagem dos Bernardo Severo e dos Bispos dos Santos. Além dessas, moram ali cinco famílias indígenas, cuja mãe e avó, Maria da Conceição, matriarca do grupo (Figura 33), afirma ser de identidade indígena do território do litoral sul da Paraíba. Nasceu em Alhandra, cidade do litoral sul da Paraíba, fez 84 anos de idade em 2018, filha de Maria Josefa da Conceição. O convívio com o pai foi por tempo curto, não lembra seu nome.



*Figura 33. Aniversário de Dona Maria da Conceição, Aldeia Vitória.
Fonte da autora, 2018.*

Apenas em suas lembranças, recorda que seus pais, quando iam trabalhar no corte da cana, carregavam ela sobre os ombros. Dona Maria tem dois irmãos, João e Severino. Quando o seu pai morreu, a mãe entregou-a para a família de sua madrinha cria-la na cidade de Goiana-PE. Sua madrinha era muito pobre e com o passar do tempo não podendo sustentá-la, precisou trabalhar cuidando de crianças em casa de família. Foi morar em Recife como doméstica, na casa de Dona Quinília. Relata que era tão jovem que não podia sequer carregar a criança para dar banho. Não recebia pagamento, pois não existia salário, apenas trabalhava para sobreviver.

Casou-se aos 18 anos de idade, quando deixou de trabalhar na casa das elites. Desde então, começou a cuidar da sua casa e tomar conta dos seus filhos. José, seu esposo, trabalhava mais como carpinteiro, fazia móveis, era machadeiro e plantava roça. Dessa união gerou onze filhos, mas dois morreram depois de adultos. “O povo disse a meu marido que eu era índia, aí ele começou a procurar minha família, mas isso era escondido, debaixo de sete capas. Ninguém podia saber que eu era índia” (Maria da Conceição. Informação verbal, Aldeia Vitória, dez. 2019).

Viveu por muitos anos no litoral sul da Paraíba. Morou na Fazenda Abiaí, na Popoca, de posse de Hercílio Alves Ferreira Lundgren. Por onde morava, o marido procurava saber de suas origens. Devido a necessidade do marido de trabalhar, foi morar na cidade de Cabedelo, PB. Como muitas famílias pobres, a maior riqueza era ter muitos filhos. Seus bens se resumiam em uma trouxa de roupas usadas, que o povo dava. “Aí, um pescador, de nome João Rola, disse a meu marido: José, leva tua

família para morar em Baía da Traição, PB; lá é lugar que dá muito peixe, vocês vão viver melhor” (Maria da Conceição. Informação verbal, Aldeia Vitória, dez. 2019).

Foi morar na Baía da Traição, período em que viveu do comércio ambulante vendendo peixe assado na beira da praia. Vendia também caju, mangaba e outras frutas. Vivia entre os Potiguara, na aldeia São Miguel, sabendo que era indígena do litoral sul, mas não conseguia voltar às suas raízes.

No início do ano de 2016, Dona Nanci Potiguara, Ex-prefeita da Baía da Traição, PB, sabendo de sua descendência, chamou Dooraci sua filha, para lhe contar que o cacique Ednaldo Tabajara estava reunindo famílias de descendência indígenas Tabajara no antigo território da Sesmaria Jacoca. Assim Dooraci, sua mãe, seu irmão Sérgio e sua irmã Zenaide, após um diálogo com o Cacique Ednaldo Tabajara, fizeram o caminho de reencontro com suas raízes. Parte da família dos Conceição continuaram residindo na Baía da Traição.

Toda a sua família, aos poucos, está construindo suas casas, plantando roçado, criando animais domésticos, fazendo artesanato, e a mais nova descoberta é o encontro com as origens oleiras. Dona Maria é uma anciã bastante ativa, inicia suas atividades pelas primeiras horas da manhã; às 5 horas, já está no quintal, com vassoura na mão, limpando, cultivando plantas, flores, preparando sua alimentação, enfim está sempre em movimento.

Sua idade estava deixando seus dedos um pouco rígidos. Isso até antes de reencontrar a arte do barro. Atualmente, o trabalho que traz nas suas lembranças são as panelas que eram confeccionadas por sua mãe para cozimento, e que manipulava suas panelinhas para brincar quando criança.

Dona Maria José da Conceição que é conhecida como Vó Maria na Aldeia Vitória, falou da transformação de sua rotina de vida depois que retomou as atividades com a argila. “A cerâmica, pra mim, é tudo! Eu não sei nem dormir! Quando vou dormir, sonho com a cerâmica. Quando amanhece, já estou com a ideia. Gosto demais” (Maria da Conceição. Informação verbal, Aldeia Vitória, ago. 2019). Vó não só revitalizou a arte da argila, revitalizou a saúde física e emocional, o Bem Viver. “A expressão Viver Bem, proposta dos povos indígenas, significa, viver bem entre nós. Trata-se de uma convivência comunitária intercultural e sem assimetria de poder. É um viver sendo e sentindo-se parte da comunidade, com sua proteção e harmonia com natureza [...]” (Lesbaupin, 2010, nota 1).

Estas práticas de vida devem ser refletidas pelos não indígenas, no sentido de uma vida mais saudável física e emocionalmente. “Tenho me sentido bastante bem de saúde. Porque eu não fazia esse movimento.” Vó tem orgulho de modelar a argila, fala mostrando e fazendo os movimentos com os dedos que não conseguiu mais fazer.

A prática de trabalhar com a argila tem contribuído para elasticidade dos músculos dos seus dedos. Agora movimenta sem sentir dores. “Depois que comecei na cerâmica, faço todo movimento, eu cruzo as pernas, que é difícil, os dedos. Não estou sentindo mais nada na minha junta, passo até da hora de comer. A cerâmica é uma alegria pra mim” (Maria Conceição. Informação verbal, Aldeia Vitória, ago. 2019). Percebe-se que a prática de modelar o barro trouxe novo significado (Figura 34). Viver a vida, senti-la com vitalidade e ter a percepção dela como dádiva (Cortella, 2016).



Figura 34. Dona Maria (Vó), modelando a argila.
Fonte da autora, 2019.

Todos os dias ela confecciona de duas a quatro peças de cerâmica, o que tem contribuído bastante para sua vitalidade. Ela é considerada uma das mais hábeis na cerâmica, mesmo com a idade cronológica avançada. Isso mostra que qualquer pessoa pode aprender, é só querer aprender. Nesse sentido, as palavras de Freire (2017, p. 38) confirmam: “É verdade, nem a cultura letrada é a negação do homem, nem a cultura pode ser sua plenitude. Nem um homem é absolutamente inculto, o homem hominiza-se expressando e fazendo seu mundo.” A recriação da prática da cerâmica tem-se tornado um elemento da cultura material, o que tem contribuído para a alteridade dos Tabajara.

4.2 PRÁTICAS EDUCATIVAS DE CONVIVÊNCIA NA ALDEIA

Cada povo tem suas características, suas especificidades, formando um conjunto de elementos que compõem seu histórico. Do mesmo modo, são as aldeias que se constituem em espaços de preservação ambiental, ou não, do bem viver dos indígenas. Salientando que alguns fatores interferem no processo do ambiente natural dos indígenas: o contato com a sociedade não indígena, a localização geográfica – próxima do centro urbano ou na área rural.

Narra-se neste tópico faz-se um panorama da origem da Aldeia Vitória, da edificação das casas e do cotidiano dos indígenas, no contexto de suas práticas. A volta para o espaço de tradição era uma aspiração das famílias indígenas que moravam na periferia em situação de risco e violência. Elas escutaram muitas vezes seus pais contarem que eram índios e que foram expulsos de sua terra, do sítio dos caboclos. Os limites demarcatórios de uma terra indígena ficam guardados na memória social de um povo, reproduzidos de geração em geração (Marques, 2009).

A aliança política entre os Bispos dos Santos e os Conceição constitui-se de fato como a matriz a partir da qual desenvolvem-se ... as principais linhas de descendência que representam as colunas centrais na construção da comunidade Tabajara atual (Mura *et al.* 2015, p. 89).

As narrativas escutadas sobre a descendência indígena geraram um sentimento de pertencimento étnico, elemento que na última década levou-os à autoafirmação e ao empoderamento de ser da etnia Tabajara. Sobre empoderamento, pode-se dizer que é um sentimento, uma força, um despertar em cada pessoa que pode ter influências externas. Mas o poder do empoderamento está em cada pessoa, cada um liberta a si mesmo.

É esse processo de sentimento que tem passado cada indígena Tabajara, eles mesmos, vêm se fortalecendo. A exemplo, o se autogerir para consolidar sua participação nos movimentos políticos, sociais, culturais etc., os quais lhes dizem respeito.

A região do litoral sul desde os períodos do Brasil Colônia e do Império era alvo de contendas entre os nativos e brancos (Farias; Barcellos, 2015). Os indígenas defendiam-se contra os invasores argumentando que a terra era imprópria para a monocultura da cana-de-açúcar, que lutaram pela conquista da capitania da Paraíba

(Mura *et al.* 2015). Além dessa problemática sofrida, nas últimas décadas, existe uma grande especulação imobiliária e turística por suas belezas naturais.

A aquisição de certa quantidade de terra pelos empresários donos da indústria de Cerâmica Elizabeth, para a construção de um polo cimenteiro, no território de tradição reivindicada pelos indígenas, gerou um grande movimento de mobilização. Os Tabajara uniram-se aos trabalhadores da agricultura familiar contra a instalação do polo nessa fértil área de agricultura. Isso gerou muitas idas e vindas, conflitos, embates, violência e retomadas por esses indígenas.

Em determinado momento, o cacique Ednaldo Tabajara negociou com os donos da Cerâmica Elizabeth, fazendo um acordo que resultou no recebimento de um sítio de seis hectares. Essa transação gerou insatisfação entre os indígenas da família dos Severo Bernardo, que se opuseram ao acordo. Segundo Ednaldo Tabajara: “Se eu não tivesse negociado, onde estaria o povo Tabajara agora?” (Ednaldo Tabajara. Informação verbal, Aldeia Vitória, mar. 2019).

Foi esse pequeno terreno que deu origem à Aldeia Vitória. Primeiramente, pensou-se em denominá-la de Aldeia “A Vitória”. Depois, resolveu-se denominar “Vitória”, porque era apenas uma vitória em meio a tantas outras vitórias que viriam a ser alcançadas nesse processo de ressurgência.

O acesso para chegar à aldeia pode ser pela BR-101, entrando na PB-018, Rodovia dos Tabajaras; depois de atravessar a cidade de Conde, segue-se em direção à Praia de Jacumã; percorre-se uma distância de 4 km de asfalto até chegar à região conhecida como as placas, e entra-se em uma estrada de chão por mais 7 km até chegar à Aldeia Vitória.

Outra opção é pela PB-008, Rodovia Estadual que sai de João Pessoa e se estende pelo litoral sul da Paraíba. Chegando ao trevo que dá acesso à Praia de Coqueirinho, entra-se à direita e segue-se por uma estrada de chão por 5 km até chegar à Aldeia Vitória.

Nos seis hectares de terra, já havia uma casa de alvenaria com três quartos, um banheiro, uma cozinha, sala, varanda, uma piscina e dois banheiros externos. Foram morar nessa casa duas famílias: Ednaldo Tabajara com a mulher, Natália Rodrigues, e a segunda família, Sônia Rodrigues, sua sogra com seus cinco filhos. Poder-se fazer uma comparação da situação vivida pelos Tabajara com a história do povo judeu, que depois um século, iniciou a volta a seu território. O histórico sionismo,

também chamado de nacionalismo judaico, surgiu no fim do século XIX na Europa Central e Oriental como um movimento de revitalização nacional (Pappé, 2016).

O cacique Ednaldo narra todo o processo vivenciado, os conflitos enfrentados com os empresários donos da Cerâmica Elizabeth, na região chamada Mucatu, da aquisição do terreno, até a formação da aldeia, com a chegada das primeiras famílias e da difícil conjuntura socioeconômica que tiveram de enfrentar em razão da falta de recursos. Essas são situações que marcam e delimitam a etnicidade desse povo no século XXI.

A escolha da Aldeia Vitória para fazer uma pesquisa mais pormenorizada sobre as práticas educativas de edificação e fortalecimento dos Tabajara justifica-se por ser o espaço onde se aglomera o maior número de indígenas. Utilizou-se a observação participante como um método em que se pode usar instrumentos específicos para melhor coleta dos dados no máximo da subjetividade da vida, dos costumes e da cultura dessa comunidade indígena.

Desfrutar o convívio da natureza na aldeia, das partilhas do cafezinho, de almoços e jantares com essa gente foram momentos de bastante prazer e aprendizagem. É prática cotidiana deles, pela manhã e tarde saírem de suas casas para conversar embaixo das sombras das árvores, se alegrar contando lorota e amolar um com o outro.

Essas vivências descritas não são histórias de contos infantis ou de uma receita mágica, e que não existem conflitos ou mal-estar entre eles. A pesquisadora conheceu na pesquisa de mestrado em 2008, na situação que esses viviam no período que moravam na periferia, onde viviam trancados em seus casebres, apreensivos com a violência urbana das drogas e do tráfico. Hoje, na aldeia vivem no paraíso, na terra prometida como dizem alguns. Mesmo com uma melhor realidade, ainda existe famílias que continuam na periferia vivendo em risco. Somados ao sentimento de ligação com a terra, esses fatos os impulsionaram a voltar para o convívio com sua ancestralidade, com a Mãe Terra e a Natureza Sagrada.

Hoje, constroem uma nova forma de viver Tabajara, em que é possível pensar no bem viver, pois os bons conviventes são a oportunidade de construção de um mundo diferente (Acosta, 2015).

Durante o período em que foram realizadas as atividades da pesquisa de campo, a pesquisadora foi acolhida com bastante afeto e carinho pelos indígenas

Tabajara, o que proporcionou um diálogo aberto, respeitoso e amoroso (Freire, 2017). Estar juntos, conversar, sorrir, brincar, enfim participar das práticas cotidianas foi permitir humanizar a pesquisa. Assim, seguem a vida com seus momentos de partilha e de satisfação que ficarão registrados na memória social do grupo.

Em 2019, a Aldeia Vitória está composta por 21 famílias, formadas em média por quatro indivíduos, perfazendo 82 pessoas. Esse número se eleva, em datas festivas e nos feriados, datas em que a aldeia recebe mais famílias que moram na cidade.

Com dois barracos improvisados, três casas em construção, mais dezoito casas edificadas em alvenaria com cobertura de telhas, uma oca de toras de madeira de eucalipto, com cobertura de capim piaçava – local onde realizam todos os eventos e reuniões; um campo de futebol e uma horta comunitários além de uma casa de apoio para os pesquisadores.

Aos poucos, as famílias estão edificando-se com bastante dificuldade financeira; ressaltando que a difícil situação de moradia as leva a ocupar as casas, antes mesmo da conclusão da obra. Assim, todas as casas estão em processo de construção; quando sobra dinheiro, constroem um cômodo. Contudo, o importante para essas pessoas é estar na terra.

É essa simbiose da relação com a Mãe Terra e a Natureza que caracteriza a manutenção da etnia indígena. Muitas famílias declaram sua ânsia de voltar à terra de tradição, mas alegam a necessidade de trabalho para a sobrevivência. A cada dia, mais famílias chegam a Aldeia, o que tem tornado a terra da aldeia insuficiente para a prática da agricultura para todos e para a comercialização.

No quintal, quase todas as casas têm um pequeno roçado, onde cultivam feijão-de-corda (*Vigna unguiculata*) e milho (*Zea mays*); batata-doce (*Ipomoea batatas*) e a macaxeira, mandioca (*manihot esculenta*), e as árvores frutíferas, que na safra contribuem bastante para complementar a alimentação. Existem pés-de-abacate (*Persea americana*), manga (*Mangifera indica*), banana (*Musa*), acerola (*Malpighia emarginata*), limão (*Citrus x limon*), mamão (*Carica papaya*), maracujá (*Passiflora edulis*), jaca (*Artocarpus heterophyllus*), fruta-pão – *Artocarpus altilis* (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 2003).

O cultivo dos produtos exige conhecimentos relacionados com as diferentes épocas e temporalidade para plantio de cada roça, como o milho e o feijão devem ser

plantados no início da estação das chuvas; a partilha coletiva se faz presente no plantio e na troca das sementes. O milho do “São João”, na tradição dos que vivem da agricultura, exemplo do sertão, é plantado no dia 19 de março, dia de São José (Mura et al. 2015). O milho do São João, tradicionalmente plantado no dia do santo católico São José – evita-se falar nessa crença popular na comunidade em razão da religiosidade pentecostal. Percebe-se que é uma forma de invisibilizar a crença popular do poder da boa safra atribuída ao santo.

Sobre os conhecimentos relacionados com o desenvolvimento das plantas, como a época do plantio e da colheita, os Tabajara ainda utilizam seus saberes e crenças tradicionais no cultivo, como a observação e o plantio realizado em determinadas épocas do ano. Além da agricultura familiar, criam animais domésticos, como: galinhas, pavões, patos, guinés e gansos.

O líder tem batalhado pela aquisição de um trator de médio porte para a agricultura familiar, assim como a construção de uma casa de farinha e de uma cozinha comunitária. A casa de farinha é essencial na fabricação da farinha de mandioca, produto base da alimentação Tabajara até os dias atuais. Por não ter esse equipamento, usam a improvisação para fazer o beiju, o bolo, o cuscuz e a farinha no fogão a lenha.

Meu marido, Antônio, arranca a macaxeira, lava na água até tirar toda a terra e coloca num balde com água suficiente, que cubra todas as raízes, e tampa. Depois, com uns oito dias, a macaxeira está mole cheirando azedo. Escorremos a água e retiramos as cascas, e removemos os talos. Pego um saco limpo, coloco a macaxeira dentro e lavo bastante. Depois disso espreme muito até ela ficar bem sequinha. Tiro do saco, e é só peneirar. É a massa que a gente faz muitos alimentos (Zenaide Tabajara. Informação verbal, Aldeia Vitória, jun. 2019).

A relação com a terra e dela tirar o sustento é prática herdada dos antepassados. São conhecimentos que revelam um universo próprio de saberes adquiridos ao longo da vida dos indígenas. Suas experiências, entre viver para aprender e aprender para viver nas comunidades, e atualmente na aldeia, compõem uma rede de elementos populares indígenas utilizados na agricultura e em outras atividades que reproduzem o saber, transferindo entre si os mistérios do que se faz e do que se crê. “Dentro da cultura do povo há um saber; no fio de história que torna esse saber vivo e continuamente transmitido entre pessoas e grupos há uma

educação” (Brandão, 2013, p. 97). É esse entrelaçamento da educação com a cultura na fala do autor que valoriza a prática indígena Tabajara. O croqui na (Figura 35) representa o desenho da formação da Aldeia Vitória.



Figura 35. Croqui da Aldeia Vitória.
Desenho de Mailson Tabajara, 2017.

É uma terra pequena que teve origem na luta pela busca do lugar de tradição de moradia e identidade. Um espaço construído e ocupado com casas humildes por indígenas que têm como meta nesse processo de luta a demarcação de sua terra e o direito às políticas públicas locais e nacionais que os beneficiem como cidadãos e indígenas.

4.2.1 As Partilhas Cotidianas

Discorrer sobre o cotidiano é ponderar as relações que se (des)constroem nas tramas diárias e se consolidam como instrumento de identidade de um grupo social.

O cotidiano é aquilo que nos é dado a cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente. [...] é um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória de lugares da infância, memória do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres (Certeau, 2011, p. 31).

Certeau define muito bem a importância da vivência cotidiana na vida de um grupo. Partilha é sensibilidade, é dar, é receber. A história registra que os homens dividiam os recursos disponíveis em seu espaço coletivamente. Exemplo são os povos nativos que viviam partilhando seus bens de consumo como prática rotineira.

A pesquisa de base etnográfica é uma perspectiva de imersão no cotidiano de um grupo. É lançar-se no desafio de descobrir as ações ali desenvolvidas pelos agentes desse contexto social, dos mais simples e corriqueiros conhecimentos produzidos, aos mais profundos e valorosos saberes.

São vivências do senso comum que nem sempre recebem o merecido valor. No entanto, são valores que revelam a identidade de um povo e de seu lugar. Adentrar no cotidiano da Aldeia Vitória, na vida Tabajara foi desafiador; foi necessário está atenta, fazendo as anotações no diário, porque na análise pode-se desvendar o natural e/ou revelar o oculto. (Figura 36).



*Figura 36. Semeadura de milho, Aldeia Vitória.
Fonte: Natália Rodrigues, 2019.*

As atividades para lida cotidiana no espaço da Vitória inicia-se ao alvorecer, despertando com o canto dos galos, dos pássaros, do pavão, do “tô fraco, tô fraco” das guinés, do latido dos cachorros. Naqueles momentos, ouvia-se uma alegre e frenética cantada dos animais, e em seguida, vêm as saudações amistosas dos parentes da aldeia: Bom dia! Dormiu bem? Fez muito frio? Teve muito mosquito? Ou: Foi ao culto? Foi à vigília? Essas e outras expressões dão início ao diálogo cotidiano desse povo. Nesse sentido, considera-se que:

O diálogo constitui a própria intersubjetividade humana, sendo ela relacional e consubstanciadora da democracia, da alteridade, no afeto, na fé, humildade de saber-se inacabado e histórico. Ente de relação,

o ser humano constrói sua transcendência na interação com o mundo, com os outros (Figueiredo, 2007, p. 41).

Percebe-se que dialogicidade é uma prática constante cultivada cotidianamente por esses indígenas, contribuindo, desse modo, para nutrir a tradição dessa comunidade. Embora se saiba que onde há pessoas existe alegria, tristeza, entendimento e conflito, mas sempre a união supera as dificuldades!

A vida diária da aldeia se desenvolve na praticidade das tarefas mais elementares e triviais. As atividades que vão realizando-se; uns saem para trabalhar fora da aldeia, alguns pais se dirigem com as crianças até a porteira à espera do “amarelinho” – transporte escolar do município que faz o traslado das crianças até a escola.

Na vida cotidiana das comunidades, as relações existem de indivíduo para indivíduo; os moradores ganham a vida, educam os filhos, vivem em família, associações, exercitam sua religiosidade, suas superstições, seus tabus e seus valores, vinculando as práticas de sua cultura. Nas relações diárias, os indígenas criam, recriam suas práticas revitalizando e construindo a história atual mantendo vivo os costumes como forma de resistência.

Certeau (2014) afirma que o homem inventa o cotidiano no que se constitui naquilo que denomina arte de fazer e, por meio dela, cria estratégias de resistência, revitaliza práticas próprias de seu modo viver. Nessas práticas estão as divisões de tarefas que se estabelecem com os homens nos afazeres de mais esforço, como limpar o mato para plantação das roças, colheita dos produtos agrícolas, nos mutirões para construção das casas e para a limpeza da aldeia, ou qualquer outra necessidade que precise de um maior esforço e pessoas.

As mulheres, na maioria, cuidam dos filhos, da comida e dos afazeres domésticos; outras, além dessas tarefas, confeccionam artesanato, trabalham como diaristas na cidade ou em empregos fixos. É nos fazeres rotineiros, frívolos e insignificantes da vida – em que se fala “tudo de velho” – que se encontram condições e possibilidades de resistência que sustentam a sua história (Pais, 2003).

Nos tempos livres, à sombra das árvores, ocorrem as partilhas: conversas corriqueiras, as risadas, as fofocas, troca de segredos, conselhos, ensinamentos, a degustação do fruto da jaca, do milho assado; em outros momentos, umas cuidam dos afazeres domésticos; em outros conversam até esquecer os afazeres da hora. Aí,

de repente, lembram que têm de preparar a refeição, de dar banho nos curumins para levá-los à escola.

Conforme Certeau, Giard e Mayol (2013, p. 40): “‘Prático’ vem a ser aquilo que é decisivo para identidade de um usuário ou de um grupo, na medida em que essa identidade lhe permite assumir o seu lugar na rede das relações inscritas no ambiente.” Nesse contexto, até os utensílios domésticos são partilhados, a vassoura da casa, as frutas, o tempero, a farinha do pirão, o fogão a lenha para assar o milho verde e carne. A partilha, o coletivo entre os índios é algo exemplar, prática que advém a séculos.

Durante a pesquisa, vivenciaram-se muitos eventos: chá de fraldas, aniversários, casamentos, funerais, reunião para conciliação de conflitos internos (Figura 37), reunião de Culto de Ação de Graças e outros. A prática de celebrar as datas comemorativas como os aniversários, Natal, Ano Novo, Dia das Mães e Dia das Crianças são festejados com bastante alegria e alimentos. Geralmente, cada família contribui com um alimento, suco, refrigerante, enfim, no que for possível colaborar.



Figura 37. Reunião mensal, Aldeia Vitória.
Fonte da autora, 2018.

Celebrar a vida é uma alegria, principalmente quando se é criança. No dia 24 de fevereiro de 2019, comemorou-se o aniversário dos 6 aninhos do curumim Cauê Tabajara, primeiro filho do cacique Ednaldo e Natália. Criança sempre almeja uma festa de aniversário com bolo, docinhos, amigos, brincadeiras, sonhos da pureza do

curumim. Cauê já cobrava uma festinha para si – passaram-se aniversários sem comemoração.

Assim, Natália Rodrigues organizou com carinho a festinha da melhor maneira possível, com mesa temática “Patrulha Canina”, bolo, docinhos, salgados, cachorro-quente. Os curumins adoraram o carrinho que distribuía pipocas e algodão-doce. Até os adultos se lambuzaram no algodão-doce; o brinquedo do pula-pula foi de grande diversão para as crianças. Cantaram a música de parabéns, receberam suas sacolinhas, cortaram o bolo, lancharam com sua mãe na mesa e brincaram até as 16 horas.

Nessas partilhas cotidianas na aldeia, podem-se perceber os costumes, a força e a fé na religião pentecostal e os laços de parentesco. Essa aldeia possui muitas particularidades, bem como dificuldades sociais, as questões de relacionamento conjugal, das drogas, do desemprego, da falta de cultura escolar, os valores dogmáticos da Igreja Pentecostal que influenciam a vida e a cultura desses indígenas. Quanto ao uso de drogas, existe uma norma que não admite o uso da maconha ou qualquer outra droga alucinógena. Sendo constatado o uso por algum indígena, esse é convidado para deixar a aldeia; quanto ao uso de bebidas alcoólicas, existem casos isolados, não causando grandes conflitos.

As vivências cotidianas desse lugar permitem aos indígenas Tabajara construir e sedimentar sua identidade na prática coletiva da partilha que envolve as crianças, os jovens, os anciãos, as mulheres, os homens e as lideranças o tempo todo, em todos os momentos. Pode-se assegurar que essas práticas contribuem para fomentar a identidade da memória e os laços de parentesco dessa comunidade indígena.

4.2.2 a práxis do dia das mães

A prática de celebração do Dia das Mães na Aldeia Vitória vem sendo organizada pelas jovens mulheres líderes, Natália Rodrigues, Jane Rodrigues e demais mulheres; todas são colaboradoras. Essas ações na aldeia têm sido constantemente exercitadas em datas comemorativas. “Fico muito feliz em organizar a festa em homenagem às mães. Nossa intenção é a confraternização e o fortalecimento cada vez mais dos laços maternos” (Natália Rodrigues. Informação verbal, Aldeia Vitória, maio 2018). O tributo às mães é uma prática festiva que vai além das diferenças de amizade existentes

entre elas, e fortalece os laços familiares. “Todo dia é dia dessa pessoa tão especial em nossa vida. Sem as mães, ninguém existiria” (Jane Rodrigues. Informação verbal, Aldeia Vitória, maio 2018).

Na semana que antecedeu o segundo domingo de maio, os preparativos para a festa das mães tiveram início. Durante a semana, ensaiou-se a coreografia com as crianças para apresentarem às mães. Para concretizarem as homenagens, não dispunham de mínimas condições econômicas, mas com muito carinho e boa vontade, as organizadoras se cotizaram para comprar os brindes. No sábado, véspera da festa, embalaram os brindes, confeccionaram cartazes com a colaboração das crianças maiores.

O planejamento para o grande dia estava concluído, porém lembraram que, para a festa ficar completa, deveria ter o tradicional bolo, “o bolo das Mães”, que deveria ser servido como sobremesa após o almoço. Para essa prática, entrou em ação Andrea Rodrigues, que usou suas habilidades culinárias na confecção do bolo.

No dia do sábado, foram chegando as primeiras famílias de indígenas que moram nas cidades vizinhas para desfrutar o amor de sua mãe no dia dedicado a ela. O exemplo disso é Jane Rodrigues, uma das organizadoras do evento que não mora na aldeia, mas tem como prática estar presente em todas as datas comemorativas.

No domingo, o terraço da casa do cacique foi o local escolhido para a realização do evento. Observou-se que as práticas educativas se efetivaram com bastante empenho com as crianças, que foram instruídas na escrita das frases e poesias dos cartazes das homenageadas. Depois, o local foi decorado com os cartazes, duas mesas foram forradas; uma foi usada para exposição dos brindes e a outra para as comidas.

A pauta teve o seguinte desenvolvimento; o primeiro momento, um almoço, em que cada família compartilhou um prato de alimento. O momento era de muita expectativa para o deguste dos alimentos. A mesa estava muito bonita, estimulando o apetite. As crianças corriam ao redor da mesa; os mais ousados, vez por outra, beliscavam os alimentos, e logo recebiam uma repreensão ou um grito da mãe.

Ao meio-dia e meia, iniciou-se a comemoração. Natália convidou os presentes a formar um círculo ao redor da mesa para comungarem a Palavra do Evangelho. A leitura da Bíblia foi proferida por Leonardo Rodrigues (Léo), que agradeceu a presença

das mães; em seguida, fizeram a oração do Pai-Nosso. Logo depois, os alimentos foram servidos. As mães preparavam os pratos para os filhos menores e distribuía para não causar tumulto e evitar desperdício de comida.

Terminado o almoço, reorganizaram o local para a apresentação de uma coreografia das crianças. Ao som da música *Mãe, você é tudo de bom* (autora: Sandrinha), todas as crianças participaram ativamente da apresentação: de Naiara Rodrigues (3 anos de idade) até Álvaro Rodrigues (13 anos), que, à frente do grupo, regia a apresentação coreográfica (Figura 38). Foi um momento de bastante sensibilização e beleza, todas as mães se emocionaram.



Figura 38. Celebração do Dia das Mães, Aldeia Vitória.
Fonte da autora, 2018.

A apresentação levou as mães e irmãos a desempenho intenso para fazer gravações (fotografias e vídeos) e elogios exclusivamente centrados nos próprios filhos. Logo após o término da coreografia, veio a exposição dos cartazes, que, além das frases, despertou a atenção pelo romantismo dos desenhos de flores e corações. As crianças, uma a uma, leram seus escritos e poesias: “Mãe, eu te amo.” “Mãe, você é tudo para mim.” Uns não conseguiam terminar de ler, pois se emocionavam e atiravam-se nos braços da mãe. As mães conversavam exaustivamente sobre a homenagem que receberam dos curumins e do mimo recebido. A prática da partilha nas festividades é natural e fortalece os laços de parentesco entre os indígenas na Aldeia Vitória.

4.2.3 As Comemorações dos Festejos Juninos

As festas juninas são uma das mais ricas manifestações culturais e religiosas do Brasil na modernidade. É tão relevante culturalmente que o dia 24 de junho é feriado em alguns estados do Nordeste em homenagem ao santo católico, São João Batista, profeta bíblico que batizou Jesus Cristo no rio Jordão.

A prática dos festejos juninos é uma herança da colonização portuguesa no Brasil. Segundo Rangel (2008, p. 21), “as chamadas Festas Juninas têm sua origem em países católicos da Europa”, embora poucas pessoas tenham conhecimento dessa origem que se tornou uma festa de tradição que identifica culturalmente o Nordeste do país.

Como adeptos religiosos de matriz pentecostal, os indígenas Tabajara abominam o culto aos santos. O processo de identidade cultural que eles viveram em passado recente ocasionou mudanças consideráveis na significação dos seus elementos culturais que os representam, mudando consigo as referências de identidade dos indivíduos por meio dos procedimentos de uma nova religião na modernidade.

Porém, nota-se que os aspectos que envolvem a cultura dos festejos juninos e sua influência socioeconômica nessa sociedade permanecem refletidas nos costumes, hábitos e conhecimentos da agricultura, do cardápio alimentar e do ritual da fogueira. Segundo Rangel (2008, p. 21): “Alguns cronistas contam que os jesuítas acendiam fogueiras e tochas em junho, provocando grande atração sobre os indígenas” Os jesuítas introduziram esses costumes outrora para atrair os indígenas, levando-os a incorporar suas práticas que vivenciam ativamente, até o tempo presente, como uma tradição.

A Aldeia Vitória, no período junino, aos finais de semana, recebe vários parentes que moram nas comunidades vizinhas. Eles são atraídos pelas práticas das tradições de assar e comer o milho ao redor da fogueira, contar causos ao redor do fogo; a alegria de quebrar e colher o milho no roçado; a satisfação de preparar a canjica e a pamonha, o milho cozido.

As festas juninas no Brasil foram incorporadas ao longo dos anos novos elementos. No entanto, o principal elemento de atração continua sendo o fogo com as rodas de conversa. Percebe-se nesse contexto a importância dos elementos juninos

na prática dos indígenas não está na celebração do santo. Mas sim, no sentido dos sabores da gastronomia do milho e das relações de sociabilidade, fortalecendo cada vez mais os laços de parentesco familiares desse povo.

Sistematizando o cultivo dessa cultura, os Tabajara iniciam a prática da lavoura do milho desde o mês de março para colher o milho no mês de junho, mas nem todos plantam na mesma data. As famílias partilham o trabalho de preparar a terra, de plantar a semente, limpar o mato e adubar. Seu Zezinho, todos os anos, planta roça de milho (Figura 39).

Em 2017, a produção do milho foi excelente! Deu para tirar todas as despesas e ainda ficar com um dinheirinho. Esse 2018, a minha roça de milho não desenvolveu bem! Não deu para tirar as despesas. Só deu para adubar uma vez, pois com a greve dos caminhoneiros, o saco de adubo dobrou de preço. Ficou impossível comprar. O milho teve que crescer na vontade da natureza. Também a safra nesse ano foi maior que nos anos anteriores, todo mundo tinha milho para vender. Ficou muito barato a mão de milho! (Seu Zezinho. Informação verbal, Aldeia Vitória, jun. 2018).

Seu Zezinho, os indígenas e os demais trabalhadores brasileiros sentiram a recessão econômica, a instabilidade da economia no Brasil. Fato que teve consequências em todos os setores da sociedade, principalmente nas camadas mais humildes, que sobrevivem da terra.



*Figura 39. Colheita de milho, Aldeia Vitória.
Fonte da autora, 2018.*

Em 2019, a situação agrícola agravou-se. Não conseguiram plantar na época própria em consequência de fatores econômicos, o valor da hora do trator para beneficiar a terra estava inviável.

No período da colheita, quando os milhos estão maduros, é uma alegria. Alguns indígenas colhem antes, outros depois de acordo com a data do plantio. Quando alcançam uma produção que dá para comercializar, as espigas são colhidas e levadas para vender nas feiras livres mais próximas da aldeia. Além da comercialização, tiram para comer ou doam entre os parentes.

As comidas típicas e a fogueira são práxis de tradição junina entre eles! Pela manhã, homens, mulheres e crianças se deslocam até a roça para a colheita das espigas de milho. As crianças menores vão dentro do carro de mão, que volta cheio de milho. Na intenção de trazer uma quantidade maior, alguns levam sacos plásticos, outros improvisam as mãos e os braços, e as roupas como utensílio.

Milho colhido, inicia-se o processo de preparação das comidas. Geralmente, os homens descascam, corta, ralam ou moem os grãos de milho e raspam os cocos. As crianças ajudam na limpeza, retirando os *cabelos* ou *barba* do milho, as mulheres cortam os grãos das espigas, moem o milho e preparam as comidas – canjica, pamonha, bolos etc. Além das comidas de milho, são momentos também do preparo, partilha e degustação das comidas tradicionais, como a galinha de capoeira no molho, o beiju, a tapioca, o bolo pé de moleque e as cocadas.

O ritual de acender a fogueira é uma prática preservada, principalmente em momentos festivos. O fogo é um elemento sagrado que simboliza a purificação, que ilumina e aquece nas noites mais frias. Enfim, a fogueira atrai, fascina, emana energia e força. A realização do ritual geralmente é tarefa dos homens com a colaboração das crianças, que recolhem a madeira seca para a montar a fogueira. Existe o conhecimento de que se deve dar preferência a madeiras resistentes, que produzem boas brasas.

No início da noite, é hora de pôr fogo na madeira. Acesa a fogueira, procuram aquecer-se sentados em volta do fogo. Esse momento é hora de partilha e lazer, de assar o milho, uma costelinha de porco e outras carnes; narram causos, histórias e estórias.

Os parentes geralmente levam alimentos (carnes) para partilhar. Essa diversão vai até aproximadamente à meia-noite quando uma parte dos indígenas prefere ir à vigília na igreja próxima à aldeia. Outros ficam conversando alegremente até o início da madrugada. Sente-se a ausência da dança tradicional do forró com suas alegres músicas, da ciranda e do coco nordestino.

Percebe-se que existe uma transmutação nos elementos católicos da prática junina, porém os costumes culturais vão perpetuando-se. Na diversidade cultural, as transformações possibilitam, de certa forma, a compreensão de que o sujeito constrói a própria identidade social por meio de suas experiências culturais que dão origem a outras tradições (Figura 40).



Figura 40. Roda de conversa na fogueira, Aldeia Vitória.
Fonte: Fotografia da autora, 2019.

Contemporaneamente, as identidades culturais podem passar por processos de identificação, podendo sofrer transição. Nesse sentido, sofrem alguma alteração conforme se adicionam ou se perdem referências, a identidade cultural Tabajara também é passível de mudança a depender de influências externas.

Cabe ressaltar que os festejos juninos na cultura brasileira se fortalecem na sua tradição a cada ano. Sendo a cultura um elemento mutável que se alimenta de várias fontes, portanto, passível de influências externas como alcançou os costumes do povo Tabajara.

4.2.4 As Práticas Religiosas

As pluralidades de práticas religiosas no território brasileiro expressam hodiernamente o variado universo de religiões e religiosidades de nossa cultura. Nesta seção se abordará tão somente as práticas educativas religiosas dos Tabajara.

Essa cosmovisão religiosa com demonstração de crenças, fé, rituais e de pertença mística é um dos mais complexos legados de manifestação étnico-racial, uma realidade iniciada com os povos originários. “Pensar as transformações pelas quais passou o campo religioso brasileiro é pensar, antes de tudo, na extrema complexidade do universo de crenças entre nós. ... Historicamente já nascemos sob o signo desta complexidade” (Isaia, 2009, p. 95). A imposição do cristianismo católico pelos padres jesuítas aos indígenas é uma complexidade histórica que marca a vida dos povos originários.

Foram demonizados, considerados pagãos infiéis a ponto de justificar até o seu extermínio se não aceitassem a doutrina católica. Desde a invasão no século XVI, passaram-se quinhentos anos de dominação, exploração e etnocídio da identidade dos povos indígenas. Simultaneamente, pode-se dizer que sábia e estrategicamente usam a resistência até os dias atuais.

Depois da incursão católica cristã, veio no século XX a evangélica. Fundada no Brasil em 1910, trouxe o legado dos elementos culturais protestantes – rejeição à hierarquia eclesiástica e dos santos, individualismo do fiel a Deus, ética de vida e trabalho. Após a disseminação evangélica, vem a onda das igrejas pentecostais, e pela segunda vez, e os povos indígenas sofrem o impacto da evangelização cristã na atualidade.

O tempo, a modernidade e suas mudanças trazem alterações nos fluxos e transmissões culturais nos diversos contextos, subsidiando a reflexão sobre as transformações do cenário religioso, no caso, as transformações no contexto dos povos indígenas. Conforme Hervieu-Léger (2015, p. 66): “Em todas as sociedades, a continuidade assegura-se sempre na e pela mudança. E esta mudança opõe inevitavelmente as novas gerações às antigas [...] não há, nesse sentido, transmissão sem que haja ao mesmo tempo crise da transmissão”.

Dessa forma, refletiremos o movimento de deslocamento que houve no contexto sociocultural do povo Tabajara, que foi afetado profundamente no campo religioso, colocando-os em contato com novas experiências.



Figura 41. Reunião de Culto Evangélico, Aldeia Vitória.
Fonte da autora, 2018.

Na vida desses indígenas, é emblemática a religião Pentecostal. O pentecostalismo é um fenômeno religioso que atua visivelmente nas comunidades urbanas. Os estudos apontam que este, atraiu expressivas populações camponesas na América Latina, focando no convertimento de povos indígenas e da área rural. A mudança religiosa cultural dos indígenas Tabajara é resultante da diáspora sofrida no campo para a cidade. Desperta a atenção o número de adeptos Tabajara; estima-se que 90% deles congregam nas várias denominações. Essa representação inclui os indígenas urbanos que moram fora das aldeias. Na prática religiosa da Aldeia Vitória (Figura 41), tem predominância o cristianismo evangélico da Assembleia de Deus. Contexto diferente acontece na Aldeia Barra de Gramame, onde o número de evangélicos é insignificante

Das famílias da Aldeia Vitória, conta-se apenas duas que não são evangélicas, mesmo assim, algumas vezes participam das reuniões de culto. No retorno de algumas famílias Tabajara para o território de tradição, a nova prática religiosa segue abraçada, pois são crentes em uma vida de salvação com “aceitação de Jesus”. Essa conversão proporcionou uma ruptura com um passado de uma vida socialmente transgressora, perturbada e de sofrimentos.

“Aceitar Jesus”, foi um diferencial! Transformou a vida de muitos indígenas Tabajara. Depoimentos de vidas pregressas, foram muitas. Pessoas viciadas nas bebidas alcoólicas e outros tipos de drogas, nas farras, no meretrício etc., “a ambivalência da religião: ela se presta a objetivos opostos, tudo depende daqueles que manipulam os símbolos sagrados. Ela pode ser usada para iluminar ou para

cegar, para fazer voar ou paralisar, para dar coragem ou paralisar (Alves, 2014, p. 106).

No processo de expropriação de seu território, a conversão a religião evangélica auxiliou na convivência em comunidades periféricas como nova forma de vida, lidar com os problemas, adaptando-se às mudanças, minimizando os obstáculos das situações adversas. Ressalta-se que as práticas religiosas são carregadas de ensinamentos e aprendizagem. “Vigiai e orai, para não cairdes em tentação. O espírito, com certeza, está reparado, mas a carne é fraca” (Mt 6:41, Bíblia, 2018).

Toda prática religiosa é educativa porque sempre estão surgindo novas aprendizagens (Barcellos, 2014). Nesse sentido, as práticas religiosas efetivadas no cotidiano Tabajara são recheadas de ensinamentos. A ação educativa ocorre em diversos espaços e tempos dos Tabajara, que também desenvolvem essas práticas no ritual do Toré, nas reuniões dos cultos, nas reuniões de vigília, nas doutrinas de comportamento, nas leituras das aulas da escola dominical, nos ensaios do grupo de canto feminino Rosa de Saron e das crianças que encenam coreografias ou hinos para o grupo Cordeirinho de Cristo fazer apresentação e louvar na igreja. Percebe-se que as práticas religiosas pentecostais perpassam o cotidiano, enriquecendo com novos valores a vida desses indígenas na Aldeia Vitória.

Todo esse contexto de vivência religiosa é um processo educativo, que se entende como um processo de aprendizagem coletiva. Segundo Freire (2012, p. 79): “Ninguém educa ninguém. Ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.” A assertiva do autor mostra que as práticas coletivas são fundamentais; nesse processo espontâneo apreendem-se conhecimentos entre os indivíduos, fortalecendo o subjetivo e o coletivo para cooperação.

As reuniões para orações são quase diárias. No início da pesquisa em 2018, pôde-se acompanhar a realização das reuniões de cultos na aldeia duas vezes por mês, a cada quinze dias, com início às 19 horas; um sábado na aldeia e outro na igreja. A segunda prática são vigílias na igreja aos sábados, das 22 horas até a zero hora e um sábado por mês das 22 horas às 5 horas na igreja. Esse momento é encerrado com um partilhado café da manhã pelas famílias.

Em 2019, a programação de reuniões tem sido aos sábados na aldeia e aos domingos na igreja. No dia a dia, quando percebem que algum mal se abate sobre a aldeia, alguns crentes mais fervorosos realizam reunião domiciliar. Outra forma de

reunião tem sido as vigílias ou adoração com louvores a Deus às 5 horas na oca, que se tornou também o lugar sagrado de celebração dos cultos.

Os cultos da aldeia realizavam-se no espaço do terraço da casa do cacique Ednaldo, organizados da seguinte forma: na frente, são colocadas três cadeiras para os dirigentes; o púlpito ao centro; à direita do púlpito, uma estante com mesa de som, microfone, e bem no canto esquerdo, uma caixa de som, próxima à primeira fileira de cadeiras. São disponibilizados um número maior de assentos de acordo com as autoridades que estejam no momento. Saliente-se que o cacique tem lugar de destaque, quer dizer, sentar-se sempre ao lado dos dirigentes. Geralmente, eram dispostas quatro fileiras de cadeira e mais outros assentos improvisados. Percebe-se que no ambiente não havia ornamentação.

No início de outubro de 2019, foi posto em votação o local para celebração da reunião de culto da aldeia – algumas dificuldades internas. A oca foi escolhida como novo espaço para o culto, realizando-se o primeiro no dia 19 de outubro de 2019.

A estrutura do espaço foi organizada com as cadeiras distribuídas em círculo, acompanhando o formato da oca; três ou mais cadeiras para os dirigentes, uma mesa de som com microfone e ao lado uma caixa de som.

Percebesse que os fiéis - mulheres, homens jovens e crianças - de modo comum, tem um trabalho de maior participação. São estimulados a participarem das atividades da igreja. As mulheres se destacam contribuindo para o fortalecimento e avivamento da igreja com a organização dos conjuntos de Canto e Oração com as crianças, e com elas entre si.

Existe uma participação expressiva das crianças e jovens nas reuniões e nos grupos de louvor, o que desperta a atenção. Seria uma motivação pela efervescência carismática. Participam de forma bastante disciplinada conforme as normas doutrinárias. A cada instante, expressam, “Aleluia!” “Glória a Deus!” “Aleluia, Jesus!” “Tu és maravilhoso, Deus!” aprovando a pregação do pastor ou evangelizador. Alguns fiéis, a oportunidade da palavra no púlpito, chamam a atenção pela forma fervorosa expressão de pregação abrasada de conversão com textos do Antigo Testamento, ou Apocalipse. “Os cultos pentecostais têm um ethos, um espírito e uma estrutura emocional distintas. Cultos emocionais são feitos de um sistema normativo de emoções e comportamentos que operam durante o curso do ritual religioso” (Miller; Strongman, 2002, p. 8).

Há emoção e vigor a cada palavra que se pronuncia, a exemplo, “Aleluia”. As emoções perpassam todo o tempo envolvendo as apresentações com os louvores e coreografias da celebração religiosa. Nesse campo normativo de emoções está o centro da prática do pentecostalismo. As experiências emocionais das orações, músicas e falas altas, aliadas às mensagens com pregadores inspirados pelo Espírito Santo (Souza, 2005). Além destes, a prática dos louvores, os hinos do Hinário são cantados sistematicamente em todas as reuniões.

Nas reuniões dos cultos, o público é composto por bebês, crianças, adolescentes, mulheres, homens e anciãos. Todos trajados com suas melhores vestes, sempre carregam de forma respeitosa o livro sagrado nas mãos.

Antes não havia nenhuma fronteira rígida que se impusesse sobre a identidade e religiosidade dessas famílias. Quando os indígenas Tabajara evangélicos realizam o processo de etnogênese, eles

se pegam tendo que de alguma forma se adequar as práticas e ideologia do movimento dos povos indígenas do Nordeste. Então, para alguns existe um desconforto no sentido de conciliar a tradição do cristianismo evangélico, com suas intervenções dogmáticas e regras da igreja que tem causado mal-estar e a tradição cultural do movimento indígena com seus símbolos.

Observou-se que entre as práticas educativas que entra em choque com a religião Pentecostal, temos: o Toré, porque considerado um ritual sagrado para alguns povos indígenas do Nordeste. Há uma relação de espiritualidade com os encantados, os invisíveis, espíritos dos ancestrais; além da pintura corporal e as vestimentas tradicionais.

O Toré para indígenas evangélicos não é uma tradição religiosa. É praticado como um sinal diacrítico que faz parte do movimento dos povos indígenas Nordeste. Hoje, tornou-se um forte instrumento de indianidade, de união e fortalecimento dos indígenas Tabajara.

4.2.5 O Culto de Ação de Graças

“Onde está o Espírito do Senhor, ali há liberdade” (2ª Coríntios, 3:17, Bíblia, 2018). Com essa passagem em Paulo, muitos argumentam que não há uma norma que padronize como deve ser o culto cristão – o espírito tem liberdade de agir de diversas formas, até mesmo naquelas que dão ares de incomodar os homens.

O culto é o mais antigo e tradicional modo do ser humano expressar sua devoção e gratidão a Deus. É na Bíblia, livro litúrgico dos cristãos, que os crentes encontram a fundamentação para a prática do culto.

A reunião de culto (Tabela 10), dependendo de sua finalidade, tem sistemáticas práticas e denominações: culto de oração, culto da Santa Ceia, culto de doutrina, Culto de Ação de Graças, culto doméstico, culto de ordenação de obreiros e outros. Destaca-se a prática de se reunirem para orar e louvar nas residências quando algum irmão está passando por problemas; práticas favoráveis, não tem estabelecimento de hora, faz-se de acordo com as situações cotidianas (Vilhena, 2006).

Tabela 10
Roteiro do Culto de Ação de Graças

“Aleluia! Deem graças ao Senhor porque ele é bom; o seu amor dura para sempre.” Salmo 106:1

- Prelúdio: louvor
 - Cântico de hinos do hinário oficial - Harpa Cristã
 - Cânticos de louvores pelos grupos de mulheres, de jovens e crianças (o líder do grupo lê um versículo ou salmo)
 - Apresentação dos dirigentes e autoridades da igreja, acolhida da todos fiéis e visitantes e oração pelo dirigente
 - Momento de gratidão, testemunho do fiel pelas graças e oferecimento do culto
 - Momento de adoração: oração e bênçãos sobre o fiel
 - Leitura bíblica: Exemplo: salmo 106:2
 - Momento de louvor: “Ele é Exaltado” (Hino)
 - Oração e benção apostólica.
-

Fonte: Elaboração da autora.

A celebração é uma manifestação da vida cristã comunitária, em que se agradece por meio de louvor e adoração, um grato reconhecimento pelo imenso amor e misericórdia de Deus. Os cristãos evangélicos têm a prática de agradecer e glorificar a Deus por suas conquistas prestando um Culto de Ação de Graças; nele se percebe o propósito de adorar e muito louvor a Deus.

Geralmente, a celebração é planejada mais formalmente. É uma reunião festiva que reúne parentes e amigos, onde existem normas e formalidade que devem ser seguidas. O não cumprimento leva o fiel à advertência. Os homens devem estar vestidos com calça e camisa de manga longa ou terno. As mulheres vestem saia ou

vestido. As crianças também seguem as mesmas orientações para as vestes e o comportamento.

Nas reuniões, o rito inicia-se quando o crente entra no recinto, cumprimenta os irmãos que se encontram com a Paz do Senhor, põe sua bíblia na cadeira e ajoelha-se para orar. Depois, os fiéis acomodam-se nas cadeiras para aguarda o início do trabalho. As crianças geralmente se sentam juntas. Os homens, à medida que vão sendo ocupados os assentos, cedem sua cadeira para as mulheres e os mais idosos.

O rito do culto cristão evangélico, existem duas práticas históricas culturais. Uma que é constante e a outra que é variável. A prática constante são as palavras e as coisas, como as fórmulas sacramentais; o ministro do grupo ou igreja; a estrutura celebrativa da leitura das Escrituras que é a proclamação da fé no mito fundante, Jesus Cristo. As práticas que são variáveis, as ações gestuais; os movimentos de distribuição e regulamentação do tempo e do espaço rituais; os objetos; os atos de linguagem com os diferentes estilos leitura ou oração e os protagonistas dentro do rito.

A exemplo da estrutura do culto na aldeia Vitória: *boas-vindas e adoração* - saudação do dirigente à Igreja, “Boa noite! Saúdo os irmãos com a paz do Senhor!”; oração e cura - o rito segue um processo que conduzem a Deus na adoração com louvores; Palavra, testemunho, recado – leitura de versículos e salmos, participação dos fiéis com louvores ou testemunhos. A música é um elemento forte nesses momentos, nos louvores de adoração, percebe-se manifestações de êxtase, de choros, de glossolalia e transes das esferas do subjetivo pessoal. Geralmente, tem-se a percepção que o culto tem a função de alivia o emocional do crente.

No culto de Ação de Graças, ante de finalizar a celebração, as mulheres da casa colocam as travessas de comida para o jantar. Os fiéis presentes fazem fila para receber comida que são servidas pelos familiares. Todos alegremente se acomodam nas cadeiras para degustar o delicioso banquete.

O primeiro Culto de Ação de Graças na Aldeia Vitória observado para o estudo foi em uma segunda-feira, 9 de julho de 2018. A cerimônia religiosa foi promovida por Natália Rodrigues, esposa do cacique Ednaldo Tabajara, realizada pela graça de um emprego como agente de Saúde Indígena. O culto foi marcado para as 19 horas. Ao cair da tarde, o ambiente foi preparado com a ajuda das parentes que moram no bairro de Mandacaru em João Pessoa. O local da aldeia já era de celebração; com a limpeza

e organização do espaço, onde foram distribuídas as cadeiras em fileiras, o púlpito na frente, a seu redor, seis cadeiras colocadas em forma de U para os dirigentes, duas caixas e uma mesa de som organizaram o terraço da casa.

Na aldeia existe um espaço que geralmente é simpático aos moradores e aos que visitantes da Aldeia. É da Sônia Rodrigues! Antes de começar o culto, ela encontrava-se assando milho no fogão a lenha, que fica na choupana. Uma pequena construção de taipa, usada como oficina para confeccionar artesanato e cozinha comunitária quando se realizam eventos na aldeia. O espaço é composto por um Girau de madeira para lavar os pratos e fazer comida, um fogão a lenha, banco improvisado de tronco de madeira e cadeiras velhas de plástico. Quem chegava degustava frescas espigas colhidas no quintal da casa. Nesse espaço, muitas conversas jorram e, em dado momento, surgiu um questionamento sobre a idolatria à imagem dos santos. A discussão girou em torno, escutando-se posicionamentos veementes de condenação aos símbolos religiosos das imagens dos santos pelos cristãos católicos.

Seu Zezinho Tabajara falou sobre a punição para quem cultua ou fabrica a imagem. Segundo ele, a Bíblia diz que toda pessoa que faz a imagem de escultura se torna maldita, pois ela está sendo a autora direta da abominação, e citou Deuteronômio (Deuteronômio, 27:15, Bíblia, 2018): “Maldito o homem que fizer imagem de escultura ou de fundição, abominável ao Senhor, obra de artífices, e a puser em lugar oculto” (Zezinho Tabajara. Informação verbal, Aldeia Vitória, jul. 2018). O indígena deixou bem claro que não se trata do seu ponto de vista, mas do ponto de vista do livro sagrado, a Bíblia, e o homem que aceita Jesus tem de cumprir de acordo com o que está escrito na Palavra de Deus.

Uma interpretação literalmente do texto bíblico; aversão as coisas do mundo; recompensa numa vida junto a Jesus após a morte; crença na ingerência do diabo; batismo no espírito santo, fala em línguas – glossolalia, são práticas adotadas na religiosidade pentecostal dos Tabajara.

A Bíblia é tida como o livro revelador de código de conduta salvífica ao ser humano. Percebe-se, na fala dos evangélicos, que, de certa forma, a salvação e santidade está na palavra, na leitura da Bíblia. Seus dogmas possuem uma rigorosa disciplina moral como o caminho para a salvação em um mundo futuro e celestial. A conversa continuou: “A grande maioria da população brasileira diz ser católica, reverenciam aquela santa escura, fazendo com que o homem se afaste cada vez mais

de Deus e se apegue com a religiosidade dos santos” (Zezinho Tabajara. Informação verbal, Aldeia Vitória, jul. 2018).

Percebe-se que existe uma atitude acirrada de rejeição da Religião Católica, que faz uso das imagens. A crença pentecostal é de que o livro sagrado, a Bíblia, e somente ele, deve regular a vida do crente. Apenas a Palavra de Deus apresentada nos textos deve guiar o culto evangélico. O bate-papo continuou com o indígena até que chegou a hora do culto.

O clima era de solenidade. Como citado acima, todas as pessoas arrumadas com suas melhores vestes. As crianças foram as primeiras a ocupar as cadeiras, alegremente conversando. Uma característica da religião pentecostal é a doutrina, assim as crianças de tenra idade são formadas com as regras da igreja. Essa frequência dos rituais evangélicos contribui para a educação social dos curumins em seu comportamento no ambiente religioso.

Os pais em nenhum momento ficam chamando a atenção dos filhos, o que demonstra que sabem o respeito, a concentração e muito louvor que devem ter na cerimônia de um culto. No espaço, já se faziam presentes parentes e familiares que moram fora da aldeia, convidados que, por amizade, respeito e consideração, vieram participar, prestigiar e agradecer juntos as bênçãos recebidas pela agraciada Natália Rodrigues.

Os fiéis, à medida que chegam ao recinto, ajoelham-se no chão, inclinam a cabeça sobre a cadeira e oram. Os primeiros acordes musicais são ouvidos, os louvores vão energizando e espiritualizando o ambiente. As crianças despertam a atenção por seus gestos e atitudes de louvar com forte efervescência, cantar corretamente a letra dos hinos.

Às 19h 20min, inicia-se o culto, o pastor da comunidade saúda todos com a “Paz do Senhor Jesus” e faz as apresentações dos presbíteros visitantes. Em seguida, um grupo de mulheres louva (Figura 42). O cenário do culto é composto por grupos de fiéis, pastor, dirigentes e pelas famílias que cantam hinários. Algumas palmas embalam os hinos mais animados e os fiéis gritam exaltando a divindade, “Glória a Deus!” “Aleluia! “Deus seja louvado!” As crianças e os jovens, enquanto cantam com grande expressão, acompanham a letra fazendo gestos.



Figura 42. Grupo de Louvor das Mulheres Tabajara, Aldeia Vitória.
Fonte da autora, 2018.

Os louvores nos rituais de cultos pentecostais são destaque da celebração; quando é uma letra com uma melodia profunda, os fiéis demonstram sentimentos de entrega e satisfação. O rito se configura por um conjunto de elementos que o distingue como, espaço e tempo, linguagens e gestos, objetos específicos que organiza o ambiente.

Os ritos e rituais se destacam por alcançar e assumir formatos apropriados a cada ocasião social, no caso da reunião de culto da Aldeia Vitória, o espaço da oca, lugar de característico de práticas de tradição cultural ancestral, torna-se lugar de práticas da religião pentecostal dos indígenas contemporaneamente. Nesse momento, eles criam ritos e elementos culturais, incorporando novas práticas e valores dentro da própria cultura.

Observou-se que, quando o crente recebe a oportunidade de fazer a leitura da palavra, geralmente eles declaram que meditaram na palavra e receberam a inspiração de Deus. A mensagem é levada como obra de uma inspiração divina naquele momento. Sobre as músicas, sempre louvam com hino mais popular do hinário da harpa cristã ou outro que anime os fiéis de toda a igreja enquanto cantam. Profecias são dirigidas aos fiéis e aos visitantes durante o culto pelos dirigentes, com convites bastante apelativos para aceitar Jesus. A pesquisadora, muitas vezes, foi alvo da ação de alguns indígenas com abordagem explícita na tentativa de convertê-la para a religião.

Analisando as reuniões dos cultos, toda a celebração gira em torno de pequenos versículos e salmos, escolhidos para leitura dos textos litúrgicos, sendo as homilias direcionadas à fé, esperança, adoração a Deus, perdão dos pecados, moral

e salvação, como veículo de real moldagem e condução diretiva das suas ovelhas. O pentecostalismo oferece uma magia moral clara, definida e conduzida por leis universais inexoráveis em um mundo de regras particulares, um tipo de experiência religiosa apropriada para acionar o emocional que prioriza o lado sensível dos féis.

4.3 PRÁTICAS EDUCATIVAS DE RESISTÊNCIAS E MOBILIZAÇÕES POLÍTICAS

Esta seção versa sobre as práticas de resistência e mobilização política, fato emblemático na história indígena. Movimentos contra a espoliação, a opressão, a exclusão e toda a imposição que vem das oligarquias e do sistema governamental, que são indiferentes às necessidades e aos direitos dos povos originários do Brasil; as formas de luta pela manutenção do território diante das ameaças, como também a reivindicação pela demarcação de suas terras, a garantia dos direitos constitucionais, a participação em eventos, seminários e audiências públicas e populares.

4.3.1 Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (Coneei)

A Coneei é um espaço amplo de diálogos democráticos; participação coletiva e proposição de políticas públicas educacionais para a educação escolar indígena, realizada pelo Ministério da Educação e pela Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (Cneei) em parceria com a Funai, o Conselho Nacional de Secretaria de Educação (Consed), com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e as organizações indígenas e indigenistas. De acordo com a 2.^a Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, 2018, p. 32):

A II Coneei teve como temática, 'O Sistema Nacional de Educação e a Educação Escolar Indígena: regime de colaboração, participação e autonomia dos povos indígenas'. Com os seguintes objetivos: a) avaliar os avanços, impasses e desafios da Educação Escolar Indígena (EEI) a partir da I Coneei; b) construir propostas para consolidação da política nacional de educação Escolar Indígena; c) Reafirmar o direito a uma educação escolar indígena específica, diferenciada e Bilingue/multilíngue; e d) Ampliar o diálogo para a construção de regime de colaboração específico para a educação escolar Indígena, fortalecendo o protagonismo indígena.

Em 2016, no segundo semestre, realizaram-se várias etapas de Conferências de Educação Escolar Indígena nas comunidades educativas, regionais e nacional, culminando com a Etapa Nacional em 2018 em Brasília, DF.

A Coneei reuniu representantes dos povos indígenas de todo o Brasil, da

sociedade civil organizada, professores, diretores, estudantes indígenas (todos os funcionários da escola), coordenadores pedagógicos, secretários, pais, mães ou responsáveis, líderes, sábios, anciãos, xamãs, curandeiras, pajés, rezadoras e representantes das instituições, para discutir amplamente as condições de oferta da educação intercultural indígena.

Todos presentes, expuseram seus pontos de vista, as necessidades, os problemas vividos pelas escolas e seus atores, analisando como a escola está servindo ou não ao povo, e o que deveria ser melhorado. Discutiram as questões principais coletivamente, escolheram as ideias comuns da maioria, buscando aperfeiçoar a base das políticas, os programas e as ações para o tratamento qualificado e efetivo da sociodiversidade indígena.

De 9 a 11 de outubro de 2017, realizou-se a VII etapa regional da 2.^a Coneei: Conferência Regional *Potyrõ*: Ceará, Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte, sediada na capital do Ceará, Fortaleza. A Coneei contou com a participação de representantes dos povos indígenas, organizações e instituições que atuam com a educação escolar indígena desses Estados. O estado da Paraíba foi representado pelos povos Potiguara e Tabajara que contribuíram efetivamente nos debates e propostas.

Quatro indígenas Tabajara participaram representando as categorias mãe, líder indígena, estudante da educação superior e uma representando o sistema municipal de ensino. Foram três dias de intensos debates em prol de uma educação escolar indígena específica, bilíngue/multilíngue e diferenciada para organizar as propostas a serem apresentadas na plenária final. No último dia, uma das moderadoras da plenária foi a indígena Tabajara da Paraíba, Jaciara Maciel Tabajara, que apresentou as propostas escolhidas durante os dias de trabalho para serem encaminhadas para a etapa final em Brasília.

A etapa regional da 2.^a Coneei foi um espaço de discussão e proposição de políticas públicas para a Educação Escolar Indígena, visando à qualidade específica e diferenciada. Cinco eixos temáticos nortearam os debates e as proposições: organização e gestão da Educação Escolar Indígena; práticas pedagógicas diferenciadas na Educação Escolar Indígena; formação e valorização de professores indígenas; políticas de atendimento à Educação Escolar Indígena na educação básica; e educação superior e povos indígenas.

Durante o evento, surgiu a oportunidade para a pesquisadora participar do evento como convidada representando a sociedade civil; atuou como monitora de grupo de trabalho no eixo temático Práticas Pedagógicas Diferenciadas na Educação Escolar Indígena.

A participação nessa etapa regional foi de significativa aprendizagem para o estudo etnográfico de observação participativa, em que se interagiu bastante com os Tabajara e outros indígenas de diferentes etnias do Nordeste brasileiro. De acordo com Roberto Cardoso de Oliveira (2010, p. 24):

Tal interação na realização de uma etnografia envolve, em regra, aquilo que os antropólogos chamam de 'observação participante', o que significa dizer que o pesquisador assume um papel perfeitamente digerível pela sociedade observada, a ponto de viabilizar uma aceitação se não ótima pelos membros daquela sociedade, pelo menos afável, de modo a não impedir a necessária interação.

Segundo Roberto Cardoso de Oliveira, na observação, contemplaram-se e perceberam-se desejos, ideologias, valores, opiniões e contribuições dos membros Tabajara, como também dos outros povos, perfazendo 220 indígenas, entre eles, professores indígenas e suas organizações; estudantes indígenas (da educação básica e da educação superior); profissionais de gestão e de apoio escolar; pais e mães ou responsáveis; lideranças políticas e comunitárias, sábios indígenas e representantes de organizações; Funai; representantes dos Sistemas de Ensino e representantes da Sociedade Civil (incluindo organizações indigenistas), discutindo o Sistema Nacional de Educação e a Educação Escolar Indígena para proposta atual de regime de colaboração, participação e autonomia desses entes cidadãos brasileiros.

Ao fim dessa etapa, escolheram-se os delegados indígenas para a etapa nacional em Brasília. Para representar a Paraíba, o estudante universitário Juscelino Tabajara, universitário do Curso de Antropologia da Universidade Federal da Paraíba, foi eleito como delegado na categoria estudante de ensino superior.

Adiada por duas vezes, a etapa final da 2.^a Coneei realizou-se de 20 a 22 de março de 2018 em Brasília, DF (Figura 43). Para o desafio dessa reunião, foram 19 etapas regionais em todo o Brasil debatendo e organizando as demandas dos cinco

eixos temáticos que buscam a concretização dos direitos constitucionais por meio das políticas públicas e alocação de recursos para as comunidades indígenas.



Figura 43. 2.ª Coneei: Indígenas Potiguara e Tabajara, Brasília, DF.

Fonte da autora, 2018.

O representante dos Tabajara, Juscelino Tabajara, na efetivação das oficinas, escolheu participar do Eixo Temático V – Educação Superior e Povos Indígenas. Na plenária final, fez uma ótima intervenção falando sobre a necessidade de todas as universidades disponibilizarem vestibulares específicos para indígenas, como na Universidade Nacional de Brasília (UnB).

A 2.ª Coneei foi um evento importantíssimo para consolidar a política nacional de educação escolar indígena, em que se reafirmou o direito dos povos a uma educação que respeite sua língua, os costumes e a cultura, e, ao mesmo tempo, disponha a ampliação do diálogo entre os entes federados para a concretização de um regime de colaboração que fortaleça o protagonismo indígena na área da Educação.

Os Tabajara, na área da Educação Escolar Indígena, ainda não são contemplados com uma política diferenciada, apenas alguns indígenas universitários recebem auxílio do Programa de Bolsa Permanência (PBP) para ajudar a se manter nos estudos acadêmicos.

A participação de representantes do povo Tabajara foi decisiva nesse momento do processo de construção da educação escolar indígena para ter conhecimento das suas necessidades básicas e saber como reivindicá-las.

Para prepararem as demandas educacionais de todos, setecentos e sessenta indígenas, e demais representações citadas anteriormente, discutiram e consolidaram um documento final, durante três dias, com 25 propostas para uma educação escolar indígena diferenciada e bilingue/multilíngue (Tabela 11).

A garantia legal de uma educação escolar indígena com escolas na sua condição de serem específicas, interculturais e diferenciadas é uma conquista de um longo processo de reivindicações, da convergência, de diálogos e da atuação conjunta de representantes indígenas, dos assessores e de órgãos públicos, que nessas últimas décadas buscam organizar e efetivar estratégias que executem essa política pública.

Tabela 11

Apresentação das 25 Propostas Coneei 2018

TEMAS		TEMAS	
1	Categoria professor indígena e planos de cargos, carreiras e salários; Concursos; Aumento salarial e benefícios.	13	Formação
2	Sistema próprio da Educação Escolar Indígena; Territórios Etnoeducacionais.	14	Graduação e Pós-Graduação
3	Infraestrutura; Transporte escolar; Alimentação escolar (Políticas de Atendimento à Educação Escolar Indígena). Projeto Político-Pedagógico; Educação Ambiental e Sustentabilidade; Calendário Escolar	15	Licenciatura Intercultural
4	Ação Saberes Indígenas	16	Práticas Pedagógicas Tradicionais; Intercâmbios
5	Material Didático	17	Sabedores Tradicionais; Participação de indígenas como formadores/Contratação de profissionais indígenas

6	Projeto Político-Pedagógico; Educação Ambiental e Sustentabilidade; Calendário Escolar	18	Educação Infantil
7	Matriz Curricular; Línguas Indígenas	19	Ensino Médio; Educação Profissional e Tecnológica e Educação Profissional Técnica de Ensino Médio
8	Financiamento da Educação Escolar Indígena	20	Educação Especial
9	Criação de Secretarias, Coordenadorias e Conselhos (Instâncias de Gestão da Educação Escolar Indígena)	21	Ensino Fundamental; Educação de Jovens e Adultos; Educação Básica
10	Cotas/vagas; Condições de Acesso e permanência	22	Valorização das culturas indígenas nas universidades; Lei 11.645/2008
11	Universidade Indígena	23	Novas Tecnologias
12	Autonomia; Protagonismo; Participação na Educação Escolar Indígena	24	Avaliações externas
		25	Lei n.º 11.645/2008

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

4.3.2 Jogos indígenas da Paraíba

Quase sempre se divulgam nos meios de comunicação as competições desportivas, Copa do Mundo e Jogos Olímpicos, os campeonatos, mas dificilmente se divulgam os Jogos dos Povos Indígenas. “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um” (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, art. 217). A Constituição brasileira de 1988 assegura como dever do Estado resgatar, registrar, proteger e divulgar as manifestações culturais de caráter esportivo que se vinculem às raízes etno-históricas. As práticas culturais desportivas a exemplo, da canoagem, a caça, a pesca, a arquearia e as lutas nos rituais indígenas são consideradas etno-históricas de caráter esportivo.

Os Jogos dos Povos Indígenas realizam-se nacionalmente, organizado pelo Comitê Intertribal Indígena, com o apoio do Ministério dos Esportes. Nos Estados, realizam-se de acordo com as políticas públicas de cada governo. O lema dos jogos é: O importante não é vencer, e sim, competir (Ednaldo Tabajara. Informação verbal,

Aldeia Vitória, abr. 2018). A criação dos jogos objetiva a integração das diferentes etnias, como também a ressignificação e a celebração dessas culturas tradicionais.

Salienta-se que a Secretaria de Juventude e Esporte do Estado da Paraíba organiza e realiza os jogos indígenas desde 2012, no mês de abril, data alusiva às comemorações dos povos indígenas. Os jogos Indígenas são uma conquista de reconhecimento no esporte, que ocorre nacionalmente desde 1996. O primeiro realizou-se na cidade Goiânia, GO. A competição esportiva dá destaque aos diferentes esportes realizados por várias etnias indígenas. As atividades têm para os índios inspiração cosmogônica, praticadas como celebração à colheita ou nos ritos de passagem (XI Jogos Indígenas, 2011). Atualmente, reúne atletas selecionados das 305 etnias dos mais de 900 mil indígenas de todo o País.

Na Paraíba, o povo Tabajara foi convidado pela primeira vez para participar dos jogos indígenas paraibanos em 2018. Esses jogos se realizaram no período de 11 a 15 de abril de 2018, tendo como sede da Aldeia Tracoeira (Figura 44), a 20 km da cidade de Baía da Traição, PB.



Figura 44. Abertura dos Jogos Indígenas da Paraíba.

Fonte da autora, 2018.

Os povos indígenas Potiguara e Tabajara participaram dos jogos disputando diversas modalidades: corrida de tora, canoagem, cabo de guerra, futebol, minimaratona, futsal, arco e flecha e arremesso de lança. “Muito importante a

participação do nosso povo no evento, tem muita repercussão, quanto mais visibilidade melhor! Avante!” (Cristina Tabajara. Informação verbal, Aldeia Vitória, fev. 2018). “Muito bom! É legal que a gente dispute alguma modalidade” (Jacira Maciel. Informação verbal, Aldeia Vitória, fev. 2018).

Na Aldeia Vitória, o cacique Ednaldo e os demais indígenas iniciaram as atividades de preparação para os jogos indígenas escolhendo um local para construir um campo de futebol. Em mutirão, capinaram e retiraram o mato, aplainaram o terreno, colocaram as traves, delimitaram as linhas, todos focados na construção da arena para realizar os treinos. Foi um momento de ações que movimentou a comunidade, ocasião de muita alegria, envolvendo mulheres, adultos, jovens e curumins que passaram a comparecer aos treinos assistir e torcer. Exercitaram o tempo todo a prática do bem viver!

O Bem Viver se afirma no equilíbrio, na harmonia e na convivência entre os seres. Na harmonia entre o indivíduo com ele mesmo, entre o indivíduo e a sociedade, e entre a sociedade e o planeta com todos os seus seres, por mais insignificantes ou repugnantes que nos possam aparentar. Somente a partir destas três harmonias é que conseguiremos estabelecer uma profunda conexão e interdependência com a natureza de que somos parte (Acosta, 2015, p. 15).

Freire, (2018a, p. 24) reforça, “quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a serenidade”.

Essa prática de formar/treinar os jovens indígenas para participar dos jogos são ações diretivas comprometidas com o fortalecimento do esporte e da cultura, que promove, como diz Freire (2013), um povo decente, forte de sua identidade e seguro do seu protagonismo. Uma amostra dessa constatação é que os líderes estavam ansiosos e preocupados com esses jogos. Na segunda-feira à noite, no grupo de WhatsApp, Juscelino Tabajara dá a seguinte orientação:

Bom pessoal, boa noite a todos! Hoje é dia 9 de abril, temos apenas mais um dia para que se iniciem os jogos indígenas aqui na Aldeia Tracoeira, território dos Potiguara. É simplesmente para deixar um lembrete que em todas as reuniões nós sempre está batendo nessa tecla, será que todo mundo tem seus instrumentos, maracá, cocar? ...

Porque um evento como esse é um evento que estaremos carregando a moral do nosso povo ... Exatamente para mostrar e representar o nosso povo da melhor forma possível, como um povo unido! Boa noite a todos e quem tiver mais uma contribuição para o melhor desempenho do povo Tabajara nos jogos indígenas no comportamento dentro de um encontro como esse, vamos contribuir pessoal! Esse é um momento muito importante (Juscelino Tabajara. Comunicação pessoal, Aldeia Barra do Gramame, 9 abr. 2018).

Juscelino Tabajara, conhecido por *Tabajara* no Campus IV do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE) da UFPB, alerta os indígenas que participarão dos jogos sobre a responsabilidade de si mesmo. Essa também é uma prática de fortalecimento do indígena Tabajara.

Finalmente, depois de muitas expectativas e treinos, chega o dia D (11 de abril), início dos jogos. Na manhã da quarta-feira, a Aldeia Tracoeira, de rotina tranquila, foi literalmente transformada. Ônibus, carros, motos, bicicletas e pessoas a pé transitavam na comunidade. Centenas! Os jogos reuniram cerca de 1.000 pessoas, indígenas das 32 aldeias Potiguara, somados às duas aldeias Tabajara, funcionários do governo do Estado, profissionais da comunicação, professores, pesquisadores e simpatizantes. A abertura dos jogos foi marcada por momentos de manifestação simbólica e espiritualidade, uma cerimônia vibrante e cheia de efervescência cultural. De início, realizou-se um grande ritual sagrado do Toré, envolvendo curumins, jovens, mulheres, líderes, anciãos e caciques. Os cânticos, o som dos tambores e maracás, e a fumaça dos cachimbos enchiam de espiritualidade o espaço.

Ao fim do ritual, desfilam as delegações por aldeia. “reconhecer a pluralidade de tempos, espaços e relações, onde nos constituímos humanos, sociais, cognitivos, culturais [...] Reconhecer a cultura como matriz da educação” (Arroyo, 2006, p. 228). São elementos relevantes dos povos indígenas Tabajara e Potiguara que devem ser considerados e respeitados na diversidade paraibana como práticas culturais que carecem de reconhecimento na educação escolar.

O ritual do desfile da tocha olímpica e o acendimento da pira olímpica foi um momento de muita comoção, finalizando de maneira original e espetacular com a leitura do juramento do atleta em tupi, pelo jovem líder, o pajé Potiguara. As primeiras modalidades da competição foram a Corrida de Tora, as toras são feitas de tronco de

coqueiro, pesando em torno de 100 kg, devem ser carregadas pela equipe ao percorrer uma distância predeterminada. Cada equipe é composta por dez indígenas.

Na modalidade do Cabo de Guerra, é disputada em equipe, cujo objetivo é o de medir a força física dos participantes. Vencer o cabo de guerra significa ter os índios mais bem preparados para o confronto físico. Cada povo pode inscrever duas equipes (uma masculina e uma feminina), cada uma com dez participantes, Arco e Flecha foram as provas mais esperadas dos jogos. Os indígenas Tabajara, com uma equipe masculina, participaram nas modalidades Cabo de Guerra e Corrida de Tora; tiveram ótimo destaque. A delegação Tabajara contou não só com os jogadores, mas com uma equipe expressiva de indígenas composta de jovens, crianças, mulheres e adultos que foram torcer e confraternizar-se com os parentes.

Cerca de 350 indígenas competiram nas várias modalidades originárias das tradições indígenas com as esportivas convencionais da sociedade moderna. O importante dos Jogos Indígenas é sua dimensão cultural e espiritual que agrega à sociedade, à divulgação e visibilidade das práticas culturais tradicionais.

Freire (2018) afirma que a prática educativa em si é um testemunho severo de decência e pureza. Destaca, ainda, a seriedade de propiciar condições aos educandos (indígenas) em sua socialização com os outros, avaliar a experiência de assumir-se como um ser histórico e social, que reflete, que opina, que tem sonhos, participa e dá sugestões. É acreditar que a educação é uma forma de transformar a realidade, que não é neutra nem indiferente (Freire, 2017).



Figura 45. Futebol, Aldeia Santa Rita, território Potiguara.
Fonte da autora, 2018.

A resistência desses povos na busca do seu espaço de cidadania permitiu essas práticas emancipatórias. A aproximação, o diálogo e a socialização entre as aldeias; entre os dois povos e com a sociedade não indígena nesses jogos destacam a importância de propiciar condições aos indígenas de se assumirem como agentes da própria história.

É por meio do diálogo intercultural que as possibilidades de espaços de cidadania vão surgindo na trajetória desses povos, garantindo, assim, o reconhecimento de suas expressões esportivas e socioculturais (Figura 45).

Participar dessa competição foi bastante significativa para o fortalecimento do Povo, mostrando a força da ancestralidade, das práticas esportivas e desportivas dos indígenas; foi destaque na região e nas redes sociais, um marco que irriga as raízes e fortalece a nobreza dos Tabajara e dos Potiguara da Paraíba.

4.3.3 Abril indígena

Desde a última década, o dia 19 de abril, vem sendo comemorado pelos povos indígenas e alguns setores da sociedade com mobilização e manifestação sobre a “Questão Indígena”. Esta data, remete a um protesto das lideranças indígenas do continente americano na década de 1940 no 1º Congresso Indigenista Interamericano no México, quando se propôs a debater medidas para proteger os indígenas no território.

No Brasil, 19 de abril, a celebração do Dia do Índio, foi criado pelo presidente da República Getúlio Vargas pelo Decreto-Lei n.º 5.540/1943 de 2 de junho de 1943.



Figura 46. Tabajara: movimento de mobilização, João Pessoa-PB. Fonte da autora, 2018.

Nas últimas décadas, cada ano, o movimento se fortalece, estimulando, durante todo o mês de abril, atividades de homenagem, protesto e reivindicação entre todos os povos indígenas que formam essa nação tão plural e diversamente étnica. Em 2018, houve um grande movimento político em todo o Brasil em prol do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Lula (Figura 46), tendo os Tabajara como apoiadores e participantes, eles sempre estão nos movimentos em favor das comunidades tradicionais e das minorias.

Por muito tempo, as escolas adotaram práticas de apresentar o índio como uma figura folclórica e exótica, mas algumas instituições escolares, sensíveis à questão indígena, vêm adotando práticas educativas diferenciadas, convidando os indígenas para divulgar a real situação desses povos no país, por meio de palestras, oficinas e até com seus rituais. São momentos de reflexão sobre a valorização e preservação desses cidadãos que tiveram e têm papel determinante na formação cultural e étnica da população brasileira.

Também é dia das instituições escolares trabalharem com pesquisas, visita aos museus (exposições), às câmaras municipais, nas redes sociais e em outros espaços, para discutir/refletir sobre a importância dos povos originários na manutenção de suas terras, no respeito às suas manifestações culturais, na elaboração das políticas públicas e nas garantias dos direitos constitucionais. Suas culturas continuam vivas com uma admirável diversidade de línguas, costumes, etnossaberes, mitos e ritos de tradições que vêm resistindo/existindo há séculos. Nesse sentido, a Câmara Municipal de João Pessoa (CMPJ), por meio de propositura do vereador Marcos Henrique do Partido dos Trabalhadores (PT), organizou uma ação mais efetiva em relação aos povos tradicionais da Paraíba.

Em 19 de abril de 2018, às 14h 30min, realizou-se uma sessão especial na data alusiva ao dia do índio com a temática A Questão Indígena na Cidade de João Pessoa. Essa sessão realizou-se no Plenário Fernando Paulo Carrilho Milanês, prédio da Câmara, sendo secretariado pelo vereador Leo Bezerra.

A plenária do auditório do prédio a CMPJ ficou completamente lotada com os indígenas – crianças, jovens, adultos e anciãos fizeram-se presentes para debater e reivindicar seus direitos. A sessão foi presidida pelo vereador solicitante, o vereador Marcos Henrique, que reafirmou a necessidade de políticas públicas que protejam os povos indígenas da Paraíba.



*Figura 47. Tabajara na CMJP e na Aldeia B. De Gramame, PB.
Fonte da autora, 2018.*

No mês de abril o povo indígena participaram de diversos eventos (Figura 47) na cidade e nas aldeias como forma de transformar sua realidade para uma vida melhor.

Segundo Freire (2018a, p. 31), na sua última obra escrita em vida: “uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo”. Apresentar propostas de ações necessárias para as políticas públicas como forma de construir a autonomia do povo indígena Tabajara, valorizando e respeitando sua cultura e seus saberes tradicionais, é uma forma de intervir e transformar a realidade do mundo (Freire, 2018).

Logo em seguida, sucessivos pronunciamentos de esclarecimento sobre a legislação e as políticas públicas foram feitos em favor da população indígena paraibana. A fala de maior destaque foi de Benedito Rachel, responsável pela CTL da Funai na Paraíba, esclarecendo que é imperativo e urgente o povo Tabajara conseguir demarcar seu território para ter acesso às políticas públicas, destacando como referência, o povo Potiguara que tem acesso às políticas efetivamente por ter suas terras demarcadas.

Durante a sessão, constituíram-se diversas falas sobre as dificuldades desses indígenas. Todos os que se encontraram na tribuna ponderaram sobre a necessidade de a comunidade indígena receber a necessária atenção do poder público, prioritariamente nas áreas da Educação e da Saúde como política diferenciada.

A questão que urge neste momento é a demarcação de sua terra para que possam ter acesso às políticas públicas específicas voltadas para os povos indígenas.

Para concluir, redigiram três requerimentos: 1) conteúdo da cultura indígena na escola; 2) atendimento à saúde do povo indígena Tabajara; 3) solicitação para a demarcação da terra Tabajara.

Essa ação de visibilização do poder público no 'Abril Indígena' foi bastante significativa na questão da sistematização de práticas que envolve toda a comunidade para buscar as políticas públicas em prol dos Tabajara, esclarecendo seus direitos, reivindicações e fortalecimento na luta por suas demandas. Esse tipo de ação contribui para minimizar a situação de invisibilidade e preconceito sofrida pelo povo Tabajara.

Uma conquista significativa foi em 27 de junho 2018 ao ser publicada a criação de duas Coordenações Regionais (CR) da Funai no Sul e Nordeste, por meio do Decreto n.º 9.425 de 27 de junho de 2018 (Brasil, 2018). As novas coordenações situam-se em Guarapuava, PR, e João Pessoa, PB. O povo Tabajara será atendido pela unidade que passará a funcionar com a CTL existente na cidade de João Pessoa.

O povo Tabajara recebe a notícia com bastante entusiasmo, pois terão uma coordenação específica que trabalhará exclusivamente nas suas questões e demandas. Quase um ano depois, em 22 de março de 2019, foi designada a servidora Vânia Simone Albano de Lucena, considerando o Decreto n.º 9.661, de 1.º de janeiro de 2019 (Brasil, 2019b), para a função de comissionada do Poder Executivo chefe na Coordenação Técnica Local em Conde, PB, subordinada à Coordenação Regional de João Pessoa.

Em 2019, em João Pessoa, realizaram-se eventos sobre a organização de alguns professores da UFPB direcionados aos indígenas, como Paraíba Indígena, a temática indígena nas atividades acadêmicas da UFPB (Campus João Pessoa), palestras, rodas de diálogo, exposição de fotografias e danças, atividades essenciais que dão visibilidade aos Tabajara.

Contudo, eles podem ser aprimorados no sentido de pôr os indígenas como protagonistas, falando sobre suas reais histórias, para não cair no mesmo equívoco do passado, da história indígena ser escrita ou contada pelo não indígena.

4.3.4 Acampamento Terra Livre (ATL)

O Acampamento Terra Livre nos últimos quatorze anos, tornou-se o maior movimento de práticas de mobilização nacional dos povos indígenas do Brasil. Em

2018, teve como tema Unificar as Lutas em Defesa do Brasil Indígena – pela Garantia dos Direitos Originários dos Nossos Povos.

‘Vamos fazer a guerra com a nossa sabedoria’, expressou uma das lideranças indígenas ... Contra a crueldade de mais de cinco séculos de Invasão, extermínio e genocídio, só a sabedoria, forjada na resistência e guerra permanente, possibilitou a p. 10). sobrevivência dos 305 povos indígenas nos escombros de Pindorama (Heck, 2017, p. 10).

Durante o período do ATL, os Povos Indígenas (Figura 48) de todo território brasileiro e parentes de países vizinhos, reúnem-se para lutar por seus direitos constitucionais e originários que estão sendo permanente e intensamente atacados, principalmente no governo do presidente Bolsonaro.



Figura 48. Indígenas Tabajara na Esplanada dos Ministérios, 15.º ATL. Fonte de José Cruz. Agência Brasil, 2018.

“Hoje os povos indígenas são mais vulneráveis do que nunca, frente à ofensiva dos proprietários de terra e dos grandes projetos econômicos, bem como de projetos políticos que cerceiam os processos de demarcação e autonomia dos territórios indígenas” (Fleuri, 2017, p. 284). Os povos indígenas têm a terra como elemento vital para as formas de organização social, das práticas tradicionais da saúde, dos rituais e da espiritualidade. De todas as reivindicações, a terra é o elemento crucial.

Esse movimento, a cada ano, alcança um número recorde de participantes: etnias de todo o território nacional, como os Tabajara e povos originários de outros países, organizações como a *Alianza Mesoamericana de Pueblos y Bosques*, Aliança dos Povos Indígenas do Arquipélago da Indonésia, coordenadoria das Organizações

Indígenas da Bacia Amazônica e outras, movimento que produz uma lição de democracia diante do governo que trabalha para acabar com os direitos originários.

Em 2018, estiveram acampados entre 23 e 27 de abril na praça do Memorial dos Povos Indígenas, no Eixo Monumental Oeste – a Praça do Buriti em Brasília – mais de três mil indígenas representando os 305 povos de todas as localidades do Brasil. O ATL é organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) mais o apoio de diversas organizações.

A pauta principal de reivindicações foi a continuidade da demarcação das Terras Indígenas (TI), onde clamam contra a tese do “marco temporal”. Segundo Meneguelli (2018), essa tese defende que os indígenas não poderiam retornar às suas terras, cabendo-lhe apenas aquelas já ocupadas por eles quando promulgada a Constituição de 1988. Porém, os direitos indígenas são originários, anteriores ao Estado brasileiro. Oficializada no Diário Oficial da União, Parecer 001/2017, de 20 de julho de 2017, que dificulta o reconhecimento das TI.

Esse entendimento desconsidera o histórico de expropriação territorial e de violência a que nossos povos foram submetidos, uma prática de muitos séculos. É importante dizer, que o marco temporal, deixar os Povo Tabajara apreensivo, pois eles nesta data estavam expropriados do território de tradição dos Tabajara paraibanos.

Em 2018, a delegação Tabajara foi composta por crianças, adultos, líderes (Figura 49), e principalmente jovens no total de trinta indígenas. Participar do movimento do ATL, em Brasília, para buscar seus direitos tem um custo econômico bastante alto. Os caciques buscaram dois meses antes o patrocínio e a colaboração de entidades civis e do governo para custearem transporte e alimentação para viagem. Conseguiram o transporte para Brasília com o apoio e a colaboração do governo do Estado; para alimentação, contaram com a Prefeitura de Conde, Funai, Instituto Socioambiental (ISA) e o Cimi.



Figura 49. Lideranças Tabajara no 14.^a ATL, Brasília, DF.
Fonte da autora, 2018.

A viagem iniciou-se em 21 de abril às 6 horas em um ônibus da Prefeitura de Conde, que transportava todos os indígenas até o Restaurante: a Gauchinha na BR-101, ponto onde todos se encontraram para viajar a Brasília. Antes da partida, os caciques convidaram todos os indígenas a sair do ônibus para se reunirem a fim de agradecer a oportunidade daquele momento e o livramento de todos os perigos durante toda a viagem. Em seguida, realizaram um entusiástico ritual do Toré. A saída foi às 12h30, todos com muito entusiasmo. Em todo o trajeto da viagem, houve descontração e alegria, com muitas brincadeiras, música de jovens e de adultos.

A pesquisadora teve a oportunidade de fazer essa caminhada etnográfica com os Tabajara. Ao chegar ao território do Distrito Federal, os Potiguara (10 indígenas) que viajavam junto dos Tabajara, alegremente, começaram a tocar e cantar toadas do Toré. Todos se alegraram, renovaram as forças, cantaram com toda a força do ser. A energia vivida naquele momento foi indescritível! Em Brasília, já se encontravam várias delegações de outras etnias instaladas e outras que estavam chegando, como a dos Tabajara.

Pela primeira vez, mulheres indígenas de diversas etnias do Brasil tiveram direito de falar na abertura. Nas plenárias, diversas falas das mulheres indígenas foram contempladas. Houve uma representação massiva das mulheres das cinco regiões do país. A pauta com temática bastante politizada destacando o Histórico das Mulheres Indígenas no Acampamento Terra Livre; a contribuição das mulheres na defesa dos

direitos dos povos indígenas e a convocação da Marcha das Mulheres Indígenas. A indígena Taira Kaiapó, do estado do Pará, falou em sua língua original,¹⁵ ressaltando a importância das mulheres no acampamento, no cuidar da natureza.

[...] elas quem cuidam de tudo. Sem as mulheres, não existe nada. Faz muitos anos que acompanho a mobilização mesmo sem saber ler nem escrever. Mas sei me defender. Então, agora que as mulheres indígenas têm acesso à cultura, devem ter mais empenho na luta (Taira Kaiapó, ATL. Comunicação verbal, Brasília, 23 abr. 2018).

Várias outras falas marcantes foram ouvidas:

Temos um histórico de extermínio físico e cultural. Cada espaço deve ser ocupado por nós. Cada espaço divino! É sagrado! Somos guardiões dos saberes tradicionais. Temos as forças dos nossos ancestrais. A força dos nossos encantados. O único povo que não é passageiro é o povo indígena, porque somos raízes. Somos filhos da nossa Mãe Terra. Temos a força da nossa ancestralidade. Nós existimos, somos cacique. A terra é santa, a terra é mãe, a terra é do índio, a terra é de Deus (Heloisa Pankararu, ATL. Comunicação verbal, abr. 2018).

As mulheres indígenas apresentam sua força, seu empoderamento na luta. A cada ação, mostram-se fidedignas nos gestos, nas falas, nos olhares, nos cantos, no balançar dos chocalhos, nos ritos de cada povo, na busca pela efetivação dos seus direitos. Nas suas diferentes línguas, mas com um só significado, uma só voz, um só pensamento, uma só certeza. Todos em um, um em todos! Avante! Demarcação já!

Essas práticas são enriquecedoras para os jovens Tabajara que assistiam atentos a todas as exposições. Maturana (2009, p. 30) afirma: “Como vivermos é como educaremos, e conservaremos no viver o mundo que vivermos como educandos. E educaremos outros com nosso viver com eles, o mundo que vivermos no conviver”. Esses espaços de troca de ensinagem e aprendizagem no contato com outros povos são privilegiados pelos caciques e pelas lideranças para a formação cultural e o fortalecimento de suas práticas.

A programação do ATL foi extensa e dinâmica durante os cinco dias; reuniões com os representantes dos povos que compõem a Articulação dos Povos e

¹⁵ “A língua falada pelos Kayapó pertence à família linguística Jê, do tronco Macro-Jê. Existem diferenças dialetais entre os grupos Kayapó decorrentes das cisões que originaram tais grupos, mas em todos eles a língua é uma característica de maior abrangência étnica, levando ao reconhecimento de que participam de uma cultura comum” (Instituto Socioambiental, 2018).

Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime); plenárias temáticas sobre demarcação e proteção territorial, políticas públicas de saúde e educação indígena, gestão ambiental, sustentabilidade das terras indígenas; violência, criminalização, racismo e discriminação contra os povos indígenas; plenária da juventude indígena; apresentação de filmes e documentários; lançamento de livros; feira de arte indígena; audiências nos Ministérios, na AGU e no Supremo Tribunal Federal (Figura 50).

Na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado realizou-se a audiência pública com o tema Aliança dos Povos Indígenas, Fortalecendo a Autonomia.



Figura 50. Reunião no Supremo Tribunal Federal, Brasília, DF.
Fonte de Ednaldo Tabajara, 2018.

O ATL é um clamor de denúncias dos povos indígenas brasileiros afirmando que continuam sendo massacrados após 518 anos com hordas de esbulho, de apropriação e de aplicação de práticas exterminadoras aos povos para assenhorar-se de suas terras e territórios, das riquezas naturais, dos bens coletivos e de todas as formas de vida que, milenarmente, tentaram proteger e preservar.

No ano de 2019, a partir do dia 1.º de janeiro, o contexto tem sido gravíssimo para os povos indígenas brasileiros; somam-se sérios e inúmeros ataques aos seus direitos, às vidas e às suas terras indígenas. Logo no primeiro dia, após o ato de posse, o presidente Bolsonaro publicou a Medida Provisória (MP) n.º 870, de 1.º de

janeiro de 2019 (Brasil, 2019a), que desmonta a Funai, transferindo-a do Ministério da Justiça para o novo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Daí, adotam-se ataques e invasões articuladas contra as terras indígenas, perseguição, racismo e intolerância à vida dos povos originários; depois veio o desmonte da saúde indígena, quando anunciou mudanças no atendimento à saúde indígena (municipalização) em uma clara intenção de desmontar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (Pnaspi), extinção da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (Cneei) e da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI).

Nessa conjuntura a Apib faz um chamamento no início do mês de abril para a 15.º ATL – 2019, visando passar informações básicas sobre o acampamento e suas motivações conjunturais para as delegações vindas de todo o País.

Em sintonia com a Apib, no sentido de efetivar o movimento indígena, a Apoinme convoca em caráter de urgência para os dias 14 e 15 de março reunião da Coordenação para articular como será o ATL em Brasília. O cacique Ednaldo Tabajara e mais quatro líderes viajaram para Alagoas para participar e articularem juntos as demandas.

Mesmo com o contexto acirrado, realizou-se de 24 a 26 de abril o XV Acampamento Terra Livre – com o tema ‘Sangue Indígena: nas veias a luta pela terra!’ – que reuniu milhares de lideranças indígenas em Brasília para articular estratégias de luta e reafirmar a resistência. Nos anos anteriores, a estrutura logística – colchonete, lona, alimentação e outros – foi patrocinada pela Apoinme para as nações indígenas a fim de dar as condições mínimas para fortalecer sua luta.

Em 2019, em decorrência da crise política, a associação disponibilizou pouco apoio financeiro, mas os povos se deslocaram de sua aldeia para o ATL, levando suas barracas, colchonetes, cobertores, agasalhos, lonas e mais os utensílios domésticos para o preparo dos alimentos. Assim como os demais povos, os Tabajara fizeram um movimento para aquisição de material para participar do ATL, distribuíram ofícios e cartaz solicitando ajuda financeira para a viagem. Conseguiram do governador do estado um ônibus com 48 lugares para a viagem. A Prefeitura de Conde contribuiu com dois mil reais, mais mantimentos não perecíveis para alimentação.

A delegação, em 2019, foi bastante apreensiva pelas ameaças do governo, pois oito dias antes do início do ATL, o presidente convocou a Força Nacional para Brasília.

No ATL, os indígenas vão à luta com o corpo. É cada povo indígena que leva seu corpo e sua cultura para a luta. O corpo vai à luta! Esse corpo que é discriminado, que muitas vezes é deixado de lado por algumas religiões. É estigmatizado! É esse corpo que mostra o que é ser indígena. Então, fiquei refletindo: sua maior arma é sua dança, sua pintura, sua indumentária que levam para o ATL. Não é arma! É lança também! O que mais se usa é o pé no chão. É esse corpo! (Cristina Tabajara. Informação verbal, Aldeia Vitória, dez. 2018).

A reflexão de Cristina Tabajara leva a perceber como os povos indígenas são resistentes, como transmutam pela conquista da sobrevivência. Outrora lutavam com armas manuais entre eles pela caça, pela dominação de um território e depois enfrentaram o europeu com suas potentes armas. Hoje lutam com seu corpo por meio da dança em todos os locais, onde for preciso marcar presença em prol de seus direitos.

No ATL, a delegação do povo Tabajara da Paraíba e os povos indígenas, de todo o Brasil, enfrentaram o devastador sistema que os quer devorar. Uma das práticas mais utilizadas, foi seus rituais de dança e cantos, signos diacríticos de indianidade. É com a dança que manifestam todo o potencial de espiritualidade, de força, de crença, acreditando que todos os encantados, todos as divindades da natureza estão fortalecendo-os a cada gesto, a cada olhar, a cada movimento da vida.

Os povos indígenas que resistiram ao processo de colonização, às epidemias, às tutelas de governo militar, ao etnocídio, à negação de sua identidade e das suas culturas, nesses cinco séculos, não é agora que vão ser vencidos. Finalizo esta seção sobre essas sábias práticas dos povos indígenas com o grito de RESISTÊNCIA: “Diga ao povo que avance. Avançaremos!”

4.3.5 A 2.^a Assembleia do Povo Indígena Tabajara da Paraíba

No litoral de um imenso território que recebeu vários nomes até ser denominado de Brasil a História registra que ancoraram caravelas com os europeus há 520 anos, e que esses impuseram seus saberes, seu poder, sua cultura aos povos nativos a ponto de impelir suas formas de ser e viver.



Figura 51. Toré na Mata, 2.ª Assembleia do P. I. Tabajara. Fonte da autora, 2018.

No entanto, a mesma história constata as estratégias, os movimentos de resistência e até subversão, a assimilação e a integração por esses séculos. Desta forma, o povo originário Tabajara compartilha da História nacional na resistência por seus direitos culturais, políticos e sua terra tradicional por meio de vários movimentos. Uma etapa bastante rica da pesquisa foi participar e coletar dados na Segunda Assembleia do Povo Indígena Tabajara do litoral sul da Paraíba (Figura 51).

Para a realização da assembleia, era necessário um local especial, emblemático, que marcasse etnograficamente a solenidade. Esse espaço seria uma oca, elemento espacial fundamental da cultura indígena atualmente. Há alguns anos, os Tabajara da Aldeia Vitória tinham a aspiração da construção da oca para realização de seus festejos ou suas cerimônias. Esse anseio tornou-se realidade quando a Funai elaborou um projeto que proporcionou a liberação de uma verba para construção da oca. O material foi chegando aos poucos, mas as toras de pau para levantar a oca demoraram bastante. A data da assembleia se aproximava e a ansiedade aumentava pelo espaço para a assembleia. Enfim, faltando 15 dias para a realização da assembleia, chegou à madeira.

Os indígenas mais habilidosos se dedicaram à edificação do tão sonhado espaço de convivência. Exigiu muito trabalho e esforço da parte de alguns indígenas que trabalharam diuturnamente para edificar a estrutura de madeira mais a cobertura de capim de piaçava, o que resultou em uma arquitetura belíssima. Enfim, com muito trabalho, idas e vindas com os preparativos e expectativas chegou o dia 14, o dia D!

A 2.ª assembleia realizou-se nos dias 14, 15 e 16 de dezembro de 2018 na Aldeia Vitória, Mata da Chica no município de Conde. Iniciou-se na sexta-feira, às 14 horas, com uma apresentação do elemento mais emblemático da cultura indígena dos

povos do Nordeste, o Toré. Um grupo de indígenas vestidos a caráter, reunidos em frente à oca, desceram pela estrada principal até a porteira da aldeia; tocando seus maracás e cantando as toadas, executaram sua prática cultural, religiosa e política de forma bastante sistemática. Em seguida, voltaram até o terreiro sagrado no interior da mata, onde realizaram um energizante ritual do Toré. O ritual foi acompanhado por outros indígenas, autoridades convidadas, visitantes e estudantes universitários.

Após o ritual de abertura na oca, foram chamados a compor a mesa as lideranças do povo Tabajara – cacique Carlinhos, cacique Ednaldo e Paulo Maciel; as lideranças do povo Potiguara cacique geral Sandro Gomes e José Ciriaco (capitão Potiguara); a representante do Cimi, Maria C. Glória Santos; o representante da Funai, Petrônio Cavalcanti, e a gestora municipal Márcia Lucena (Figura 52).



Figura 52. Abertura da 2.^a Assembleia Tabajara, Aldeia Vitória.
Fonte da autora, 2018.

Cada representante falou sobre a importância da Assembleia e agradeceu sua participação. Em seguida, a mesa foi desfeita e formou-se a segunda mesa com a primeira temática a ser debatida: Justiça e Demarcação de Terra. Com os defensores públicos, os advogados Andreia, Manfredo e Orlando, que expressam o compromisso da Defensoria Pública com o povo Tabajara, falaram sobre a importância dos direitos humanos e da atual conjuntura política que viola os direitos dos povos indígenas.

Às 18 horas, encerraram as falas, a mesa foi desfeita e o público foi chamado para jantar. Cerca de 180 pessoas, entre indígenas, pesquisadores, universitários e autoridades, estiveram presentes nesse dia.

Às 20 horas, iniciou-se a noite cultural com a participação do grupo de coco de roda “Novo Quilombo” do povo quilombola do Quilombo Ipiranga. Momento de integração e fortalecimento entre as culturas (Figura 53). Quilombolas, indígenas e visitantes dançaram coco e ciranda animadamente.

No dia 15, segundo dia do evento, estava programada na pauta dos trabalhos a Assembleia das Mulheres e Assembleia dos Jovens no turno da manhã. Os jovens e as crianças abrem os trabalhos com o ritual do Toré, o que abrilhantou e trouxe muita energia para todos.



Figura 53. Grupo de Coco do Quilombo do Ipiranga, 2.^a Assembleia Tabajara. Fonte da autora, 2018.

Às 9h30, iniciaram-se as atividades da Assembleia das Mulheres: Voz das Indígenas Tabajara da Paraíba. A mesa estava composta pelas lideranças Tabajara e a representante do Cimi. As indígenas falaram sobre a importância da força e voz feminina, do protagonismo da mulher indígena. As atividades da mesa foram mediadas pela líder Natália Rodrigues, que, ao fim das falas, evidenciou o objetivo da assembleia feminina: fortalecer, promover, organizar, articular e defender a participação das mulheres nas diversas instâncias, visando assegurar e viabilizar a defesa em favor de seus direitos e contra a violência.



Figura 54. Assembleia das Mulheres, 2.^a Assembleia Tabajara.
Fonte da autora, 2018.

Em seguida, convidou as mulheres indígenas e mulheres do público presentes para formarem três grupos a fim de se discutir três eixos temáticos. Eixo I – Violação dos direitos, empoderamento político e participação das mulheres Tabajara; Eixo II – Direito à saúde, educação e segurança; Eixo III – Direito à cultura, tradição e diálogo inter-relacional (Figura 54).

As discussões geraram-se em cima de propostas, ancoradas de acordo com suas demandas. A finalidade foi construir um documento para ser entregue às instâncias públicas nas esferas federal, governamental e municipal. Como última pauta, convocou-se uma eleição para líderes femininas representantes das mulheres Tabajara em cada aldeia. Da Aldeia Vitória, escolheram-se Natália Rodrigues e Bruna Flávia Rodrigues e da Aldeia Barra do Gramame, Simone Bernardo e Janiara Araújo.

Após a Assembleia das Mulheres, às 10h40, iniciou-se a composição da segunda mesa para a Assembleia dos Jovens indígenas Tabajara, com a seguinte finalidade: estimular a juventude a cada vez mais a conhecer, lutar e garantir as oportunidades e direitos como geração que será responsável pela continuação da alteridade e transmissão dos etnosaberes do povo Tabajara; reivindicar políticas públicas e inclusão social, fatores fundamentais que devem nortear como meta os projetos dos jovens indígenas. As lideranças jovens falaram sobre a importância do empoderamento da identidade indígena pelos jovens Tabajara, suas dificuldades e anseios nas duas culturas, na escola e outros desafios impostos pela sociedade (Figura 55).

A liderança jovem Raíssa Marília faz os encaminhamentos para as atividades dos eixos temáticos e desfaz a mesa. Três grupos são formados com as temáticas: Eixo I – Protagonismo Juvenil e Educação; Eixo II – Intercâmbio de Saberes e da Cultura Tradicional. Houve uma discussão calorosa sobre as demandas dos jovens, que escolheram as propostas para redigir o documento final.



Figura 55. Assembleia dos Jovens, 2ª Assembleia do P. I. Tabajara.
Fonte da autora, 2018.

Às 12 horas, concluíram os trabalhos e saíram para o almoço. Às 14 horas, voltaram para a terceira mesa com a temática: Conjuntura Política e Povos Indígenas; em seguida, uma quarta mesa com a temática: Saúde Indígena encerrando os trabalhos do dia.

No domingo, terceiro e último dia do evento, foi puxada uma roda de Toré pelas crianças como atividade de abertura dos trabalhos. A mesa foi composta pelas líderes indígenas para discutir a eleição do Conselho de Lideranças. A reunião seguiu dentro da normalidade até quando se separaram para a escolha de lideranças para o conselho em três grupos: Aldeia Vitória, Aldeia Gramame e grupo da cidade. A volta foi bastante tumultuada quando o grupo da cidade expressou o desejo de eleger Paulo Tabajara como cacique da cidade.

Houve paralização do público no primeiro momento, depois teve consentimento de alguns, e outros rejeitaram; principalmente da parte da liderança Simone Tabajara,

houve muitas controvérsias e questionamentos. O maior questionamento foi o fato de Paulo Tabajara não ter aldeia.

A 2.^a Assembleia Tabajara reuniu cerca de 250 pessoas durante os três dias; estiveram presentes estudantes universitários, secundários, convidados, autoridades, indígenas da cidade e das aldeias, caciques e lideranças representantes do povo Potiguara do litoral norte da Paraíba. Para reforçar o diálogo no evento, também estiveram as instituições públicas como Prefeitura de Conde, Funai, IFPB, UFPB, Cimi e Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). A realização da Assembleia foi um importante instrumento de luta do povo Tabajara para a elaboração de estrutura e de estratégias das demandas políticas internas e externas, e fortalecimento da cultura, práticas essenciais a esse povo historicamente guerreiro.

4.3.6 O 1.º Grito Indígena Tabajara da Paraíba

Pela primeira vez, o povo Tabajara realiza um evento de tal porte político, com tantos representantes de instituições públicas presentes. O 1.º Grito Tabajara realizou-se de 29 e 30 de abril de 2019, na Aldeia Vitória, Mata da Chica, Conde, PB.



Figura 56. 1.º Grito Indígena Tabajara da Paraíba, A. Vitória. Fonte da autora, 2018.

Teve como objetivo dar visibilidade, fortalecer a identidade e mostrar a força cultural desse povo originário da Paraíba, sendo promovido pelo PPGCR da Universidade Federal da Paraíba (Figura 56). A pauta demonstrou todo o potencial da mobilização do evento, com temáticas que abordaram as demandas mais urgentes desse povo, por meio de diálogo com três Rodas de Conversa: a primeira, discutindo

os Tabajara e as política educacionais; a segunda, políticas públicas, e a terceira, as garantias dos direitos constitucionais do povo indígena.

As apresentações culturais com o ritual do Toré, venda de artesanatos, livros, cerâmica, pintura e gastronomia diferenciaram o evento que reuniu mais de duzentas pessoas.

A presença da Funai, representantes de deputados, da UFPB, do IFPB, do Uniesp, Prefeitura de Conde, lideranças do povo Potiguara, o Cimi, universitários e estudantes secundaristas, e os indígenas. O procurador regional dos Direitos do Cidadão (PRDC-MPF), José Godoy Bezerra de Souza, e o procurador-chefe do MPF na Paraíba, Marcos Queiroga, participaram do 1.º Grito Indígena Tabajara da Paraíba. “No próximo ano, realizem o 2.º Grito Tabajara. Foi um momento importantíssimo. Os Tabajara precisam ter seus direitos assegurados. O MPF, através da PRDC, continuará lutando pelos direitos dos indígenas” (José Godoy de Souza. Informação verbal, Aldeia Vitória, abr. 2019).

Esse evento nasceu do desejo que o cacique Ednaldo Tabajara tinha em receber o procurador regional dos Direitos dos Cidadãos na Paraíba, José Godoy, na Aldeia Vitória. Em conversa, o professor Dr. Lusival Barcellos da UFPB – que continuamente acompanha esse povo – expressou a vontade de dialogar sobre as políticas e direitos dos Tabajara, como também sobre a conjuntura política atual. “Não houve muitas melhorias para os povos indígenas nos últimos anos, porém, a perspectiva atual é de retrocessos. Não aceitaremos nenhum direito a menos” (Ednaldo Tabajara. Informação verbal, Aldeia Vitória, abr. 2019).

O professor Lusival sentiu-se estimulado e imediatamente iniciou a mobilização para efetivar o evento com todo o aval do cacique Ednaldo Tabajara e demais lideranças. Nesse período, as lideranças viajaram para o ATL que estava realizando-se em Brasília, mas o professor não esperou pela volta dos indígenas. Reuniu seus alunos de mestrado e doutorado em Ciências das Religiões e mostrou a necessidade e importância da realização do encontro para os Tabajara.

Dessa forma, contou com o apoio logístico e financeiro da maioria deles; a confecção da arte do evento, programação, entrega de ofícios, estrutura e a alimentação. Quando os indígenas retornaram na véspera do encontro, já estava tudo organizado. Banner, faixas, confirmação das autoridades. Os indígenas da aldeia organizaram a estrutura e limpeza do local.

O evento denominado 1.º Grito iniciou-se às 17 horas com toadas do Toré, saindo da frente da oca, caminharam cantando até o terreiro sagrado da mata. Alguns indígenas levavam na mão uma tocha acesa confeccionada em bambu. Lá chegando, realizaram um grande ritual.

Logo após, voltam à oca de chão de terra batido, dão as boas-vindas, faz-se a apresentação, forma-se a mesa – representante da Secretaria de Educação do Estado, secretária de Educação do município de Conde, representante do IFPB. Em suas falas, as lideranças reafirmaram seu compromisso de luta por seu povo e a união do povo diante da conjuntura política. Desfaz-se a mesa para a roda de diálogos com os universitários Tabajara e os representantes da Educação. Nesse momento, houve a fala dos universitários sobre suas dificuldades e vitórias no universo acadêmico. Registrou-se as falas de Janiara Bernardo, Maison Moreira da Silva, Jaciara Maciel, Juscelino Sousa, Bruna Rodrigues, Raissa Rodrigues, Natalia Rodrigues, Cristina Conceição e Tatiana Rodrigues.

A estudante universitária Natalia, caracterizou o evento, expressando que o 1º Grito é uma forma de chamar atenção sobre a discussão dos direitos e do território indígena, e mostrar aos governantes e a sociedade civil a respeito da existência de um povo que foi silenciado por mais de cem anos. Um povo que mesmo em silêncio resistiu. Hoje são os frutos dos que vieram antes, dos ancestrais. Mas que estavam ali para mostrar a cultura Tabajara, e que são raízes e pertencem a aquele território. “Enquanto tiver um índio vivo, haverá luta, vai haver resistência. Avante meu povo!” (Natália Tabajara, informação verbal, abr. 2019).

A graduada no Curso de Licenciatura em Dança da UFPB Cristina da Conceição Resende (2018) foi a primeira indígena Tabajara a escrever um trabalho de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado Toré do povo indígena Tabajara da Paraíba: estrutura, crença e ressignificações sobre sua etnia.



*Figura 57. 1.º TCC Tabajara, Cristina Tabajara.
Fonte: Cristina Resende, dez. 2018.*

Hoje em dia, a gente consegue encontrar muitos indígenas na universidade. Mas não é o suficiente! A gente quer mais! A gente quer concorrer de igual para igual. Quer chegar lá dentro e saber o que fazer. O universo acadêmico é totalmente diferente de sua realidade. Você não sabe nem fazer uma redação direito. Uma das possibilidades que o Estado pode ofertar é um curso preparatório diferenciado para as comunidades indígenas. Para que eles possam ter acesso à universidade. Temos jovens fora da faixa etária no ensino fundamental e médio. Alguns já pensam em desistir e fazer a prova do Exame Nacional para Certificação de Competência de jovens e Adultos (Encceja). É bom! Mas o aluno chega muito deficiente de conteúdo, sem base (Cristina Tabajara. Informação verbal, Aldeia Vitória, abr. 2019).

Cristina Resende narra sobre sua vitória, além de sugerir de como se poderia melhorar a política educacional para oportunizar o acesso do indígena na universidade. e apresenta para a comunidade e o público presente (Figura 57).

A noite do 1.º Grito foi marcada por momentos de testemunhos bastante fortes, significativos e de fortalecimento para os Tabajara. Os dois dias foram para refletir, reivindicar políticas públicas para os Tabajara. Essa primeira edição foi norteadada por esclarecimento sobre as políticas públicas para o indígena na saúde, terra e na educação. As mesas pautaram a conjuntura perigosa e ameaçadora da política nacional, enfatizando os retrocessos e as intimidações à existência atualmente, decorrentes do governo Bolsonaro, em especial para a população indígena.

4.3.7 A Manifestação da Rodovia dos Tabajara

A historiografia do território do litoral sul, de acordo os documentos e os depoimentos sobre os séculos passados, comprovam a presença dos índios Tabajara na região. Era esse espaço onde eles transitavam. No entanto, a política opressora de integração os denominou de caboclos, com a intenção de exterminar totalmente os povos originários. Dessa forma, por caboclos, até os próprios se reconheciam.

Trata-se de uma região sempre bem-vista, cobiçada por constituir-se de extrema beleza natural de praias e falésias, mata de restinga e manguezais. De clima agradável, tendo uma temperatura média anual de 22C a 30C, a umidade do ar em média 70%. O período da estiagem fica entre 5 e 6 meses.

Quanto ao uso agrícola, a exploração da fruticultura é bastante diversificada – mamão, coco, banana, caju, manga e outros; a cultura alimentar da prática da agricultura familiar, mandioca, milho, feijão-de-corda, inhame, que produz economicamente para toda a região sul, e o turismo que recebe visitantes de todo o mundo. Nesse contexto, várias estradas cortam a região como via de passagem de turistas e escoamento dos produtos produzidos na agricultura.

Em 2018, a estrada de acesso à região, a PB-018, com 16,8 km de extensão, recebeu um projeto de adequação e restauração, e alargamento da plataforma para 10 metros, sinalização, recapeamento e implantação de ciclo faixa. É a principal rodovia que interliga a BR-101 à cidade de Conde, e a praia de Jacumã no litoral sul paraibano foi pavimentada pela primeira vez em 1982.

Com essa restauração, recebeu uma denominação complementar PB-018 – Rodovia dos Tabajaras – em homenagem aos povos originários. No início do mês de abril, o cacique Ednaldo Tabajara recebeu o convite o seu povo participar da solenidade de entrega da adequação e restauração da PB-018 (Figura 58).



Figura 58. Rodovia dos Tabajara, Conde, PB.
Fonte da autora, 2019.

A solenidade realizou-se no dia 5 de abril às 10 horas, na Praça Pedro Alves no centro da cidade de Conde, PB. Nesse dia o povo Tabajara, como sempre quando é convidado para algum festejo, reuni seus curumins, jovens, mulheres e líderes, que vestidos com seu traje tradicional, dirigiram se para a localidade.

Era uma manhã ensolarada, por volta das 9 horas, quando chegaram à praça os indígenas da Aldeia da Barra do Gramame, liderados pelo cacique Carlinhos Tabajara. Logo após, chegaram os indígenas da Aldeia Vitória, liderados pelo Cacique Ednaldo dos Santos Silva, que se juntaram aos demais para aguardar a chegada das autoridades políticas.

Com o anúncio da chegada das autoridades, os indígenas iniciaram um caloroso e energizante Toré, um ritual simbólico que abre culturalmente o evento de inauguração da Rodovia dos Tabajaras. Assim, no processo de ensinar e aprender, o ritual do Toré é praticado por crianças e jovens na (re)construção de sua identidade cultural na atualidade. Para isso, faz se necessário alimentar seus ritos, mitos, sua cultura, para se manter como povo vivo.

O governador do Estado, a prefeita do município, vereadores, deputados e demais autoridades presentes saúdam os indígenas, das crianças aos anciãos.

Muitas são as solicitações das pessoas presentes para serem fotografadas com os indígenas. O cacique Ednaldo Tabajara, em pronunciamento, fala da importância do nome da rodovia para visibilidade da etnia. As crianças e jovens Tabajara são as pessoas que mais chamam a atenção dos presentes pela demonstração de alteridade

na dança e no canto. A estrada recebeu o nome da Rodovia dos Tabajara, fato que será um divisor de águas para a divulgação da etnia.

4.3.8 A 6.^a Conferência Nacional de Saúde Indígena (CNSI)

Esta seção trata sobre a 6.^a Conferência Nacional de Saúde Indígena – Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas: atenção diferenciada, vida e saúde nas comunidades indígena. As Conferências de Saúde são espaços democráticos de discussão e articulação coletiva em volta de sugestões e estratégias de organização, avaliação das políticas de saúde e proposição de diretrizes que deverão orientar a revisão de políticas vigentes ou aprovação de novas diretrizes para as atuais políticas públicas de saúde.

Efetivada desde 1986, a Conferência Nacional de Saúde Indígena chega à 6.^a edição como um marco do diálogo do Estado brasileiro com os povos originários do país. Ela pode e deve ser realizada a cada quatro anos conforme a Lei n.º 8.142/90 de 28 de dezembro de 1990. Porém, as conferências temáticas podem realizar-se nessa periodicidade ou ser convocadas pelas conferências gerais; como a saúde indígena dispõe de uma estrutura especial na organização estrutural do SUS, ela se configura por meio de um subsistema denominado Subsistema de Atenção à Saúde Indígena e o Controle Social da Saúde.

Planejado por uma equipe de trabalho formado por representantes de indígenas, de trabalhadores e da gestão, o Documento Orientador foi elaborado para promover os debates das etapas locais, distrital e nacional. Para atender as demandas dos povos indígenas, sete Eixos Temáticos foram escolhidos. São eles: Articulação dos Sistemas Tradicionais Indígenas de Saúde; Modelo de Atenção e Organização dos Serviços de Saúde; Recursos Humanos e Gestão de Pessoal em Contexto Intercultural; Infraestrutura e Saneamento; Financiamento; Determinantes da Saúde; Controle Social e Gestão Participativa.

A 6.^a CNSI foi estruturada mediante realização de reuniões com prazo determinado. A primeira, a etapa local nas aldeias (de acordo com a demanda de cada etnia), com reuniões dos conselhos de saúde para escolha dos delegados, nos Polos Base ou em local que permitisse a participação das comunidades vinculadas ao Conselho Local de Saúde Indígena (CLSI). A segunda, a Etapa Distrital, em que se estruturaram as propostas e a escolha dos delegados para a etapa final em Brasília.

Entre outubro de dezembro de 2018, os povos indígenas, de todo o Brasil, realizaram 302 conferências locais e 34 distritais nacionalmente.

Na Paraíba, a mobilização para 6.^a CNSI iniciou-se com a realização de reuniões nas aldeias com os conselhos e depois reuniões nas Etapas Locais do povo Potiguara e do povo Tabajara.

Os indígenas Tabajara realizaram, na Barra do Gramame, primeiro uma reunião para estruturação do conselho local, onde se escolheram titulares e suplentes. Foram eleitos seis titulares: cacique Ednaldo Tabajara, cacique Carlinhos Tabajara, Juscelino Tabajara, Raissa Tabajara, Zenaide Conceição e Dooraci da Conceição. Depois, discutiram-se suas demandas e prioridades na saúde para apresentar na Etapa Local.

Durante a pesquisa, a tática sempre foi buscar saber com os indígenas quais eventos estariam realizando-se no interior e fora das aldeias. Dessa forma, quando confirmado algum evento, buscava estar acompanhando, percebendo as práticas mais relevantes. Dessa forma, também foi com a 6.^a CNSI.

Na etapa local dos Tabajara, o espaço escolhido para realização foi a Aldeia Vitória. Chegou-se na véspera, no dia 24 de setembro de 2018, à tarde, para participar e pesquisar o evento acompanhada de Maria C. Glória Santos, funcionária do Cimi, que foi convidada a participar.

Uma prática que se tornou rotineira entre eles é realizarem reuniões para pensar em suas necessidades, questionar seus direitos e suas demandas. Na pauta, o conteúdo abordado são sempre as memórias, a cultura, o fortalecimento da identidade e o empoderamento da etnia indígena.

À noite, na véspera da conferência local de saúde, presenciou-se um trabalho desenvolvido de práxis educativa, em que o líder fazia questionamentos sobre as demandas básicas da saúde. O cacique Ednaldo Tabajara reuniu todos os indígenas moradores e membros do Conselho de Saúde da aldeia, orientando como reivindicar suas necessidades da saúde e na limpeza da aldeia. “É preciso colocar as demandas de exames e outras necessidades. É dia em que as autoridades vão estar para cobrar delas. Quem puder contribuir levando propostas pode levar” (Ednaldo Tabajara. Comunicação verbal, Aldeia Vitória, set. 2018).

Essa prática instiga os indígenas a conhecer e reivindicar seus direitos, a planejar as atividades a serem realizadas. É mais uma ação que tem fortalecido e

conscientizado o grupo sobre seus direitos e deveres. Na ocasião, mais depoimentos foram obtidos do cacique.

Os dez conselheiros podem participar efetivamente. Amanhã é um momento histórico. Cada vez que acontece um evento na aldeia é um momento novo. Nada do que fiz até hoje não foi para mim nada. Porque para evento, cada reunião que vou ou participo, para mim, é estar participando do zero. Porque vou ter que aprender mais. Se não for para as reuniões, saio no meio do mundo procurando aprender. Como vou liderar vocês? Então, aqui está uma prova do trabalho com vocês. Dos doze anos de luta. Aqui estão os troncos velhos. Se não fosse esse pessoal, nós não estávamos aqui. Através deles, vieram as lideranças, tudo começou aqui (Ednaldo Tabajara. Informação verbal. A. Vitória, 2018).

Aqui, Ednaldo está falando para os indígenas da aldeia. Tem muitas crianças e jovens. Nesta oficina, ele mostra uma foto com os troncos velhos e a dele.

Então, pessoal, eu quero que repitam comigo: tudo começou pelos nossos troncos mais velhos. Depois dos troncos velhos, vieram os líderes. Depois dos líderes, vieram nossas mulheres. Por que nossas mulheres? Eu casei com Natália. Carlinhos casou com Simone. Naldinho casou com Andreia. Gero casou com Selminha. Leo casou com Márcia. Nasceram as lideranças. (Ednaldo Tabajara. Informação verbal, Aldeia Vitória, set. 2018).

Na manhã do dia 25 de setembro de 2018, a primeira oportunidade foi a de fazer uma entrevista com o cacique, solicitando que falasse sobre a importância da Conferência da Saúde.

A 6.^a Conferência de saúde indígena para nós, Tabajara, tem um grande significado. É uma conquista! Porque na 5.^a Conferência nós ficamos de fora, inclusive a etapa se realizou aqui no Conde. Discutir saúde indígena e a gente ficar de fora é muito complicado ... A palavra-chave para nós é resistência! A nossa resistência foi o que obrigou os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei) Potiguara a nos dar oportunidade de a gente estar participando. Inclusive está na comissão organizadora da etapa local da 6.^a Conferência. O primeiro encontro da 1.^a etapa local realizou-se em 18 de setembro no município de Baía da Traição; no dia 19, na cidade de Marcação e hoje, dia 25, aqui na Aldeia Vitória, Conde, e dia 29 no Rio Grande do Norte. Para a etapa da Conferência Distrital, não foi definido o local nem a data. Outra conquista foi consegui viajar com a comissão para Brasília. Falei pela primeira vez com o secretário de Saúde Indígena para afirmar alguns pontos e necessidades nossas. Reafirmamos que a gente precisa de um transporte, vagas para AIS e um Polo base de

saúde para nossa aldeia. Até mesmo, ele colocou isso para nós em um documento: dois Agentes Indígenas de Saúde e de Saneamento (Aisan) e uma viatura para dar assistência à duas aldeias (Ednaldo Tabajara. Informação verbal, Aldeia Vitória, set. 2018).

De acordo com o depoimento do cacique, a saúde Tabajara necessita dos instrumentos mais elementares. A saúde indígena Tabajara é vinculada ao Dsei Potiguara, isto é, do orçamento daquele povo é cedida uma pequena parte para o povo Tabajara.

A etapa local foi bastante movimentada pela manhã, com a chegada dos trabalhadores do Dsei e da Sesai, de alguns indígenas e lideranças Potiguara, dos Tabajara da Aldeia Barra do Gramame e alguns indígenas Tabajara da cidade (Figura 59). Formou-se a mesa com as lideranças Tabajara e Potiguara, coordenador da Sesai. Na fala de abertura, houve a exposição da importância da conferência, como também as orientações sobre como seriam os procedimentos dos trabalhos. Com os conteúdos dos sete eixos temáticos, trabalhou-se com oficinas.



Figura 59. Etapa local do Povo Tabajara (6.^a CNSI), Aldeia Vitória.
Fonte da autora, set. 2018.

Indicou-se um coordenador de acordo com os sete eixos, as pessoas foram encaixando-se nos temas que interessavam a elas, que abordavam as necessidades e demandas da saúde indígena. Textos lidos, discutidos, organizadas as propostas e demandas para apresentar na plenária.

A plenária transcorreu com bastante discussão, mas, por fim, as propostas foram acolhidas por todos. Logo depois, foi o momento da escolha do delegado para ir à conferência final em Brasília. Entre o povo Tabajara, houve desentendimento na escolha do delegado. A questão maior é que muitos queriam ser escolhidos, mas só havia uma vaga, e isso causou constrangimento entre eles. Porém, depois de um demorado diálogo, encontram uma solução.

A Etapa Distrital realizou-se nos dias 27, 28 e 29 de novembro de 2018 na Pousada Corais de Carapibus no município de Conde, PB. A conferência contou com um público de 150 pessoas, contemplando três povos indígenas, povo Potiguara do Rio Grande do Norte, povo Potiguara e povo Tabajara da Paraíba. Contou-se com a presença do coordenador da Apib, cacique Darã, de não indígenas e trabalhadores da saúde. Dos três povos, só o povo Potiguara paraibano possui Dsei. A grande luta, das outras duas etnias, é pelo sistema de saúde independente.

O Dsei Potiguara fornece, por meio de muita pressão, algumas demandas para a saúde do povo Tabajara. Os indígenas Tabajara recebem assistência à saúde com uma equipe formada pelos seguintes profissionais: um médico, um dentista e técnico, um enfermeiro, um técnico de enfermagem e um agente de saúde (indígena). Esses profissionais são levados a cada quinze dias às Aldeias Vitória e Barra do Gramame.

Na abertura da 6.^a CNSI – Etapa Distrital, realizou-se um grande Toré com os líderes, caciques, o pajé e indígenas do povo Potiguara. Um trabalhador da saúde mediou as atividades na mesa, o indígena Josafá Potiguara. Para formação da mesa, foram convidados os indígenas Potiguara paraibanos, trabalhadores do Dsei e os coordenadores. O curioso nessa composição é que os indígenas das outras etnias não foram convidados. Dessa forma, deram início às falas.

No momento, que o cacique Darã, estava falando foi interrompido pelo som de chocalhos. Eram os dois caciques Tabajara que adentraram no auditório lotado de pessoas, balançando os chocalhos, protestando pela falta de consideração por não terem sido convidados a participar da mesa. Caminharam até a mesa e posicionaram-se ao lado aguardando o fim das alocações para terem a oportunidade também de fala. Após a fala de Darã, ouve um intenso e conflituoso debate entre as etnias e a coordenação do evento. Depois de muitos posicionamentos conseguiram chegar a um acordo.

Após o almoço, às 14 horas, iniciaram-se os grupos de trabalho com a discussão dos sete Eixos Temáticos da 6.^a CNSI: Articulação dos Sistemas Tradicionais Indígenas de Saúde; Modelo de Atenção e Organização dos Serviços de Saúde; Recursos Humanos e Gestão de Pessoal em Contexto Intercultural; Infraestrutura e Saneamento; Financiamento; Determinantes da Saúde; e Controle Social e Gestão Participativa. No segundo dia, houve a continuação das discussões e das propostas. À tarde, fez-se a escolha dos delegados para a etapa final em Brasília.

Foi uma disputa bastante acirrada com os candidatos Potiguara. Por sorte do cacique Ednaldo, que havia insatisfação interna entre os Potiguara. Sendo assim, Ednaldo teve o apoio dos parentes Potiguara, conseguindo 32 votos. Foi um número expressivo, causando até dor de cotovelo nos candidatos Potiguara que não conseguiram eleger-se. Com esse resultado, foi escolhido como um dos delegados representantes na final em Brasília. No último dia, apresentou-se o resumo das propostas para a nacional em Brasília e a propositura das moções do povo Tabajara e do povo Potiguara do Rio Grande do Norte.

Com a conjuntura política do governo brasileiro atual, não há data marcada para a realização da 6.^a CNSI. Cogitou-se transferir a responsabilidade da saúde indígena do âmbito federal para o municipal. Os povos indígenas são de posição contrária a quaisquer tentativas de municipalizar ou estadualizar a saúde indígena. Nesse sentido, uma pauta do Documento final do XV Acampamento Terra Livre, reivindica a manutenção da saúde é de responsabilidade Federal:

Manutenção do Subsistema de Saúde Indígena do SUS, que é de responsabilidade federal, com o fortalecimento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), a garantia da participação e do controle social efetivo e autônomo dos nossos povos e as condições necessárias para realização da VI Conferência Nacional de Saúde Indígena (Acampamento Terra Livre, 2019).

A etapa final da 6.^a conferência está para ser realizada de 1.^o a 4 de julho de 2020 em Brasília. Tem como objetivo atualizar a Pnaspi, redefinir as diretrizes e efetivar as singularidades étnicas e culturais no modelo de atenção à saúde dos povos indígenas.

Neste capítulo apresentamos recortes das práticas educativas dos Tabajara da Paraíba, uma vez que elas acontecem diariamente e constantemente sem essa sequência que foi preciso fazer, para demonstrar num texto escrito.

A observação das práticas e os depoimentos recorrentes à utilização e o desenvolvimento das práticas, levam a considerar como instrumento fortalecedor do empoderamento na luta pelos direitos, pela identidade étnica, para implementar as relações dentro e fora das aldeias, como forma de políticas afirmativas na vida desse povo. Onde estiver um Tabajara, ali está acontecendo uma prática educativa.

V CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E IMPLICAÇÕES



Figura 60. Bombo e fogueira, elementos da cultura Tabajara.
Fonte da autora, 2020.

Chega o momento de uma retrospectiva do conjunto dos registros da Tese. Aqui, pontuam-se as trilhas, a persistência e os rumos motivadores da sua construção, a qual foi norteadada por sentimentos de inquietações, descobertas, prazeres, estranhamento e até desapontamentos.

Havia uma aproximação com os indígenas desde a dissertação de mestrado. Porém, o espaço, o momento, o tempo, o contexto eram outros! Alguns comportamentos, costumes e a ética naquela comunidade, por vezes, causou distanciamento. Momento de parar, observar, olhar e fazer uma profunda reflexão para se situar, lembrando o olhar do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (2010), que muito contribuiu para desconstruir paradigmas, compreender o lugar do outro e da pesquisadora na cultura indígena do século XXI. Havia um imaginário ainda bastante colonialista. Precisava descolonizar essas ideias sobre esses indígenas. Foi complexo entender que viveram envolvidos com costumes, valores e cultura (Figura

60) de outra sociedade; que a cultura é maleável na experiência das interações sociais cotidianas e que os Tabajara são uma geração culturalmente contemporânea.

No contato, aos poucos, as sensíveis acolhidas, as vivências nas visitas, nos encontros dos eventos, nos fins de semana e nos dias em que tivemos a oportunidade de passar juntos, contribuíram para entender as práticas, retomar o encantamento e o profissionalismo do início.

A presente tese foi construída tendo como roteiro uma introdução, versando sobre as trilhas, os rumos e as descobertas. Por se tratar de um estudo com indígenas, foi preciso harmonizar ideias, procedimentos, coleta de dados, ponderações e ações, e não descartar possíveis dificuldades e problemas que poderiam ocorrer. Da mesma forma, foi necessário ter um respaldo ético para realização da pesquisa dos caciques, como também da exigência de aprovação pelo Comitê de Ética e pelo CNPq. Nesse sentido precisou-se de muita atenção e equilíbrio para realizar a demanda das exigências que paulatinamente foram solicitadas. Especificamente com relação ao povo Tabajara, que ainda não tem seu território reconhecido e homologado pela Funai.

Logo em seguida, na proposta da pesquisa, deixou-se evidente a motivação, a justificativa, a problemática e os objetivos. A temática do protagonismo Tabajara desenlaça uma trajetória de simbolismos, significados, lutas e desejo de reconhecimento de uma cultura que passou a ser enaltecida neste século XXI, tida com extinta desde o final do século XIX. Isso é encantador, algo aparentemente inconcebível, mas que hoje é realidade!

Vale salientar que até presente data, nenhum trabalho doutoral foi realizado sobre os Tabajara. Se atrever em uma pesquisa sem referências, foi uma aventura vivida pela pesquisadora com a pioneira dissertação feita em 2011, mas ter fôlego e persistência para estar novamente, em evidência, em um segundo estudo, só que em um trabalho doutoral, foi uma arriscada decisão ainda mais exigente que gerou expectativas, lágrimas, inquietações, interrogações, uma série de embates que a academia exige e que gera na vida do pesquisador limitações, angústias, sentimento de impotência, desespero, barreiras quase intransponíveis, que só se pode sentir, quem desafiasse a viver uma jornada do doutorado. Não há um guia para auxiliar os desafios, apenas determinação de que é possível realizar a meta estabelecida.

Fazendo uma retrospectiva é possível perceber que valeu a pena e que na essência da pesquisadora ficará a alegria de ter ousado realizar feitos que despertam esperança e encantamento de ter concluída uma inédita referência acadêmica, que trará numerosas consequências, primeiramente para os Tabajara, como também para estudantes, estudiosos, interessados pela temática, mas, sobretudo, para futuros e relevantes trabalhos de pesquisas científicas.

No que diz respeito a problemática constatou-se na tese que as práticas educativas do povo indígena Tabajara da Paraíba contribuem para o fortalecimento da identidade, a preservação da história, a revitalização da cultura e da espiritualidade, a retomada do território, o vigor da etnoeducação e das vivências religiosas, bem como corroboram a resistência e as mobilizações políticas. É importante destacar que as práticas educativas contribuem para a formação de uma consciência crítica que instrumentaliza as lutas de resistência no cotidiano. Como também, sua sistemática colabora para resistência política desse povo. Consequentemente, coopera para assegurar a preservação da memória, e da tradição legada de seus ancestrais.

No que se refere ao objetivo geral deste estudo, se definiu quais são as práticas educativas que os indígenas Tabajara da Paraíba utilizam para o fortalecimento do seu povo, a preservação da memória e da história, a revitalização da tradição dos seus ancestrais, bem como se conciliam as tensões existentes envolvendo a identidade cultural e a opção religiosa. No que tange aos objetivos específicos todos foram ao longo da tese averiguados: as práticas educativas Tabajara foram identificadas, verificadas, investigadas e compreendidas na sua implementação nas aldeias e na sociedade.

Dando prosseguimento, fez-se uma criteriosa revisão da literatura, em uma aproximação com as produções anteriores. É importante salientar que toda produção escrita sobre este tema se deu na última década, conforme listada ao longo do estudo. As pesquisas são escassas e consultas foram realizadas nos sites da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Portal de Periódicos Capes, no Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Atualmente há pouquíssima literatura sobre os Tabajara e dentro da proposta da pesquisa procurou-se adentrar na Educação Tabajara para estudar as práticas educativas. Constatou-se que a principal característica dos Tabajara é seu processo

de ressurgência, sendo um povo que tem sua trajetória marcada por migrações, lutas, espoliações, silenciamento e invisibilidade. Contudo, a partir de 2006, empoderaram-se de um processo de etnogênese, que vem consolidando-se na reelaboração e revitalização da sua cultura por meio das práticas educativas.

Uma singular diáspora levou-os por mais de um século a uma ruptura com suas tradições indígenas, interferindo de maneira particular na forma de viver: sofreram influência de outras culturas nas relações interpessoais e sociais, principalmente no forte envolvimento com a religião cristã evangélica. Saliente-se que, na convivência cotidiana, a maioria na Aldeia Vitória adota basicamente as práticas educativo-religiosas evangélicas pentecostais. Essa conjuntura tem conexão direta com a cultura indígena causando desconforto em alguns nas práticas da tradição Tabajara.

Esses indígenas que lutam incansavelmente pela demarcação de suas terras vivem uma conjuntura difícil, em um contexto político nacional complexo jamais vivido pelos povos originários brasileiros. No decorrer das últimas três décadas, assustadoramente computaram-se diversos casos de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio” e “assassinatos de indígenas.” Aumentos sucessivos registrados, que atingiram em 2020, pelo menos 201 terras indígenas, de 145 povos, em 19 estados (Conselho Indigenista Missionário, 2020), envolvendo a terra. Diante do exposto, salienta-se que essa é uma temática muito relevante, que justifica a pesquisa da Tese.

Pelo número de indígenas identificados, o movimento indígena Tabajara ainda está muito embrionário. São apenas uma década e meia de etnogênese, ainda “adolescente”, realizando ações de adolescente e em uma dinâmica busca de autoafirmação nessa intrincada estrutura social. Os espaços vão sendo ocupados, os apoios intensificados, mas existe uma onda consumista e mercadológica que não coaduna com os anseios do povo indígena.

Se averiguou que no ambiente da aldeia, atualmente, há presença de muitas crianças, vivendo e experimentando da convivência dentro de um espaço familiar e coletivo, com as orientações da etnoeducação Tabajara, fortalecendo a identidade, convivendo com as ensinagens da etnia, edificando-se uma base sólida para as gerações futuras. Ficou evidente que na linguagem dos adultos, das lideranças e dos troncos velhos a esperança depositada na infância é um forte argumento de uma meta que está presente nos discursos, nas decisões, nos acordos, nas reivindicações das

políticas públicas, enfim na perpetuação dessa tradição cultural. Todo esse universo de ações está focado nas crianças Tabajara. Bota

Esse entendimento não se dá apenas quando se tem o olhar dos mais velhos para com as crianças. Há uma simbiose das crianças de se auto empoderarem das responsabilidades culturais e sociais que lhes são confiadas. As crianças Tabajara se destacam pelo dinamismo e protagonismo que lhes são próprios, com potencialidades e determinações impressionantes, dignas das suas inteligências e dos seus talentos, orquestradas com sabedoria. Nas suas faixas etárias conseguem ter um diferencial perceptível para quem se aproxima da aldeia, nas visitas dos grupos sociais ou de pessoas que se interessam pela temática indígena. Isso não só acontece para o acolher e interagir com os não indígenas, mas também dentro do núcleo familiar e na convivência do cotidiano da aldeia.

As crianças se coadunam com os jovens não só por causa das idades, mas também na convivência, nas brincadeiras, nas descobertas, nos mutirões, nos cultos, nos conflitos e nas dificuldades, de labor e de lazer, enfim nas ações diversas do bem viver. Na aldeia tudo é muito interligado, entrelaçado, interrelacionado, em uma teia interconectada. Nesse sentido, a tese constatou o valor que a juventude imprime e assume em evidenciar a ancestralidade dessa desse povo.

A juventude passa por um momento peculiar na vida desses indígenas pois edifica a etnia Tabajara. Sobre o ontem, os adultos alimentam com a transmissão das memórias e (re) significação das experiências vividas. O amanhã, vislumbra se atribuindo a esperança, nas crianças. Nesse sentido, o estudo demonstrou que a força da juventude aquece e sustenta a vida dos Tabajara na atualidade.

Se descortinou que quando os jovens se juntam há uma atmosfera de uma energia capaz de disseminar e irradiar em quem está fora desse universo uma vibração de esperança. Durante a pesquisa percebeu-se o vigor juvenil nos eventos por onde se fizeram presentes. Isso porque a intensão e o sentido não era apenas de uma demonstração cultural, mas identificar uma ancestralidade étnica viva, de um legado, e de uma força espiritual, que eram observadas e testemunhadas pelas pessoas.

A juventude Tabajara vive ativamente na esfera organizacional das estruturas das aldeias, nas iniciativas de capacitação e de formação acadêmica, na atuação profissional, na participação em eventos de toda natureza. Uma juventude disposta e

ativa que assume vários papéis nas configurações internas e externas dos Tabajara e são responsáveis por oxigenar a vida na família, na aldeia e na sociedade.

A essência da juventude Tabajara está na letra de Toré: “Pisa ligeiro, pisa ligeiro quem não pode com a formiga não assanha o formigueiro!” A seiva jovem desperta nesses indígenas a esperança e a certeza de que, brevemente, o território será retomado e delimitado. E, assim, concretizar o grande sonho dos antepassados Tabajara: ter de volta à terra tradicional.

Não existe o mérito apenas individual ou das crianças ou da juventude, com relação às práticas educativas Tabajara, pois elas se processam fortemente nas ações coletivas e reverberam em benefícios para o povo Tabajara. Muitos exemplos na tese foram realçados, como o do jovem cacique Ednaldo Tabajara que se destaca na liderança do movimento Tabajara na Paraíba, no Nordeste e no Brasil, em um trabalho integrado com os caciques Carlinhos e Paulo Tabajara, que se traduz em um mister de ousadia, fé e determinação, em uma rede de solidariedade para superar a desigualdade, devolver a dignidade e a unificação de seu povo. O mérito das práticas educativas indígena Tabajara envolve os caciques, as lideranças, os troncos velhos, os adultos, as mulheres, os jovens e as crianças na lida diária, toda hora, envolvendo todos os parentes! Ficou evidente que a juventude é uma condição *sine qua non* para a existência e resistência Tabajara neste contexto histórico.

Os povos originários se conectam com os encantados e essa atmosfera educativa cultural imprime um modo *sui generis* de ser existir pensar viver, enfim de adotarem as práticas educativas genuínas, como as adotadas pelos indígenas da Aldeia Barra de Gramame. Freire (2016, p. 16) considera que “a cultura brasileira muda, [...] todas as culturas mudam. As culturas indígenas ... mudam, e isto por si só não é ruim, não é [...] necessariamente negativo. Não é ruim que mudem, o ruim é quando a mudança é imposta, sem deixar margem para a escolha”. Sobre os indígenas evangélicos, eles aceitaram uma nova proposta de vida, quando escolheram aceitar Jesus. Isso não foi ruim, porque a religião foi uma forma de nutrí-los unidos como grupo familiar.

Investigou-se que na escola os indígenas têm acesso aos saberes sistematizados. Empoderados desses, o estudante indígena como agente ativo passa a se tornar capaz de dar sentido, voz e vez às práticas vivas de sua cultura. Também conhece a legislação que garante seus direitos, utilizando-se deles para sua

autossustentabilidade, defesa e resistência. A afinidade com o saber passa a ser uma relação consigo mesmo, com o outro e com o mundo. Conseqüentemente, essas relações contribuem na constituição da identidade do sujeito indígena a fim de dar melhores condições para compreender a si mesmo e manter relações de partilha com as pessoas de sua cultura e de outras culturas, como também na interpretação do mundo que o cerca sem perder sua essência.

O estudo demonstrou que três modalidades de educação estão contextualizadas no campo indígena Tabajara: a educação formal, a educação informal e a educação não formal. Nesse sentido, também buscou na análise identificar as práticas educativas nessas modalidades que legitimam o *habitus* da vida Tabajara.

Quanto à escola, representante da educação formal, as escolas rurais e urbanas do município que os atendem ainda não promovem práticas que contemplem diretamente para a visibilidade da cultura desses indígenas. Nesse sentido, elas seguem construindo práticas educativas constitutivas de hábitos capazes de perpetuar um modelo de educação que interessa apenas à sociedade não indígena. Desse modo, a análise aqui desenvolvida observou que:

- a) a educação Tabajara se processa de modo continuado predominantemente fora das escolas, na modalidade informal, nos diferentes saberes da sua cultura e religiosidade pentecostal dos espaços do seu viver e conviver. Pode-se dizer, uma formação, que se inicia na família, entre os parentes na aldeia e, continuamente, na vida.
- b) A escola é uma instituição formal que oferece práticas de ensinagem e aprendizagem. Contudo o sistema municipal de educação do município de Conde não despertou para uma educação intercultural, bilingue e diferenciada, implementando no currículo conteúdos e metodologias articuladas com os saberes e práticas indígenas. Averiguou-se que existem proposta para se buscar formas de efetivação desse direito por meio do diálogo, amparando-se na legislação da educação escolar indígena. A comunidade Tabajara e a escolar podem estabelecer um intercâmbio de seus saberes e práticas para o desenvolvimento de ambos.

Com relação a etnoeducação a pesquisa descreveu o universo da educação desses indígenas, das suas práticas pedagógicas, da riqueza contida nas experiências de vida, da diversidade dos seus costumes, da valorização da sua

ancestralidade, do respeito aos mais velhos, da crença nas espiritualidades, da visão cosmológica, enfim do cuidado e afeto à Mãe Natureza. Trata-se de uma educação que beneficia o fortalecimento étnico desse povo como cidadãos, que cumprem seus deveres, e ao mesmo tempo reivindicam seus direitos.

Já os saberes Tabajara configuram numa conexão com a natureza, com saberes que são repassados pelos mais velhos, nas aprendizagens que são aprendidas no cotidiano, como: no trabalho diário, nas ensinagens da educação formal, nas informações das redes sociais, nos meios de comunicação, nas manifestações religiosas, nos rituais e nas mobilizações e articulações do movimento indígena. São muitas fontes, diversas formas e possibilidades que esses indígenas revelam a cerca de sua sapiência.

Quando se refere a proteção do meio ambiente e da natureza é parte constitutiva do Tabajara, assim como dos demais povos indígenas. Essa temática está em um confronto permanente entre a sociedade mercadológica e consumista que visa o lucro acima de tudo e o entendimento dos povos originários que tem na mãe terra e na natureza sagrada uma relação de útero que nutre, protege, sustenta e promove a vida. Portanto precisa ser cuidada, protegida, amada e espiritualizada.

Também se evidenciou que a Saúde Tabajara é cuidada de diferentes formas. Muitos tratamentos são utilizados rotineiramente a partir dos ensinamentos dos fitoterápicos que as famílias conhecem e são eficazes. Há um acompanhamento em cada uma das duas aldeias de uma agente de saúde que faz um trabalho de prevenção e de monitoramento da saúde dos Tabajara, sem ter ainda Unidade de Pronto Atendimento. As parcerias com rede pública vão se estruturando e perspectivas para a saúde indígena diferenciada e está sendo processada em uma constante reivindicação.

No que corresponde as mulheres ficou evidente no estudo que essa é uma força motriz e geradora da vida na aldeia literalmente. As mulheres são o porto seguro que ancora a vida Tabajara em todos os sentidos, desde a gestação, o acompanhamento, a educação indígena, o cuidado, as orientações, o sustento, a sobrevivência, o ponto de equilíbrio, a presença nos eventos, nas mobilizações, nas assembleias, nas reuniões, nas celebrações, nos rituais, enfim epicentro da vida na aldeia.

A pesquisa exteriorizou um aspecto revelador no que concerne a identidade Tabajara, pois quando se assume a identidade indígena, pode-se sofrer discriminação e até *bullying* na sociedade. No tocante aos Tabajara identificados no Relatório de

Fundamentação Antropológica (Mura et al. 2015), a maioria não se assumem como indígenas por diversos motivos: grande parte não participa do movimento indígena porque não quer; há quem argumenta não participar porque trabalha; outros porque moram em João Pessoa e têm uma convivência social consolidada; há também os que não concordam com as práticas adotadas pelos líderes; há ainda os que assumem a identidade, mas há a influência religiosa pentecostal, que os deixam desconfortáveis em adotar elementos simbólicos da indianidade genérica como: o uso da pintura corporal, os trajes característicos, a dança do ritual do Toré. É nesse complexo universo que deságuam, reelaboram e revitalizam-se as práticas educativas Tabajara.

A opção metodologia foi de uma pesquisa etnográfica com abordagem qualitativa por se tratar de um povo indígena, peculiar e que só foi possível se obter êxito devido a confiança, a proximidade e a maneira singular da pesquisadora de ter liberdade de observar, interagir e conviver de maneira natural com essa gente. Uma vez definido que o estudo seria sobre as práticas educativas se fez um consistente levantamento bibliográfico e documental, resultando num número bastante reduzido de estudos diretamente relacionados sobre o tema da tese. Isso, mexeu com o escopo da tese, mas houve persistência para ver as aproximações, perceber as similitudes, garimpar contribuições que complementasse o estudo em questão. Um minucioso trabalho de entender as teorias, aprofundamento dos conceitos, realizar resenhas e organizar uma biblioteca com autores da temática, foi exaustivo.

Simultaneamente a garimpagem da fase da pesquisa bibliográfica e documental se exercitou as aproximações do fazer etnográfico, para ver, ouvir, observar *in loco* e a fim de escrever os diálogos, os silêncios, as expressões, os gestos, as imprecisões, as posições, os comportamentos, o tom de voz, os olhares etc., enfim os significados e os sentidos das práticas educativas.

Houve necessidade de muitas horas e dias de estar junto aos Tabajara para fazer anotações em diários, registros no gravador, na máquina fotográfica e no aparelho celular, acerca do cotidiano das aldeias, e das vivências e performances nas reuniões, nas participações, nos eventos internos das aldeias, e externos – as viagens etnográficas, enfim, nos espaços onde estavam esses indígenas.

Identificou-se que as práticas educativas como o ritual do Toré, a pintura corporal, a sabedoria dos troncos velhos desenvolvidas e utilizadas pelos Tabajara,

dentre outras, são imprescindíveis para a revitalização e o fortalecimento das suas tradições culturais.

A prática do ritual do Toré é um dos símbolos de maior valor diacrítico da cultura tradicional desse povo. Efetiva-se nos momentos de aliança, de reivindicação pela terra, para abrandar os descontentamentos, nos momentos de festividades e vitórias, enfim nas articulações em benefício da vida desses indígenas.

É pertinente reforçar que o Toré é um ritual sagrado para os povos indígenas do Nordeste e reconhecido pelos Tabajara como um elemento simbólico de valor identitário, e mesmo com esse valor e reconhecimento, não é praticado por todos os Tabajara.

Percebeu-se que não existe uma sistematização performática de tradição religiosa do Toré. O ritual, efetivamente é usado como sinal diacrítico nas manifestações políticas públicas de reivindicação, nos eventos culturais e acadêmicos, no acolhimento aos visitantes e em eventos políticos da aldeia. Há uma apresentação política cultural de alteridade étnica. Contudo não se realiza como uma prática ritualística sistematizada com dia e hora marcada, tanto nas aldeias como em outro espaço. Contudo, é uma prática de importante relevância política, cultural e social que identifica os Tabajara nas fronteiras étnicas com a sociedade não indígena.

Assim como o Toré, a pintura corporal é outra prática educativa emblemática da cultura Tabajara. Acreditam os Tabajara, quem dela faz uso, que traz inúmeros benefícios, sobretudo pelo que representa e o que causa de empoderamento. É um elemento diacrítico, performático que causa destaque pelas cores, pelos traços, pelo grafismo e traz consigo um simbolismo que identifica o Tabajara. A pintura é uma prática educativa que se define como signo de tradição de bastante valor para esses indígenas. Está incrustado no corpo como um elo de comunicação e expressa sentimentos, na dimensão de proteção, de força espiritual e ancestral que transmite uma mensagem visual associada a mãe natureza.

Identificou-se ainda que a Cerâmica é outra prática educativa que revitaliza e fortalece essa cultura expressada em uma arte milenar de uma beleza e sutileza que impressiona e que revela os sentimentos e a originalidade da cultura que mostra um legado de traços criativos, e cores da cultura Tabajara. Mais no combo do Toré, da pintura e da cerâmica as tradições dessa gente se materializam no artesanato, na gastronomia, na fitoterapia e em muitas práticas educativas.

No que refere a sabedoria dos troncos velhos percebe-se o cuidado e respeito ao trato com as memórias, com a importância da fala de cada sujeito indígena, a exemplo, seu Zezinho, Dona Maria da Conceição (Vó), seu João Gringo e Dona Terezinha (*in memoriam*).

Observaram-se os Troncos Velhos renovados, vivendo um sonho que no passado remoto era uma utopia: voltar a viver na terra de tradição, construir a aldeia, sentir o prazer do contato com a natureza e a satisfação de cuidar da plantação do roçado e tirar da Mãe Terra o próprio alimento. São vários os depoimentos de exultação quanto à cura da saúde, ao respirar o ar puro, acordar com o canto dos pássaros, a tranquilidade e o silêncio da aldeia; a liberdade para as crianças crescerem nesse ambiente coletivo; enfim, viverem conforme seu modo de bem viver. Hoje esses guardiões do legado sabem do prazer de viver no contexto das aldeias, o quão sua presença pode servir de referências para seu povo sendo uma fonte genuína testada nas intempéries sociais que souberam se preservar e cuidar da ancestralidade do seu povo.

Esse alvorecer de primavera no século XXI para os Tabajara só foi possível devido o capital cultural presente nas narrativas dos anciãos. Cada um, da sua maneira preservou suas sabedorias e neste momento da pesquisa constatou-se que com o relatório do GT, há esperança de demarcação da terra, e com isso uma maior assistência à saúde e educação. O que evidenciará um maior bem viver e promoção da etnia. No entanto, nos anos de 2019-2020, um total retrocesso no país com a política de desmonte do atual governo, os povos indígenas têm sofrido violências imagináveis a um ser humano. Como também, as emendas constitucionais ameaçadoras que tramitam no congresso, a exemplo do Marco Temporal.

Compreendeu-se que, na atualidade, as práticas educativas nas aldeias Vitória, Barra de Gramame e Nova Conquista (em construção). Cada uma com suas peculiaridades, com suas necessidades e seus desafios, vão se estruturando, e enraizando nesse fértil território da tradição Tabajara. As práticas educativas advindas da convivência são fenomenais. O estudo fez apenas recortes dessas práticas que a cada instante e diariamente acontecem.

A Aldeia Barra de Gramame é a aldeia que acolheu os indígenas que estavam na diáspora e que agora segue com uma missão, com seu ritmo, dentro da sua espacialidade, com suas peculiaridades, cultivando suas religiosidades e

espiritualidades, tendo uma efervescência de práticas educativas e o cuidado de preservar a cultura e mitos que sustentam essa etnia originária. A pesquisa constatou que essa aldeia, juntamente com a Aldeia Vitória são espaços de convivências dos Tabajara e de florescimento de novas aldeias, como a Aldeia Nova Conquista do Bambuzal.

O recorte da pesquisa, contemplou uma maior compreensão das práticas educativas na Aldeia Vitória pelo contexto das vivências. Assim como na Aldeia Barra de Gramame essas práticas são disseminadas no cotidiano da comunidade e, ao longo da pesquisa puderam ser mensuradas apenas detalhes de uma ponta do *iceberg* cultural indígena Tabajara. Nesse sentido, aprofundou-se apenas algumas das práxis e comemorações existentes, uma vez que foi necessário fazer um recorte para perceber como elas de fato acontecem. É impossível em uma pesquisa conhecer o *iceberg* cultural Tabajara na sua totalidade, pois as práticas são criadas e recriadas sucessivamente.

Dentre as práticas educativas da Aldeia Vitória, os cultos evangélicos pentecostais são as mais fortes práticas encontradas no cotidiano da cultura Tabajara. As práticas são sistemáticas, celebrativas, performáticas, simbólicas e os unem as famílias no seu contexto religioso. Porém, pode-se dizer que essas são contrastivas para alguns indígenas diante de uma realidade de um povo que se compreende cada vez mais indígenas; buscam o fortalecimento da identidade étnica em um processo de ressurgência social e cultural que faz parte da ideologia dos povos indígenas do Nordeste.

As práticas pentecostais reproduzem valores na rotina e na ordem do cotidiano da Aldeia Vitória e dos demais indígenas, embora sejam muito criticadas na tradição cultural dos povos originários. Para os Tabajara, a religião cooperou para congregar os laços de familiares, cultivar o valor de união, de fé, de celebração, louvor e exaltação ao nome de Deus. Da mesma forma, colaborou no processo de etnogênese desse grupo que se reconhecem como indígenas descendentes da linhagem Tabajara do território do Litoral Sul.

Trata-se de um “alerta social”, que merece ser mais estudada a fim de que mesmo a cultura sendo maleável, novos preceitos, crenças e valores religiosos não indígenas, não silenciem a signos da identidade de um povo. Sabe-se que há 500 anos, os cristãos católicos destituíram as religiões dos povos originários; no século

XXI, são oferecidos as novas opções e escolhas religiosas dos cristãos evangélicos. É importante que esses novos valores sirvam quão grandemente como fator organizativo de crescimento, somando, fortalecendo os povos, sem perder a essência da diversidade cultural étnica.

Distante do espaço de tradição e do contexto da cultura, vivenciando no silêncio a sua identidade, levou-os à assimilação de outras práticas. Nesse sentido, a revitalização das práticas culturais, parcialmente omitidas opressivamente, é uma ação que urge para esses indígenas.

Considera-se que, no processo vivenciado, as práticas educativas são determinantes na vida dos Tabajara; o desenvolvimento e a utilização dessas práticas contribuem para transformar a história étnica Tabajara. É a razão de ser e de existir desse povo, pois valorizam um passado que tem sido desconhecido, tanto por indígenas fundamentalistas pentecostais quanto pela própria historiografia oficial. Elas edificam e valorizam a essência originária na formação do povo paraibano.

Verificou-se que algumas práticas educativas como as conferências, as assembleias, os acampamentos, o grito, dentre outras, ocorrem com o vigor e uma força que ecoar no deserto social arrido, mostrando que os povos indígenas, sobretudo os Tabajara, são oásis culturais resistentes, que se perpetuam e que permanecem vivos, sendo referenciais para todos os seguimentos sociais e para os movimentos populares.

O movimento indígena é o mais antigo seguimento da categoria neste solo brasileiro e o mais temido, pois jamais se abateu e deixou ser abatido por todas as mais letais estratégias sociais. Os indígenas continuam invencíveis, mesmo que a sociedade aprimore seu poder de fogo e as diversas formas de extermínio. Existe neles a força dos encantados e dos invisíveis; um guerreiro pode ser abatido. Mas do seu sangue derramado floresce novas e mais fortes lideranças no cenário pobre e perverso dos chamados civilizados.

Ninguém cala, ninguém detém, ninguém apaga esses seres que não disseminam o ódio, nem violência, tão pouco o capital econômico sustentado pelo agronegócio; jamais o envenenamento e a poluição das águas, da atmosfera e do planeta. Hoje o mundo tornou-se uma aldeia global que está em guerra constante, nas disputas acirradas pelo poder, os investimentos empregados em uma bolha econômica insustentável, vivendo em um ritmo suicida, de uma nefasta ânsia

consumista, em uma avançada onda tecnológica e um contexto de escala mortal de não saber o verdadeiro sentido da vida.

Chegou o momento de inverter nessa ordem desumana e aprender com os povos indígenas e com suas práticas educativas seus valores milenares de respeito, cuidado, afeto, apreço pela mãe terra e pela natureza sagrada. Talvez escutar e aproximasse do outro, do diferente, dos gemidos da mãe natureza, de sentir a presença divina, de se encantar com suas potencialidades, de se fartar com alimentos saudáveis, de beber de águas cristalinas, de espiritualizar com os seres de luz e com os encantados, enfim de vivenciar o bem viver indígena.

Com esses registros, chega-se ao final do estudo afirmando-se ter vivido mais intensamente com esses indígenas durante esse período, e que profundar leituras sobre as etnias indígenas e suas práticas, educação, interculturalidade e as experiências de campo proporcionou crescimento humano, social e acadêmico. É indispensável dizer que se avalia o quanto ainda precisa ser pesquisado, debatido e aprofundado. O caminho foi aberto, deixou-se pegadas para que outros desafios possam ser vencidos.

Enfim, limitações há em todo estudo, no entanto a ousadia em realizar uma pesquisa inédita sobre esta temática comprovou que as práticas educativas Tabajara são vitais para a continuidade desse originário Povo. Onde estiver um Tabajara ali está acontecendo uma prática educativa!

É difícil colocar um ponto final (.) nesta jornada acadêmica, mas ficou a certeza de que a ancestralidade desse povo indígena vai enraizando, fortalecendo-se e o seu lema continuará ecoando:

*Arrancaram nossas folhas,
Quebraram nossos galhos,
Cortaram nossos troncos,
Mas esqueceram de arrancar nossas raízes.
O POVO TABAJARA ESTÁ VIVO!!!!*

REFERÊNCIAS

- Acampamento Terra Livre. *Documento final do XV Acampamento Terra Livre*. Brasília, abr. 2019.
- ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Editora Elefante, 2015.
- ALBERTI, V. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FVG, 2012.
- ALBUQUERQUE, M. A. S. *O regime imagético Pankararu: tradução intercultural na cidade de São Paulo*. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- ALMEIDA, M. R. C. *Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV; Faperj, 2013.
- ALVES, R. *O que é religião?* 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- ANDRÉ, M. E. D. A. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 2013.
- ARAÚJO, I. X.; SOUSA, V. S.; SOUZA, R. S. S.; LEITE, J. J.; ANDRADE, T. M.; SANTOS, R. L. A. Processo de emergência étnica: Povo indígena Tabajara da Paraíba. In: CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORTE E NORDESTE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, 7., 2012, Palmas-TO, Brasil. *Anais [...]*. Palmas: IFTO, 2012.
- ARCANJO, J. A. *Toré e identidade étnica: os Pipipã de Kambixuru: índios da Serra Negra*. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- ARRUTI, J. M. A. Etnogêneses indígenas. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. *Povos indígenas no Brasil 2001-2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.
- ASSMANN, H. *Reencantar a educação: Rumo à sociedade aprendente*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BARCELLOS, L. *Práticas educativo-religiosas dos Potiguara da Paraíba*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.
- BARCELLOS, L.; FARIAS, E. S.; FONSECA, I.; Flores, E.; RODRIGUES, J. *Diversidade Paraíba: Indígenas, religiões afro-brasileiras, quilombolas, ciganos*. João Pessoa: Grafset, 2014.
- BERMUDES, W. L.; SANTANA, B. T.; BRAGA, J. H. O.; SOUZA, P. H. Tipos de escalas utilizadas em pesquisas e suas aplicações. *Vértices*, Campos dos Goytacazes-RJ, v. 18. n. 2, p. 7-20), maio/ago. 2016.
- BERTH, J. *O que é Empoderamento?* 1. ed. São Paulo: Pólen, 2019.

BARONNET, B. La construcción de la demanda educativa en los pueblos originarios del sureste mexicano. *Revista Colombiana de Educación*, Bogotá, n. 69, p. 47-73, 2015.

BARONNET, B. Estratégias alternativas de educação en las luchas de los pueblos originarios en México. *Educação & Sociedade*, n. 38, p. 689-704, jul. 2017.

BETTO, Frei. Quanto custa ser feliz. In: BETTO, F.; BOFF, L.; CORTELLA, M. S. *Felicidade foi-se embora?* Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BÍBLIA. ALMEIDA, J. F. São Paulo: Editora SBB, 2018.

BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRAND, A. História oral: perspectivas, questionamentos e sua aplicabilidade em culturas orais. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale dos Sinos*, n. 4 (2), p. 195-227, 2000.

BRAND, C. I.; ANTUNES, R. M.; FONTANA, R. T. Satisfação e insatisfações no trabalho do agente comunitário de saúde. *Cogitare Enfermagem*, 15 (1), p. 40-47, jan./mar. 2010.

BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. 57. ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BRASIL. *Lei n.º 6.001*, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 13177, 21 dez. 1973.

BRASIL. *Lei n.º 8.142*, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, 31 dez. 1990.

BRASIL. *Lei n.º 9.394/96*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996a.

BRASIL. *Decreto n.º 1.775*, de 8 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 265, 9 jan. 1996b.

BRASIL. *Resolução CNS n.º 196*, de 10 de outubro de 1996. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 1996c.

BRASIL. *Resolução CNS n.º 304*, de 9 de agosto de 2000. Aprova Normas para Pesquisas Envolvendo Seres Humanos – Área de Povos Indígenas. *Diário Oficial da União*, Brasília, Seção 1, 11 de agosto de 2000.

BRASIL. *Lei n.º 11.350*, de 5 de outubro de 2006. Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 1, 6 out. 2006.

BRASIL. *Decreto n.º 6.040*, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*, Brasília, Seção 1, p. 16, 8 fev. 2007.

BRASIL. *Lei n.º 11.645*, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*, Brasília, Seção 1, 11 mar. 2008.

BRASIL. *Decreto n.º 6.861*, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, Seção 1, p. 23, 28 maio 2009.

BRASIL. *Resolução n.º 5*, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, Seção 1, p. 7, 25 jun. 2012.

BRASIL. Portaria Funai n.º 882/2015, de 16 de junho de 2015. *Diário Oficial da União*, Brasília, Seção 2, n. 174, 16 jun. 2015

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.

BRASIL. *Decreto n.º 9.425*, de 27 de junho de 2018. Altera o Decreto nº 9.010, de 23 de março de 2017, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, e o Decreto nº 9.360, de 7 de maio de 2018, que aprova o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça, e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 123, Seção 1, p. 1, 28 jun. 2018.

BRASIL. *Medida Provisória n.º 870*, de 1.º de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. *Diário Oficial da União*, Brasília, Edição Especial, 1.º jan. 2019a.

BRASIL. *Decreto n.º 9.661*, de 1.º de janeiro de 2019. Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário-mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. *Diário Oficial da União*, Brasília 1.º jan. 2019b, Edição Especial.

BRASIL. Constituição [1988]. Ato das disposições constitucionais transitórias. *Diário Oficial da União*, Brasília: Seção 1, p. 27, 5 out. 2020.

CANDAU, V. M. *Sociedade, educação e cultura(s): Questões e propostas*. (org.). Petrópolis: Vozes, 2010.

CASSIRER, E. *A filosofia das formas simbólicas: Terceira parte: Fenomenologia do conhecimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

CASTRO, E. V. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

CAVALCANTI, C. A.; BARCELLOS, L. A.; MOURA, A. C. O mito do herói no processo de ressignificação identitária dos indígenas Tabajara da Paraíba. *Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP*, n. 6 (2), p. 461-472, jul./dez. 2016.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CERTEAU, M. ; GIARD, L. ; MAYOL, P. *A invenção do cotidiano 2: Morar, cozinhar*. 12. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

CLEROT, L. F. R. *Glossário etimológico dos termos geográficos, botânicos, zoológicos históricos e folclóricos de origem Tupi/Guarani, incorporados ao idioma nacional*. Brasília: Senado Federal, 2010.

COELHO, M. C. *Do sertão para o mar: Um estudo sobre a experiência portuguesa na América: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)*. São Paulo: Livraria da Física, 2016.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e inclusão. *Documento Referencial*. Brasília: Ministério da educação, 2018.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil: Dados de 2019*. Brasília, 2020.

COQUEIJO, F. L. M. *Cota não é esmola: análise da eficácia da Lei n.º 12.711/2012 para estudantes indígenas na Universidade Federal da Paraíba*. 2020. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

CORTELLA, M. S.; BOFF, L.; BETTO, F. *Felicidade foi-se embora?* Petrópolis: Vozes, 2016.

COSTA, M.; BARTHOLO, T. L. Padrões de segregação escolar no Brasil: um estudo comparativo entre capitais do país. *Educação & Sociedade*, Campinas, 35 (129), p. 1183-1203, out./dez, 2014.

Cunha, M. C. *Cultura com aspas*. 1. ed. São Paulo: Editora UBU, 2017.

CUNHA JÚNIOR, J. I. *Educação escolar indígena em Pernambuco: interculturalidade, retomadas e sujeitos indígenas*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016.

Delors, J. *Educação, um tesouro a descobrir*: relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DURKHEIM, E. *As formas elementares da vida religiosa*: O sistema totêmico na Austrália. 2. ed. São Paulo: Paulus Editora, 2019.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Estratégia de recuperação, Sistemas Agroflorestais - SAFs - 2020*. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/sistemas-agroflorestais-safs>.

FARIAS, E. S. *Memória Tabajara*: Manifestação de fé e identidade étnica. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

FARIAS, E. S.; BARCELLOS, L. *Memória Tabajara*: Manifestação de fé e identidade étnica. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

FARIAS, E. S.; BARCELLOS, L.; COZAR, J. S. *Paraíba Tabajara*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

FARIAS, E. S. Aprendizagens com os indígenas Tabajara da Paraíba. *In*: CONGRESSO NACIONAL DO ENSINO RELIGIOSO, 9.; CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA(S) DA(S) RELIGIÃO(ÕES) 1., Natal, RN. *Anais [...]*. Natal: UERN, 2017.

FARIAS, E. S.; BARCELLOS, L. Indígenas Tabajara: ressignificando a cultura através das práticas pedagógicas. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 4., João Pessoa, PB. *Anais [...]*. João Pessoa, 2017.

FARIAS, E. S.; SOUZA, J. S. “Viva Tupã”: Relação entre o cristianismo e a construção de uma identidade indígena Tabajara. *In*: CONGRESSO NACIONAL DO ENSINO RELIGIOSO 9; CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA(S) DA(S) RELIGIÃO(ÕES) 1., Natal, RN. *Anais [...]*. Natal: UERN, 2017.

FIGUEIREDO, J. B. A. *Educação ambiental dialógica*: As contribuições de Paulo Freire e a cultura sertaneja nordestina. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

FIALHO, V. Parecer antropológico: faccionalismo Xukuru. *In*: Fialho, V.; NEVES, R. C. M.; FIGUEIROA, M. C. C. L. (org.). *“Plantaram” Xicão*: os Xukuru do Ororubá e a criminalização do direito ao território. Manaus: PNCSA-UEA/UEA Edições, 2011.

FLEURI, R. M. Aprender com os povos indígenas. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, n. 26 (1), p. 277-294, maio/ago, 2017.

FREIRE, P. *Pedagogia da esperança*: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

FREIRE, P. *Educação e mudança*. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

- FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014b.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- FREIRE, P. *Pedagogia da libertação em Paulo Freire*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática docente*. 57. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018a.
- FREIRE, P. *A educação na cidade*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2018b.
- FREIRE, J. R. B. Cinco ideias equivocadas sobre o índio. *Revista ensaios e pesquisa em educação*, [S. l.], 2016.
- Freitas, M. I. *Escola Kaingang: concepções cosmo-sócio-políticas e práticas cotidianas*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- Fundação Nacional do Índio. *Terras indígenas: o que é?* 2014. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/demarcacao-de-terras-indigenas>.
- GANDAVO, P. M. *Tratado da Terra do Brasil: História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. (1576). Brasília: Senado Federal, 2008.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2011.
- GERLIC, S.; ZOERRI, P. A. *Índios na visão dos índios Potiguara*. (org.). Salvador: ThdêWá, 2011.
- GHENDIN, E.; FRANCO, M. A. S. *Questões de método na construção da pesquisa em educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.
- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.
- GOFFMAN, E. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012).
- GOHN, M. G. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, n. 14 (50), p. 27-38, jan./mar, 2010a.

- GOHN, M. G. *Educação não formal e o educador social: Atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2010b.
- GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, n. 12 (1), p. 98-109, jan./abr, 2012).
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- GRUPIONI, L. D. B. Educação e povos indígenas: construindo uma política nacional de educação escolar indígena. *Revista Brasileira*, n. 81 (198), p. 273-283), maio/ago. 2000.
- GRÜNEWALD, R. A. (org.). *Toré: Regime encantado do índio do Nordeste*. Recife: Fundaj; Editora Massangana, 2005.
- GARAUDY, R. *Dançar a Vida*. São Paulo: Nova Fronteira, 1980.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2017.
- HECK, E. Estado brasileiro justificou no ATL ida aos tribunais internacionais como réu. *Porantim: Em defesa da causa indígena*, ano 38(394), n. 10, abr. 2017.
- HERVIEU-LÉGER, D. *O peregrino e o convertido: A religião em movimento*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (org.). *Introdução: A invenção das tradições*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- HOMMA, A. K. O. Cronologia do cultivo do dendezeiro na Amazônia. Belém, PA.: Embrapa Amazônia Oriental. *Documentos*, n. 423, 2016. Acesso em: https://www.researchgate.net/publication/310795039_Cronologia_do_cultivo_dendezeiro_na_Amazonia.
- INCONTRI, D.; Bigheto, A. C. *Ensino religioso sem proselitismo: É possível?* São Paulo: Mandruvá, 2005.
- INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL (INAF): *Brasil 2018: Resultados preliminares*. São Paulo: ONG Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro, 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões Metropolitanas do estado da Paraíba*. João Pessoa: IBGE, 2010.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Mebêngôkre (Kayapó): Povos Indígenas no Brasil*. 2018. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%A4ng%C3%B4kre_\(Kayap%C3%B3\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%A4ng%C3%B4kre_(Kayap%C3%B3)).
- ISAIA, A. C. O campo religioso brasileiro e suas transformações históricas. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ano 1(3), jan./abr. 2009.

JOFFILY, G. I. Notas sobre a Parahyba. Rio de Janeiro: *Jornal do Commercio*, 1892.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LESBAUPIN, I. *Por uma nova concepção de desenvolvimento*. 1.º novembro. 2010. Disponível em: <http://diplomatie.org.br/por-uma-nova-concepcao-de-desenvolvimento/>.

LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LIBÂNEO, J. C. *Educação escolar: Políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCIANO, G. S. *O índio brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

LÜDKE, M.; André, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas*. 2. ed. São Paulo: Edu, 2013.

MALHEIROS, B. T. *Metodologia da pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MAMANI, F. *Buen vivir, vivir bien: Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas*. Lima, Peru: Coodinadora Andina de Organizaciones Indígenas (Caoi), 2010.

MARCONI, M. A.; PRESOTTO, Z. M. N. *Antropologia: Uma introdução*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARQUES, A. C. N. *Território de memória e territorialidades da vitória dos Potiguara da aldeia Três Rios*. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

MARQUES, A. C. N. *Fronteira étnica: Tabajara e comunidades negras no processo de territorialização do litoral sul paraibano*. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2015.

MATURANA. *Emoções e linguagens na educação e na política*. 3. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

MAUSS, M. Esboço de uma teoria geral da magia. In: Mauss, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Consac; Naify, 2003. p. 47-181.

- MELIÁ, B. *Educação indígena e alfabetização*: São Paulo: Edições Loyola, 1979.
- MENDONÇA, C. F. L. *Insurgência política e desobediência epistêmica: Movimento descolonial de indígenas e quilombolas na Serra do Arapuá*. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- MENEGUELLI, G. Acampamento Terra Livre 2018: Unificar as lutas em defesa do Brasil Indígena. *GreenMe*, 23 abr. 2018.
- MILLER, M. M.; STRONGMAN, K. T. The emotional effects of music on religious experience: a study of pentecostal-charismatic style of music and worship. *Psychology of Music*, n. 30(1), p. 8-27, 2002.
- MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. (org.). Petrópolis: Vozes, 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Pré-natal e puerpério: Atenção qualificada e humanizada*. 3. ed. Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde, 2006.
- MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A reinvenção da roda: roda de conversa – um instrumento metodológico possível. *Revista Temas em Educação*. v. 23, n. 1, p. 98-106, 2014.
- MORAIS, C. M. *Escalas de medida, estatística descritiva e inferência estatística*. Escola Superior de Educação. Instituto Politécnico de Bragança. Bragança, 2005.
- MUNDURUKU, D. *Vozes Ancestrais*. Dez contos Indígenas. Curitiba: Champagnat, PUCPR, 2018.
- MUNDURUKU, D. Dia do índio é data folclórica e preconceituosa. Entrevista de Daniel Munduruku à BBC News. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/19/dia-do-indio-e-data-folclorica-e-preconceituosa-diz-escritor-indigena-daniel-munduruku.ghtml>.
- MUÑOZ Sánchez, A. I.; RUBIANO MESA, Y. L. Significados de 'Tuberculose' em comunidades rurais indígenas de um município da Amazônia colombiana. *Investigación y Educación en Enfermería*, n. 35(2), p. 165-173, maio, 2017.
- MURA, F.; PALITOT, E.; MARQUES, A. *Relatório de fundamentação antropológica para caracterizar a ocupação territorial dos Tabajara no litoral sul da Paraíba*: Instrução Técnica Executiva n. 34/DAF/2009. João Pessoa, 2015.
- NAVARRO, E. A. *Dicionário de Tupi Antigo: A língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo: Global, 2013.
- NOGUEIRA, L. M. V.; TEIXEIRA, E.; BASTA, P. C.; MOTTA, M. C. S. Therapeutic itineraries and explanations for tuberculosis: an indigenous perspective. *Revista de Saúde Pública*, n. 49, jan., 2016.

OLIVEIRA, A. P. P. L. *Memórias indígena e negra na Zona da Mata Mineira*. São João Nepomuceno: Museu de Arqueologia e Etnologia Americana; Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

OLIVEIRA, L. Etnografia, pesquisa multissituada e produção de conhecimento no campo da comunicação. *Questões Transversais: Revista de Epistemologias da Comunicação*, n. 5 (10), p..72-81), jul./dez, 2017.

OLIVEIRA, R. C. *O trabalho do antropólogo*. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

OLIVEIRA FILHO, J. P. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA FILHO, J. P. de (org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Laced, 2004.

OLIVEIRA FILHO, J. P. Prefácio. In: GRÜNEWALD, R. A. (org.). *Toré: Regime encantado do índio do Nordeste*. Recife: Fundaj/Editora Massangana, 2005.

OLIVEIRA FILHO, J. P.; FREIRE, C. A. R. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Laced/Museu Nacional, 2006.

ONU Mulheres. *Mulheres indígenas*. 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/mulheres-indigenas/>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA – FAO. (2003). *Melhorar a nutrição através das hortas familiares: Módulo de formação técnicos de extensão agrícola em África*. Roma: FAO, 2020.

OURIQUE, J; L. P. Identidades construídas e reconstruídas: A perspectiva do outro e a imposição de valores à cultura indígena. *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo*, n. 21, jan./jun. 2013.

PAPPÉ, I. *A limpeza étnica da Palestina*. São Paulo: Editora Sundermann, 2016.

POKER, T. C. D. *O que eu fiz com o que as instituições fizeram de mim? A história de Molly, e a sua luta por emancipação frente as políticas de identidade no acolhimento institucional*. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

POMPA, C. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru-SP: Edusc/Anpocs, 2003.

RANGEL, L. H. V. *Festas juninas, festas de São João: origens, tradições e história*. São Paulo: Publishing Solutions, 2008.

REBELO, F. P. *Kunhangue Mba'e Kua: as trajetórias das mulheres cacicas Guarani Mbya de Santa Catarina*. 2015. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

RESENDE, C. C. *Toré do povo indígena Tabajara da Paraíba: estrutura, crenças e ressignificações*. 2018. Monografia (Graduação em Licenciatura em Dança) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

RIBEIRO, D. *Lugar de fala*. Polén: São Paulo, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

RODRIGUES, L. O. *Etnia: Brasil Escola*. 2020. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/etnia.htm>.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. *Filosofia da práxis*. 2. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais – Clacso/São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SANTOS, Boaventura de S. *Renovar la teoría crítica y reiventar la emancipación social*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso, 2006.

SARAIVA, I. R. M. *Cerâmica e pintura corporal indígena: a arte como agente de consolidação do patrimônio imaterial dos Tabajara da Paraíba*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SARAMAGO, J. *A caverna*. 1. ed. Curitiba: Apriss, 2012.

SCIONTI, F. Pluralismo giuridico e pratica giuridica indigena: il caso dei Guaranì del Chaco Boliviano. *Etnoantropologia*, n. 4 (1), 2017.

SEVERINO FILHO, J. A experiência etnográfica: sobre habitar e ser habitado pelo mundo *Apyãwa*. *Bolema: Boletim de Educação Matemática* [online], n. 29 (53), p. 845-866, 2015.

SOUZA, A. S. S. Educação Escolar Indígena – a prática docente dos Guarani Mbya. *Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 03, ed. especial, dez. 2017.

SILVA, E. *Xukuru: memória e história dos índios da Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, 1959-1988*. Recife: Ed. da UFPE, 2014.

SILVA, G. J.; COSTA, A. M. R. M. Entre pinturas corporais e notas musicais: história e etnografia de nas obras de Darcy Ribeiro e Desidério Aytai. *Revista Territórios e Fronteiras*, n. 3 (2), jul./dez., 2010.

SILVA, M. B.; GRIGOLO, T. M. *Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II: Caderno pedagógico*. Florianópolis: Udesc, 2011.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade: Uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, N. L. S.; SILVA, O. H. Escalas de medidas de variáveis para diagnósticos da sustentabilidade de sistema de produção agropecuários. *Scientia Agraria Paranaensis*, v. 9, n. 2, p. 71-84, 2010.

SACCHI MONAGAS, A. C. União, Luta, Liberdade e Resistência: As Organizações de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira. 2006. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2006.

SIMÕES, J. S.; VASCONCELOS, F. J. M. Infanticídio em tribos indígenas brasileiras. *Revista Expressão Católica*, v. 4, n. 1., 2015.

SOUSA, J. A. S. Educação escolar indígena: a prática docente dos Guarani Mbya. *Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, n. 3 (624), Ed. Especial, dez., 2017.

TORRES, V. C. *Trajetória de vida de jovens índios Xukuru do Ororubá, pescadora e poção, PE: Pertencimento à etnia e projeto para o futuro*. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia Cognitiva) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TURNER, V. *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

UNICEF PARA CADA CRIANÇA. *7 milhões de estudantes têm dois ou mais anos de atraso escolar*. 29 ago. 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/7-milhoes-de-estudantes-tem-dois-ou-mais-anos-de-atraso-escolar>.

UNIVERSIDAD INTERNACIONAL IBEROAMERICANA. *Manual de estudantes*. México, 2018. Disponível em: https://pt.unini.org/sites/default/files/inline-files/MAN-Estudiantes-Por_v2r0_20180129.pdf.

VENDRUSCOLO, C.; TRINDADE, L.; GRISA, C. C.; OLTRAMARI, R. M. T. R.; Zanotelli, S. Roda de arte, trabalho e cultura: relato de uma experiência com índios Guarani. *Saúde & transformação Social*, v. 5, n. 10, p. 83-90, jan. 2014.

VERAS, M. F. P.; DE BRITO, G. Identidade étnica: a dimensão prática de um processo de reconhecimento. *Revista Antropos*, ano 4, v. 5, p. 106-125, maio 2012.

VIANA, I.; MAHEIRIE, K. Identidades em reinvenção: O fortalecimento coletivo de estudantes indígenas no meio universitário. *Revista Polis e Psique*, Porto Alegre, n. 7 (3), p. 224-249, 2017.

VIDAL, L. *Grafismo indígena: estudos de antropologia estética*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/Edusp/FAPESP, 2007.

VIEIRA, J. G. *Amigos e competidores: Política faccional e feitiçaria nos Potiguara da Paraíba*. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

VIEIRA, R. S. Educação intercultural: Uma proposta de ação no mundo multicultural. *In: Fleuri, R. M. (org.). Intercultura: estudos emergentes*. Florianópolis: Mover; Ijuí; Unijuí, 2001. p. 117-127.

VILHENA, M. A. *Ritos: Expressões e propriedades*. São Paulo: Paulinas, 2006.

WARSCHAUER, C. A. *Roda e o Registro: uma parceria entre professores, alunos e conhecimento*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

Weber, M. *Economia e sociedade: Fundamentos de sociologia compreensiva*. 4. ed., v. 2. Brasília: UnB, 2015.

Woortmann, E. F. A árvore da memória. *Anuário Antropológico*, n. 17(1), p. 113–131, 2018.

ZACCARELLI, L. M.; GODOY, A. S. Perspectivas do uso de diários nas pesquisas em organizações. *Cadernos Ebape. BR*, Rio de Janeiro, n. 8 (3), set. 2010.